

Mariza de Carvalho Soares

(Organizadora)

ROTAS ATLÂNTICAS DA DIÁSPORA AFRICANA DA BAÍA DO BENIM AO RIO DE JANEIRO

2ª EDIÇÃO

REVISTA E ATUALIZADA



A Coleção Biblioteca EdUFF busca a renovação do mercado do livro acadêmico contemplando, no âmbito da Universidade Federal Fluminense, obras de todas as áreas do conhecimento.

A responsabilidade da seleção de textos, inscritos por edital público, está a cargo da Comissão Editorial da Editora da UFF e de pareceristas convidados.

As edições deste selo são totalmente financiadas com recursos da UFF.

Visando ao crescimento equilibrado, sem perder as oportunidades, a Editora da UFF procura cumprir a missão da UFF: ser um espaço plural, socialmente referenciado, para a formação de cidadãos e profissionais críticos e competentes; para a produção e disseminação de conhecimento pluri, inter e transdisciplinar, contribuindo para a diminuição das desigualdades e o desenvolvimento do país.

ISBN 852280651-9



9 788522 806515



Universidade
Federal
Fluminense



Editora da UFF

Em setembro de 1994, a UNESCO lançou um projeto de pesquisa sobre o comércio de escravos conhecido no Brasil como ROTA DOS ESCRAVOS que se desdobrou em um conjunto de iniciativas em todo o mundo, entre elas o NIGERIAN HINTERLAND PROJECT, por mim dirigido. A região então objeto de minha investigação abrangia o interior das baías do Benim e Biafra, na costa ocidental africana, de onde saíram aproximadamente 40% do total dos escravos enviados para as Américas. O objetivo primordial desse projeto era reunir um grupo de pesquisadores em história da África e da diáspora africana de diferentes instituições e países com o objetivo de mapear a origem desses escravos. Um segundo objetivo era, através dessa experiência, fortalecer uma rede de colaboração entre pesquisadores e formar novos estudosos que dessem continuidade ao trabalho. Um dos mais significativos resultados desse esforço foi a publicação de um conjunto de obras individuais e coletivas que comecem a trazer a público os resultados desse trabalho. ROTAS ATLÂNTICAS DA DIÁSPORA AFRICANA é um exemplo desse trabalho colaborativo e seguindo os objetivos do projeto explora o impacto histórico da escravidão e da diáspora africana, tendo como foco a rota entre a Baía do Benim e a cidade do Rio de Janeiro.

Ao contrário de outras iniciativas anteriores em que as conexões atlânticas são apresentadas por um conjunto diversificado de pontos de partida e chegada, essa coletânea enfoca uma linha de deslocamento específica e privilegia a compreensão das formas particulares de organização dos escravos oriundos da Baía do Benim que integram o grupo que os portugueses convençionaram chamar de "pretos minas".

Nesse sentido, a concentração do olhar na cidade do Rio de Janeiro – um dos mais importantes portos atlânticos, mas minoritário para a entrada de escravos vindos da Baía do Benim – se mostra como uma estratégia inovadora para estudar esse grupo em profundidade, assim como perceber a complexidade das redes comerciais aí envolvidas.

No seu conjunto é um livro extremamente provocador, tanto pela escolha do universo abordado quanto pelas questões tratadas em cada texto que vão desde o comércio atlântico até o cotidiano urbano da vida dos africanos escravos e forros. Outro ponto que merece destaque é justamente a longevidade dessa rota. Vindo diretamente da África para o Rio de Janeiro, como chega a acontecer no século XVIII, ou com passagens intermediárias por outras partes (como Pernambuco e Bahia), rota mais freqüente e demograficamente mais relevante, a verdade é que o Rio de Janeiro recebeu escravos oriundos da Baía do Benim desde os primeiros anos do século XVIII até a extinção do tráfico ilegal, e, como apontado, mesmo depois, num fluxo ainda não estudado de africanos efetivamente livres, aí chegados nas últimas décadas do século XIX.

Esse é, portanto, um livro que merece ser lido e assimilado, não apenas por seus resultados mas como ponto de partida para novas investigações de modo a, mais uma vez, formar novas gerações de pesquisadores que levem adiante a imensa tarefa de não deixar cair no esquecimento os mais de dez milhões de africanos que desembarcaram nos portos das Américas como escravos.

Paul E. Lovejoy FRSC

Distinguished Research Professor
Canada Research Chair
in African Diaspora History

Rotas Atlânticas da Diáspora Africana

Mariza de Carvalho Soares

(Organizadora)

**ROTAS ATLÂNTICAS DA
DIÁSPORA AFRICANA:
DA BAÍA DO BENIM AO RIO DE JANEIRO**
2ª edição
revista e atualizada



Editora da UFF

Editora da Universidade Federal Fluminense

Niterói, 2011

Copyright © 2007 by Mariza de Carvalho Soares

© 2011 (2ª edição)

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629- 5288 - <http://www.editora.uff.br>
E-mail: secretaria@editora.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Caroline Brito de Oliveira

Edição de texto: Rozely Campello Barrôco

Revisão: Sônia Peçanha

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: José Luiz Stalleiken Martins

Supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

Foto da capa: Alberto Henschel. Coleção Alemã. Leibniz-Institut Für Länderkunde.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Fonte - CIP

R842 Soares, Mariza de Carvalho

Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro/
Mariza de Carvalho Soares (Organizadora) — Niterói : EdUFF, 2007 (2. ed.
revista e atualizada), 2011.

322 p. : il. ; 23 cm. — (Coleção Biblioteca EdUFF, 2004)

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-228-0651-5

1. História. 2. Diáspora Africana. I. Título. II. Série

CDD 909.04

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Divisão de Distribuição: Luciene Pereira de Moraes

Assessoria de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias


Editora da UFF

*Este livro é dedicado ao
Embaixador Alberto da Costa e
Silva que, com sua obra e de-
terminação, mais que ninguém,
tem contribuído para alterar os
rumos do conhecimento sobre
a História da África e da es-
cavidão africana no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Este livro é o resultado de um conjunto de discussões sobre as conexões entre os povos da Baía do Benim e o Brasil. Em 2002 Toyin Falola e Matt Childs convidaram-me para participar da coletânea de textos *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Caberia a mim a tarefa de escrever sobre os iorubás no Rio de Janeiro. O processo de escrita deste texto trouxe mais perguntas do que respostas e acabou por dar origem ao capítulo que intitulei “From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”. Ao longo do texto, que deveria ser um panorama da presença iorubá no Rio de Janeiro, percebi não apenas a fragilidade dos dados então disponíveis sobre os iorubás mas a fragilidade desse recorte linguístico para o caso da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, em primeiro lugar agradeço a Toyin Falola e Matt Childs a oportunidade de discutir esta questão no volume por eles organizado.

Foi assim que, em 2003, dei início à execução do projeto de organizar uma obra coletiva a respeito do tráfico entre a Baía do Benim e o porto do Rio de Janeiro, focalizando a presença dos chamados “pretos-minas” na cidade do Rio de Janeiro. Organizei uma longa lista de nomes, incluindo nela todos os pesquisadores da escravidão no Rio de Janeiro com quem tinha contato, direta ou indiretamente. A lista foi ampla mas, como sempre, nem todos puderam aceitar o convite. Este parece ser o momento adequado para me responsabilizar por alguma omissão e também para agradecer àqueles que não puderam chegar até aqui conosco. O incentivo que recebi de todos foi fundamental para que levasse adiante este projeto editorial. Entre as ausências quero destacar três colegas: Hebe Mattos, Manolo Florentino e Silvia Lara. Cada um deles contribuiu de forma decisiva para a pesquisa sobre a escravidão no Brasil e no Rio de Janeiro em particular, com eles também tenho tido, ao longo dos anos, uma interlocução insubstituível.

Durante a gestação deste projeto recebi um financiamento do Harriet Tubman Resource Centre on the African Diaspora, que permitiu o levantamento de parte da documentação aqui utilizada, assim como o treinamento em pesquisa de alguns alunos do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Conteí, ainda, com o apoio dos colegas, orientandos e estagiários do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense que aqui aparecem como autores de dois dos capítulos. A finalização do livro foi feita com

a colaboração de Priscilla Leal, historiadora e jornalista, responsável pela revisão final dos textos a quem agradeço o equilíbrio e o rigor profissional. A todos que participaram do projeto, e especialmente aos autores, agradeço a seriedade e o cumprimento de todas as etapas do trabalho, sendo de minha responsabilidade a lentidão da edição final que espero seja do agrado de todos. O trabalho de cada um foi e é de inestimável importância e espero que este livro seja merecedor do esforço e generosidade de cada um.

A história do tráfico atlântico e dos pretos-minas na cidade do Rio de Janeiro é, ainda hoje, um “negócio de risco” para os historiadores. Embora seja atualmente um tema bastante discutido, permanece ainda pouco explorado pelos pesquisadores em toda a sua complexidade. Parte dos autores que colaboraram nesta coletânea não têm o tema como centro de suas pesquisas. Alguns retomaram antigos trabalhos revendo-os com novos olhos, outros procederam a recortes específicos no quadro de pesquisas mais amplas, outros, por fim, escreveram os textos sob encomenda. Houve, por parte de todos, uma determinada intenção de colaborar a fim de produzir uma publicação que possa ser lida como um balanço historiográfico sobre o tema e um apelo a novas pesquisas. Como última palavra gostaria de reforçar a importância do trabalho coletivo e exploratório como melhor caminho para o avanço do conhecimento histórico e da pesquisa científica. Por isso, agradeço de modo especial aos que aceitaram participar deste projeto e desejo a todos os leitores que tomem o que foi feito como um ponto de partida para novas pesquisas.

Gostaria, ainda, de agradecer a Bruno Rossato pelos croquis das rotas africanas e ao Dr. Heinz Peter Brogiato por intermédio de quem a Leibniz-Institut für Länderkunde (Leipzig) gentilmente nos cedeu a imagem da capa. Por fim, não posso deixar de mencionar a dedicação e o companheirismo da equipe da EdUFF e a iniciativa da Universidade Federal Fluminense de implementar um programa editorial de incentivo e financiamento de publicações de pesquisadores dessa universidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 8

Mariza de Carvalho Soares

O FIDALGO-MERCADOR: FRANCISCO PINHEIRO E O “NEGÓCIO DA CARNE HUMANA”: 1707-1715, 30

Carlos Gabriel Guimarães

INDÍCIOS PARA O TRAÇADO DAS ROTAS TERRESTRES DE ESCRAVOS NA BAÍA DO BENIM, SÉCULO XVIII, 61

Mariza de Carvalho Soares

DAMAS MERCADORAS – AS PRETAS-MINAS NO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XVIII A 1850), 96

Sheila de Castro Faria

ROSA EGIPCÍACA: DE ESCRAVA DA COSTA DA MINA A FLOR DO RIO DE JANEIRO, 131

Luiz Mott

O CASO DA ESCUNA *DESTEMIDA*: REPRESSÃO AO TRÁFICO NA ROTA DA COSTA DA MINA – 1830-1831, 153

Ana Flávia Cicchelli Pires

NEGRAS-MINAS NO RIO DE JANEIRO: GÊNERO, NAÇÃO E TRABALHO URBANO NO SÉCULO XIX, 186

Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes

ARDIS DA LIBERDADE: TRABALHO URBANO, ALFORRIAS E IDENTIDADES, 220

Juliana Barreto Farias

REFERÊNCIAS, 252

SOBRE OS AUTORES, 301

ANEXO

DESCRIÇÃO DOS PORTOS, VILAS E ALDEIAS DA COSTA DA MINA (C. 1786), 301

Mariza de Carvalho Soares

MAPA, 313

Introdução

Mariza de Carvalho Soares

A historiografia da escravidão e do tráfico atlântico

Partindo de diferentes pressupostos, em diferentes épocas e com objetivos diversos, muitos historiadores contribuíram para uma importante mudança nos estudos sobre a escravidão e o tráfico de escravos no Brasil. Os desdobramentos dessa nova perspectiva têm mostrado que a sociedade colonial e o Império impuseram certos limites às formas de organização das populações escrava e forra. Por outro lado, mesmo os africanos desembarcados adultos e sem qualquer contato anterior com o chamado “mundo ocidental” aprenderam a mover-se e organizar-se no interior dessa nova ordem, criando alternativas concretas de vida e mesmo de ascensão social, de acordo com as condições particulares que a situação, ao longo do tempo, ofereceu.¹

No Brasil, esse novo entendimento abriu caminho para que a História da Escravidão pudesse se nutrir de uma perspectiva historiográfica que hoje incorpora não apenas o tráfico atlântico, mas a diáspora africana e as diferentes condições nas quais os africanos deixaram a África e foram inseridos nas sociedades americanas de um modo geral.² Tal perspectiva foi ampliada e repensada por meio do estreitamento dos contatos acadêmicos entre historiadores brasileiros e estrangeiros que começam a ser lidos regularmente e traduzidos no Brasil, fazendo surgir uma nova leitura da escravidão no Brasil, mais atenta às suas ligações com a África,³ embora ainda esteja em débito com a historiografia caribenha, pouco divulgada.⁴ Merecem ainda destaque a tradução de alguns trabalhos de historiadores de outras áreas



de estudo que influenciaram fortemente a historiografia brasileira da escravidão.⁵

Com essa rápida retrospectiva quero reforçar a ideia de que a disponibilização de trabalhos importantes a partir do final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 não apenas indica o interesse nesses trabalhos, mas permitiu a formação de um pequeno repertório de leituras que marcaram fortemente a historiografia da escravidão dos últimos 20 anos, colaborando para, a partir dos anos 1990, mudar de modo irreversível o patamar dos estudos sobre a escravidão nas Américas em geral e no Brasil, em particular. Já não é mais possível pensar a escravidão sem levar em conta a expansão comercial no Atlântico; já não é possível pensar as escravarias dos engenhos, cidades, minas e fazendas de café sem destacar a presença e a especificidade dos africanos; já não é possível pensar a ilustração, os movimentos abolicionistas e o fim da escravidão no Brasil sem levar em conta as revoluções atlânticas.⁶

Por intermédio do enfoque do lugar do porto do Rio de Janeiro no circuito atlântico, a coletânea *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro* procura identificar as trocas e fluxos do tráfico atlântico, a distribuição das procedências africanas aí encontradas e suas formas de organização no cativo. A partir de diferentes pontos de vista, os textos aqui apresentados tratam da Costa da Mina e dos chamados “pretos-minas”, cuja procedência são os vários portos da Baía do Benim, entre os séculos XVII e XIX. Ao longo dos últimos 10 anos, o debate sobre os significados do termo mina em suas várias acepções aproximou um conjunto de autores que, de um modo ou de outro, passaram a se referir mutuamente, o que tem enriquecido o debate e aberto novas perspectivas de pesquisa.

Na historiografia brasileira recente, o tema foi abordado inicialmente por Maria Inês Côrtes de Oliveira.⁷ Por ocasião do Seminário *II Encontro de História da UFF: Sociedade e Escravidão: debate das interpretações*, realizado em outubro de 1997, a mesa-redonda, “Etnia e Identidades” reuniu três comunicações que davam destaque à questão das categorias identitárias de africanos no Brasil.⁸ Embora trabalhos anteriores tenham abordado a temática das identidades étnicas africanas na diáspora, em especial João Reis, já na primeira edição de *Rebelião Escrava no Brasil* (1986), e Mary Karasch, em *Slave Life in Rio de Janeiro* (1987), é a partir de então que o debate sobre a identidade étnica dos escravos africanos se coloca de modo definitivo

no cenário da historiografia da escravidão no Brasil. Minha pesquisa enfoca, de modo particular, os chamados “pretos-minas” na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII.⁹

Na literatura internacional, o debate sobre os minas tem sido alvo da atenção da historiadora da escravidão Gwendolyn Midlo Hall e do africanista Robin Law.¹⁰ É importante acrescentar que a discussão sobre a identidade mina é parte de um debate mais amplo sobre as identidades africanas na diáspora que vem sendo apresentado em livros e revistas internacionais, em especial *History in Africa e Slavery and Abolition*.¹¹

O tráfico atlântico

Muitos foram os esforços a fim de dimensionar o volume e o impacto do tráfico atlântico. W. E. B. Du Bois e Carter G. Woodson foram pioneiros, já na virada do século XIX para o XX, quando no Brasil ainda eram fortes as marcas da escravidão.¹² Depois deles outro grande passo foi dado por Philip Curtin no famoso livro *The Slave Trade: a census*, de 1969, que apresentou a primeira estimativa do tráfico atlântico fortemente assentada em fontes primárias. A partir de então, vários historiadores dedicaram-se a segmentos específicos do tráfico e novas estimativas, mas foi com a divulgação do projeto *The trans-atlantic slave trade: a database on CD-ROM*, que os números apresentados por Curtin foram novamente revistos com a entrada em grande escala de nova documentação, já com resultados preliminares, mas ainda sem a divulgação dos resultados finais do projeto.¹³ Os dados apresentados a seguir baseiam-se nos números mais recentes fornecidos por David Eltis, coordenador do projeto em publicações recentes. Segundo ele, o projeto define como Baía do Benim a extensão do litoral africano entre o Rio Volta e o delta do Niger.¹⁴ Para uma melhor compreensão dos dados apresentados é importante reforçar que ficam de fora desta definição a chamada Costa do Ouro, a leste do Rio Volta, onde fica localizado o Castelo da Mina; e os portos de Elem Kalabari e Bonny localizados no lado oeste do delta do Niger, e já fora dele, Velho Calabar, área englobada pela Baía de Biafra. Como escravos vindos dos portos a oeste do Rio Volta e a leste do delta do Niger são raros no Brasil, essa delimitação nos é largamente favorável. O quadro abaixo oferece um painel dos portos da Baía do Benim que exportaram escravos para as Américas.

Quadro 1
Estimativa de partida de escravos dos portos da Baía do Benim, 1650-1865
(em milhares)

	Popó*	Ajudá	Jaquem	Epê	Porto Novo	Badagri	Onim (Lagos)	Rio Benim	outros	TOTAL
1651/75	-	1,0	20,9	-	-	-	-	-	-	21,9
1676/00	2,7	133,4	85,9	-	-	-	-	-	0,9	222,9
1701/25	1,8	374,4	28,6	-	-	-	-	1,2	1,6	407,5
1726/50	43,8	177,9	21,2	36,0	-	15,3	-	10,9	1,0	306,2
1751/75	20,1	130,4	0,6	17,2	11,7	32,8	3,6	36,2	0,3	253,0
1776/00	15,0	78,3	5,6	0,5	96,8	18,1	24,0	25,1	0,9	264,4
1801/25	7,2	72,5	0,9	-	19,2	14,1	114,2	4,6	4,7	236,6
1826/50	11,9	82,9	1,9	-	7,7	5,2	170,6	1,2	6,8	288,4
1851/65	1,1	24,7	-	-	-	-	4,9	-	7,0	37,7
TOTAL	103,6	1.075,5	165,6	53,7	135,4	85,5	317,3	79,2	23,2	2.039,0

Fonte: ELTIS, David. The Diaspora of Yoruba Speakers, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Ed.). *The yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2004. p. 24, tabela 2.3.

* Esta entrada reúne tanto os embarques do Gran Popó quanto do Popó Pequeno. Embora estes portos sejam bem distantes um do outro, como indica Eltis, os números foram reunidos porque nem sempre a documentação é clara nesta distinção.

O crescimento das exportações da Baía do Benim começa em torno de 1630. Até 1650 o tráfico esteve a cargo de comerciantes portugueses e holandeses, mas desde então ingleses e franceses passaram também a traficar, levando escravos para suas colônias no Caribe e no continente americano. As primeiras estimativas para o século XVII que reveem os dados de Curtin para a Baía do Benim são de Patrick Manning, em seu livro publicado em 1982. Segundo ele, 1670 é uma década-chave, época em que as exportações duplicam. O mais importante em seu argumento foi ter chamado a atenção para o fato de que a maioria dos escravos traficados pode ser identificada como ajá.¹⁵

Já nas últimas décadas do século XVII, existe um comércio regular de escravos e mercadorias entre a Baía do Benim e diversos portos escravistas das Américas, entre eles o da cidade de Salvador. A partir de 1690, quando aumenta a exportação de escravos pelos portos da Baía do Benim, essa região passa a ser conhecida como “Costa dos Escravos”, sendo que, *grosso modo*, coincide com a área ocupada pelos povos falantes de línguas gbe e seus vizinhos.¹⁶ A documentação portuguesa, à diferença da inglesa e da francesa, mantém o uso da terminologia quinhentista – “Costa da Mina” – o que dificulta a identificação dos segmentos da costa ocidental frequentados pelos portugueses. Pela distribuição do tráfico é possível concluir que seu

maior volume se concentra nos portos da Baía do Benim, embora os portugueses tenham, ocasionalmente, negociado tanto a leste quanto a oeste.¹⁷

A partir dos primeiros anos do século XVIII, negociando com ouro trazido de Minas Gerais, os comerciantes da cidade do Rio de Janeiro começam a enviar embarcações em busca de escravos na Costa da Mina, rota até então restrita à Bahia. Em 20 de junho de 1703, o governador da Bahia, D. Rodrigo Costa (1702-1705), escreve uma carta ao rei de Portugal informando que moradores do Rio de Janeiro estão comprando escravos na Costa da Mina com o ouro desviado do quinto.¹⁸

os moradores do Rio de Janeiro, e das capitâneas suas anexas, continuam a mandar, há poucos anos, várias embarcações a resgatar escravos a Costa da Mina, o que até agora não faziam. [...] achei que a maior importância de suas carregações era ouro em pó e em barras; e que o negócio que haviam de fazer com os negros da dita Costa, levando para isso os gêneros costumados, o fazem com os estrangeiros [...].

Em setembro do mesmo ano, o rei D. Pedro II proíbe a ida de embarcações do Rio de Janeiro à Costa da Mina¹⁹ e, em seguida, institui uma cota para importação de escravos da Costa da Mina, limitando a 1.200 os escravos destinados ao Rio de Janeiro e a 1.300 os destinados a Pernambuco, e mantendo os 200 destinados a Minas Gerais. Os demais deveriam permanecer na Bahia. Na verdade, muitos desses escravos foram reembarcados por mar para o Rio de Janeiro e outros tantos foram enviados nas carregações que atravessavam o Sertão da Bahia em direção a Minas Gerais. A lei nunca era cumprida e terminou por ser abolida em 1715.²⁰

Assim sendo, ao iniciar o século XVIII já existiam duas rotas de escravos em direção às lavras de ouro: a primeira saía da cidade de Salvador e, passando pela Vila de Cachoeira, seguia por terra pelo Caminho do Sertão até as Minas; a outra saía de Salvador por mar, passava pelo Rio de Janeiro – onde se juntava à rota que vinha da Costa da Mina para o Rio Janeiro –, seguia por mar para a Vila de Parati e daí subia por terra a Serra da Mantiqueira até chegar às Minas. Embora a documentação que registra esses deslocamentos seja escassa, um *Livro de Passaportes e Guias da cidade de Salvador*

indica que entre os anos de 1718 e 1729 saíram dessa cidade 21. 238 escravos, sendo que 19.500 deles com destino a Minas.²¹ O *Livro* não esclarece, mas tal número só pode ter sido atingido incorporando os escravos novos, recém-chegados da África. A considerar o quadro acima, pelo menos boa parte deles deve ter sido embarcada no porto de Ajudá.

A rota entre Rio de Janeiro e Minas Gerais na primeira metade do século XVIII para fornecer escravos para as lavras mineiras, já apontada por mim anteriormente, foi identificada por Fernanda Pinheiro, que estudou os pretos-minas reunidos na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Mariana. Por meio de um conjunto de cartas de alforrias foi possível verificar que muitos dos escravos alforriados foram comprados de comboieiros vindos do Rio de Janeiro ou foram adquiridos pessoalmente por seus senhores na cidade do Rio de Janeiro e depois transportados serra acima. Certamente, a quase totalidade deles chegou à Bahia, sendo depois reembarcados para o Rio de Janeiro. Todos trabalharam nas lavras dos arredores do Arraial do Carmo, depois Mariana, onde foram batizados.²²

Nesse sentido, embora Rio de Janeiro e Bahia possam diferir em termos de volume do tráfico com a Baía do Benim, ambos recorrem aos mesmos portos e recebem escravos de igual procedência, com o objetivo de abastecer as lavras de ouro de Minas Gerais. Portanto, entre Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, mais do que diferenças étnicas e linguísticas parecem existir diferenças na forma de classificação desses indivíduos (em termos das nações que operam em cada lugar) assim como no tratamento das fontes disponíveis.²³ Nesse sentido, um maior entrosamento das pesquisas é certamente o caminho mais fértil para uma compreensão das redes comerciais, do modo como em cada localidade esses escravos experimentaram a escravidão e como reagiram a ela, e, finalmente, que bagagem cultural trouxeram e como fizeram uso dela no cativeiro.

Diante dos dados de Eltis é possível concluir que o crescimento da entrada de africanos da Baía do Benim pelos portos da Bahia e do Rio de Janeiro resultou de uma demanda explosiva de escravos nos primeiros anos da mineração em Minas Gerais. O período com maior número de escravos saídos da Baía do Benim corresponde ao primeiro terço do século (407.500 escravos embarcados entre 1701 e 1735, sendo que 374.400 pelo porto de Ajudá); nos anos seguintes os números caem lentamente até o final do tráfico.²⁴

Por fim, deve-se considerar as diferentes procedências no interior da própria Baía do Benim. Existiram certamente muitos indivíduos e pequenos grupos traficados cuja procedência está perdida para sempre. Entretanto, para muitos outros é possível reconstituir se não os locais exatos pelo menos algumas grandes áreas geográficas que podem, *grosso modo*, se associar a grupos étnicos e a famílias linguísticas. Como já tem sido discutido, o uso de classificação linguística como critério para identificação e diferenciação de grupos na África é pouco preciso.²⁵ No caso da Baía do Benim, é possível estabelecer três áreas geográficas razoavelmente distintas.

Assim sendo, e com todas as ressalvas necessárias, me refiro aqui a uma área geográfica ocupada majoritariamente por grupos de língua gbe que abrange o litoral e a primeira hinterlândia do atual Togo e Benim até o norte do antigo Daomé, onde os mahis partilham certos territórios com grupos iorubás;²⁶ a segunda área, ocupada por grupos e cidades iorubás, estende-se pelo interior da atual Nigéria até o Níger e ao norte até o território haussá; a terceira área, localizada ao norte, onde estão os haussás e outros povos vizinhos como baribas, tapas, chambas, borgus. Entre os séculos XVII e XIX, toda essa região passou por profundas modificações e foi fortemente afetada pelo tráfico de escravos, assim como pela expansão do Islã, sem esquecer que um e outro estiveram estreitamente ligados.

As três grandes áreas a que me refiro aqui tem sentido pelo modo como os escravos a elas se reportam, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro: a primeira e a segunda estão englobadas na categoria “mina”. A terceira é ainda uma incógnita já que a escassa presença no Rio de Janeiro de escravos dessa procedência dificulta a identificação de formas coletivas de organização. Tal fato, é preciso deixar claro, não elimina outras alianças e tem como objetivo apenas ser um ponto de partida para compreender a procedência dos escravos. Para citar apenas um argumento contra essa generalização, lembro minha própria pesquisa indicando a presença de oiós entre os mahis na irmandade de Santo Elesbão no século XVIII,²⁷ e o artigo de Nicolau Parés sobre o processo de nagoização na Bahia, no final do século XIX.²⁸

Esse argumento tem como objetivo mostrar que as formas de organização no cativeiro podem ser mais ou menos inclusivas e mudar ao longo do tempo. Enquanto, como foi demonstrado, os povos de língua gbe foram traficados desde o início do tráfico atlântico, os

povos de língua iorubá só começaram a ser traficados em larga escala na segunda metade do século XVIII, e só se tornaram majoritários nas exportações atlânticas depois da década de 1820, com o colapso de Oió.²⁹ Esses dados são comprovados pelo *Slave Trade Database*, e mostram a complexidade de opções que os traficados tiveram diante de si. Esse é o motivo de, na maioria dos casos, ser impossível falar em identidade étnica já que na maior parte das vezes as alianças em cativeiro envolvem pessoas e grupos multiétnicos e multilíngues que não podem ser ignorados. O quadro abaixo mostra a alternância no tráfico de escravos oriundos das áreas gbe e iorubá, com a ressalva de que no meio deles podem existir minorias não identificadas.

Quadro 2
Estimativa da saída de escravos da Baía do Benim, por grupo linguístico,³⁰
1650-1865 (em milhares)

	Gbe e outros	Iorubás e outros	TOTAL
1651/75	19,7	2,2	21,9
1676/00	200,7	22,2	222,9
1701/25	365,8	41,7	407,5
1726/50	216,7	89,5	306,2
1751/75	112,9	140,1	253,0
1776/00	91,5	172,9	264,4
1801/25	25,2	211,4	236,6
1826/50	31,0	257,4	288,4
1851/65	7,0	30,7	37,7
TOTAL	1.070,8	968,2	2.039,0

Fonte: ELTIS, David. The diaspora of yoruba speakers, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. Com base nas tabelas 2.3 e 2.5.

A partir do último quartel do século XVIII, a relação entre os iorubás e demais traficados se inverte progressivamente, em especial a partir de 1817 com os conflitos que envolveram Ilorin e Oió.³¹ O mais importante a ser destacado é que nas faixas entre 1826/50 e 1850/65 o tráfico está majoritariamente destinado ao Brasil e a Cuba, e no Brasil os iorubás se concentram na Bahia, de onde um número ainda não estimado se deslocou para o Rio de Janeiro.

Esse perfil pode ser analisado ainda do ponto de vista da entrada desses escravos no Brasil, por meio do quadro a seguir, que mostra a distribuição dos iorubás por áreas de desembarque:³²

Quadro 3
Estimativa de saída de escravos iorubás falantes para o Brasil –
por região de chegada –1650-1865 (em milhares)

	Nordeste	Bahia	Sudeste	TOTAL
1651/75	-	-	-	-
1676/00	-	4,8	-	4,8
1701/25	0,1	9,1	0,1	9,3
1726/50	0,7	4,7	-	5,4
1751/75	0,7	50,6	-	51,3
1776/00	-	79,3	-	79,3
1801/25	3,8	175,2	1,0*	180,0
1826/50	1,7	116,2	28,4	146,3
1851/65	-	-	2,2	2,2
TOTAL	6,9	439,8	31,7	478,4

Fonte: ELTIS, David. The diaspora of yoruba speakers, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). The yoruba diaspora in the Atlantic World. Bloomington: Indiana University Press, 2004. Tabela 2.5, p. 30-31. *A tabela apresenta um erro evidente, o número indicado é 977 onde deve ser 1,0.

Fica nítida a concentração no período a partir do último quartel do século, assim como sua alta concentração na Bahia. Essa constatação em termos gerais não difere do que já havia sido dito por Maurício Goulart e depois por Pierre Verger, mas coloca a rota entre a Baía do Benim e a Bahia no quadro mais amplo da demografia do tráfico e ratifica, no detalhe, os números divulgados anteriormente.³³

Destaco, ainda, as 28.400 entradas no sudeste que abarcam tanto os escravos que devem ter sido destinados ao Vale do Paraíba e ao sul em geral, quanto os chegados ilegalmente e recolhidos pela Comissão Mista.³⁴ Se 10% deles tiverem permanecido na cidade do Rio de Janeiro, sua presença já seria bastante significativa. O Daomé exportou escravos até as últimas remessas transatlânticas.³⁵ É interessante notar que, posteriormente a 1850, são ainda identificadas 2.200 entradas de escravos no Brasil, todas no Sudeste.

A procedência dos escravos africanos

Os dados referentes às exportações da Baía do Benim e à entrada de escravos desses portos na cidade do Rio de Janeiro são de pouca importância em termos da demografia do tráfico atlântico. Entretanto, a força da presença “mina” na cidade, desde o início do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, mostra que uma análise mais apurada das rotas do Atlântico precisa ser feita em relação ao Rio de Janeiro e, quem sabe, em relação a muitas outras regiões em que o mesmo encobrimento de rotas minoritárias possa ter ocorrido.

O interesse pelas rotas majoritárias e a importância das pesquisas realizadas sobre elas na verdade terminou por provocar uma desatenção sobre as rotas minoritárias. O trabalho de Verger sobre o tráfico com a Baía do Benim e o de Manolo Florentino e Luiz Felipe de Alencastro sobre o tráfico com Angola na verdade – pela força de seus respectivos argumentos – fizeram com que não prosperasse por um lado a pesquisa sobre os contatos comerciais, diretos ou indiretos, entre o Rio de Janeiro e a Baía do Benim e, por outro lado, as ligações entre Bahia e Pernambuco e Angola.³⁶ Acrescente-se a isso a ressalva já feita anteriormente de que, na medida em que leva em conta apenas o primeiro desembarque e não a distribuição dos lotes de escravos no Brasil, os números usualmente apresentados pelos estudiosos do tráfico, inclusive os aqui apresentados a partir de Eltis, por serem os únicos disponíveis, na verdade mascaram o destino final dos escravos que fica em grande parte desconhecido e dependente de documentação local, tal como a que se refere ao pagamento dos direitos, os passaportes, registros paroquiais, alforrias, inventários.

Este seria, em princípio, um problema a ser enfrentado pelos historiadores da escravidão e não da África e do tráfico atlântico. Entretanto, o que quero destacar aqui é que, ao considerar como rota de tráfico a ligação entre os portos atlânticos de embarque e desembarque, o *Slave Trade Database* e todos os outros cálculos feitos na mesma base dão margem ao entendimento de que esta seria a rota do comércio atlântico quando, na verdade, indica apenas um segmento dessa rota, aquele que pode ser apreendido na documentação seria utilizada. Ficam de fora dele tanto o trecho terrestre (ou marítimo costeiro) percorrido pelos escravos até os portos de embarque como também o trecho que leva os escravos de seu desembarque até o destino final.

O alerta para esse problema tem em mente não apenas o conhecimento da totalidade das rotas mas a própria concepção do que seja uma rota, ou seja, a identificação dos pontos de saída e chegada, as paradas, os caminhos percorridos, as relações comerciais aí envolvidas como os créditos, o modo de comerciar, os vínculos que se criam entre os comerciantes, a escolha das mercadorias negociadas, a seleção dos escravos e os motivos que os levaram à escravidão, e tantas outras coisas. Assim sendo, a rota que traz escravos da Baía do Benim para o Brasil precisa ser entendida em toda essa complexidade

porque só assim será possível avançar no conhecimento dos povos traficados e na sua difícil inserção na sociedade escravista.

Foi com esse intuito que a presente coletânea enfocou as redes comerciais e as fontes locais da cidade do Rio de Janeiro, para mostrar que, apesar da pouca expressão na demografia do tráfico, os chamados “pretos-minas” se constituíram como uma minoria na cidade do Rio de Janeiro mas desempenharam um papel social muito particular e determinante no quadro da escravidão urbana. Devido à sua forte presença na documentação, é possível responder a algumas questões para as quais não se encontravam respostas na documentação do tráfico.

Como não será difícil concluir, as informações sobre as áreas fornecedoras de escravos são as mais escassas. Por outro lado, lendo a literatura africanista, é possível concluir que, também para os historiadores da África, essa identificação é uma deficiência, tendo em vista que grande parte da documentação na qual se baseiam corresponde a registros dos traficantes e não dos traficados, sendo que grande parte dela é de caráter comercial, pouco elucidativa sobre temas da geografia e da história social dos povos escravizados. Por isso, numa certa ironia, tem sido os historiadores da escravidão e os historiadores da África voltados para o estudo da diáspora que, com todos os riscos que tal metodologia implica, têm avançado nessa perspectiva.

Para o Rio de Janeiro, numa amostra que toma livros de assento de batismo de escravos da cidade do Rio de Janeiro entre 1718 e 1760, num total de 6.609 escravos que batizaram seus filhos, portanto, uma amostra composta apenas por mulheres, 9,5% foram indicadas como procedentes da Costa da Mina.³⁷ Em Ouro Preto, entre 1712 e 1750, do total dos escravos africanos batizados, 32% foram registrados como vindo da Costa da Mina.³⁸ Combinando as ocorrências encontradas nas duas capitânicas ao longo do século XVIII é possível perceber que, embora presentes em proporções bem diferentes, os escravos da Costa da Mina recebem mais ou menos as mesmas designações. Os *sabarus*,³⁹ *mahis*,⁴⁰ *chambas*,⁴¹ os *coura/couranos* e os *co-bus*⁴² aparecem no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em Minas Gerais aparecem, ainda, os *nagôs*,⁴³ os *ladas* (ou seja, vindos de Aladá)⁴⁴ e *jaquim* (*Jaquem*).⁴⁵ No Rio de Janeiro são mencionados também os *dagomés* (do Daomé),⁴⁶ os *ianos* (ou *oiós*) e *agolins* (vindos de Agonli)⁴⁷ que não aparecem em Minas Gerais. Para a Bahia os dados são mais

tardios, mas, como se tratam de inventários e não assentos de batismo, podem corresponder a um mesmo período. Nos inventários analisados por Verger entre 1737 e 1841 constam, para o século XVIII, seis minas (1737); um jeje (1739); um savaru (savalu), um maquim (maki, mahi) e um lada (aladá) (1779).⁴⁸ Os números são bem menores já que não existem cálculos com base nos batismos e, por isso, não chegam a ter relevância demográfica mas podem exemplificar a presença das mesmas designações.⁴⁹ Alguns desses nomes podem ser facilmente associados a lugares, portos, povoados ou grupos africanos. Outros são ainda de difícil identificação, tais como couranos e cobus.

O importante a ser destacado é que essas recorrências demonstram claramente um perfil e o caminho dos escravos traficados da Baía do Benim para o Brasil, e sua distribuição nos portos de desembarque – Rio de Janeiro e Bahia – e o posterior deslocamento para Minas Gerais, ou seja, o trecho final da rota atlântica que se inicia na hinterlândia da Baía do Benim para se estender até Minas Gerais, até Mato Grosso por terra, e até o Prata, por mar. Por isso, os escravos minas encontrados na cidade do Rio de Janeiro, e em menor escala em outras localidades da capitania, são certamente pequenos lotes encomendados ou desgarrados dessa longa e pouco estudada rota cujo modo de operar e cujas mudanças ao longo do tempo ainda estão por ser estudadas. Os negócios de Francisco Pinheiro, importante negociante reinol da virada do século XVII para o XVIII, tema do segundo capítulo deste livro, é um exemplo dessa ampla e complexa rede. O caso de Ignacio, rei mahi na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, mostra outro aspecto da história, o modo como os próprios traficados deixam as marcas de seus deslocamentos, pistas valiosas para desvendar os segmentos desconhecidos das rotas atlânticas. Para o século XIX, uma documentação mais farta permite conhecer melhor o trabalho dos escravos urbanos que circulam pelas ruas como mostram os dois textos finais deste livro. É difícil responder se há e qual é a especificidade dessa geração de traficados perante os demais escravos na medida em que, cada vez mais, ao longo do século XIX, todos passam a ser chamados apenas de “africanos”.

Para chegar à composição da nação mina no século XIX, foi necessário procedimento equivalente ao do XVIII: buscar na documentação seriada ou avulsa dados que pudessem elucidar a questão. Mais uma vez recorro à listagem dos inventários apresentada por Pierre Verger para a Bahia. Segundo ele, entre 1801 e 1840 os inventários

listam um total de 59 escravos ditos jejes e minas; 62 escravos ditos barba (bariba), tapa e ussa (haussá); e 297 ditos nagôs.⁵⁰ Se considerarmos que a quase totalidade dos minas do Rio de Janeiro no século XIX foram traficados da Bahia, podemos admitir que esta deve ser a composição aproximada dos escravos da Baía do Benim, no período, tanto lá quanto aqui. Um caso à parte no Rio de Janeiro são os calabares, traficados da Baía de Biafra, que não aparecem na Bahia mas podem ser encontrados no Rio de Janeiro. Não é possível saber em que medida estão, ou não, encobertos no interior do grupo mina. A única pista de que podem não estar é o fato de que, assim como os haussás, aparecem diferenciados em várias fontes, como um livro de batismo de escravos (1802-1821) que indica 38 calabares e um livro de entrada de irmandade mina que indica a filiação de 7 calabares.⁵¹

As “nações” no Rio de Janeiro

O termo nações africanas é cunhado fora da África para dar aos escravos transmigrados uma unidade que nunca lhes foi própria e que nem sempre existiu aqui tampouco. Ao longo de toda a vigência do tráfico atlântico, nações corresponderam ao modo de classificar a procedência dos escravos traficados e distinguiam angolas de minas, moçambiques, cabos-verdes e outros. É no século XIX, principalmente a partir da elaboração da legislação antitráfico, que o termo “africano” começa a aparecer com maior frequência na documentação, se consolidando esse uso na designação de “africano livre”, ou seja, aqueles escravizados ilegalmente e resgatados pela Comissão Mista Brasil-Inglaterra que aparecem no capítulo quinto.⁵²

Sobre a variedade de nações encontradas no Brasil, assim como em outras partes das Américas, é importante esclarecer que essas nações devem ser entendidas como categorias que agrupam a população escrava africana e que, nesse sentido, não correspondem a grupos étnicos. Por outro lado, são constituídos tendo como referência alguns critérios, entre os quais os grupos étnicos, lugares, e outras variáveis que compõem os referentes de uma determinada rota, fazendo, portanto, de algum modo, parte da experiência dos traficados. Enfrentando a problemática das mudanças decorrentes da escravidão, se beneficiando de falarem duas ou mais línguas,⁵³ reelaborando antigas formas de convivência e conflito com seus vizinhos, os escravos submetidos ao tráfico atlântico têm diante de si

a possibilidade de redefinir suas identidades e as fronteiras que os separam. Desse longo e drástico processo, surgem novas formas de organização que ficaram conhecidas como “nações”. Mas é importante ficar claro que uma vez designados dessa forma pelos agentes encarregados da identificação dos escravos traficados (comerciantes, por ocasião das transações comerciais; padres, por ocasião dos batizados; autoridades, por ocasião da emissão de passaportes, prisão), os indivíduos reunidos no interior de uma “nação” podem optar por usar esse rótulo como ferramenta para a organização, ou não.

Na verdade, a palavra “nação” reúne dois momentos da constituição dessa identidade: o ato de designar a nação, próprio às agências de escravização, e o ato de assumir essa nação como uma modalidade de autoidentificação. É por combinar essas duas operações que a nação se tornou um mecanismo tão eficaz de identificação, gerando uma identidade que os minas, em particular, tornam operativa e geradora de formas organizacionais.

Nesse sentido, falar das nações é reproduzir no texto historiográfico uma categoria de época presente na documentação que por si só nada diz sobre os indivíduos assim designados.

Em trabalho anterior, desenvolvi a noção de “grupo de procedência”, com o objetivo de mostrar a especificidade das formas organizativas dos escravos traficados da África para as Américas, estudando em particular o caso dos chamados “pretos-minas” que compõem a “nação mina”.⁵⁴ Por isso, para além da pesquisa que venho desenvolvendo sobre os minas, quero aqui destacar que, embora outras nações possam ter existido – como efetivamente aconteceu com os angolas, cabindas e moçambiques entre outros –, elas podem ou não ter optado – como fizeram os minas – por construir estratégias de ação conjunta tendo a nação como definidora das fronteiras do grupo. Os quilombos, até onde se sabe, parecem ter sido formas organizativas mais abrangentes e pouco atreladas ao quebra-cabeça das nações ou dos grupos étnicos;⁵⁵ nas irmandades do Rosário é usual uma forte aliança entre angolas e crioulos, não parecendo haver entre eles o mesmo tipo de exclusão que ocorre em relação aos minas. Por outro lado, mesmo os que assim o fizeram – e isso precisa ser melhor estudado – mostraram a possibilidade de outras escolhas. Os haussás da Bahia optaram pela revolta religiosa,⁵⁶ os nagôs pela rebelião escrava,⁵⁷ já os cabindas do Rio de Janeiro, que começam a ser estudados, parecem agir de modo muito mais individual do que grupal.

Foi justamente para poder voltar ao tema dos minas na cidade do Rio de Janeiro, sob um ponto de vista diferente do já por mim adotado, e avaliar a diversidade de situações que ocorrem, que planejei esta coletânea. Os textos aqui apresentados foram todos pensados a partir da contribuição específica de cada um dos autores. Em seu conjunto, estão longe de fornecer um panorama historiográfico dessa rota entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro, mas representam o atual investimento individual e coletivo na compreensão da especificidade da escravaria africana no interior da sociedade escravista no Brasil colonial e imperial.

O objetivo do livro é, portanto, mostrar as pesquisas já realizadas e em andamento, a fim de fornecer aos leitores e pesquisadores novos desdobramentos e sugestões de pesquisa. Não há, como se verá, uma uniformidade teórica ou mesmo uma concordância entre os autores na análise de alguns aspectos da documentação, algumas vezes recorrente entre os textos. Sobre essa falta de afinação entre os autores, vale lembrar que se trata de um campo de pesquisa em construção no qual ainda estamos longe de orquestrar qualquer trabalho conjunto de maior fôlego. No atual estágio da pesquisa, as divergências têm sido valiosas para estimular novas formas de entendimento e incentivar a multiplicação dos ainda escassos trabalhos monográficos sobre os africanos no cativo.

Os capítulos estão organizados em ordem cronológica. O primeiro – “O fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o ‘negócio da carne humana’, 1707-1726” – é de autoria de Carlos Gabriel Guimarães. Nele o autor descreve a movimentação comercial desse rico comerciante em suas carregações para a Costa da Mina com destino ao Rio de Janeiro, mostrando que a decisão de atuar, ou não, em cada segmento desse tráfico está associada às condições de comércio como um todo e à maior ou menor oferta de escravos em cada área exportadora.

O meu texto de um lado trata da demanda de escravos para as áreas mineradoras de Minas Gerais que passam pelo porto do Rio de Janeiro; e do outro apresenta uma hipótese sobre a procedência desses escravos, argumentando que podem ter vindo do interior da Baía do Benim e não da área costeira.

O texto de Sheila de Castro Faria – “Damas mercadoras: as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII–1850)” – mostra a longevidade das estratégias das mulheres minas comerciantes nas ruas da cidade. Se de um lado acionam a identidade mina construída no cativo,

por outro trazem com elas a sabida habilidade feminina colocada em prática nos mercados espalhados pelas cidades e aldeias da Baía do Benim, de onde provêm. A presença das mulheres minas é ainda reforçada pelo texto de Luiz Mott – “Rosa Egípcíaca: de escrava da Costa da Mina a ‘Flor do Rio de Janeiro’” – que apresenta um resumo de sua rica biografia da escrava Rosa, de nação courana, natural da Costa da Mina.⁵⁸ Este texto retoma a questão étnica colocada no texto anterior e abre caminho para pensar as estratégias individuais que caminham paralelas às formas de organização de grupo abordadas nos textos anteriores.

Passando ao século XIX, o texto de autoria de Ana Flávia Cicchelli Pires – “O caso da escuna *Destemida*: repressão ao tráfico na rota da Costa da Mina, 1830-1831” – aborda o outro extremo da cronologia do tráfico atlântico, tratando da questão do tráfico ilegal, por meio da análise de um processo de apresamento de uma embarcação vinda da Costa da Mina para a Bahia mas que vai ser remetida ao Rio de Janeiro pelos ingleses em 1830, local em que os chamados “africanos livres” são finalmente desembarcados.

Os textos que se seguem mais uma vez abordam as temáticas de gênero e trabalho, iniciando com Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares – “Negras minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX” – no qual os autores fazem um vasto levantamento das estratégias individuais de ação dos minas. Este texto, à diferença dos anteriores, privilegia os laços com a Bahia e a importação de estratégias de conduta por meio da imigração dos nagôs da Bahia para o Rio de Janeiro a partir da década de 1830. O livro se encerra com o texto de Juliana Barreto Farias – “Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades” – que aborda o trabalho dos ganhadores. A autora atravessa as fronteiras da escravidão para chegar aos primeiros anos do século XX e mostrar como essas formas de organização – baseadas em relações de gênero e trabalho – perduraram por intermédio dos últimos pretos-minas que ainda circulavam pela cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

De um modo ou de outro, o binômio trabalho/gênero tem mostrando ser este não apenas um tema apreciado pelos historiadores, mas uma temática que povoa a documentação disponível, mostrando em que medida não apenas os textos foram produzidos sob essas chaves de conhecimento, mas as fontes mesmas foram produzidas

sob a égide desses critérios organizativos da população escrava. Procedência, gênero, trabalho, religião são, entre outras, chaves mestras para o acesso à compreensão das formas de organização social da população escrava e alforriada durante a vigência da escravidão.

A coletânea se completa com um anexo, com destaque para uma descrição da Costa da Mina, em documento datado de 1786.

Notas

- ¹ Destaco trabalhos abrangentes e clássicos da historiografia sobre escravidão no Brasil como GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. (1. ed. 1949, português); BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. (1. ed. 1962, inglês); COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. Difel: São Paulo, 1966; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. (1. ed. 1968, em francês); MATTOSO, Katia M. de Q.. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (1. ed. 1979, francês); RUSSELLWOOD, A. J. R. *Escravidão e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (1. ed. 1982, inglês); SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (1. ed. 1984, inglês).
- ² Muitos trabalhos já vêm sendo feitos nesse sentido, destacando as conexões entre o Brasil e a Baía do Benim, tema deste livro. No Brasil, sem mencionar Nina Rodrigues e outros autores pioneiros, a obra de Pierre Verger é um marco na historiografia contemporânea com o já mencionado *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*; na década de 1980 João José Reis abriu o campo da pesquisa recente sobre os africanos na Bahia. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (1. ed. 1986, em português), assim como fez Mary Karasch para o Rio de Janeiro. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (1. ed. 1987, inglês). Embora enfocando o tráfico entre o Rio de Janeiro e Angola, dois trabalhos têm sido um importante contraponto para avançar na pesquisa sobre o tráfico na Baía do Benim: para o século XVII, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; para a primeira metade do século XIX, ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (1. ed. Arquivo Nacional, 1997).
- ³ Entre a produção africanista dos anos 1980, a primeira obra a ser divulgada no Brasil foi o livro do antropólogo Claude Meillassoux, *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. (1. ed. 1986, francês), lido mais por sua referência à escravidão que à África, propriamente. Outros trabalhos traduzidos posteriormente já atraíram a atenção por tratarem da história da África, embora seu uso local continuasse, na maioria dos casos, vinculado aos estudos da escravidão. Nos anos 1990, o primeiro destaque foi para o importante livro *Transformations in Slavery* (1982) de Paul E. Lovejoy, aqui lançado com o título *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2002; logo em seguida, *Africa and the Africans* (1992), de John Thornton, foi lançado com o título *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2003; e lamentavelmente ainda não foi adiante o esforço pelo lançamento no Brasil do importante livro *Way of Death*, de Joseph Miller. As revistas *Afro-Asia* e *Es-*

- tudos Afro-Asiáticos*, por sua vez, têm desempenhado um papel decisivo na tradução de textos de um conjunto variado de autores, enfocando a temática da história da África e da diáspora africana.
- ⁴ Excetuando-se algumas poucas exceções, praticamente não existem traduções da historiografia caribenha no Brasil. O recente interesse pela história da África está, provavelmente, contribuindo para uma desatenção ainda maior pelo Caribe no Brasil. Cito aqui alguns trabalhos disponíveis: KLEIN, Herbert. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1. ed. 1986, inglês); o clássico trabalho sobre Cuba: FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo econômico-social cubano do açúcar*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1888/89. v. 1-3 (1. ed. 19 , espanhol); SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. São Paulo: Paz e Terra: Unicamp, 1991 (1. ed. 19 , inglês); JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L. Overture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000 (escrito em 1938, primeira edição em inglês, 1963).
 - ⁵ Eugene Genovese, Eric J. Hobsbawm, Herbert Klein, Richard Price e Sidney Mintz, Edward Thompson.
 - ⁶ Para este debate, contribuiu de modo inestimável, especialmente pela possibilidade de divulgar o trabalho de historiadores brasileiros no exterior, os projetos vinculados à Rota dos Escravos/UNESCO, e, em especial, o Nigerian Hinterland Project, dirigido por Paul Lovejoy que, por intermédio de um conjunto de simpósios e publicações, colaborou decisivamente para a construção de uma rede de pesquisadores envolvidos com a temática da História da África, da diáspora africana e da escravidão. Alguns livros já publicados representam esse esforço de modo exemplar. Ver: LOVEJOY, Paul (Org.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000; CURTO, José C.; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004; LOVEJOY, Paul; TROTMAN, David (Ed.). *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the african diaspora*. London: Continuum Press, 2004.
 - ⁷ Cf. OLIVEIRA Maria Inês Côrtes de. *Retrouver une identité: jeux sociaux des Africains de Bahia (vers 1750 – vers 1890)*. Paris: Université de Paris Sorbonne (Paris IV), 1992. A tese nunca foi publicada mas deu origem a dois artigos: “Viver e morrer no meio dos seus”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, 1995-1996. p. 174-193; e “Quem eram os ‘negros da Guiné?: a origem dos africanos da Bahia”. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 19-20, p. 37-73, 1997.
 - ⁸ Refiro-me aqui às comunicações de Maria Inês Côrtes de Oliveira, Marina de Mello e Souza e Mariza de Carvalho Soares. Interessante notar que os textos aí apresentados são contemporâneos do texto de Robin Law sobre os lucumi e nagô. Ver: LAW, Robin. Ethnicity and the slave trade: ‘Lucumi’ and ‘Nagô’ as ethnomyms in West África. *History in Africa*, [S.l.], p. 205-279, n. 24, 1997.
 - ⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Identidade étnica, religiosidade e escravidão: os “pretos minas” no Rio de Janeiro (século XVIII)*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 73-93, dez. 1998.
 - ¹⁰ Em 2004, Hall lançou um artigo em livro organizado por Paul Lovejoy que recebeu em 2005 uma resposta de Law. In: LOVEJOY, Paul; TROTMAN, David (Ed.). *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the african diaspora*. London: Continuum, 2004. Cf. LAW, Robin. Ethnicities of the enslaved africans in the diaspora; on the meaning of ‘mina (again)’. *History in Africa*, [S.l.], v. 32, p. 247-267, 2005; HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and african ethnicities in the Americas: restoring the links*. North California: The University of North Carolina Press, 2005. A tradução portuguesa do texto de Law pode ser encontrada na revista *Tempo*, n. 20, 2006.
 - ¹¹ Ver debate sobre a identidade iorubá envolvendo Biodun Adediran, Robin Law e Lorand Motory, sobre os Ibo nos trabalhos de David Northrup e Douglas Chambers, e

- mesmo sobre os angola, como artigo publicado por John Thornton. Cf. CHAMBERS, Douglas B. My own nation: igbo exiles in the diaspora. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n.1, p. 73-971, 1997.
- ¹² MANN, Kristin. Shifting paradigms in the study of the african diaspora and of atlantic history and culture. *Slavery & Abolition*, London, v. 22, n. 1, p. 3-21, apr. 2001.
- ¹³ CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969; ELTIS, David et al. (Ed.). *The trans-atlantic slave trade: a database on cd-rom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ¹⁴ ELTIS, David. The Diaspora of Yoruba Speakers, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Ed.). *The Yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2004. p. 18.
- ¹⁵ MANNING, Patrick. *Slavery, colonialism, and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge: [s.n], 1982. p. 9-10. Os grupos de língua ajá atualmente aparecem como segmento dos gbe, um tronco linguístico que inclui ainda línguas da família fon e outras isoladas, como o mahi. Sobre as línguas gbe, ver: CAPO, H. B. C. *A comparative phonology of Gbe*. Berlin: Foris & Garome; Bénin: Labo Gbe 1991; e GBÉTO, Flavien. *Le maxi du Centre-Bénin et du Centre-Togo: unapproche autosegmentale et dialectologique d'un parler gbe de la section fon*. Köln: Köppe, 1997.
- ¹⁶ LAW, Robin. *The slave coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an african society*. Oxford: Claredon, 1991. p. 14, 21-22. Ver mapa 18.
- ¹⁷ Na definição portuguesa, o que fica mais obscuro é a possibilidade de avaliar o tráfico português na Baía de Biafra devido à sua conexão com São Thomé. Segundo Pierre Verger, a Costa da Mina está a sotavento da Mina, ou seja, a leste do Castelo da Mina. Essa delimitação, que difere da apresentada por Eltis, é reforçada por Maria Inês Cortes de Oliveira. Ver: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 669-675; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os negros da Guiné?: a origem dos africanos da Bahia. *Afro-Asia*, Salvador, v. 19-20, 1997. p. 59.
- ¹⁸ Arquivo do Estado da Bahia apud VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 39-40.
- ¹⁹ As frequentes proibições para o comércio entre a cidade do Rio de Janeiro e a Costa da Mina podem explicar, em parte, a ausência de registros e a consequente invisibilidade desta atividade.
- ²⁰ BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. p. 68-69. Para maiores detalhes sobre esse argumento, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 2.
- ²¹ Arquivo Público Estado da Bahia – Salvador – Livro de passaportes e guias, 718-1729 (doc. 248.). Agradeço a Anna Amélia Vieira Nascimento, diretora do arquivo, por suas sugestões para o levantamento documental por mim realizado nesse arquivo em 1998. Esses dados foram usados por mim em SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, século XVIII. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 4, 2002. nota 17.
- ²² Foi o caso de Vitória, alforriada em 1737, comprada a um comboieiro, e de Ana, trazida do Rio de Janeiro por seu senhor que a alforriou em 1736. Sobre a remessa de escravos do Rio de Janeiro para Mariana/MG na primeira metade do século XVIII, ver: PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense-Niterói, 2006. p. 138-139. Sobre os batismos de minas nas primeiras décadas do XVIII em Minas Gerais, ver: MAIA, Moacir C. *Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadres*

- e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ²³ Com mais frequência do que a documentação equivalente no Rio de Janeiro, os livros de batismo, a documentação das irmandades e as cartas de alforria mineiras informam a procedência dos escravos.
- ²⁴ Como a demanda de escravos sobe em praticamente toda a América, esse aumento na demanda não chega a provocar um aumento no percentual de escravos praticados para o Brasil em relação à totalidade dos traficados.
- ²⁵ LAW, Robin. Ethnicities of the enslaved africans in the diaspora; on the meaning of mina (again). *History in Africa*, [S.l.], v. 32, p. 247-267, 2005; THORNTON, John K. La "Nation Angolaise en Amérique, son identité en Afrique et en Amérique". *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, [S.l.], n. 2, p. 241-255, 2000.
- ²⁶ A referência aqui é à chamada "língua geral da Mina". Os minas têm tamanho destaque na população escrava de Minas Gerais que sua presença deu origem a um vocabulário da então chamada "língua geral da Mina", uma variante do gbe que ainda carece de análise detalhada, tanto do ponto de vista histórico quanto linguístico. Ver: PEIXOTO, Antônio da Costa. *Obra nova de Lingoa gal de mina traduzida, ao nosso Igdidioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.o de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgr.as Que com curuzid.e trabalho, e desvello, se expoz, em aprendella, p.a tembem a emsignar, a q.m for curiozo, e tiver von.de de a saber E.o Nas Minas Gerais,e Frq.a de Barm.ou Anno de 1741*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949. Esse vocabulário foi analisado em dois trabalhos: LARA, Silvia H. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros, Lisboa, p. 205-225, 2002.; YAI, Olabiyi. Texts of enslavement: fon and yoruba vocabularies from eighteenth-and-nineteenth-century Brazil. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 102-112.
- ²⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. *From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro*. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The Yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. p. 234.
- ²⁸ PARÉS, Luis Nicolau. The 'nagôization' process in Bahian Candomblé. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D. (Ed.). *The Yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. p. 191-194.
- ²⁹ MANNING, Patric. *Slavery, colonialism, and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge: [s.n.], 1982. p. 10.
- ³⁰ Cálculo feito com base nas Tabelas 2.3 e 2.5 que informam o total das exportações e as exportações de iorubás.
- ³¹ Essa inversão foi por mim analisada em trabalho anterior, com base na documentação local da cidade do Rio de Janeiro. Cf. SOARES Mariza de Carvalho. *From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro*. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The Yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. Para uma visão geral dos conflitos que deram origem ao tráfico dos iorubás remetidos à Bahia, ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 158-180.
- ³² É importante levar em conta que esse período corresponde ao tráfico dos haussás escravizados por ocasião da jihad de Usman dan Fodio de 1807 em diante. Sobre o tráfico dos haussás para a Bahia, ver: LOVEJOY, Paul E. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos de Bahia. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-44, 2000; sobre as revoltas haussás na Bahia, ver: SCHWARTZ, Stuart. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 373-406.
- ³³ GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. (1. ed. 1949); VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico*

de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

- ³⁴ Para um levantamento dos desembarques clandestinos apreendidos pela Comissão Mista cujas embarcações foram enviadas ao Rio de Janeiro, ver: PIRES, Ana Flavia Cicchelli. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ³⁵ Para uma breve história do tráfico, ver: SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. da UFRJ, 2003.
- ³⁶ Cf. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ³⁷ Total de 6.609 batismos, sendo: 1.072 do Gentio de Guiné (16,22%), 630 da Costa da Mina (9,53%) e 978 de Angola (14,79). Os restantes 3.929 somam todas as demais, ou seja, as nascidas no Brasil, as sem identificação e as pertencentes a pequenos grupos não considerados nesse cálculo, como as escravas vindas de Cabo Verde, Moçambique e outras localidades da África centro-ocidental que não Angola. Foram tomados como base para esse cálculo dados analisados em: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 3.
- ³⁸ Banco de Dados da Freguesia do Pilar de Ouro Preto/MG (1712-1750). Ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes et al. “O banco de dados relativo ao acervo da freguesia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto: registros paroquiais e as possibilidades de pesquisa”. In: *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 2003. p. 24. Se a esses 32% forem somados os sabaru, coura, nagôs, ladas e os embarcados em Jaquim que aparecem em separado no Banco de Dados, a cifra dos minas na Freguesia de N. Sra. do Pilar subiria para 42% da população adulta africana batizada.
- ³⁹ Os “sabarú” são de Savalu, localidade no interior do território Mahi. Aparecem na documentação pela primeira vez como “sabalours”, 1733. (Archives Nationales, Paris) apud LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an african society*. Oxford: Clarendon, 1991. p. 19, nota 19.
- ⁴⁰ Segundo Robin Law, os mahi são um povo localizado ao norte do Daomé, resultante da fusão de grupos gbe-falantes deslocados da região em que se estabeleceu Abo-mey com povos iorubá que migraram para a mesma região. Por isso, os Mahi são o único grupo Gbe importante que não reporta sua origem a Tado. LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an african society*. Oxford: Clarendon, 1991. p. 19, 24, 26-27.
- ⁴¹ De acordo com Robin Law, “Chamba” é um grupo situado a noroeste do Daomé, mas o termo é também usado de modo mais amplo para os Gur-falantes. (LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an african society*. Oxford: Clarendon, 1991. p. 189.
- ⁴² Em trabalho anterior, aventei a possibilidade de os cobus serem assim nomeados com referência aos Kaabu da Senegâmbia. Diante da inexistência de outros registros de membros de qualquer outro grupo dessa região, estou tendendo a crer que se trate de algum grupo ainda não identificado da própria hinterlândia da Baía do Benim.
- ⁴³ Na Bahia, segundo Inês Cortes de Oliveira, nagô é uma designação genérica. No Rio de Janeiro, aparece muito raramente, tanto no século XVIII, quanto no XIX. Antônia Maria, preta-mina também dita nagô, batizada na Freguesia de Santa Rita em data ignorada, faleceu em 1804. É até agora a mais antiga referência à presença nagô no Rio de Janeiro. Se considerado que ela foi batizada na Freguesia de Santa Rita, criada em 1751, sua chegada deve ter ocorrido a partir de então. ACMRJ. Livro de óbitos e testamentos da Freguesia da Candelária, 1797-1809. Testamento de Antonia Maria, p. 172v.

- ⁴⁴ Aladá é um importante reino litorâneo. Na documentação do século XVII, os escravos procedentes de Aladá são chamados “ardras”. Sobre “ardras” em Pernambuco na guerra contra os holandeses, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Monografia apresentada em concurso para Professor Titular de História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. p. 194-223.
- ⁴⁵ Jaquim (Jaquem, Jakin, Jeken) é um dos portos de embarque de escravos na Baía do Benim.
- ⁴⁶ Aqueles vindos do reino do Daomé que nas primeiras décadas do século XVIII se expande do interior para o litoral, invadindo Alada em 1723 e Hueda (onde ficava localizado o porto de Ajudá) em 1727.
- ⁴⁷ Agolin/Agonli é uma região no interior do território mahi, à margem esquerda do rio Zou, com população majoritariamente gbe-falante. (CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962)
- ⁴⁸ Dados retirados do quadro apresentado por Pierre Verger no Apêndice III relativo aos inventários da Vila de São Francisco do Conde no Recôncavo baiano. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 669-675.
- ⁴⁹ Informações sobre a procedência dos escravos da Costa da Mina na documentação portuguesa do período são escassas, mas para o México, baseado nas observações de D’Elbée e Labat Manning, mostra que a maioria deles pertencia a grupos linguísticos gbe. O autor indica Aja (15), Calabar (6), Fon (12), Allada (7), Ouidah (7), Popo (6) Oyo (1). Cf. MANNING, Patrick. The slave trade in the Bight of Benin, 1640-1890. In: GEMERY, Henry A.; HOGENDORN, Jan S. (Ed.). *The uncommon market: essays in the economic history of the atlantic slave trade*. New York: [s.n.], 1979. p. 125-29.
- ⁵⁰ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 669-675.
- ⁵¹ SOARES, Mariza de Carvalho. From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. p. 236-237. Agradeço a Roberto Guedes a consulta a seu banco de dados sobre a Freguesia da Sé (1808-1821)
- ⁵² Sobre africanos livres, ver: MAMIGONIAN, Beatriz G. *Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. *Afro-Asia*, Salvador, v. 24, p. 71-95, 2000; PIRES, Ana Flavia Cicchelli. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ⁵³ LAW, Robin. Ethnicities of the enslaved africans in the diaspora; on the meaning of ‘mina (again)’. *History in Africa*, [S.l.], v. 32, p. 247-267, 2005, publicado em português na *Tempo 20*.
- ⁵⁴ Sobre a noção de “grupo de procedência”, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 3; e SOARES, Mariza de Carvalho. A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 303-331, maio/ago. 2004.
- ⁵⁵ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 373-406.
- ⁵⁷ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
- ⁵⁸ MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

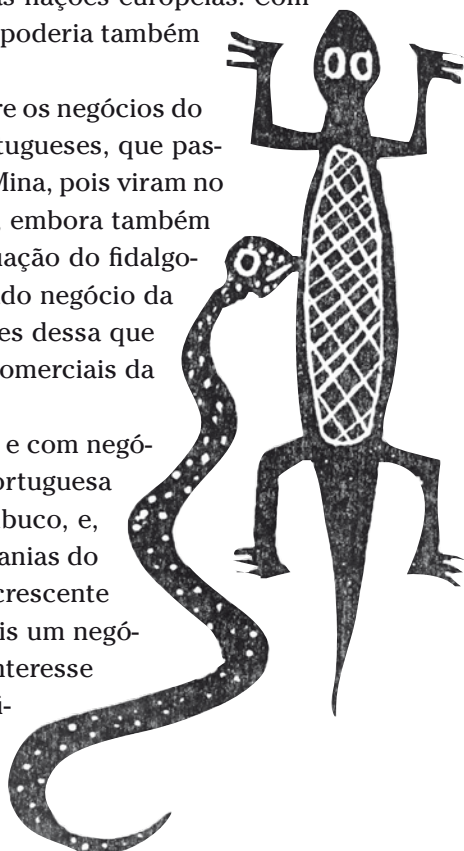
O fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”: 1707-1715

Carlos Gabriel Guimarães

A descoberta do ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, promoveu uma intensa procura pelo trabalho escravo nas minas e lavouras do Brasil, o que provocou uma corrida dos negociantes portugueses em direção à África em busca de escravos. Essa disputa, que atraiu também ingleses e holandeses, fez com que a Coroa portuguesa autorizasse o comércio negreiro na região mineradora, contribuindo, dessa forma, para o acirramento das rivalidades entre as praças mercantis de Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro. De acordo com as práticas comerciais da época, todos disputavam o uso exclusivo do comércio dos escravos da Costa da Mina. As concessões de “licenças reais” pela Coroa para o acesso à região foram uma tentativa de manter o controle e evitar o “tráfico ilegal”, favorecido pela presença dos negociantes de outras nações europeias. Com a regulamentação do comércio, a Coroa poderia também arrecadar mais com taxações.¹

Essa nova conjuntura repercutiu sobre os negócios do comércio colonial e os negociantes portugueses, que passaram a atuar no comércio da Costa da Mina, pois viram no tráfico negreiro algo altamente rentável, embora também de grande risco. Este artigo trata da atuação do fidalgo-mercador Francisco Pinheiro no chamado negócio da “carne humana” e das vantagens e limites dessa que foi uma das mais lucrativas atividades comerciais da chamada “idade de ouro do Brasil”.²

Estando em Lisboa, próximo à Corte, e com negócios em diferentes regiões da América Portuguesa – primeiramente na Bahia e em Pernambuco, e, depois, no Rio de Janeiro e demais capitânicas do Centro-Sul –, Francisco Pinheiro viu na crescente necessidade de braços para Minas Gerais um negócio que fez com que aumentasse seu interesse e investimentos na organização do tráfico africano. Com o intuito de atuar no



comércio de escravos na África, enviou pela primeira vez seus agentes para a Costa da Mina no ano de 1707. Quatro anos depois, em 1711, enviou agentes para Luanda, Angola.

Durante os primeiros anos do século XVIII, Francisco Pinheiro dedicou-se ao comércio com a Costa da Mina. Mesmo com toda a sua vigilância, os riscos eram muito altos, envolvendo financiamento da viagem, escolha do capitão para cada uma delas, organização da tripulação e, por fim, a compra ou arrendamento da embarcação. Havia também a previsão das estratégias em relação à concorrência de outros comerciantes portugueses e estrangeiros. Por fim, eram necessárias negociações para a venda dos escravos na Bahia e no Rio de Janeiro. Isto sem contar que todos os esforços poderiam cair por terra caso qualquer dessas escolhas falhasse, ou mesmo se uma disenteria ou qualquer outro mal dizimasse a “carga” ao longo da travessia. Foi assim que, diante da presença holandesa e especialmente da expansão da presença de ingleses na costa ocidental africana, a partir de 1715, o negócio do tráfico negreiro de Francisco Pinheiro – seja na Costa da Mina, seja em Angola –, começou a declinar, passando ele a privilegiar suas conexões com a Colônia de Sacramento, em detrimento do comércio na África.

Este trabalho está dividido em duas partes, além desta apresentação e da consideração final. Na primeira analisaremos, de uma forma sintética, a historiografia sobre os homens de negócio no Império Português, em particular a que se refere ao negociante Francisco Pinheiro. Na segunda parte nos concentraremos no negócio do tráfico negreiro na Costa da Mina, tendo como documentação principal a Coleção Francisco Pinheiro, organizada por Luiz Lisanti Filho em *Negócios Coloniais*,³ na qual ele publica uma seleção de 5.600 documentos em mais de 4.000 páginas (seis maços e parcelas de vários outros) do acervo de 30 maços que restaram da referida coleção. Essa publicação tem como principal fundo a correspondência passiva e ativa de Francisco Pinheiro com seus agentes, capitães de navios e outros. Os originais dessa documentação encontram-se no Arquivo do Hospital de São José, o antigo Hospital Real de Todos os Santos, situado na cidade de Lisboa, Portugal.

O nome e as atividades de Francisco Pinheiro ficaram conhecidos por meio da divulgação da já então constituída Coleção Francisco Pinheiro, analisada no artigo de Nuno Daupíás de Alcochete, “A Testamentária de Francisco Pinheiro”, publicado em 1956, no *Boletim*

Clínico e de Estatística dos Hospitais Cíveis de Lisboa (nº 20, Lisboa, 1956), uma “publicação um tanto desconhecida dos historiadores” que, como destaca Miriam Ellis, é a “mais extensa e diversificada coleção impressa de documentos mercantis pertinentes ao período colonial do Novo Mundo”.⁴

Francisco Pinheiro na historiografia

A historiografia nas últimas décadas tem destacado o papel dos homens de negócio no Império Português e na sociedade colonial brasileira, principalmente nos séculos XVII e XVIII.⁵ No entanto, na década de 1950, analisando a atuação dos “mercadores de grosso trato” no comércio colonial português, especialmente nos contratos do sal, tabaco, escravos e outros, a historiadora Virgínia Rau enfatizou a necessidade de estudar esse ator social. Segundo ela:

O estudo da sociedade luso-brasileira do século XVIII ficará incompleto se nele não inserirmos a contextura da vida profissional e particular dos *mercadores de grosso trato* que, no Brasil e em Portugal, arrematavam contratos, emprestavam a juros, negociavam em sal, tabaco, escravos, ouro, diamantes, e toda a espécie de mercadorias, interferindo assim na vida econômico-social da metrópole e dos seus domínios ultramarinos. (grifos nossos)⁶

No início da década de 1960, outra historiadora, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, chamou a atenção para a influência dos homens de negócios no Império Português. Segundo ela, tal presença pode ser percebida na atuação da Mesa do Bem Comum ou Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócios, uma agremiação mercantil portuguesa, que no período Filipino se opôs à implementação de consulados espanhóis nas praças mercantis do Império português.⁷ Tal agremiação, composta no início pelos mercadores do comércio urbano nos portos principais de Lisboa e Porto, foi estendida, no século XVII, aos comerciantes por atacado e aos exportadores e importadores vinculados ao comércio colonial, sejam os de Lisboa, sejam os da colônia, ou os da Bahia.⁸

No início da década de 1970, Eulália Lobo e Sérgio Buarque de Holanda retornaram aos estudos sobre os negociantes na sociedade

colonial. Comparando a atuação dos negociantes das cidades do Rio de Janeiro e de Charleston (atual Virginia/EUA), em meados do século XVIII, duas importantes cidades comerciais nos impérios português e inglês, Eulália Lobo ressaltou a dinâmica dos negócios e dos negociantes, destacando sua atuação como “homens bons” na Câmara da cidade do Rio de Janeiro.⁹ Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, enfatizou a importância dos agentes do trato mercantil na sociedade colonial e imperial brasileira.¹⁰ No artigo “Sobre uma doença infantil da historiografia”,¹¹ ele criticou o conceito de estamento ou ordem adotados pela historiografia da época e chamou a atenção para o fato de que os negociantes constituíram-se numa classe social (no sentido weberiano de “estilo de vida”), definição que não se opõe à ideia de formação de redes de interesses e clientelas, com atuação destacada no mesmo período.

Os homens de negócios, conhecidos como os comerciantes que negociam a grosso,¹² diferenciavam-se dos demais comerciantes, retalhistas ou lojistas. A definição da palavra negociante é:

[...] a ocupação de um membro que remete para os paizes estrangeiros as produções da sua patria, ou seja com o fim de troca-las por outras necessarias, ou por dinheiro este commercio feito por terra, ou por mar, na Europa, ou com outras partes do mundo, tem distinto nome de *commercio em grosso*, e os que se occupão nele são chamados de *homens de negocios*. (grifos nossos)¹³

Tendo como principal atividade o comércio de longa distância, os homens de negócios tiveram uma grande mobilidade na sociedade imperial portuguesa setecentista. Seja em Lisboa,¹⁴ seja em outras regiões e centros mercantis do Império, como na Bahia,¹⁵ Rio de Janeiro¹⁶ e Minas Gerais,¹⁷ essa mobilidade, fruto do seu prestígio econômico e político, permitiu que muitos fossem habilitados na Ordem de Cristo, a principal Ordem Militar do Império Português, e recebessem mercês e sesmarias nas colônias. Tal tendência ao enobrecimento, ou seja, de converter a acumulação mercantil em *status*, fez com que Vitorino Magalhães Godinho os denominasse “fidalgos-mercadores”.¹⁸ É importante enfatizar que esse enobrecimento do negociante não estava restrito a Portugal, pois na Inglaterra muitos negociantes que acumularam capital no comércio colonial setecentista,

ao retornarem a Londres, tornaram-se “gentlemen”.¹⁹ O conceito de fidalgo-mercador é apropriado ao negociante e contratador português Francisco Pinheiro, cavaleiro da Ordem de Cristo,²⁰ membro da Mesa do Bem Comum do Espírito Santo dos Homens de Negócios²¹ e com múltiplos negócios na Europa e no Império Português.

Na década de 1970, com a documentação organizada por Luis Lisanti Filho, tendo como objeto principal as finanças da colônia, Maria Bárbara Levy destacou a atuação de Pinheiro nos negócios das Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, principalmente no tocante ao crédito. Para essa autora, o crédito na colônia estava concentrado nas mãos de negociantes como Francisco Pinheiro, o que permitiu caracterizá-los como os detentores da moeda privada colonial.²² No início da década de 1980, retornando ao tema dos contratadores e negociantes,²³ Myrian Ellis ressaltou a necessidade de aprofundar os estudos sobre esses atores sociais na sociedade colonial, pois:

mencionar contratos e contratadores é pressupor o monopólio, em geral e, em particular, bem como a presença dos comerciantes no panorama econômico e social luso-brasileiro, desde os primórdios [...]. Monopólios, arrendamentos e contratos, antigas e tradicionais práticas desenvolvidas em Portugal também o foram no Brasil.²⁴

Como exemplo de estudo de caso de um contratador e de sua atuação no comércio e na sociedade colonial, a autora destacou a atuação de Francisco Pinheiro e a necessidade de aprofundar uma pesquisa sobre ele. Ainda nos anos 1980, Joseph Miller citou os *Negócios coloniais* no seu trabalho sobre o tráfico negreiro em Angola. Embora seja uma obra de grande importância para o entendimento do referido comércio nessa região africana pós-1730, no tocante à documentação organizada em *Negócios coloniais*, ressaltou muito pouco.²⁵

Na década de 1990, surgiram duas teses de doutorado sobre Francisco Pinheiro, cujas fontes foram os *Negócios coloniais* e a documentação manuscrita do Arquivo do Hospital São José. A partir das correspondências de Francisco Pinheiro com seus agentes em Minas Gerais, Júnia Ferreira Furtado²⁶ procurou não só analisar a participação dos “homens de negócios” no comércio das Minas setecentista, como também reforçar a visão de Maria Odila Silva Dias, no

texto “A interiorização da metrópole, 1808-1853”.²⁷ Furtado reforça o argumento de que o comércio é um dos mecanismos do processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da colônia portuguesa da América.²⁸

O segundo trabalho e, entre todos os que se referem a Francisco Pinheiro, o de maior envergadura, é a tese de doutorado de Willian Michael Donovan,²⁹ na qual foi analisado o desenvolvimento da atividade comercial do negociante Francisco Pinheiro, desde o primeiro negócio do sal, em sua terra natal, a Aldeia Galega, até a montagem da sua casa comercial em Lisboa. A partir dessa mudança estratégica, pois estava na sede do Império, Francisco Pinheiro ampliou seus negócios para além do contrato real do sal. Com o crescimento das demandas da região mineradora das Minas Gerais, tendo o Rio de Janeiro como sede dos seus negócios coloniais, privilegiando o comércio das Minas, Francisco Pinheiro expandiu suas atividades à Bahia e até mesmo à distante Colônia do Sacramento, o que vem de encontro à perspectiva apontada por Maria Bárbara Levy.³⁰ Willian Donovan ressaltou também os outros negócios de Francisco Pinheiro, que abrangeram desde o comércio de produtos têxteis e “molhados” (vinho, azeite e outros) até o de escravos na África. Partindo de uma rede comercial que envolveu uma série de agentes e comissários, a grande maioria constituída por seus parentes, Willian Donovan destacou a expansão e o apogeu de Francisco Pinheiro, assim como, também, seus limites.³¹

Embora tratem do negociante Francisco Pinheiro e de seus “negócios coloniais”, os trabalhos mencionados deixaram algumas lacunas no tocante ao comércio de escravos empreendido por esse negociante na África, principalmente na Costa da Mina. A respeito desse comércio, parte da documentação “encontra-se perdida”, principalmente a relativa às “carregações de escravos”.³² Mas sabe-se que esse comércio correspondeu a apenas 4,9% do total dos investimentos do negociante Francisco Pinheiro,³³ motivo, quem sabe, da pouca atenção recebida até agora por esse segmento de suas atividades. Willian Donovan ressaltou as dificuldades de Francisco Pinheiro na organização do comércio de escravos, apontando situações conjunturais como a invasão francesa no Rio de Janeiro, em 1711.³⁴ Como destaca uma carta de 1707, foi a partir desse ano que Francisco Pinheiro passou a fazer “carregação para a Costa da Mina”. Entretanto, apesar de seu interesse em participar do comércio de escravos, as já

mencionadas dificuldades relacionadas aos altos custos da organização do comércio negreiro mantiveram esse seu ramo comercial como uma atividade menor no conjunto de seus negócios.³⁵

Francisco Pinheiro e o comércio de escravos na Costa da Mina

Tendo agentes primeiramente na Bahia e em Pernambuco e, depois, no Rio de Janeiro e outros centros,³⁶ Francisco Pinheiro interessou-se pelo comércio na Costa da Mina, atrás de seus “negros”, tidos “como mais fortes e aptos para o árduo trabalho de mineração”. Embora fossem tidos como mais rebeldes que os vindos de Angola, eram também considerados mais ativos.³⁷ Essa preferência pelos “minas” em detrimento dos “angolas” pode ser avaliada na carta de Antonio Pinheiro Gomes, seu sobrinho e agente na Bahia,³⁸ datada de 1712:

Por se oferecer esta ocasião deste navio partir para as Ilhas não quero deixar de lhe escrever a VM. e juntamente para lhe dar parte em como chegou meu pai ao Rio de Janeiro com saúde e com suceço nos negros ainda que as vendas não são o que esperávamos porque derão muita baixa os negros de Angola no Rio juntamente os que vierão pera esta cidade que ninguém faz cazo deles senão dos minas porque he o que procura nesta terra e pera as minas [...].³⁹

A preferência pelo escravo mina foi destacada também numa carta do governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro ao rei, escrita em 5/7/1726. Segundo o governador,

os negros minas são os de maior reputação para aquelle trabalho [das minas], dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorozos, mas eu entendo que adquerirão aquella reputação por serem tidos por feiticeyros, e que *tem introduzido o diabo que só elles descobrem ouro*, e pella mesma cauza não há mineiro que poça viver sem hua negra mina, dizendo que só com ellas tem fortuna. (grifos nossos) ⁴⁰

Essa carta destaca o caráter mágico da propriedade dos escravos da Costa da Mina, sejam eles homens usados no trabalho das minas, sejam mulheres com quem os mineiros podiam viver.⁴¹

No entender de Charles Boxer, a corrida em direção à Costa da Mina estava relacionada a fatores endógenos e exógenos à África.⁴² Quanto aos endógenos afirmou:

a descoberta de ouro em Minas Gerais, na última década do século XVII, tornou-se urgentemente necessário encontrar escravos negros que fossem mais fortes e preparados para o trabalho nas minas que os Bantus de angola e congo. Isto conduziu à reabertura do tráfico de escravos entre os portos brasileiros – Rio de Janeiro, Bahia e Recife – e a Costa da Mina, como os portugueses chamavam à Baixa Guiné.⁴³

No tocante aos fatores exógenos, Boxer destacou os conflitos entre os reinos africanos abastecedores de escravos e o desastre demográfico causado pela epidemia de varíola de 1685 e 1687 em Angola, que causou uma grande mortandade.

Os negócios de Francisco Pinheiro na Costa da Mina aconteceram justamente no momento em que a Baía do Benim aumentou a exportação de escravos para o Brasil, assim como cresceu a concorrência estrangeira. Não só ele, mas também seus agentes, tinham consciência dos riscos que corriam. Uma carta de um seu agente na Bahia, Balthasar Alvarez de Araújo, dizia: “[...] viagem nova que já me vai parecendo velha, e inda ficção em ser outroz cento e tantos massos, cauza pelos holandezes apanharem todas embarcações que encontrão na costa da Mina [...]”.⁴⁴

Numa carta de 20 de agosto de 1707, dirigida ao capitão Antonio de Cubellos, de viagem marcada para a Costa da Mina, Francisco Pinheiro passava instruções sobre como marcar os escravos e efetuar suas vendas no Rio de Janeiro, onde Cubellos deveria prestar contas a seu agente local. Dizia a carta:

Copia das ordens que dei ao capitão da carregação que fiz pera a Costa da Mina embarcada no navio Nossa Sra. do Rozario e Sam Juseph. Senhor Capitão Antonio de Cubellos ahi remeto a VM. a carregação e o conhecimento junto o que VM. benefisiera como couza sua própria em a vender pello mais alto preço

que puder ou pello estado da terra e o porsedido della levará VM. em sua companhia para o Rio de Janeiro emperguado em negros machos os melhores que VM. achar e os marcara com minha marca no peito direito e levando Deos a VM. a salvamento ao Rio de Janeiro os vendera pello mais alto preço que puder e o seu liquido rendimento mo remetera VM. em barras de ouro ou moedas de ouro como também o porsedido da venda do navio que me tocar na minha tresa parte tudo emperguado na forma asima e mo remetera na capitania e almeiranta em ambas em igual parte e assinara conhecimento a entregar a minha ordem ou a quem meus negócios fizere nisto obarra VM. como coza sua própria e no tocante a estes meus negócios VM. tomara pareser no Rio de Janeiro com Lourenço Antunes Vianna auzente o Joseph de Almeida Cardoso pera com os seus pareseres poderem melhor asertar as minhas conviniensias e no mais que for do serviço de VM. não faltarei Deos guarde a VM. como desejo.⁴⁵

Diante de seu interesse pelo comércio de escravos na Costa da Mina, Francisco Pinheiro requereu um privilégio para seu comércio. Em 17 de setembro de 1709, obteve “provisão régia para comércio da Costa da Mina e na Guiné”.⁴⁶ É importante destacar que tal provisão significava não só isenção de determinados impostos ao negociante português em Lisboa,⁴⁷ como também contrariava os interesses dos negociantes baianos que, em 1703, haviam conseguido um “privilégio” de comércio na região. Na realidade, e de acordo com Pierre Verger, a ameaça ao privilégio dos baianos no comércio de escravos na Costa da Mina veio com os negociantes do Rio de Janeiro. Numa carta enviada ao rei de Portugal em 20 de junho de 1703, o governador da Bahia, D. Rodrigo da Costa, solicitava providências quanto à participação dos negociantes do Rio de Janeiro no referido comércio, pois passaram a concorrer com os baianos no abastecimento de mão de obra para as Minas Gerais.⁴⁸ Em 27 de setembro de 1703, o rei de Portugal levava ao conhecimento do governador da Bahia, o seguinte:

Eu, El-Rey, [...] fui servido mandar prohibir absolutamete, que não vão embarcações nem do Rio de Janeiro, nem dos portos das Capitanias do sul a costa da Mina [...], impondo aos

transgressores desta ley a pena de se lhe confiscarem assy os navios em que navegarem, como as fazendas que se acharem, e de serem degradados por tempo de seis annos para S. Tomé.⁴⁹

O favorecimento aos negociantes baianos foi reforçado pela instituição de cotas de escravos vindos da Mina para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, de modo que todos os outros escravos importados para atender à demanda de Minas Gerais deveriam entrar pela Bahia.⁵⁰ Entretanto, a concessão de privilégio a Francisco Pinheiro demonstra a disputa pelo comércio de escravos na Costa da Mina, em 1709.⁵¹ Reforçando a rivalidade entre as praças mercantis portuguesas por essa região africana, em 1712, uma associação de “lusobrasileiros” no Rio de Janeiro se uniu com ingleses em uma sociedade para trazer 300 escravos da Costa da Mina.⁵² A respeito dessa sociedade, é importante destacar que os ingleses João Charem (John Sherman) e Rafael Glouston (Ralph Gulston) fizeram negócios com Francisco Pinheiro. Segundo Donovan, na condição de membro de uma das quatro famílias britânicas autorizadas a negociar em Portugal pelo tratado de 1654, Ralph Gulston esteve em Lisboa e depois no Rio de Janeiro, em 1709.⁵³ Juntamente com seu irmão Joseph, Gulston estabeleceu uma casa comercial com grande prestígio, e tudo leva a crer que suas relações com Francisco Pinheiro, bem como com outros negociantes portugueses, como, por exemplo, Duarte Sodré Pereira,⁵⁴ eram antigas. Por ocasião da “carregação”⁵⁵ de escravos feita pela referida sociedade do Rio de Janeiro, Joseph, que estava em Lisboa, desempenhou um importante papel. Esse e outros episódios mostram que devemos ter uma certa cautela na ênfase da autonomia dos comerciantes da colônia.⁵⁶

O privilégio recebido por Francisco Pinheiro poderia ter dado início a uma atividade regular e rentável, mas, ao contrário, mostrou-se por demais arriscada e fonte de diversas dificuldades para o negociante. Um episódio interessante é a fuga de seu capitão, Antonio de Cubellos, com um lote de escravos de sua propriedade, trazido por Cubellos da Costa da Mina para o Rio de Janeiro, na embarcação Nossa Senhora do Rosário. Em carta datada de 13 de abril de 1710, Lourenço Antunes Vianna relatou a Francisco Pinheiro o desaparecimento do capitão, informando que a embarcação não havia chegado ao Rio de Janeiro até aquela data.

Recebi a procuração que VM. me remeteo pera que por auzencia do capp.^m Antonio de Cubellos tomasse conta da cargação que VM. lhe deu, e juntamente da B.^a parte do navio Nossa Senhora do Rosário, e de tudo fizesse venda pello mais [alto preço] que pudesse o dito navio inda the o precedente não he chegado a esta cidade, permita o Nosso Senhor trase llo a salvamento, e juntamente o capitão, e quando se ve do faltar, de tudo tomarei conta para beneficiar com a melhor reputação que for possível [...].⁵⁷

Em outra carta para Francisco Pinheiro, escrita em 11 de novembro de 1710, ou seja, após a tentativa de invasão francesa de Duclerc,⁵⁸ o mesmo Lourenço Antunes Vianna falava sobre o ataque e o carregamento do navio Nossa Senhora do Rosário:

Como se offereceo este patacho como avizo da *gloriosa vitória* que nesta alcansamos contra os francezas e cujo sucesso VM. sa vera lla com mais miudezas, não quero deichar de dar a VM. conta dos seus particulares, o capp.^m Antonio Cubellos me tem entregada huma quantidade de pannicos,⁵⁹ mas ainda me não tem dado a conta dos que pertencem a VM. a maior parte ou coais todos chegarão com sua avaria também me entregou 7 barrilinhos de pólvora e 35 barras de ferro o resto deste me disse que se misturara com a da outra cargação, já lhe tenho advertido [...]. (grifos nossos)

Enquanto ao navio esta sem ninguém fallar a elle, eu dezejara que se vendesse para que VM. ficasse livre desta penção, as contas das vendas dos negros ainda ma não deu o do capp.^m com esta guerra dos francezes não deu lugar a mais agora o hei de aplicar para que a faça, eu suponho que elle escreve a VM. porque me disse que o fazia [...].⁶⁰

Além de confirmar o desaparecimento do capitão e da carga de escravos, a carta acima destacou a tentativa de invasão e a vitória momentânea dos portugueses. Entretanto, numa carta de 25 de abril de 1712, Lourenço Antunes Vianna relatou para Francisco Pinheiro os danos causados pela invasão francesa liderada por Du Guay Trouin em 12 de setembro de 1711, tais como a perda do navio Nossa Senhora do Rosário, os “empréstimos” forçados para o governador do Rio de

Janeiro pagar o resgate exigido pelos franceses e a fuga para as Minas do capitão Cubellos com seus escravos. Além disso, chamou a atenção de Francisco Pinheiro sua argúcia em conseguir enviar-lhe uma remessa a Lisboa, escapando ao “controle do governador”.

Em 9 de dezembro do anno passado escrevi a VM. pella nao caravella que foi a levar a lastimoza nova da tomada que os franceses fizaerão a esta cidade, de cujo sucesso não tornarei a falar [...].

A VM. avizei o grandiozo danno que VM. esprementou e em primeiro lugar com a perda do navio em que veio o Cubellos que se foi ao fundo, ou o meterão os francezes e juntamente que o dito Cubellos assim que chegou a frota se partiu para as Minas escondidamente sentindo que viesse procuração como assim succedeo, com a que VM. mandou e outros mais que vierão e de couza nenhua deu conta que tudo foi VM. [...] Vera da conta que remeto do quoaal ficou liquido 1.098.879 rs, este dr.a a VM. avizei em como o escapara da mão dos piratas com a minha inteligência porque o tiranno do governador mandou lanssar hum bando que ninguém mandasse nada para fora da cidade com penna de o perder que a todos em geral cauzou grande danno, eu me vali de hun amigo official de guerra para mo mandar por fora algum preciozo que tinha o que com effeito assim me fes mandando para hua sua fazenda [...] (grifos nossos)

Da carregação que VM. me consignou toda levarão os francezes hua que estavão dentro da alfândega e outra que estava em caza [...].⁶¹

Para além do desastre provocado pela situação da capitania do Rio de Janeiro nos negócios de Francisco Pinheiro, a carta demonstrou a reação do agente Lourenço Antunes Viana frente às medidas do governador Castro Morais, que agiu em consonância com outras reações à atitude do governador de abandonar a cidade, deixando-a sob o controle dos invasores franceses liderados por Duguay-Troin. Como apontam Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Bicalho, essa reação pode ser vista numa petição dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei na qual os oficiais fizeram duras críticas ao governador “acusando-o de ter feito pouco caso do aviso recebido de Lisboa” e argumentando que o governador deveria ter defendido a

cidade, nas palavras da petição, “como são obrigados os Vassallos, a cujo cargo estão semelhantes lugares”.⁶²

A invasão francesa no Rio de Janeiro refletiu também sobre os negócios de Francisco Pinheiro na Bahia. Numa carta de 15 de outubro de 1712, Guilherme Rubim, agente de Pinheiro na capital baiana, relatou suas dificuldades para escoar produtos para o Rio de Janeiro:

pella cauza dos framcesses destruhirem o Rio de Janeiro e se acha a terra falta de vários gêneros, desta cidade me dissem forão tantos, que se acha abundante delles principalmente de gêneros de lam e pannos de linho e alguns mantimentos de sorte que esta cidade ficou exausta destes últimos [...].⁶³

Após a retomada da cidade mediante resgate, os negócios retornaram e, já em 1714, Francisco Pinheiro enviou as galeras *Nossa Senhora da Atalaia* e *Santo Antônio* para a Costa da Mina com um caixeiro e um capitão de sua confiança. Mostrando que dirigia pessoalmente seus negócios, em carta escrita de Lisboa ao irmão Antonio Pinheiro Neto, seu representante no Rio de Janeiro, Pinheiro deu detalhes sobre os procedimentos a serem adotados na venda dos escravos chegados ao Rio de Janeiro:

Os portadores desta he o meu caixeiro João Deniz de Azevedo, e o capp.^{am} Joseph Vieira Marques os quais hão de entregar a VM. os negros todos que fizerão da carrega.^{am} incluza na Costa da Mina *marcados no peito direito com a marca incliza na dita carrg.*^{am} que VM. fará logo dilligencia a vender os ditos negros pelo mais alto preço que puder com assistência do meu caixeiro e capp.^{am} ou quem seos poderes tiverem de que se não fará venda nenhuma sem assistenciados dous nomeados estando nessa cidade e estando fora della alguns dos dois poderá VM. com o que estiver na dita cidade reputando sempre pello mais alto preço que for possível o estado da terra carreguando tudo em livros com toda clareza para meu governo *vendendo os todos a troco de ouro ou em barra ou em pó ou em moedas* e, depois da dita venda feita toda se armara conta do rendimento de toda a importância de carreg.^{am} e se tiraraão a doze por cento de comição dos quais entregara VM. ao dito capp.^{am} cinco por cento, e os sete que ficão os repartira igualmente com meu

o caixeiro João Deniz de Azevedo a 3 ½ por cento a cada hum em tal forma que isto digo com declaração que da remeça do ouro se não há de tirar comição nenhuma para o remeter nem VM. nem os ditos e chegada que o dito navio seja a salvamento [como confio em Deos] porá VM. logo di tais para se vender o dito navio de que fará VM. deligencia ditos nomeados pello vender pello mais alto que for possível [...] e me fará favor de me escolher um *molecão grande de dezouto annos* dos mais bem feitos que vierem da carregaçam e este vira em companhia de VM. ou mo remetera [...] (grifos nossos)
Acressentamento a carta de 15 de setembro que foi com a galera Nossa Senhora da Atalaia e Santo Antonio que foi a Costa da Mina.⁶⁴

Preocupado com os acontecimentos de 1710 e 1711, Francisco Pinheiro enviou seu caixeiro de Lisboa João Diniz de Azevedo e o capitão José Vieira Marques para uma “carregação” de escravos da Costa da Mina em 1714. Por instrução sua, somente com a presença do caixeiro e com tudo documentado em livro, Antonio Pinheiro Neto poderia efetuar as vendas, e sempre pelo mais alto preço. Além disso, a carta explicitava que os escravos deveriam ser vendidos “em ouro, ou em barra, ou em pó, ou em moedas” e que, depois da venda, a comissão de 12% seria distribuída da seguinte forma: 5% para o capitão e 7% para serem divididos em partes iguais entre o caixeiro e o agente.

Em 1715, Francisco Pinheiro recebeu informações da chegada da “carregação” de “negros da Mina” por intermédio do caixeiro João Diniz de Azevedo e de Antonio Pinheiro Neto. Na carta para Francisco Pinheiro, datada de 8 de maio de 1715, João Diniz de Azevedo informa ter chegado ao Rio de Janeiro em 14 de abril e relata sua malsucedida viagem:

[...] quando saímos de Lx.^a (Lisboa) que foi com a tenção de carregar 400 escravos e que a fortuna que tinha sido tal que somente *carregamos 173 em todos os que se carregarão assim de VM. como de partes* [...]. e viemos seguindo viagem e chegamos a esta cidade domingo de ramos que foi em 14 de abril no mesmo dia já de noute vim eu para therra e vim fallar com o Sr.

Antonio Pinheiro netto a que dei as contas dos escravos que da conta de VM. [...] morrerão no mar quatro escravos, e os que chegarão a salvamento com vida a esta cidade forão cento e doze entre grandes e pequenos machos e fêmeas também destes chegarão alguns doentes e outros cegos de dor de olhos [...]. (grifos nossos)⁶⁵

No mesmo dia, Antonio Pinheiro Neto escreveu a Francisco Pinheiro relatando sua versão dos resultados da viagem:

Senhor o navio chegou a este porto a salvamento a 14 de abril de que tomei bem grande susto por vir em a ocasião em que vinha de se achar junto com a frota mas Nosso Senhor foi servido de nos dar boa sahida aos escravos pois os vendemos por muitos bons preços por ser a ocasião que hera, e estar a therra tão abundante delles a qual venda VM. [...]
[...] remeto a VM. as contas que João Deniz de Azevedo me deu assignadas pello cappitam das quais VM. o negocio que fizerei, e a fazenda que sobejou que da que receber avizarei a VM. advirta a VM. que destas cabeças que que fizerão morrerão *quatro negros pello mar, das quais recebi cento, e doze, e depois de estarem em therra morreu um moleque como se vê do rol*, e os que estão em ser são hum negro cego que foi de uma dor de olhos que no mar lhe deu; e outro da mesma dor cego de hum olho, e outro com defeito grande e hua negra velha e torta que cegou de um olho da mesma dor e hum molecão para João Deniz levar para VM.; e hum negro nosso que ainda esta em ser com bexigas porem caso dellas, he o que se offerece avizar a VM. que para frota [...] (grifos nossos).⁶⁶

Nas duas cartas, do total de 173 escravos embarcados na Costa da Mina, 116 pertenciam a Francisco Pinheiro. Com a morte de quatro escravos no mar, de um moleque (menino de 8 a 14 anos) morto em terra, “hum negro cego que se deu a hum ferreiro para lhe dar de comer”⁶⁷ e um outro enviado para Lisboa, o número de escravos à venda no Rio de Janeiro ficou reduzido a 109. Outro dado importante, que constava na carta do caixeiro João Diniz de Azevedo, era a divisão da “carregação” de escravos entre Francisco Pinheiro e outros negociantes não identificados. Embora coubesse ao primeiro 63,6%

dos escravos, a associação com outros negociantes era importante para a divisão dos custos e riscos da viagem. A respeito dos escravos, chamou a atenção o número daqueles tomados pela cegueira durante a viagem.⁶⁸

Além dos problemas acima citados, em outra carta, datada de 20 de maio de 1715, o capitão José Vieira Marques apresentava uma nova questão que interferia no tráfico negreiro: a guerra entre os reinos africanos.⁶⁹ Nessa carta, relatava o capitão:

trouse em ser perto de 3\$ de fazenda ou mais por lhe não poder dar sahida que também entreguei no Rio de Janeiro ao Sr. irmão Antonio Pinheiro Neto, com os escravos na forma da ordem de VM. e entendo que das embarcaçoens que foram dessa cidade a Costa da Mina há muitos tempos não fizeram tam bom negocio, porque inda assim, senão estiverão aqueles reis em guerra e os caminhos impedidos por cauzas dellas, entenda VM. que nada vinha em ser. (grifos nossos)⁷⁰

A venda do carregamento de escravos da Costa da Mina, que foi de 15 de abril a 8 de maio, ou seja, de 15 a 20 dias, rendeu a Francisco Pinheiro um “liquido 9.677.198 rs (9:677\$198) que tanto abono na conta corrente e da conta dos fretes também VM. Vera com o dinheiro que VM. deu a gente em essa cidade [...]”.⁷¹

O relato referente à venda dos africanos ficou mais compreensível num documento anexo à carta de Antonio Pinheiro Neto a Francisco Pinheiro, em 28 de setembro de 1721. Neste documento, Antonio Pinheiro Neto descreveu:

Entrada de hua carregaçam de negros vindos da Costa da Mina e porto de Judá em o navio Nossa Senhora da Atalia e santo Antonio cappitam Joseph Viera Marques remetido da cidade de Lisboa por seu irmão o Sr. Francisco Pinheiro e por sua conta e risco a dito porto para o dito cappitam e João deniz de Azevedo fazerem os ditos negros e com elles virem a esta cidade do Rio de Janeiro a entregar a mim Antonio Pinheiro Neto marcados com a marca a margem no peito direito abril 15 do dito anno. São os seguintes
p. cento e doze cabeças emtre grandes e pequenas machos e fêmeas como se vê da venda 112p. quatro negros que morrerão

no discurso da viagem como me constou pelo 1^o. dos mortos do dito navio 4 Gastos feitos com os ditos negros em este Rio de Janeiro p. 97420 rs que se gastarão em comer e beber, tudo o mais com os ditos negros como se vê do rol que vai 97.420p. comição de 11.107.520 rs que tanto emportou a venda dos negros a 12 p.c. (%) o seguinte para o cappam Joseph Vieira Marques 5 p.c. (%) 555.375 rs para mim Antonio Pinheiro Netto a 3 ½ p.c. (%) 388.764 rs para João Deniz de Azevedo a 3 ½ p.c. (%) 388.764 rs 1.332.902 rs para o líquido rendimento que fica que faço bom em conta corrente como della se vê 9.677.198 rs 11.107.520 rs.⁷²

No relato acima, do bruto de 11.107.520 rs (11:107\$520) foram retirados 97.420 rs (97\$420) referentes às despesas dos escravos, e 1.322.902 rs (1:322\$902)⁷³ das comissões do capitão, do agente e do caixeiro, ficando um líquido de 9.677.198 rs (9:677\$198) para Francisco Pinheiro. A respeito das despesas com os escravos no Rio de Janeiro, o que significava “um trato mínimo necessário para alcançar no mercado, os melhores preços, a fim de serem obtidos retornos satisfatórios de uma longa operação iniciada meses antes em Lisboa”, chamou a atenção o item alfândega, que correspondeu a 51,2%, de acordo com a Tabela 1. Nesse montante, acreditamos que estava contabilizada a despesa de 10% com a dízima da alfândega.

Tabela 1 – Despesas com escravos – Rio de Janeiro, 1715

	Valor (réis)	%
Alimentação*	13.740	14,1
Vestuário**	10.960	11,3
Saúde***	16.240	16,7
Alfândega	49.920	51,2
Outras	6.560	6,7
Total	97.420	100

* Alimentação inclui alimentos (feijão, farinha, sal) mais água.

** Vestuário inclui roupas mais esteiras de dormir.

*** Saúde inclui “visita da saúde” mais medicamentos.

Fonte: LISANTI FILHO, Luís. Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. Usaremos a abreviatura NC, ao referirmos a esta documentação.v. I, p. DIV.

No tocante à estrutura etária e de sexos do carregamento (Tabela 2) e dos preços médios por faixa etária (Tabela 3 e Gráfico 1), temos mais homens (61,5%) do que mulheres (38,5%), sendo que dos primeiros, temos mais “negros” (homens com idade entre 20 a 35 anos), seguidos de “moleções” (15 a 19 anos), e das segundas, mais “molecas”

(mulheres de 15 a 19 anos) do que “negras” (20 a 35 anos).⁷⁴ Em relação às mulheres escravas, a menor desvalorização das mulheres “velhas”, comparativamente aos homens “velhos”, ainda precisa ser melhor explicada pela historiografia.⁷⁵

O interesse por escravos numa determinada faixa etária, como a de 15 até 20 anos, foi reforçado na carta de Luiz Álvares Pretto para Francisco Pinheiro, em 4 de maio de 1723, na qual o primeiro dizia:

Rendo a VM. as graças pella mercê querer nos entereçar para a Costa da Mina em dez mil cruzados tendo ocasião a não largue por ser o melhor negócio que corre nesta seja o cappitam entereçado verdadeiro e capz quando sendo assim deixa lucro bastante advertindo seja negraria nossa de *15 anos athe 20* (grifos nossos).⁷⁶

Tabela 2 – Estrutura etária e sexo do carregamento de 1715

Idade	Sexo masculino		Sexo Feminino		Total
Até 7 anos (molequinho)	8	11,9 %	5	11,9 %	13 11,9%
8 – 14 anos (moleque/a)	6	9,0 %	2	4,8 %	8 7,4 %
15 – 19 anos (moleção/ona)	18	26,9 %	18	42,9 %	36 33,0 %
20 – 35 anos (negro/a)	33	49,3 %	8	19,0%	41 37,6 %
36 e mais anos (velho/a)	2	2,9 %	9	21,4%	11 10,1
Total	67	100,0 %	42	100,0 %	109 100,0 %
%	(61,5 %)		(38,5 %)		(100,0 %)

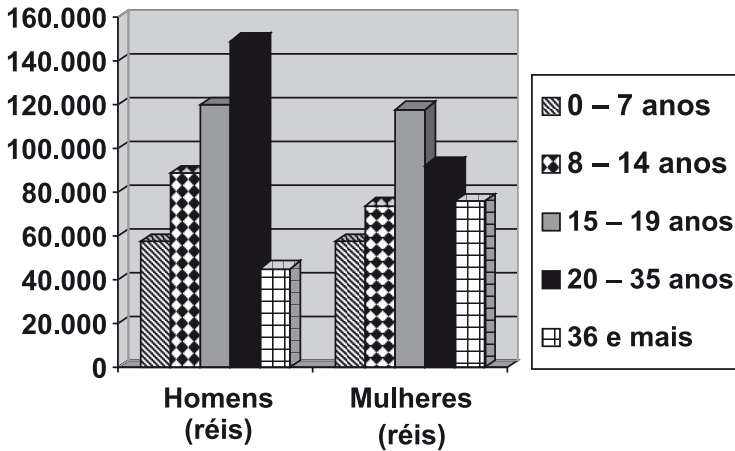
Fonte: LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. Usaremos a abreviatura NC, ao nos referirmos a esta documentação. v. I, p. DIX

Tabela 3 – Estrutura etária e preço médio do carregamento de 1715

Idade	Homens (réis)	Mulheres (réis)
0 – 7 anos	57.750	57.609
8 – 14 anos	89.000	74.000
15 – 19 anos	120.080	118.188
20 – 35 anos	149.348	92.500
36 e mais	45.000	75.855

Fonte: LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. Usaremos a abreviatura NC, ao nos referirmos a esta documentação. v. I, p. DX.

Gráfico 1 – Estrutura etária e preço médio do carregamento de 1715



Infelizmente, após essa “carregação” de 1715, não encontramos mais documentos capazes de detalhar novas remessas de escravos vindas da Costa da Mina para o Rio de Janeiro. Em carta datada de 15 de outubro de 1721, João Francisco Muzzi e Luiz Alvarez Pretto relatavam a Francisco Pinheiro:

O melhor negocio desta he de negros em particular da Costa da Mina que em dois dias reduz logo em dinheiro de contado sem detensa nem fiar cousa alguma como conseguirão dois navios que a esta chegarão o mês passado que he coiza por maior ver como corre toda a gente a comprar como si de desem de graça que cada negro de 14 annos para cima 150 e 180 e 200\$ reis he o seu preço e em tentando alguma coiza deste negocio sempre seja com interes do cappitam que assim são mais bem tratados [...].⁷⁷

Em outra carta da mesma data, João Francisco Muzzi solicitou informações do negociante Francisco Pinheiro sobre o envio de navio para o comércio de escravos na Costa da Mina. Em seu relato, diz:

Si VM. thera resolvido de mandar o navio a costa da Mina espere VM. de ther feito um negocio considerável e de muito lucro, e de ther logo seu dinheiro, pois chegarão nestes dias o Rei nau da Costa com 290 e tantos negros, e também hum Angola com

outros tantos, elles chegarão com negros porem o dia seguinte acharam-se com o dinheiro delles na mão, que lhe não posso explicar com quanta facilidade e brevidade, se vendem estes escravos com dinheiro na mão logo, e o preço mui altos, [...] Em resolvendo alguma couza dos negros, seja antes da Costa que Angola, porque estes logrão maior precio, e são mais extimados.⁷⁸

No texto, percebemos não só o interesse dos agentes pela lucratividade do comércio de escravos, pois as comissões dos mesmos eram maiores, como também a acirrada disputa pela oferta de escravos. Na resposta de Francisco Pinheiro, ficou explícita a dificuldade de se organizar o navio pela falta de sócios para custear as despesas. Seus parceiros costumeiros, os negociantes Paulus Hieronimo Médici e Egneas Beroardi, este último italiano estabelecido em Lisboa, não se interessaram pelo “negócio de carne humana”. Dizia a carta:

Eu boa vontade tinha de fazer a compra de hum navio para a costa e que enteressassem nelle os srs. Médici e Beroardi; mas me respondem que não querem enteressar se em *negocio de carne humana*; assim que quando ache alguma que se queira interessar; em algum comigo para ir remetido a VM. o estimarei; [...]. (grifos nossos)⁷⁹

Além das dificuldades já apontadas para organizar sociedades para o comércio de escravos, dois acontecimentos também dificultaram os negócios de Francisco Pinheiro na Costa da Mina, na década de 1720. O primeiro foi a construção do Forte em São João Batista de Ajudá, em 1721. Financiado por negociantes baianos, e sob a iniciativa de Vasco Fernandez César de Meneses (39^o governador e capitão-geral da Bahia e 4^o vice-rei do Brasil), que autorizou o capitão de mar e guerra Joseph de Torres⁸⁰ a construí-lo. O forte simbolizou a vitória dos baianos perante os portugueses no tráfico da Costa da Mina. O segundo foi o início da expansão do Reino de Daomé, que intensificou as disputas entre os reinos africanos pelo tráfico na Costa da Mina, aumentando o risco do comércio de escravos na região.⁸¹ A respeito dessa situação africana, na carta de 15 de outubro de 1721, Luiz Alvarez Pretto destacou o problema para Francisco Pinheiro, dizendo: “possa ser com ordem de VM. farei o que me ordenar o Sr.

João Francisco na que remete a VM. manda amis largamente a noticia do *negocio da Costa da Mina verdade he corre perigo do alevantamento e grande risco [...]*.” (grifos nossos).⁸²

Apesar dos obstáculos, parece que o comércio dos escravos continuou sendo feito por Francisco Pinheiro. Numa carta de 5 de julho de 1726, Luiz Alvares Pretto relatava para Francisco Pinheiro que a venda de um carregamento de escravos não foi boa, pois era constituído de menores e mulheres, muitos deles com problemas nos olhos. A ênfase na saúde dos escravos, na preferência por homens na idade adulta, mostra o perfil de uma boa carga, e a previsão de realizar boas vendas e lucros. Dizia a carta:

Pella conta de vendas que juntamente remetto de 26 escravos de huma carregação que VM. remetteu pella Costa da Mina na galera Nossa Senhora da Conceição, [...] pella dita conta podera VM. ver o miseravel preço pello que vendi os ditos escravos que alem de ser barato me não foi possível poder conseguir com a dita venda a dinheiro de contado, por estes serem *todos de menor idade, e femias e virem achacados dos olhos* assim achara emportar o seu liquido rendimento conforme consta da dita conta 831.996 rs (831\$996). (grifos nossos)⁸³

Entretanto, mesmo com a venda do carregamento de 1726, o comércio de escravos feito por Francisco Pinheiro declinou. As guerras na costa africana, as disputas entre negociantes das praças coloniais de Salvador⁸⁴ e do Rio de Janeiro dificultavam as atividades regulares. A cobrança de novas taxas (os chamados “direitos”) sobre a importação de escravos, juntamente com as restrições dos holandeses à circulação das embarcações na Costa da Mina⁸⁵ oneravam ainda mais o custo do escravo.⁸⁶ Por fim, a falta de sócios para a organização do navio e a liquidação de uma sociedade no Rio de Janeiro⁸⁷ parecem ter repercutido sobre as atividades de Francisco Pinheiro, afastando-o do comércio negreiro.

Um aspecto interessante da correspondência é que, além de negociar escravos, Francisco Pinheiro, periodicamente, também os encomendava para uso próprio. Em 1714, além dos acertos comerciais com seu agente, Francisco Pinheiro lhe encomendara um “moleção” de 18 anos que deveria ser remetido a Lisboa.⁸⁸ Esses pedidos, mesmo que eventuais, mostram não apenas a sabida presença de

escravos em Lisboa,⁸⁹ mas o uso regular deles por Pinheiro. Em carta de 10 de agosto de 1728, João Francisco Muzzi tratou novamente do assunto mencionando a remessa a Lisboa de dois “moleques minas”. O segundo pedido deu ainda oportunidade para que o agente se explicasse sobre a dificuldade da remessa, oferecendo-nos importantes informações a respeito das etapas do tráfico Atlântico. Deixava claro que as “carregações” de escravos entre a Costa da Mina e o Rio de Janeiro passaram a não vir mais em “direitura”, incluindo uma escala na Bahia ou em Pernambuco, o que encareceu o preço do escravo da mina, especialmente a partir de agosto, quando teve início a monção. Essa nova escala é, certamente, o motivo pelo qual não aparecem mais registros da chegada de navios seus da Mina no Rio de Janeiro.⁹⁰

Todavia não lhe podemos remeter dos dous moleques minas, que VM. nos pede pelos não haver, pois ainda agora prinsipia a monção, para elles poderem vir da Bahia e de Pernambuco, e os dias passados virão hums desta ultima parte, e querendo comprar dous dois bonitos, e do tãoomano, que VM. dezeja não quizerão dallos por 250\$ rs, *que como não vem para esta da Costa em direitura, hão sempre de custar mais e tãoobem por serem muito procurados, estando bastante gente, e cabedal nesta esperando escravos minas para fazer emprego, e sertamente, que boa ocasião hera esta para mandar para a Costa, ainda que fosse necessário gastar huas poucas moedas, para haver pasaporte holandês, para não entenderem com a embarcação, as galeras que la estão cruzando, e por agora não se nos oferece mais que partissipa lhe, [...]. (grifos nossos)*⁹¹

A resposta de Francisco Pinheiro foi direta:

No que VM. fala das novas negociações para a Costa da Mina, Ilha de são Lourenço e minas: eu não me rezolvo a emtrar em novos negócios sem primeiro ajuntar os cabedais que tenho na mão de VM. porque os tais negossios dependem de grande desembolço e eu não me acho em termos de os fazer sem primeiro puxar os meu cabedais que tenho espalhados nesse Rio e na Colônia [...].⁹²

Portanto, dependente dos sócios, dos seus agentes e do capital dos seus negócios coloniais para organizar o comércio de escravos, Francisco Pinheiro priorizaria outras atividades até o final de sua vida, o que ocorreu em 1749.

Considerações finais

Neste texto, procuramos descrever e analisar o comércio de escravos realizado pelo fidalgo-mercador Francisco Pinheiro. Por meio da correspondência entre ele e seus agentes e capitães de navio, pudemos perceber o quanto era arriscado, custoso e nem sempre lucrativo, o comércio de “carne humana” da Costa da Mina para o Rio de Janeiro. Mas, se havia lucro, podia ser alto, e não apenas para o negociante, mas também para seus agentes e, principalmente, para os capitães das embarcações.

Infelizmente, como destacado por Luis Lisanti, a documentação sobre os carregamentos dos escravos não é muito farta, tampouco detalhada. Encontramos apenas uma descrição pormenorizada, a do carregamento de 1715, que por sinal foi importantíssima pela riqueza de detalhes, seja pelos preços dos escravos e o lucro alcançado com a venda destes, seja pela estrutura etária e pelo sexo dos mesmos. Apesar de todas essas dificuldades, os relatos sobre o negócio do comércio de escravos, envolvendo riqueza e poder/prestígio por parte do negociante, oferecem uma importante contribuição para o entendimento do funcionamento da sociedade e do Império português no século XVIII. A História do Negócio, como toda história particular, não está dissociada da História Social. Nesse sentido, concordamos com Marc Bloch, quando ele afirma:

Nada há mais legítimo, nem, freqüentemente, de mais salutar, que centrar o estudo de uma sociedade, num dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, num dos problemas precisos que este ou aquele desses aspectos suscita: crenças, economia, estruturas das classes ou dos grupos, crises políticas [...]. Em resultado dessa escolha refletida, os problemas não ficarão apenas, em geral, formulados com maior firmeza: os próprios fatos de contato e de troca ficarão realçados com maior nitidez. Sob a condição, simplesmente, de que queremos descobri-los [...].⁹³

Notas

- ¹ As licenças eram concedidas pela Coroa seja para o comércio atlântico de escravos, seja para outros tratos mercantis, como, por exemplo, o comércio no Caminho Velho para as Minas. A respeito do comércio legal para a Costa da Mina, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 73-75.
- ² A respeito da “idade de ouro do Brasil” e do tráfico de escravos na Costa da Mina e na Bahia, ver: BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. (Coleção Brasileira, v. 341); VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. Tradução de Tasso Gadzanis. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002.
- ³ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. 5 v. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. Usaremos a abreviatura NC, ao nos referirmos a esta documentação.
- ⁴ ELLIS, Miriam. Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 24, p. 120, 1982. Esta publicação foi citada por Luiz Lisanti e por Willian Donovan.
- ⁵ Existe um grande número de trabalhos sobre negociantes no período colonial. Correndo o risco de deixar de lado trabalhos importantes, destacarei alguns deles nas notas seguintes.
- ⁶ RAU, Virgínia. Um mercador luso-brasileiro do século XVIII. In: _____. *Estudos sobre História Econômica e Social do Antigo Regime*. Introdução e Organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Ed. Presença, 1984, p. 19. Esse texto foi elaborado para ser apresentado no II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que se realizou em São Paulo em 1954. Foi publicado pela primeira vez em 1961.
- ⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A mesa do bem comum ou mesa do espírito santo dos homens de negócio e o consulado em Portugal. In: _____. *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961. p. 47-105
- ⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A mesa do bem comum ou mesa do espírito santo dos homens de negócio e o consulado em Portugal. In: _____. *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961. p. 36-37.
- ⁹ LOBO, Eulália Maria Lameyer. *O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charlenston no Século XVIII*. Separata da *Revista de História*, São Paulo, n.101, p. 49-106, 1975. Esta tese foi ressaltada no trabalho de GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.
- ¹⁰ Entre os trabalhos e orientações com “influência” do pensamento de Sérgio Buarque, que tratam do comércio e comerciantes, destacamos: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976; DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: dimensões. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986; PETRONE, Maria T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968; PETRONE, Maria T. S. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976; BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1725)*. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 1996; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo:

- HUCITEC, 1999. A respeito da importância de Sérgio Buarque de Holanda para a historiografia brasileira, ver: CÂNDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- ¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da Historiografia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, suplemento literário, 24 jun. 1973.
- ¹² Max Weber denominou esses negociantes comerciantes atacadistas, e Fernand Braudel denominou-os negociantes-capitalistas. Para Weber e Braudel, esses negociantes eram capitalistas modernos. Cf. WEBER, Max. *História geral da Economia*. Tradução de Calógeras A. Pajuaba. São Paulo: Mestre Jou, 1968. cap. 4: as origens do capitalismo moderno; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. tomo II: o jogo das trocas. Lisboa: Teorema, [19-]. p. 329-382. (Série Especial)
- ¹³ SALES, Alberto Jaqueri de. *Diccionario Universal de Commercio*. Tradução e adaptação manuscrita do *Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary de Brulons. 3 v. 1813. O dicionário francês foi editado em 1723.
- ¹⁴ A respeito do papel dos negociantes de Lisboa, cf. PEDREIRA, Jorge L. *Os homens de negócios da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996; MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750-1834*. Lisboa: Estampa, 1997; SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. Com relação à nobreza, cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1825)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- ¹⁵ FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian merchants and planters in the seventeenth and early eighteenth centuries. *HAHR*, Maryland, v. 58, n. 4, p. 571-594, 1978; LUGAR, Catherine. *The mercant community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. (Ph. Thesis) – The State University of New York at Stony Brook, 1980; KENNEDY, John Norman. Bahian elites. *HAHR*, Maryland, v. 53, p. 415-439, aug. 1973; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília, DF: UNB, 1981; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.
- ¹⁶ FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1780-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; SAMPAIO, Antônio Carlos Juca. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social, estratégias de classe na produção da exclusão – Rio de Janeiro, (c.1650-c1750)*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- ¹⁷ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999; ARAÚJO, Luiz Antonio. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745 – 1765)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- ¹⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga Sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1979. p. 103.
- ¹⁹ Essa forma de atuação do comerciante e do comércio inglês fez com que Cain e Hopkins denominassem esse período de “Gentlemanly Capitalism”. Cf. CAIN, J.P.; HOPKINS, A.G. Gentlemanly capitalism and british expansion overseas I: the old colonial system, 1688-1850. *The Economic History Review*, [S.l.], 2nd ser., v. 39, n. 4, p. 501-525, 1986. A influência desta visão pode ser constatada nos seguintes trabalhos: HANCOCK, David. *Citizens of the world: London Merchants and the Integration of*

- the British Atlantic Community, 1735-1785. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Parte III, Becoming a Gentleman; BOWEN, H. V. *Elites, enterprise and the making of the british overseas empire, 1688-1775*. London: Palgrave Macmillan, 1996. chapter 6: merchants, planters and gentlemanly ideal.
- ²⁰ ANTT. Ordem de Cristo, Habilitação letra P, Maço 37 # 6 apud DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 144, notas 77-79.
- ²¹ A respeito da Mesa do Bem Comum, cf. LOBO, Eulália Maria Lameyer. *O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charlenston no Século XVIII*. Separata da: *Revista de História*, São Paulo, n.101, p. 49-106, 1975.
- ²² LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 94-100.
- ²³ A respeito dos contratos e contratadores do sal e da pesca da baleia na colônia, cf. ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: FFCL, 1955 e *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1969.
- ²⁴ ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: FFCL, 1955. p. 121.
- ²⁵ MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, Wisconsin: University Press, 1988.
- ²⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. O livro de Júnia Furtado, citado nas notas 8 e 11, é originalmente esta tese.
- ²⁷ DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: *Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. nota 9.
- ²⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 46.
- ²⁹ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990.
- ³⁰ LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 94-100.
- ³¹ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. cap. 4, 5 e 6.
- ³² LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. v. I, p. DIII.
- ³³ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 327, gráfico IV.
- ³⁴ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. cap. 4.-
- ³⁵ A presença de estrangeiros nas praças do Império Português e a disputa na África não são novidade na historiografia. Em 1951, numa tese original sobre o abasteci-

- mento das Minas Gerais no século XVIII, Mafalda Zemella destacava essa presença e a disputa pelo mercado de escravos. Charles Boxer, nos seus vários trabalhos, também enfatizou tal dinâmica. Cf. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990. Além das obras citadas de Charles Boxer no texto, cf. BOXER, Charles R. *Brazilian gold and british traders in the first half of the eighteenth century*. *HAHR*, Maryland, v. XLIX, n. 3, p. 454-472, ago. 1969.
- ³⁶ Sobre os agentes (parentes) de Francisco Pinheiro, cf. LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. v. I, p. CXXIX-CXLVII; DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. Cap. 3 e 4.
- ³⁷ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. v. I, p. DI.
- ³⁸ Antonio Pinheiro Gomes era filho de Antonio Pinheiro Neto, irmão de Francisco Pinheiro. Em 1714, foi para Luanda, Angola, vindo a falecer em 1716, “morto pelos seus escravos na selva”. LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. v. I, p. CXXXIV-CXXXV.
- ³⁹ Antonio Pinheiro Gomes para Francisco Pinheiro, 12/09/1712, Cartas da Bahia, NC, v. I, p. 19. Por “nesta terra” entenda-se a Bahia e “peras minas”, as Minas Gerais.
- ⁴⁰ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. v. 50. São Paulo, 1929. p. 60. In: LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. v. I, p. DI–DII, nota 4.
- ⁴¹ Para Mariza Soares, “em pouco tempo, numa alquimia tardia, essa capacidade de encontrar ouro transforma-se em acesso à sorte, à fortuna”. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 86.
- ⁴² BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, [19–]. p. 172. A respeito desse declínio, principalmente de Luanda enquanto centro exportador, cf. FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming atlantic slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. (Ph. Thesis) – University of California, Los Angeles, 2003. cap. 1.
- ⁴³ BOXER, Charles R. *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Tradução de Elice Munerato. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p. 50.
- ⁴⁴ Baltazar Alvarez de Araújo para Francisco Pinheiro, 15/01/1719, Cartas da Bahia, NC, v. I, p. 93.
- ⁴⁵ Francisco Pinheiro para Antonio de Cubellos, 20/08/1707, NC, vol. V, p. 519. Segundo Willian Donovan, Francisco Pinheiro, Theofilo Borges e Manuel Martins receberam permissão para que seus navios *N. Sra. Rosário* e *S. Joseph*, fossem para a costa da Mina. DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 244, nota 70.
- ⁴⁶ ANTT. Chancelaria de D. João V, Livro 34, fl. 26 apud Daupias, op.cit, p. 451. In: NC, vol. I, p. DIII.
- ⁴⁷ Infelizmente não temos o documento citado. Entretanto, podemos supor que trata de uma licença, o que significa privilégios e isenções de tributos. A respeito da fiscalidade colonial, cf. COSTA, Wilma P. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade na época da independência. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). *Brasil: formação do Estado e*

- da Nação. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2001. p. 143-193. Especialmente na parte O sentido da fiscalidade colonial.
- ⁴⁸ APEB, 7, doc. 218. In: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. p. 58.
- ⁴⁹ APEB, 7, doc. 218. In: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. p. 58.
- ⁵⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 74.
- ⁵¹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 79.
- ⁵² SAMPAIO, Antônio Carlos Juca. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social, estratégias de classe na produção da exclusão – Rio de Janeiro, (c.1650-c1750)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p. 271.
- ⁵³ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 265. A respeito do Tratado de 1654 e sua repercussão sobre o comércio Inglaterra-Portugal, cf. SHAW, L. M. E. *The anglo portugueses alliance and the english merchants in Portugal, 1654-1810*. UK/Aldershot: Ashgate, 1998.
- ⁵⁴ Joseph Gulstons e Cia. foi um agente comercial, um “factor” (comissário-consignatário), importante para o “fidalgo-mercador” Duarte Sodré Pereira. Pereira, op. cit., p. 88-89.
- ⁵⁵ “Carregação era o termo utilizado para designar uma carga específica (mercadoria, inclusive escravos), pertencente a uma ou mais pessoas, e enviada para uma localidade distinta daquela em que seus proprietários residiam, com a finalidade de ser vendida”. (SAMPAIO, Antônio Carlos Juca. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social, estratégias de classe na produção da exclusão – Rio de Janeiro, (c.1650-c1750)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p.238).
- ⁵⁶ A respeito das autonomias e funcionamentos dos mercados do Império português, é importante resgatar o trabalho de José Roberto do Amaral Lapa: *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (cf. os capítulos O Mercado Interno Colonial e o Comércio Intercolonial). Essa questão merece ser mais discutida em SAMPAIO, Antônio Carlos Juca. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social, estratégias de classe na produção da exclusão - Rio de Janeiro, (c.1650-c1750)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p. 273-274.
- ⁵⁷ Carta de Lourenço Antunes Vianna para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, em 13/04/1710, NC, vol. II, p. 5.
- ⁵⁸ Duclerc chegou ao Rio de Janeiro em 11/8/1710, rendeu-se em 19/9/1710 e foi assassinado em 18/3/1711. A respeito dessa tentativa de 1710 e da invasão de 1711, essa última chefiada por Du Guay Trouin, cf. BOXER, Charles R. *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Tradução de Elice Munerato. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. cap. IV: os franceses no Rio de Janeiro; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. p. 44-48; GUAL-TROUIN, René du. *O corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro*. Tradução de Carlos André Nougé. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.
- ⁵⁹ Pânico era um tecido de linho de diversas qualidades.

- ⁶⁰ Carta de Lourenço Antunes Vianna para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 11/11/1711, NC, v. II, p. 6.
- ⁶¹ Carta de Lourenço Antunes Viana para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 25/04/1712, NC, v. II, p. 8-9. Nas cartas de Francisco Pinheiro para seus agentes no RJ e MG, a questão referente à busca e cobrança sobre o referido Cubellos foi constante. A notícia da morte de Cubellos em 1721 não convenceu Francisco Pinheiro na busca do seu prejuízo. Sobre a notícia da morte e seu desdobraimento, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 94-95.
- ⁶² SOUZA, Laura de Mello; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: o Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 57.
- ⁶³ Carta de Guilherme Rubin para Francisco Pinheiro, Carta da Bahia, 15/10/1712, NC, v. 1, p. 22.
- ⁶⁴ Carta de Francisco Pinheiro para Antonio Pinheiro Neto, Carta de Lisboa, 15/9/1714, NC, v. 4, p. 704-705.
- ⁶⁵ Carta de João Diniz de Azevedo para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 8/5/1715, NC, v. 2, p. 50.
- ⁶⁶ Carta de Antonio Pinheiro Netto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 8/5/1715, NC, v. 2, p. 54.
- ⁶⁷ Carta de Antonio Pinheiro Neto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 28/9/1721, NC, v. II, p. 174. (Documento anexado à carta)
- ⁶⁸ Segundo Luis Lisanti Filho, a cegueira era uma enfermidade comum entre os cativos e, entre as causas, podiam estar “as condições alimentares que afetam a vista, a ambliopia, e a alimentação dada ao escravo (feijão e farinha de mandioca) não eram ricos em vitamina A”. Ambliopia é o enfraquecimento da vista sem lesão orgânica aparente do olho, associada especialmente ao efeito de certas drogas ou à deficiência dietética. *Dicionário Michaelis*, 2001, *cd-rom*. Entretanto, o autor assinala que “a deficiência visual total e/ou parcial podia estar ligada sobretudo a outros fatores. O tracoma, pelo menos atualmente, não é assinalado na região africana de onde vinham tradicionalmente os escravos. Resta a varíola (grifo nosso). Cremos que esta moléstia fosse a grande responsável”. LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, DF: Min. da Fazenda, 1973. p. DVII, nota 1. Tracoma é uma doença crônica de olho, de causa infecciosa. A respeito das doenças e outros problemas dos escravos nas viagens dos “tumbeiros”, cf. MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, Wisconsin: University Press, 1988. p. 424-442.
- ⁶⁹ LOVEJOY, op.cit., p. 128-146; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 78.
- ⁷⁰ Carta de José Vieira Marques para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 20/05/1715, NC, v. II, p. 62-63.
- ⁷¹ Carta de Antonio Pinheiro Neto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 20/06/1715, NC, v. II, p. 73.
- ⁷² Carta de Antonio Pinheiro Neto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 28/9/1721, NC, v. II, p. 170-171.
- ⁷³ No tocante à comissão de 12% referente à venda do carregamento, capitão (5%), agente (3 ½%) e caixeiro (3 ½%), Willian Donovan chamou atenção que foi superior à das vendas de outros produtos. A comissão da venda de produtos secos (têxtil) girava em torno de 6% e de couros 2%. DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 260.

- ⁷⁴ Sobre a preferência pelo escravo homem adulto e a distribuição da oferta e demanda de escravos por sexo, ver: LOVEJOY, Paul E.; RICHARDSON, David. Competing markets for male and female slaves: slave prices in the interior of West Africa. *Journal of Economic History*, [S.l.], v. 28, p. 261-93, 1995.
- ⁷⁵ Entre os historiadores brasileiros que se detiveram sobre o tema da família e da mulher escrava, destaque: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790- c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (1. ed. Arquivo Nacional, 1995); SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- ⁷⁶ Carta de Luiz Álvares Pretto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 04/05/1723, NC, v. II, p. 361.
- ⁷⁷ Carta de João Francisco Muzzi e Luiz Álvares Pretto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 15/10/1721, NC, v. II, p. 190.
- ⁷⁸ Carta de João Francisco Muzzi para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 15/10/1721, NC, v. II, p. 228.
- ⁷⁹ Carta de Francisco Pinheiro para João Francisco Muzzi, Carta de Lisboa, 20/03/1722, NC, v. V, p. 9.
- ⁸⁰ O capitão de mar e guerra Joseph de Torres era também proprietário de navios que traficavam na Costa da Mina. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. Tradução de Tasso Gadzanis. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 85-88.
- ⁸¹ A respeito da expansão de Daomé e a ocupação do porto de Ajuda pelo daomeanos, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 79; LOVEJOY, op. cit., p. 136-137.
- ⁸² Carta de Luiz Álvares Pretto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 15/10/1721, NC, v. II, p. 234.
- ⁸³ Carta de Luiz Alvares Pretto para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 05/07/1726, NC, v. III, p. 88.
- ⁸⁴ A respeito das associações de negociantes baianos com ingleses, cf. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. Tradução de Tasso Gadzanis. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 62-64.
- ⁸⁵ Sobre os holandeses, um agente de Pinheiro informa que diante do bom preço de um escravo mina no Rio de Janeiro na época das monções, quando é difícil trazê-los da Bahia, valeria a pena pagar-lhes o que pediam para fazer negócio: “sertamente, que boa ocasião hera esta para mandar para a Costa, ainda que fosse necessário gastar huas poucas moedas, para haver passaporte holandês”. Carta de João Francisco Muzzi para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 10/08/1728, NC, v. III, p. 312.
- ⁸⁶ Em 1725, o negociante Jerônimo Lobo Guimarães, do Rio de Janeiro, arrematou o “contrato novo dos direitos que pagam os escravos que entram no Rio de Janeiro, vindos da Mina e Cabo Verde”. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 81.
- ⁸⁷ DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon*

to Brazil Trade, 1695-1750. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990. p. 264-269.

⁸⁸ “[...] e me fará favor de me escolher um molecão de dezouto annos dos mais bem feitos que vierem da carregaçam e este vira em companhia da VM. ou me remetera [...].” Carta de Francisco Pinheiro para Antonio Pinheiro Neto, Carta de Lisboa, 5/09/1714, NC, v. 4, p. 705.

⁸⁹ LAHON, Didier. *Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l’Ancien Regime (1441-1830)*. 2001. Cd-rom.

⁹⁰ Essa rota entre a Mina e o Rio de Janeiro foi destacada por Soares para explicar a presença de escravos da Costa da Mina na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. Sobre a transferência de escravos da Costa da Mina da Bahia para o Rio de Janeiro nesse período, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 2, especialmente p. 85.

⁹¹ Carta de João Francisco Muzzi para Francisco Pinheiro, Carta do Rio de Janeiro, 10/08/1728, NC, v. III, p. 312.

⁹² Carta de Francisco Pinheiro para João Francisco Muzzi, Carta de Lisboa, 18/01/1729, NC, v. V, p. 163.

⁹³ BLOCH, Marc. *Introdução a História*. 5. ed. Tradução de Maria Manuel e Rui Gracio. Lisboa: Publicações Europa América, [19–]. p. 135. (Coleção Saber, 59).

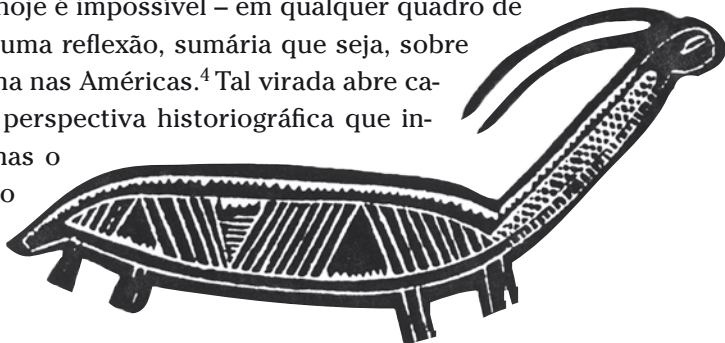
Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benim, século XVIII¹

Mariza de Carvalho Soares

As mudanças e alterações provocadas localmente no interior, direta ou indiretamente, por este tráfico, estão longe de constituir os temas principais ou prioritários de pesquisa. Fica-se com a impressão de que Abomé, capital do Daomé, e Uidá, seu porto comercial, continuam a ser os principais centros de interesse dos pesquisadores. Enquanto isso, as regiões há muito tempo e seguidamente vítimas dos ataques do exército daomeano são um campo de pesquisa ainda pouco explorado. Essas regiões são ocupadas principalmente pelas populações ketu, idaisa e mahi, que ainda mantêm fresca em sua memória a lembrança daqueles tempos difíceis.

(Elisée Soumonni, *Daomé e o Mundo Atlântico*)

Durante muitos anos, os estudos sobre o tráfico de escravos² e o comércio atlântico³ estabeleceram o vínculo entre a história das Américas, da Europa e da África. O olhar cada vez mais atento para a especificidade dos africanos no seio da população escrava nas várias partes do Atlântico tem resultado no estreitamento do diálogo entre a história da escravidão e da diáspora africana nas Américas, sem que, com isso, se tenha perdido a perspectiva da diferença entre as abordagens desses dois campos. Enquanto a história da escravidão moderna tem caminhado lado a lado com a história das Américas e do Caribe, a história da diáspora africana é um desdobramento recente da história da África. Assim, a historiografia chegou a um patamar no qual hoje é impossível – em qualquer quadro de análise – ignorar uma reflexão, sumária que seja, sobre a presença africana nas Américas.⁴ Tal virada abre caminho para uma perspectiva historiográfica que incorpora não apenas o comércio atlântico de escravos (do ponto de vista



da história econômica e demográfica), mas também a diáspora africana, dando, com isso, um maior destaque à dispersão dos escravos africanos e às suas modalidades de reinserção social.

A temática da diáspora africana tem sido abordada das mais variadas formas, desde as biografias até grandes projetos coletivos de bancos de dados.⁵ O que a história da diáspora tem de particular é que ela trata de pessoas. Seu objetivo maior é entender os processos sociais que provocaram, acompanharam e resultaram da dispersão de 11 milhões de escravos que atravessaram o Atlântico ao longo de quatro séculos. Uma das mais importantes áreas exportadoras foi a Baía do Benim. No Rio de Janeiro, esses escravos ficaram conhecidos como “pretos-minas”. Em trabalhos anteriores, tenho frisado o fato de que o termo “mina” é uma designação que varia de acordo com o lugar e a época, nas diferentes partes das Américas em que aparece. Mais recentemente, Robin Law mostrou que também na Baía do Benim o termo tem vários significados.⁶ Do meu ponto de vista, mina não é um lugar específico como o é uma “terra”, para usar outro termo de época, um porto ou um rio, tampouco um grupo étnico. No caso aqui tratado, a palavra mina refere-se aos escravos que embarcaram nos portos da Baía do Benim e construíram uma identidade coletiva cujo entendimento passa pelo reconhecimento da perspectiva de uma migração forçada,⁷ e pela construção do conceito de grupo de procedência.⁸

A pesquisa está em andamento, por isso, os resultados aqui apresentados ainda podem ser questionados, mas acredito que seja esse o caminho a ser seguido. Partindo dessa perspectiva, meu trabalho de um modo geral, e este capítulo em particular, agrega à historiografia da escravidão no Brasil a questão da necessidade de conhecer a efetiva procedência dos escravos africanos como pré-condição para entender como se deu, na sua particularidade, a inserção desses escravos na sociedade colonial. É nesse sentido que falo de uma história atlântica: não apenas para mostrar a circulação de pessoas mas para entender os deslocamentos e reassentamentos de grupos. Enquanto, por exemplo, a história de Baquaqua, apresentada por Robin Law e Paul Lovejoy, assim como a ideia de “crioulo atlântico”, de Ira Berlin, destacam a mobilidade de alguns indivíduos,⁹ meu foco vai para aqueles que não se movem, que estabelecem laços estreitos nos lugares a que chegam, e ficam. Trato de grupos e não de pessoas isoladas. A biografia importa como metodologia e não como

narrativa. Proponho-me a buscar nos lugares da geografia atlântica – diria em terra, não no mar –, o entendimento dos movimentos de pessoas: de onde saíram, como e por onde foram transportadas, como chegaram, e, por fim, de que modo essa experiência forçada coletiva transformou suas vidas.

Diante da grande diversidade de grupos étnicos e procedências envolvidas, tenho-me dedicado a dois deles em particular: os chamados “mina-mahi” e os “mina-coura”, aqui tomados, eles mesmos, como grupos de procedência, ou, para ser mais exata, como subgrupos no interior do grupo de procedência mina, e não como grupos étnicos. A documentação que já reuni sobre eles abre caminho para, uma vez identificada a “terra” da qual vieram,¹⁰ reconstituir os passos da sua migração e chegar a seu ponto de partida. Pela intensa concentração que caracterizou o tráfico nos primeiros 20 ou 30 anos do século XVIII, estamos tratando de grupos e não de indivíduos isolados, há sempre um lugar de onde saem, um grupo que se desloca e que é recolocado junto, do outro lado do Atlântico. Não sei dizer quanto esses casos são raros, atualmente não existem no Brasil, mas não há outros já estudados. A opção deste capítulo pelo grupo de procedência em detrimento do grupo étnico se deve ao fato de que a documentação disponível não permite, na maior parte dos casos, avançar nos processos de identificação étnica, mas apenas identificar os lugares de procedência.

A diversidade dos escravos da Baía do Benim no Brasil

O comércio regular de escravos entre o Brasil e a Baía do Benim, na África Ocidental, estendeu-se do final do século XVII até o término do tráfico atlântico em 1850, sem contar as primeiras remessas que remontam ao século XVI e os últimos desembarques clandestinos que podem ter ocorrido até cerca de 1856. Na documentação colonial, tanto no Brasil quanto em Portugal, a costa ocidental africana é denominada Costa da Mina.¹¹ Na primeira metade do século XVIII, boa parte dos escravos daí trazidos teve como destino as lavras de ouro de Minas Gerais, seguido por Goiás e Mato Grosso, em busca dos diamantes. O principal porto de desembarque foi a Bahia, mas estudos recentes de Mary Karasch demonstram a importância da rota via Belém do Pará, rio acima até Goiás. Minha própria pesquisa e a de

outros que ao tema se agregaram mostram que o Rio de Janeiro também é uma rota de acesso às minas de ouro e diamantes, no século XVIII. Embora os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro possam diferir no número de africanos desembarcados, para cada um deles confluem escravos embarcados nos vários portos ao longo da costa da Baía do Benim, na qual, por sua vez, se aglutinam escravos oriundos de diferentes partes, seja do próprio litoral, seja do interior mais remoto por meio de rotas terrestres que, nos séculos XVI, XVII e XVIII, ainda precisam de estudos por parte dos historiadores da história da África e da escravidão africana.

Conhecendo-se a distribuição étnica e linguística dos povos que habitam o entorno da Baía do Benim e seu interior, é possível verificar que, embora tenham ocorrido variações na forma de classificação dos escravos aí embarcados, assim como diferenças nas suas estratégias de organização no cativeiro, as “nações” ou grupos de procedência que operavam em cada lugar das Américas e especialmente no Império português apresentam um elenco comum de denominações (mina, angola, cabinda, moçambique, entre outras). Para melhor exemplificar esse argumento, retomo aqui dados apresentados em trabalhos anteriores. Embora em proporções diferentes, os escravos da Costa da Mina desembarcados em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro recebem mais ou menos as mesmas designações. Uma grande parte deles vai para Minas Gerais que, por isso, é também aqui incorporada. Ressalvado o risco dos possíveis usos locais do termo “mina”, uma amostra recente feita por Laird Begard indica um total de 34.327 africanos (1715-1888), sendo os minas estimados em 10% do total de escravos arrolados. Nesse caso, deve-se considerar que esse percentual fica prejudicado pelo fato de os minas terem estado altamente concentrados nas primeiras três décadas do século. O Banco de Dados da Freguesia do Pilar de Ouro Preto, Minas Gerais (1712-1750), indica que os minas correspondem a 32% dos escravos.¹² É importante notar que, se aos minas forem somados os sabarús, os couranos, os nagôs, os ladas e os jaquem, que aparecem em separado, a cifra dos minas sobe para 42% do total de escravos.¹³ Os minas têm tamanho destaque na população escrava de Minas Gerais que sua presença deu origem a um vocabulário da então chamada “língua geral da Mina”, uma variante do gbe que ainda carece de análise detalhada tanto do ponto de vista histórico, quanto do linguístico.¹⁴

Numa amostra feita com base em livros de batismo de escravos da cidade do Rio de Janeiro (1718-1760), listei um total de 6.609 escravas que levaram seus filhos para serem batizados: 9% vinham da Costa da Mina.¹⁵ Os 9% de minas no Rio de Janeiro na primeira metade do século indicam que a proporção em Minas Gerais, no mesmo período, é bem mais alta e que para lá convergem, em especial para a Freguesia do Pilar, a grande maioria dos escravos vindos da Costa da Mina desembarcados no Rio de Janeiro. A designação mina, entretanto, em nada auxilia a identificação das procedências, ao contrário, esconde a diversidade contida sob essa identidade genérica, em detrimento de outras menos abrangentes e operativas em esferas específicas da vida social. Assim é que, para além da identidade mina, outras designações aparecem na documentação de forma esparsa e minoritária, mas são exatamente elas que nos dão as pistas para avançar nos processos de reconhecimento da diversidade identitária e da procedência dos mesmos.

Volto, então, à documentação disponível para analisar os sub-grupos no interior do grupo de procedência mina.¹⁶ Na Bahia, entre 1684 e 1745, os africanos correspondem a 31% da amostra recolhida por Stuart Schwartz, baseada em dados sobre manumissão. Num total de 950 casos, 112 são ditos minas, sendo que 106 são indicados apenas como minas e um como mina Ladini (mina-ladano ou lada, aladá?), quatro como mina Courani (mina-courano) e um como mina Sabara (mina-sabaru?); 10 são ditos Arda (ardra, lada, aladá); e um Gege (jeje).¹⁷ Ainda para a Bahia, Pierre Verger apresenta um quadro com inventários (1737-1841) no qual, para o século XVIII, arrola seis minas (em 1737); um jeje (em 1739); um savaru, um maquim e um ladá (em 1779). Em Pernambuco, em meados do século XVIII, a Costa da Mina correspondia a 29% do total das procedências dos escravos africanos que entraram na capitania. A irmandade do Rosário da cidade de Recife reunia parte deles, sob a liderança dos angolas que elegiam reis e rainhas angolas e congos. Dentre os minas, havia ardas, sabarus e dagomés (ali também chamados gome). Até 1776, os sabarus e os dagomés elegiam juntos um mesmo governador, ao que tudo indica, sob a autoridade dos sabarus. Nesse ano, os dagomés fizeram requerimento ao governador da capitania para serem autorizados a eleger seu próprio governador, separado do governador dos sabarus.¹⁸

Os *sabarus* vieram de Savalu, localidade situada no interior do território Mahi. Eles aparecem na documentação africana pela primeira vez como “*sabalours*”, em 1733.¹⁹ Em vila do Carmo, Minas Gerais, não aparecem na listagem da captação de 1723, mas existem sete deles entre os confrades do Rosário de Mariana, na década de 1750.²⁰ Outros integram a Congregação Mina no Rio de Janeiro pelo menos desde a década de 1760.²¹ Os mahis (ou maki, makim, maquim) são um povo localizado ao norte do Daomé que resultou da fusão de grupos que falavam línguas gbe com outros que falavam iorubá que migraram para a mesma região.²² Não existe uma localidade denominada Mahi. Mahi era e ainda é uma “terra”, e na documentação colonial francesa aparecia também como uma “confederação” ou “país”. Tem várias localidades, entre elas Savalu (nas quais se falava majoritariamente a língua gbe) e Dassa (na qual predominava a língua iorubá).²³ A primeira referência aos mahis no Rio de Janeiro é o batismo de Ignácio Monte (então Ignácio Mina), em 1742; em Minas Gerais, a menção mais remota data de 1725;²⁴ e na documentação referente à África, aparecem em 1728.²⁵ Os *chambas* (Tchamba), segundo Robin Law, são membros de um grupo situado a noroeste do Daomé, mas o termo é também usado de modo mais amplo para todos os falantes da língua gur;²⁶ já aparecem na listagem de 1723 e também no Rio de Janeiro, entre 1718 e 1726.²⁷ Os *couranos* (courá, coura, coura) são praticamente irreconhecíveis na documentação africana, não fora por sua hipotética identificação geográfica nos mapas modernos e históricos que indicam as rotas das caravanas. Na costa há apenas uma referência a eles, feita por Pierre Verger, que cita informações de João Basílio, diretor do forte português de São João Batista de Ajudá. Em *Slave Coast*, Robin Law não faz qualquer menção a uma localidade ou grupo com esse nome, reforçando a dúvida contra a explicação de Verger que alega virem eles das proximidades do Lago Curamo, na faixa litorânea da atual Nigéria.²⁸ Questiono essa localização e voltarei ao assunto mais adiante. Em Minas Gerais, aparecem ainda os *nagôs*, estudados por Inês Cortes de Oliveira na Bahia, e os *ladá* (ou *lada*, *ladanos*), provavelmente oriundos do reino de Aladá. Na documentação portuguesa do século XVII, os escravos procedentes de Aladá são chamados *ardas* e aparecem como tais na documentação da guerra contra os holandeses em Pernambuco.²⁹ A menção a Jaquem é pouco usual já que não aparecem nomes de outros portos de embarque de escravos. No Rio de Janeiro, são mencionados

também os ianos (iono, ayonous em francês, Oyo em inglês e oió em português) que provavelmente correspondem aos anagôs na África.³⁰ Por fim, os agolins (agonli) vêm de Agonli, uma vila, situada à margem esquerda do rio Zou, cuja maioria da população fala a língua gbe.³¹ Entre os encontrados tanto no Rio de Janeiro quanto em Minas e não identificados estão os cobus,³² os cabrerás e os fuams.

Embora precárias do ponto de vista de uma análise demográfica e ainda primárias do ponto de vista da linguística, essas ocorrências mostram, certamente com variações locais, que a presença de designações bastante semelhantes em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII, é significativa. Em algumas delas, a associação a localidades, línguas, grupos e reinos é percebida com facilidade. Em outras, são apenas hipóteses passíveis de correção ao longo do tempo. Nos dois casos, é difícil saber de que forma o vínculo entre cada indivíduo e a designação que lhe corresponde ocorreu e em que medida ela pode ter sido alterada ao longo do tempo, de acordo com diferentes circunstâncias. Tais questões podem ser enfrentadas apenas num nível de análise mais aprofundado para o qual os dados são escassos. Por isso, a correspondência aparentemente simplista entre grupos da diáspora e grupos africanos é apenas um artifício para tentar traçar suas rotas sem, com isso, pretender buscar qualquer interpretação “continuista” do ponto de vista da cultura.

Passo agora a focar as designações que aparecem na documentação referente à cidade do Rio de Janeiro, local em que minha pesquisa tem estado concentrada até agora. Para isso, parto dos dados biográficos de dois escravos alforriados que chegaram ao Brasil, provavelmente na mesma época, tendo ambos terminado juntos na cidade do Rio de Janeiro. A identificação dessas procedências, combinada à leitura da historiografia dos povos conhecidos como fon ou gbe (classificação linguística), está permitindo a reconstituição das rotas que deslocaram escravos em direção aos portos do litoral, nos séculos XVII e XVIII, antes e depois da expansão do reino do Daomé ao longo da década de 1720. Entretanto, é importante deixar claro que a língua é apenas um dos componentes aqui considerados e que as fronteiras entre os grupos de procedência e os grupos étnicos são bem mais complexas.

As duas biografias aqui apresentadas são um resumo de textos anteriores que podem ser consultados para a obtenção de análises

mais detalhadas sobre Ignacio Gonçalves do Monte e Victoria Correa da Conceição.³³

As biografias de Ignacio Monte e Victoria da Conceição

O escravo identificado mais tarde como Ignacio Gonçalves do Monte foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, cidade do Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1741.³⁴ Seguindo o uso local, no assento consta apenas terem sido batizados dois escravos de Domingos Gonçalves, Ignacio Mina e José Mina, ambos adultos. Ignacio teve como padrinho outro José, que por sua vez era escravo de Antônio Gonçalves, e, como madrinha, Tereza, escrava de Domingos Francisco.³⁵ Pelo menos desde 1748, e provavelmente antes disso, Ignacio era membro da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no interior da qual passou a pertencer à Congregação Mina que reunia africanos vindos da Costa da Mina. Nessa ocasião, a Irmandade estava instalada na Igreja de São Domingos e começava a construir uma capela própria nas imediações. Em 1757, um oficial de barbeiro chamado Antônio Gonçalves da Costa³⁶ pagou a Domingos Gonçalves 350\$000 réis³⁷ pela alforria de Ignacio. Segundo consta na carta, Ignacio era também oficial de barbeiro e sangrador. Em data e condições não esclarecidas, parece ter ingressado no Regimento dos Pretos da cidade, sendo respeitosamente chamado de capitão. A irmandade possuía outros barbeiros e oficiais do Regimento dos Pretos entre seus membros, mostrando que pertenciam a uma elite da escravaria da cidade. Em 26 de fevereiro de 1759, casou-se com Victoria Mina e com ela viveu até o fim de seus dias. Em 1762, em meio a um grande conflito, Ignacio e outros aliados deixaram a Congregação Mina para organizar sua própria agremiação, que ficou sendo conhecida como Congregação Mahi. A nova Congregação reunia membros dissidentes da Congregação Mina de várias localidades no interior da terra dos mahis (como Savalu, Dassa), e outros de fora (como Za, Agolim), e mesmo de bem longe (como os ianos). Nessa ocasião, Monte foi eleito rei da Congregação Mahi, título que manteve até morrer, no Natal de 1783, em consequência de uma moléstia que o deixou na cama por algum tempo. Foi sepultado no cemitério da Irmandade, em um funeral pomposo, compatível com sua posição. É o próprio Monte quem relata, em seu testamento, ser ele neto de

[*Eseú*] *Agoa*, rei dos mahis, motivo que sem dúvida deve ter contribuído para ser eleito rei dos mahis no Rio de Janeiro. Após sua morte, a Congregação enfrentou uma grande crise sucessória em meio à qual foi escolhido um novo rei numa eleição que, segundo consta, reuniu em torno de 200 membros da Congregação Mahi.³⁸

Ainda no ano de 1742, foi batizada em Vila Rica do Ouro Preto, capitania de Minas Gerais, uma escrava nomeada Victoria Courana, que veio a ser a esposa de Monte, em cujo testamento foi apresentada como herdeira e testamenteira, sob o nome de Victoria Correa da Conceição. Seu batismo, realizado em janeiro, foi anotado pelo Pe. Leão Sá, que a descreveu como uma mulher baixa, bem-feita de corpo, de aproximadamente 25 anos, e que trazia no rosto as marcas de sua terra. Depois de um número indefinido de anos passados em Vila Rica, em data desconhecida e por motivos ignorados, Victoria foi para o Rio de Janeiro onde, em 13 de dezembro de 1755, pagou 180\$000 réis por sua alforria a Domingues Rabello de Almeida, seu então senhor. Não encontrei até agora documento que esclareça como Victoria chegou ao Rio de Janeiro, nem como juntou dinheiro para comprar sua alforria.³⁹ O certo é que ela e Ignacio se encontraram, ou se reencontraram, e se casaram. O processo de habilitação matrimonial que faz correr os proclamas para o casamento informa todos os nomes com os quais ela foi identificada ao longo da vida: no batismo era Victoria courana, escrava de Domingos Correa Campos; na carta de alforria, passou a Victoria Correa Campos, sobrenome do seu primeiro senhor, que a mandou batizar; no testamento do marido, datado de 1763, está como Victoria Correa da Conceição, quem sabe em homenagem à Virgem que dá o nome à paróquia em que foi batizada. Com a morte de Monte, sua condição de rainha foi questionada, fazendo com que ela se envolvesse no conflito sucessório, e fosse destronada e acusada de revoltosa. Não pude ainda encontrar seu testamento, tampouco seu óbito. A última notícia sobre ela data de 1788, quando ainda lutava contra seus oponentes para manter a coroa de rainha da Congregação Mahi e aspirava ser coroada Imperatriz da Costa da Mina, na antiga Congregação Mina, que ela e o defunto marido tinham deixado para trás em 1762, quando fundaram a Congregação Mahi.⁴⁰

No assento de casamento, Monte e Victoria aparecem como minas,⁴¹ mas em documentação complementar é possível verificar que Monte é mina-mahi,⁴² e Victoria, mina-courana.⁴³ É importante, agora,

esclarecer que não apenas o fato de se encontrarem na cidade mas também o de terem vínculos de parentesco consanguíneo anteriores certamente influenciaram na opção matrimonial e na escolha do casal para reinar sobre os mahis do Rio de Janeiro. Segundo o próprio Monte, Victoria era sua “parenta por sanguinidade” por ser filha de seu avô. Temos então dois escravos, um mahi e uma coura, que são batizados no mesmo ano de 1742 e que dizem ser consanguíneos. O próprio Ignácio relata:

Declaro que sou natural da Costa da Mina preto forro, e liberto, e fui escravo de Domingos Gonçalves do Monte, a quem dei por minha liberdade trezentos, e cinqüenta mil réis como constará da minha Carta de Alforria. Declaro que sou casado com Vitória Correa da Conceição, preta forra, e até o fazer deste meu testamento não temos tido filhos, e nem os tenho de outra qualquer mulher em solteiro, e nem depois de casado. = Declaro que a dita minha mulher é minha parenta por sangüinidade em terceiro grau, por ser ela filha do meu avô [Eseú] Agoa; bem conhecido rei que foi entre os gentios daquela costa do Reino de Maý, ou Maqui [...]⁴⁴

Segundo as regras estabelecidas pelas *Ordenações Filipinas* e confirmadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os senhores tinham um prazo de seis meses para batizar seus escravos.⁴⁵ É possível que muitos não tenham cumprido essa ordem, mas tendo Victoria e Ignacio sido batizados no mesmo ano, em lugares diferentes, é grande a possibilidade de terem chegado ambos no ano de 1741, numa mesma embarcação, ou em viagens contemporâneas. Uma vez desembarcados, provavelmente no Rio de Janeiro, Ignacio foi comprado por um morador da cidade, e Victoria foi levada para Minas Gerais.

As histórias de Ignacio, Victoria e outros pretos-minas que frequentavam a Igreja de São Domingos e participavam da Irmandade de Santo Elesbão apontam pistas para desvendar seu passado. O parentesco entre Ignacio e Victoria foi o ponto de partida para a identificação do lugar de procedência dos couranos e para o esforço de identificar outros lugares como Cobu.⁴⁶ Antônio Luiz Soares sobreviveu a vários senhores e comprou sua liberdade, tendo morrido bem velho, no ano de 1755. Embora sua maior devoção fosse São Domingos, em

cuja capela pediu para ser sepultado, Antônio deixou 3.400 réis de esmola para as obras da igreja de Santa Efigênia (inaugurada incompleta em 1754). Em seu testamento, escrito em português confuso, demonstra ser ele um dos pretos-minas mais ricos do seu tempo.

Declaro que fui nascido em terras de brutos e de gentilidade como foi [...] a Costa da Mina e sou de nação Cobu e por [...] o Senhor se querer lembrar de mim, passei daquele reino, dele [...] há sete anos pouco mais ou menos a vender [.....] da Cidade da Bahia onde fui vendido ao primeiro senhor que tive na dita [terra cidade] por nome Antônio de Bastos Mendes, o que me ensinou a Santa Doutrina e me mandou batizar e, com efeito, fui batizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia da dita cidade qual parti também a vender nesta Cidade do Rio de Janeiro e fui comprado pelo defunto em sua vida Antônio Soares homem estrangeiro e boticário que foi e morou com sua mulher detrás do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo e desta escravidão me libertei depois do dito defunto por duzentos e tantos mil réis que dei pela minha pessoa ao defunto o Reverendo Padre Teodósio de Souza como testamenteiro do mesmo defunto o qual testamenteiro me passou Carta de Liberdade em notas pelo sobredito preço tudo feito a beneplácito e consentimento e vontade da mulher viúva do sobredito defunto.⁴⁷

Ao lado dos mahis e dos couranos, os cobus são também uma identificação recorrente na documentação setecentista, especialmente em Minas Gerais, e ainda menos conhecidos do que os outros dois.

Dados recentes na historiografia dos africanos minas em Minas Gerais

A questão aqui levantada é saber como tais grupos que, à diferença dos mahis, são desconhecidos da historiografia da Baía do Benim, podem ser identificados. O fato de se referirem a Coura e Cobu como “terras” indica que havia uma unidade, um grupo anterior à diáspora que partilhava um território e que membros desse grupo se reencontraram no cativeiro. A questão é como saber de onde eles vieram. Nos

limites desse texto, basear-me-ei em dois trabalhos clássicos: o livro de Robert Cornevin, *Histoire du Dahomey*; e o livro de Robin Law, *The Slave Coast of West Africa*.⁴⁸ Essas leituras foram fundamentais para entender tanto o comércio de escravos no litoral (Law) quanto a distribuição das populações do interior (Cornevin).

A documentação disponível – e exaustivamente consultada por Cornevin e Law – geralmente recobre os relatos e documentos produzidos pelo próprio comércio de escravos no litoral. Com isso, sabe-se perfeitamente onde os escravos foram embarcados mas, para tempos mais remotos, como a primeira metade do século XVIII, ou antes, é difícil estabelecer a procedência dos escravos que chegam ao litoral. Por outro lado, o apresamento de escravos no entorno da Baía do Benim tem estado sempre associado às guerras que aí ocorreram a partir do século XVII e que estiveram, de um modo ou de outro, vinculadas ao surgimento e à expansão dos reinos de Akwamu (no atual Gana) e Daomé (no atual Benim). Vários historiadores debruçaram-se sobre a história desses povos e existe um amplo debate historiográfico sobre o impacto causado pelo comércio atlântico de escravos na região, de vários pontos de vista. De um modo ou de outro, as guerras e sua relação com o comércio atlântico têm sido uma explicação constante para a oferta de escravos a serem negociados nos diferentes portos dessa costa que ficou conhecida como a Costa dos Escravos.⁴⁹

Temos, então, como ponto de partida para a identificação das procedências dos escravos, duas variáveis importantes: primeiramente os nomes desses grupos no Brasil não correspondem aos nomes dos reinos ou outras nomenclaturas do litoral; em segundo lugar, se as guerras efetivamente geraram a maior parte dos escravos da diáspora atlântica, que guerras foram essas? As principais guerras das primeiras décadas do século XVIII no litoral são as guerras de expansão dos reinos do Daomé e Akwamu. Estes são conflitos absolutamente determinantes para os destinos do comércio de escravos e para a reordenação da distribuição da população litorânea, mas são raras as menções a esses reinos na nomenclatura associada às formas de organização dos escravos minas no Brasil, apenas pouquíssimas referências a escravos dagomés. Ao lado dessas guerras litorâneas, muitas outras ocorreram associadas a deslocamentos populacionais ao norte e que foram muito pouco registradas pela historiografia. Assim sendo, no litoral, e principalmente no interior, um grande número de

pequenos grupos, aldeias, e regiões de menor destaque permanecem desconhecidos. Mas alguns deles, mesmo pouco destacados na geografia e na nomenclatura da Costa dos Escravos e de seu interior, adquirem visibilidade na escravidão. Não à toa, já que são os perdedores aqueles que terminam nas mãos dos negreiros.

Em Minas Gerais, num total de 34.327 escravos arrolados em inventários de Minas Gerais, entre 1715 e 1888, temos: minas (2.769 homens e 824 mulheres, total de 10,5%); nagôs (272 homens e 29 mulheres, total de 0,9%); cobus (220 homens e 19 mulheres, total de 0,7%); couranos (139 homens e 23 mulheres, total de 0,5%). Dentre os não diferenciados estão, por exemplo, os mahis. Os dados de Begard mostram que a entrada dos minas concentrou-se nas três primeiras décadas do século, começando a cair sistematicamente já a partir da década de 1720.⁵⁰ Isso também indica que boa parte dos 10,5% dos minas teria entrado antes de 1730 e talvez mesmo antes de 1720. O problema é que a documentação anterior a 1715, dada a desorganização da capitania, é quase nula. Reforçando os dados de Begard, uma listagem de Vila do Carmo (depois Mariana) para o ano de 1723 arrola 1.239 africanos, sendo 42,3% minas, 1,8% cobus, 1% courano.⁵¹

Um outro componente importante dos dados apresentados por Begard é a alta proporção de escravos do sexo masculino. Seguindo a argumentação de Paul Lovejoy, os escravos homens são aqueles que percorrem as mais longas distâncias, havendo uma tendência a que as mulheres do interior sejam comercializadas no mercado africano e não no Atlântico. Portanto, o comércio atlântico de escravos se caracteriza por mulheres e crianças da região costeira e homens que podem ser apresados nas guerras litorâneas ou trazidos pelas caravanas de lugares mais remotos do interior.⁵² Portanto, o perfil do escravo mina encontrado em Minas Gerais, nas primeiras duas ou três décadas do século XVIII, parece corresponder mais ao negócio de longa distância do que ao perfil do escravo litorâneo.

Entretanto, se consultada a literatura, não há menção a um comércio regular de escravos entre o interior e o litoral, com vistas ao atendimento da demanda atlântica de escravos na primeira metade do século XVIII. A associação entre escravidão e guerra faz com que Robin Law só se preocupe com o interior depois de 1730. Quando encerradas as guerras com os reinos de Alada e Hueda, o Daomé se volta para o interior, passando a atacar sistematicamente Oió e também os mahis que ficam em seu caminho. Diante da baixa representatividade

dos mahis na documentação mineira, duas possibilidades mostraram-se dignas de melhor investigação: eles podem estar ocultos entre os chamados minas; ou podem ter sido traficados em maior número a partir de 1730/40 (compatível com a historiografia africana) e já não ter ido em tão grande proporção para Minas Gerais, ficando parte deles no Rio de Janeiro, como foi o caso de Ignacio Monte, e/ou podem ter sido mandados para Mato Grosso, para faiscar diamantes. A segunda hipótese parece mais plausível, mas, de todo modo, Joam Maquine, como foi visto, já estava em Minas Gerais em 1725.

Os couranos estavam bem representados em Minas Gerais na década de 1720 e, provavelmente, antes disso. O primeiro caso registrado é o de Joana courana, moradora em Vila do Carmo, que foi alforriada em 1722.⁵³ Como as informações aqui obtidas vêm de inventários e alforrias, essas datas não correspondem ao ano de chegada. Especialmente no caso das alforrias, as datas devem ser calculadas considerando pelo menos dez anos de trabalho para que um escravo pudesse juntar os recursos necessários para comprar sua carta de alforria ou merecer a generosidade de seu senhor. Assim sendo, tanto os mahis quanto os couranos e cobus provavelmente já começaram a ser negociados nos portos do litoral, no máximo na segunda década do século XVIII, correspondendo às primeiras levas de escravos chegados a Minas Gerais.

Essa cronologia é fundamental não apenas para a história da escravidão, mas também para a história do comércio atlântico de escravos e para a própria história da África, porque aponta para uma pouco explorada cronologia dos contatos entre os portos do litoral e os mercados de escravos do interior que, em épocas tão remotas, normalmente estão mais associados ao comércio das caravanas haussás e ao circuito muçulmano.⁵⁴ Para melhor explicar a questão aqui colocada, passo a descrever sumariamente as rotas das caravanas.

Os couranos não aparecem em outras documentações africanas, e tampouco foram até agora encontrados na documentação baiana, ressalva feita à menção de Verger aos couranos em Ajudá. Embora minha pesquisa ainda esteja em andamento, acredito haver um equívoco na identificação dos couranos, a quem Verger não deu a devida atenção. A presença significativa de couranos em Minas Gerais mostra que um contingente importante desse grupo foi escravizado em

condições ignoradas. No que diz respeito à dificuldade de identificação de grupos étnicos em decorrência das fontes analisadas, agrego o argumento da dificuldade de compreensão da etnicidade por sua dimensão transformadora que gera o que Paul Lovejoy chama de “migram da etnicidade”.⁵⁵

Um caso analisado por Luiz Mott merece destaque. Josefa Maria, preta-mina courana das Minas de Paracatu, foi denunciada à Inquisição. Segundo consta, promovia a dança de Tunda, ou Acotundá, falando na língua de Coura, fazendo sacrifícios ao “deus de sua terra”, o deus da nação coura, descrito como

um boneco de barro com cabeça e nariz a imitação do Diabo, espetado em uma ponta de ferro, com uma capa de pano branco, colocado no meio da casa em um tapete, com umas frigideiras em roda e, dentro delas, umas ervas cozidas e cruas, búzios, dinheiro da Costa, uma galinha morta, uma panela de feijão, moringas de água etc.⁵⁶

A referência a uma “terra” ou “reino”, termos próprios do universo colonial português, nos previne quanto à ilusão de que reproduzam uma organização territorial e política “africana”, “original”. Se, por um lado, é preciso evitar essa interpretação ingênua da terminologia, por outro não há dúvida de que a nomenclatura evoca de forma contundente um passado vivido e representado.⁵⁷ Ignacio mahi declara-se neto de um “bem conhecido rei”; Victoria courana tem o “rosto coartado à moda de sua terra”; Antônio Cobu vem de uma “terra de brutos” para conhecer a salvação eterna na devoção aos santos; em Minas Gerais, Josepha coura canta e faz sacrifícios ao “deus de sua terra”. Tanto aqueles que se apresentam como católicos fervorosos e combatem o “abuzo gentílico e supersticioso” quanto os que cultuam os deuses pagãos de sua terra possuem as marcas de uma identidade construída com base no lugar do qual vieram, qualquer que seja ele. Mas, por outro lado, é importante lembrar que essas identidades são operacionais e que se misturam sem que seja possível saber como, e por que, atuam sem um estudo detalhado de cada caso. Victoria, por exemplo, era courana em meio aos mahis e, apesar dos conflitos, por algum motivo essa particularidade nunca foi aventada, nem contra nem a favor dela.⁵⁸ Tudo o que contra ela se fez foi por ser considerada feiticeira e revoltosa. Por outro lado, dados os casos

descritos por Mott, não podemos ignorar a possível fama de feiticeiras que deviam ter as mulheres couranas, assim como tinham as mulheres mahis.⁵⁹

Essas referências, mesmo que esparsas, a um passado geograficamente localizado mostra um profundo vínculo com os lugares de onde saíram, indicando que o rastreamento das nações e terras apresenta-se, até agora, como a melhor estratégia para conectar os dois pontos extremos das rotas da diáspora africana: o lugar de onde as pessoas saem e para onde elas vão. Essa informação é fundamental porque a identificação dos portos de embarque e desembarque – trabalho da maior importância e base para qualquer outro estudo – pode dizer muito pouco das pessoas que por ali transitam. É exatamente a força dessa identidade que faz com que ela seja apreendida pela escrita colonial e fique registrada na documentação da época.

As rotas do interior para a Costa dos Escravos: Coura e Mahi, lugar de partida

O argumento apresentado aqui é uma conjectura, ponto de partida para novas etapas de pesquisa a serem desenvolvidas tanto na documentação do Brasil quanto na de outras partes das Américas e também da Baía do Benim.

Em trabalhos anteriores, tenho-me dedicado a mostrar que os mahis concentrados na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos desde meados do século XVIII – e aí permanecem atuando pelo menos até a primeira década do século XIX –, abriram um enorme campo para pensar a possibilidade de identificar de modo mais preciso a procedência dos escravos ditos minas. Do conjunto de pequenas biografias obtidas por meio de pesquisa meticulosa na documentação eclesiástica e cartorial, foi possível chegar ao interessante caso do casal Ignacio Monte e Victoria Correa, já descrito acima. No entanto, a mais importante constatação que esse caso trouxe à tona foi a informação de que essa mulher courana era filha de um homem mahi, mais exatamente de uma importante liderança que seu neto chamou [Eseu] Agoa e a quem atribuiu o título de “rei dos mahis”.

A leitura da história dos povos da África ocidental, num sentido mais amplo, abriu-me os olhos para uma nova identificação dos couranos, diferente da de Verger, que passo a expor. Os couranos, assim como os mahis, vieram do interior e foram enviados ao litoral para

atender a uma urgente demanda de escravos para as recém-descobertas minas de ouro de Minas Gerais. Em 20 de junho de 1703, o governador da Bahia, D. Rodrigo Costa (1702-1705), escreveu uma carta ao rei de Portugal informando que moradores do Rio de Janeiro estavam comprando escravos na Costa da Mina com o ouro desviado do quinto. Em setembro do mesmo ano, o rei, D. Pedro II, proibiu a ida de embarcações do Rio de Janeiro à Costa da Mina. A lei nunca foi cumprida e terminou por ser abolida, em 1715.⁶⁰ Essa é uma das razões por que a documentação é falha para os anos anteriores a 1715, já que grande parte dos escravos que entraram em Minas Gerais entre 1700 e 1715 foram levados para lá mediante alguma irregularidade.

Mas com base na denúncia do governador sabe-se que, provavelmente desde 1702, comerciantes de escravos do Brasil tinham ouro e precisavam comprar escravos para obter mais ouro. Embora essa demanda possa não ter afetado significativamente o conjunto do volume do comércio atlântico, foi determinante para drenar rapidamente um número elevado de escravos para o litoral. Em vez de contar com as guerras e outros mecanismos de apresamento, parece que essa demanda foi atendida por meio de encomendas a comerciantes dos mercados (ou feiras) do interior, situados nas rotas das caravanas, que puderam arcar com a transferência de um número elevado de escravos, num curto espaço de tempo. Assim sendo, ao lado da oferta regular dos escravos do litoral, entre ca.1702 e ca.1730,⁶¹ foram trazidos escravos do norte, de localidades próximas a rotas muçulmanas nas quais costumavam ser negociados os escravos destinados ao Sudão Central. Esses escravos foram levados para Minas Gerais, homens em sua maioria (o que era uma vantagem adicional à fatura da oferta), e colocados para trabalhar nas lavras de ouro. Um dos mais importantes centros mineradores foi Vila do Carmo (depois Mariana) onde os casos aqui tratados estão concentrados.

Tal hipótese ampara-se exatamente na identificação da procedência dos escravos de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XVIII. Nas irmandades católicas frequentadas por escravos e forros, foram encontrados couranos, cabus, mahis e sabarus, todos bem organizados, mas a documentação faz ainda menção a uma longa lista de nomes que estão sendo progressivamente identificados como chamba, cabrera e fuam. Todos esses nomes correspondem, com maior ou menor precisão, a lugares ao norte da terra dos mahis, entre

esses e a rota das caravanas que vão de Salaga para Kano, numa área hoje dividida entre Benim e Togo.⁶²

Buscando informações dispersas em vários autores e fazendo uma cuidadosa pesquisa cartográfica, pude chegar a um quadro geral dessa região. Parrinder descreve uma migração iorubá de leste para oeste que teria chegado a Dassa e Savé e de lá seguido para o norte em direção a Bassila, no limite entre os grupos majoritariamente identificados como de língua iorubá e cotocoli. É nessa região, ao norte de Bassila e próxima às nascentes do rio Mono, que fica localizada Aledjo,⁶³ que em iorubá quer dizer “estrangeiro”.⁶⁴ Cornevin refere-se à mesma localidade como Aledjo Koura (“Koura estrangeira”).⁶⁵ Segundo ele, quando os cotokolis vieram de Gourma, atravessaram Aledjo Koura em seu caminho para Soudou, Koumandé até Aledjo Kadara, todas localidades do atual Togo. Ele menciona ainda a rota de Djogou⁶⁶ em direção a Savalu,⁶⁷ localidade no interior do território mahi, de onde, seguindo sempre em direção ao sul, chegava-se à época a Abomey, capital do reino do Daomé, e de lá ao litoral. Cornevin identifica ainda Kabou como um importante mercado de escravos da rota de Salaga, situado perto de Aledjo Koura. Segundo ele, nessa região estão localizados os Gourounsi e os Kourouma.⁶⁸ Os Gourounsi são encontrados no Brasil no século XIX, conhecidos como grunci, e provavelmente os Kourouma são os Couranos. Segundo Cornevin, os Gourounsi do leste são os Kabré.⁶⁹ Em trabalhos mais recentes, o historiador togolês N. L. Gayibor insere Aledjo, Kabou e Tchamba (os chambas do Rio e Minas) na rota oitocentista da noz-de-cola já estudada por Lovejoy, mostrando que tanto Aledjo Koura quanto Kabou ficam na rota entre Salaga e Zaira e que Tchamba, um pouco mais afastada, está ligada a essa mesma rota.⁷⁰ Em toda a África ocidental, os grandes mercados convivem com outros menores e com pequenas feiras em dias alternados da semana, de modo que cada pequeno povoado tem seu mercado e faz negócios locais, de curta e de longa distância, comprando e vendendo todo tipo de mercadorias, inclusive escravos, tanto para uso local quanto para a venda às caravanas.⁷¹ Assim sendo, chegamos a uma geografia que conta com duas linhas horizontais imaginárias: uma ao norte, a estrada entre Salaga (atual Gana) e Kano (atual Nigéria) por onde os haussás transportam sua valiosa noz-de-cola, além de outros produtos e escravos para serem negociados em todo o Sudão Central; outra no sul, o litoral da Baía do Benim, pontuado por portos negreiros nas praias e

lagoas que se prolongam por toda a costa. Foi nessa larga faixa que, ao longo da vigência do tráfico atlântico, os escravos foram encontrados. Mas para que descessem de um extremo a outro e atendessem à demanda do litoral precisaram de estradas, rotas comerciais que, bem conhecidas no século XIX, ainda são pouco analisadas para os séculos anteriores. Uma rota de escravos dessas proporções não surge do nada em um ou dois anos. Embora não existam registros claros sobre isso, certamente tais rotas já existiam. Referências esparsas a comerciantes muçulmanos na costa datam do século XVI. Por fim, quero ressaltar que a movimentação dessa rota no século XVIII – quando os escravos eram pagos a peso de ouro – pode indicar uma transferência do ouro do Brasil não para os reinos costeiros, mas para o comércio africano do interior, motivo pelo qual teria sido pouco detectado no litoral. Considerando as localidades acima indicadas, é possível que tenham mesmo existido duas grandes rotas de saída: uma que descia de Kabou, passava por Sokode e chegava ao litoral na altura de Aflao e Lomé,⁷² no atual Togo ou nessas imediações;⁷³ e outra que, descendo de Natitingo, passava por onde, em meados do século XVIII se estabeleceu o chamado círculo de Djogou, chegava a Aledjo Koura, de lá ia a Bassila e mais ao sul entrava nas terras dos mahis, passando por Savalu e Dassa, dali entrava no reino do Daomé, passando por Abomey (capital) e de lá a Aladá, onde a estrada se bifurcava para os portos de Ajudá (hoje conhecida como Ouidah) e Jaquem, ambos no atual Benim.⁷⁴

Uma descrição dos portos da Costa da Mina, deixada por Francisco Alves de Sousa (o regente da Congregação Mahi quando Ignacio era rei), menciona dois portos: Popo Pequeno, no atual Togo, e Ajudá, no atual Benim. O texto faz parte do já mencionado diálogo cujo conjunto está datado de 1786, mas como essa parte foi escrita com base nas informações de um “piloto meu amigo”, como informa Sousa, pode conter informações mais antigas.⁷⁵

Do Cabo de São Paulo ao Popo Pequeno haverá 14 léguas e daí ao Grã Popo 4 mas adiante 5 ou 6 léguas para a banda de leste, está o porto de Ardra chamado Fida ou Ajudã. Este porto é muito, perigoso, principalmente nos meses de abril, maio, junho e julho; por andar então o mar tão grosso que será arriscar, visivelmente um navio, o querer entrar nele e se tem visto

ali, muitas desgraças; adiante 5 léguas está o porto de Jequem aonde se faz muito negócio de pretos.⁷⁶

Assim, tanto couranos quanto mahis e outros devem ter embarcado em Ajudá. Também podem ter embarcado em Ajudá ou Jaquem os ianos, assim chamados, numa grafia aportuguesada da grafia usada pelos franceses: Ayonous (para Ayo, que os ingleses escrevem Oyo), deixando cair o “A”, como algumas vezes acontecia. Essa hipótese, por sua vez, aponta para uma ligação entre os comerciantes do Rio de Janeiro e os franceses que negociavam na Mina, especialmente em Jaquem, onde, pelo menos desde 1728, os franceses já possuíam feitoria, o que indica que deviam comerciar ali antes disso.⁷⁷

A informação mais precisa que pude encontrar sobre os contatos entre a costa e os comerciantes muçulmanos vem do livro *Caravans of Kola*, de Paul Lovejoy. Ao tratar da ligação entre a rota da cola e o litoral, ele menciona a presença dos “malais” na costa atlântica no início do século XVIII, argumentando que quase certamente esses “malais” seriam comerciantes wangara, uma identidade complicada associada ao comércio da noz-de-cola e aos deslocamentos haussás pelo Sudão Central. Embora o autor não faça referência a Aledjo Koura, aponta para o comércio de escravos na região:

Thiamba, Chamba e Kotokoli foram embarcados para as Américas desde os anos de 1750. Todos vinham da região de Dedaure, à qual os muçulmanos geralmente se referem como Kotokoli. O uso do termo indicava que Gonja, Dagbon e talvez Dahomey estivessem rastreando a área em busca de escravos, mas também era possível que ali houvesse um centro comercial.⁷⁸

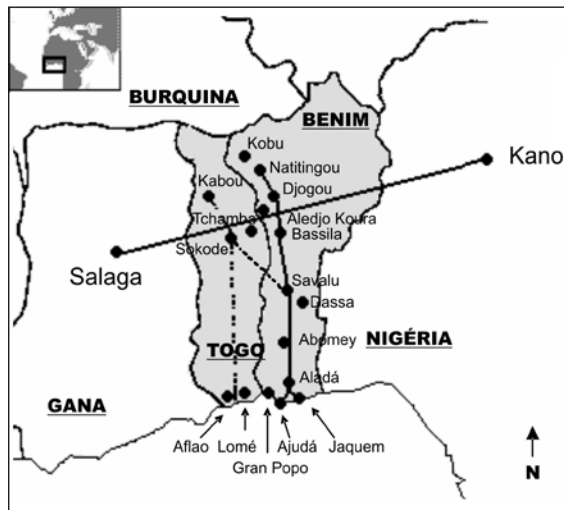
Koura pode, assim como outras localidades, ter exercido essa função. Portanto, como mostram esses autores, o problema não é identificar a descida dos escravos em direção ao litoral, mas tentar datar esses movimentos e identificar com mais precisão de onde vinham os escravos, assim como a possibilidade de que existiram já nos primeiros anos do século XVIII não apenas uma, mas duas rotas para o litoral, sendo a menos conhecida a que atingiria Aflao onde, mais do que em Ajudá, se desconhece a origem dos escravos aí vendidos. Se essa segunda rota operava nas mesmas proporções das outras, pode ter trazido um grande número de escravos de áreas ainda mais impensadas até agora. Uma rápida olhada no mapa de William Snelgrave, que traz informações de cerca de 1730, mostra o enorme vazio que se estende

entre os rios Volta e Benim, e a completamente distorcida localização do reino do Daomé, supostamente o mais conhecido dos comerciantes europeus. O mesmo vazio permanece no mapa de Fage, o mais conhecido atlas da África.⁷⁹

Robin Law menciona a presença de comerciantes muçulmanos no litoral em 1704, mas não oferece qualquer informação sobre o comércio então realizado.⁸⁰ Com base nas fontes mineiras, é possível intuir que esses comerciantes lá estavam – atraídos pela oferta de ouro – para atender à demanda de escravos de Minas Gerais. Como mostra a correspondência do governador do Rio de Janeiro, desde 1702 os comerciantes do Rio de Janeiro mandavam buscar escravos em troca de ouro na Costa da Mina. Rio de Janeiro e Salvador foram os portos que deram saída ao ouro do quinto desviado dos cofres portugueses. Se Ajudá já tinha contatos comerciais regulares com a Bahia desde os anos de 1680, não seria impróprio pensar terem os comerciantes do Rio de Janeiro ido tentar melhor sorte em Aflao e Jaquem.

Os mapas apresentados e o croqui das rotas terrestres abaixo ajudam a visualizar a localização dos povoados e os caminhos por meio dos quais estão interligados. Só estão marcados os caminhos que aparecem na literatura africanista. As duas rotas assinaladas em tracejado são a de Sokodê-Savalu (mostrada apenas por Fage) e a de Sokodê-litoral (cuja existência, no início do século XVIII, não está comprovada).

Traçado conjectural da rota terrestre dos escravos ditos “mina” em Minas Gerais, desde suas terras até os portos da Baía de Benim



Observação: As fronteiras atuais foram incluídas com a intenção de facilitar a leitura do mapa.

No conjunto, o ponto mais remoto ao norte é Kobu, por mim associado aos cobus. Embora seja difícil comprovar cada detalhe da hipótese apresentada separadamente, é indiscutível que juntas essas diversas peças do quebra-cabeça formam um conjunto bastante verossímil. Se a escravização desses grupos da segunda metade do século XVIII em diante é assegurada pela literatura, o que proponho aqui é recuar no tempo e perceber que tal rota já está em funcionamento desde as primeiras décadas do século para atender às lavras de ouro de Minas Gerais.

Voltemos ao testamento de Antônio Cobu. Morto em 1755, ele chegou à Bahia com aproximadamente sete anos, segundo seu próprio depoimento. Em sendo verdadeira esta data, ele teria chegado c. 1707. Antônio, ao contrário de outros cobus, ficou em Salvador vendendo quiabos e não foi mandado sertão adentro, a pé até Minas para lavar ouro. Talvez por isso tenha sobrevivido para contar sua história.⁸¹ Em sua listagem de 1723, referente aos quintos reais, Moacir Maia indica 23 cobus (21 homens e duas mulheres) e 13 couranos (11 homens e duas mulheres); já Fernanda Pinheiro, em sua listagem da década de 1750, encontra apenas sete cobus e 67 couranos, indicando, com isso, que os cobus seriam mais antigos em Minas do que os couranos. Nenhum dos dois menciona os mahis (Pinheiro menciona sete saborus) que, como já foi dito anteriormente, devem ter sido exportados em maior escala depois de 1730 e começaram a aparecer regularmente na documentação na segunda metade do século. Esse retardo é geralmente consequência das fontes consultadas, principalmente os testamentos de forros.

Para concluir, o conjunto dos dados coletados indica que, ao contrário do que se possa pensar, a escravização não avançou do litoral para o interior; pelo que vemos na rota estudada, ela começou no interior. Isso indica que povos e localidades que foram usadas como passagem das caravanas foram progressivamente transformadas em alvo da escravização. Assim sendo, com o tempo, os campos de caça foram-se deslocando para o sul até que nos anos 1930 o Daomé podia obter escravos em local bem próximo, seus próprios vizinhos mahis. Por outro lado, indica também que os mahis devem ter participado regularmente do comércio de escravos do norte durante boa parte da primeira metade do século XVIII, quando as rotas das caravanas passavam por Savalu para atingir o litoral. Como último comentário, os motivos e o modo como essas populações do norte foram

escravizadas nada têm, de imediato, a ver com os conflitos que lhes foram contemporâneos no litoral, estando mais associados às migrações dos iorubás e dos baribas no final do século XVII e começo do XVIII. Os conflitos aí ocorridos entre populações que já ocupavam a região e as levas de migrantes que chegam geraram, certamente, uma enorme oferta de escravos que devem ter sido levados para várias partes do Sudão central através da rota de Salaga a Kano, e também enviados ao litoral de onde foram mandados para partes ainda pouco conhecidas das Américas, entre elas o Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais.

Para completar, quero ainda citar dois outros casos identificados no Brasil na mesma época e que ficaram em suspenso: cabrerá e foam (ou foam). Os cabrerás provavelmente correspondem aos Kabré, estudados por Charles Piot.⁸² Sobre os fuans (ou foam), provavelmente também vindos dessa mesma região, não pude encontrar nenhum trabalho de maior profundidade para auxiliar na identificação.

Voltando ao caso de Ignacio e Victoria

Os anos de intensa demanda de escravos para Minas Gerais através dos portos do Rio de Janeiro não ultrapassam a década de 1730, começando a cair no final da década de 1720. Assim sendo, tanto Victoria quanto Ignacio parecem não se adequar à situação descrita. Teriam ambos chegado no início da década de 1740, no máximo na década de 1730, já no final dos anos de ouro das Minas. Assim, o caso que deu origem à investigação mostrou-se pouco explicativo e continua carecendo de explicação. Como poderia Victoria ser filha do avô de Ignacio, conforme explicitamente dito por ele em seu testamento? Por que teriam eles (e outros mahis) chegado tão tarde?

Para responder a essa questão é preciso voltar à cronologia e ver que, embora apareçam alguns mahis na documentação da década de 1720, eles são minoria. A irmandade do Rosário de Mariana reúne 80 couranos na primeira metade do século e não há menção a um só mahi; por outro lado, em 1786, eles chegam a 200 na Congregação Mahi do Rio de Janeiro. Assim, ao que tudo indica, a rota que leva os couranos ao litoral é a mesma dos mahis que parecem ter sido traficados em quantidade, em momentos distintos. Enquanto o apresamento de couranos se concentrou nas primeiras décadas do século, o dos mahis deve ter ocorrido a partir da década de 1730. À diferença

dos couranos, cujas condições de apresamento ainda precisam ser mais bem explicadas, os mahis foram alvo de repetidas investidas do reino do Daomé, principalmente depois de terminadas as conquistas do litoral. De 1731 em diante, os ataques se sucederam por todo o século, até os mahis se tornarem tributários do reino do Daomé.⁸³

Assim, Victoria é uma courana fora de época, e pode ter sido apresada num lote tardio ou, mais provavelmente, junto com os mahis em c. 1739, para estar sendo batizada em janeiro de 1742 e não com seus conterrâneos. Os couranos encontrados em 1743 no forte de Ajudá podem ter sido presos nas mesmas circunstâncias ou estar lá por outros motivos que provavelmente nunca se saberá. A probabilidade de Ignacio e Victoria terem sido aprisionados juntos explicaria não apenas a cronologia de sua escravização mas o parentesco entre eles. Casamentos realizados entre reinos e povos aliados, assim como a compra de escravas por homens ilustres, são comuns em todas as partes da Baía do Benim. Infelizmente não se sabe o parentesco exato entre Victoria e Ignacio, mas tudo indica uma ou duas gerações de intercassamentos entre mahis e couras para que Victoria pudesse ser filha do avô de Ignacio. Este casamento é também compatível com o padrão encontrado por Florentino e Góes no Rio de Janeiro, onde mulheres mais velhas casavam com homens mais novos, o que pode ter sido o caso.⁸⁴

Fica aqui a hipótese de contatos regulares entre pessoas de Aledjo Koura e da região Mahi que, devido à distância que os separa, justifica-se apenas com base em algum vínculo comercial. A considerar a condição de “estrangeiros” dos iorubás seus vizinhos, podem ter muito bem sido alvo de seguidas guerras e razias. A pista para a conexão dos mahis com as áreas fornecedoras de escravos nas primeiras décadas do século é dada por Pierre D’Ayrie, o feitor francês no porto de Jaquem. Em 13 de agosto de 1728, os daomeanos tinham interrompido a estrada que ligava Jaquem ao interior, e ele, carente de escravos, advogava a necessidade de encontrar um caminho alternativo para chegar ao território mahi porque, segundo ele, “era de lá que vinham os escravos”.⁸⁵ Esta é até agora a mais remota referência aos mahis encontrada na historiografia da Costa dos Escravos e mostra que eles já eram conhecidos pelos europeus.⁸⁶ Esta frase pode ser interpretada de dois modos diversos: os mahis eram os escravos (como o serão a partir de 1730 com as investidas daomeanas em seu território) ou, até então, o território mahi era passagem dos escravos

do norte para o litoral. Savalu foi, sem dúvida, um ponto de confluência de estradas que de lá desciam para o litoral.

Termino esse argumento com a hipótese de que Victoria seria fruto de algum casamento negociado entre a gente de Mahi e a gente de Coura, em algum momento da década de 1710, já que Victoria foi batizada em 1742 com cerca de 25 anos. Infelizmente até agora não consegui identificar nenhuma grande guerra em c. 1740 que justificasse a prisão de dois destacados membros da elite mahi. Apesar da escassez de dados que a comprovem, tal hipótese baseia-se no relato de Ignacio que parece bastante confiável na medida em que suas informações confirmam-se na historiografia africanista. Segundo Cornevin, Agoua-Guédé é o nome do herói fundador do povo mahi. Assim sendo, [Eseú] Agoa, nome dado por Ignacio a seu avô e pai de Victoria, seria um nome ou título nitidamente associado ao herói fundador mahi. Como a poligamia e a compra de mulheres era usual, não é de se estranhar que Victoria possa ter sido filha de uma das mulheres de um poderoso chefe mahi que teria, quem sabe, tomado sua mãe como escrava, ou negociado um acordo matrimonial, ou recebido um presente.⁸⁷

Pensar em [Eseú] Agoa como “rei” dos mahis traz à tona mais um problema. Na África, os mahis se caracterizavam pela ausência de poder político unificado. Eram um conjunto diversificado de pequenas aldeias nas quais habitavam grupos vindos de lugares distantes como resultado de grandes e longas migrações entre o final do século XVI e meados do século XVII, todos falando línguas diferentes, majoritariamente gbe e iorubá, e tendo em comum o fato de partilharem um mesmo território, conhecido como a “terra dos mahis”.⁸⁸ Assim sendo, [Eseú] Agoa não poderia ter sido rei. Assim como não houve um reino, ele foi provavelmente uma liderança familiar e local importante a ponto de trazer no nome uma referência ao herói fundador, aquele que levou um grupo do sul para o norte até aquelas montanhas inóspitas onde resistiram durante séculos às investidas estrangeiras.⁸⁹

A questão do estudo dos povos da Baía do Benim do ponto de vista dos reinos é um problema na historiografia. Se de um lado permitiu um enorme avanço no conhecimento da região, principalmente das relações entre esses reinos e os europeus, por outro ofuscou partes da região e grupos menores que ainda hoje são pouco conhecidos. Estes grupos menores parecem ter mostrado uma grande capacidade

de resistência e recuperação diante da caçada humana de que foram alvo. Reinos foram derrotados – Aladá , Hueda, Oió – mas os mahis e outros permaneceram sendo sangrados por séculos. Por não serem centralizados, constituídos com base em uma unidade territorial e étnica, eram difíceis de serem dominados e destruídos como se destrói um império. Não havia rei para matar nem capital para invadir. Isso acontece com os mahis, constantemente atacados pelo Daomé durante todo o século XVIII, quando os daomeanos anunciaram, em várias ocasiões, terem submetido e destruído os mahis. Mas eles continuavam lá, então como agora.⁹⁰

Entre os séculos XV e XVIII, grande parte da documentação que sustenta a historiografia da Costa Ocidental africana, em particular da Baía do Benim, baseia-se em relatos e fontes relacionados à presença europeia no litoral africano e aos deslocamentos dos mercados e líderes religiosos muçulmanos. Um dos mais fortes argumentos para esta abordagem é o fato de que a historiografia dos povos africanos lida com enormes lacunas documentais para os séculos anteriores à presença europeia, especialmente nas áreas não atingidas pelo Islã, como é o caso da região entre a costa e as estradas do interior, no que hoje corresponde ao norte do Benim e Togo, até o século XIX. Assim sendo, informações sobre a distribuição dos africanos nas Américas que resultam do comércio atlântico e não de fontes produzidas pelos próprios escravizados não são fontes de natureza diversa da maioria daquelas analisadas pelos historiadores da história da África. É interessante destacar que boa parte da documentação que sustenta a pesquisa histórica da Baía do Benim foi não apenas produzida em função do comércio atlântico mas efetivamente produzida na Europa. Acresça-se a isso o fato de que dificilmente a historiografia africanista tem acesso a documentos produzidos por africanos nos séculos XVII e XVIII que possam dar informações relevantes sobre as condições em que os apresamentos e o comércio de escravos se deram. Trabalhos como a biografia de Baquagua (que trata de meados do século XIX) mostram que os esforços para proceder a essa identificação tornam-se mais raros na medida em que se retorna no tempo, fato comprovado também do ponto de vista das análises de deslocamentos coletivos como é o caso do *Slave Trade Database*, no qual grande parte das informações disponíveis se concentra da segunda metade do século XVIII em diante.⁹¹

No Brasil, o acesso aos inventários de senhores de escravos, a diferentes listagens nominativas e à documentação eclesiástica (especialmente os batismos, os testamentos de africanos alforriados e documentação das irmandades leigas) são fontes preciosas a serem exploradas. Neste sentido, o trabalho que venho desenvolvendo abre infinitas possibilidades para a leitura de outros conjuntos documentais, como é o caso das confrarias de Cuba e mesmo da Espanha e de Portugal, nas quais os africanos também tiveram papel de destaque.

Notas

- ¹ A pesquisa que deu origem a este texto foi desenvolvida no âmbito do Harriet Tubman Resource Centre on the African Diaspora da York University que financiou o projeto “Mina People in Rio de Janeiro”, coordenado por mim, entre 2003-2005, inspirado na proposta sintetizada por Paul E. Lovejoy. Ver: Identifying enslaved africans in the African Diaspora. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 1-29. O argumento aqui apresentado é de minha responsabilidade mas não teria vindo à tona sem o diálogo com os trabalhos de Paul Lovejoy e Robin Law que em grande parte inspiraram esta investigação. Das consultas e conversas que o projeto tem gerado ao longo desses anos tenho sido – e sou grata a ambos –, a maior beneficiária.
- ² Obras clássicas da historiografia brasileira têm no “tráfico” o centro de suas preocupações: GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. 3. ed. rev. São Paulo: Alfa-Omega, 1975; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987; FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- ³ Para o comércio atlântico, merece destaque o monumental trabalho de MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. Siècle 1570-1670*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1960.
- ⁴ Lembro aqui o interessante estudo de Mathew Restall sobre a presença de africanos nas expedições de conquista na América espanhola: RESTALL, Matthew. Conquistadores negros: africanos armados en la temprana hispanoamerica. In: SERNA HERRERA, Juan Manuel de la. (Coord.). *Pautas de convivencia étnica en la América Latina colonial: índios, negros, mulatos, pardos y esclavos*. México, DC: Universidad Autónoma de México, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos: Gobierno del Estado de Guanajuato, 2005. p. 19-72.
- ⁵ Dois trabalhos exemplares são: LAW, Robin; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his passage from slavery to freedom in Africa and America*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2001; ELTIS, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a database on CD-Rom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (ainda em construção).
- ⁶ Para Bahia, ver: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 37-73, n.19-20, 1997; para a Baía do Benim, ver: LAW, Robin. Etnias africanas na diáspora: novas considerações sobre o significado do termo “mina”. *Tempo* [S.l.], Niterói, n. 20, v. 10, p. 109-131, jan./jul. 2006; para o Rio de Janeiro, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, Toyin;

- CHILDS, Matt (Org.). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. p. 231-247.
- ⁷ INIKORI, J. E. Forced migration: the impact of the export slave trade on african societies. *The History Teacher*, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 624-625, Aug. 1984.
- ⁸ Sobre o tema, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 3. Ver, também: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organizado por Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000. Também o historiador Paul Lovejoy, igualmente inspirado nos trabalhos de Barth, fala de identificações étnicas mais inclusivas que fazem emergir esferas de solidariedade entre diferentes grupos étnicos, mesmo quando não existem condições previamente determinadas para isso. Cf. LOVEJOY, Paul. Enslaved africans in the diaspora. In: _____ E. (Ed.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000.
- ⁹ LAW, Robin; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his passage from slavery to freedom in Africa and América*. Princeton: Markus Wierner Publishers, 2001; BERLIN, Ira. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana na América do Norte Continental. *Estudo Afro-Asiáticos*, [S.l.], ano 26, n. 2, p. 231-258, 2004.
- ¹⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 303-331, maio/ago. 2004.
- ¹¹ Ver, também: SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimo a Guiné no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, p. 71-94, abr./jun. 2000.
- ¹² BEGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 228-229. CAMPOS, Adalgisa Arantes et al. *O banco de dados relativo ao acervo da freguesia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto*: registros paroquiais e as possibilidades de pesquisa. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba:[s.n.], 2003. p.24. Para a região de Ouro Preto e Mariana que mais interessa aqui, ver: BERGARD, op cit. Tabela 4.2 (dados gerais), p. 228; fig. 4.1 (concentração de africanos), p. 199; fig. 4.10 (distribuição dos minas no tempo), p. 229.
- ¹³ CAMPOS, Adalgisa Arantes et al. *O banco de dados relativo ao acervo da freguesia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto*: registros paroquiais e as possibilidades de pesquisa. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba:[s.n.], 2003. p.24.
- ¹⁴ Ver: PEIXOTO, Antônio da Costa. *Obra nova de Lingoa g.al de mina traduzida, ao nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.o de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgr.as Que com curuzid.e trabalho, e desvello, se expoz, em aprendella, p.a tembem a emsignar, a q.m for curiozo, e tiver von. de de a saber E.o Nas Minas Gerais, e Fr.g.a de Barm.ou Anno de 1741*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949. Esse vocabulário foi analisado em dois trabalhos: LARA, Sílvia Hunold. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros, Lisboa, p. 205-225, 2002; YAI, Olabiyi. Texts of enslavement: fon and yoruba vocabularies from eighteenth-and-nineteenth-century Brazil. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 102-112.
- ¹⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 3.
- ¹⁶ A diversidade de grafias para os nomes dos lugares e grupos – seja no Brasil, seja na África – é enorme. Envolve o uso de diferentes línguas europeias e africanas, e

- ainda a dificuldade da leitura de manuscritos. Procurei manter a grafia original dos documentos transcritos, assim como de cada autor consultado.
- ¹⁷ SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slave in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. *HAHR*, Maryland, v. 54, n. 4, p. 603-635, nov. 1974. Tabela IV, p. 613.
- ¹⁸ Trata-se de pesquisa de mestrado em andamento, de Clara Farias, que destaca ainda que apenas os minas criaram mecanismos para sair da subordinação dos angolas que dirigiam a irmandade e se organizar de modo autônomo. (FARIAS, Clara. *As nações minas em Pernambuco*. Trabalho de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006).
- ¹⁹ Para a primeira referência aos sabalours, ver: LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991. p. 19, nota 19.
- ²⁰ Para listagem de 1723, ver: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 44; para listagem de 1750-60, ver: PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820)*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 75.
- ²¹ SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Eslebão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 59-83, 2002.
- ²² Sobre as migrações iorubás que atravessam o que veio a ser a terra dos mahis em direção a oeste e noroeste, atravessando as fronteiras do atual Togo, ve: BERTHO, Jacques. La parente des Yoruba aux peuplades de Dahomey et Togo. *Africa: Journal of the International African Institute*, [S.l.], v 19, n. 2, p. 121-132, Apr. 1949. Especialmente mapa p. 125.
- ²³ LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991. p. 19-27. Adoto aqui a grafia mahi por ser a mais usual na literatura internacional. Na documentação em português, aparecem outras grafias como maí, maqui, maki, makii, maquinio. Em seu testamento, Ignacio Monte apresenta duas grafias: Maý e Maqui. A grafia atual usada por linguistas do Benim é “maxi”. Ver: GBÉTO, Flavien. *Le Maxi du Centre-Bénin et du Centre-Togo: unapproche autosegmentale et dialectologique d’un parler gbe de la section fon*. Köln: Köppe, 1997.
- ²⁴ Numa listagem de escravos de 1725, consta o nome de Joam Maquine, escravo do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Lista dos escravos, vendas e forros da freguesia de São Caetano (pertencente a Vila do Carmo) de 1725. Agradeço a informação a Moacir Maia.
- ²⁵ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962. p. 80.
- ²⁶ LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991. p. 189.
- ²⁷ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “Quem tem padrinho não morre pagão”: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750). Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 44; Os chambas aparecem na Tabela 2, à época foram erradamente por mim incluídos entre os grupos da costa centro-ocidental. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 80

- ²⁸ Na literatura africanista, não há menção explícita a um lugar ou etnia de nome Coura ou courano. A única referência por mim encontrada é feita por Pierre Verger que transcreve uma informação do forte português de São João Batista de Ajudá no qual consta estarem ali guardados alguns couranos no ano de 1743. O episódio narrado envolve João Basílio, o diretor do forte, que escreve uma carta na qual está escrito: “E se seguio pretender o mesmo Cabo [tratava-se de um agau, título equivalente a general no exército do Daomé] que se lhe entregassem huns negros Couranos inimigos do Rey Daumê, que se dizia estarem na dita fortaleza.” Uma outra passagem faz referência a uma denúncia sobre um possível ataque de couranos ao mesmo forte. Um outro documento datado de 1767 anuncia uma “invasão de coiranos” em Ajudá. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 204 nota 106, 207 nota 30, 209. Não há dúvida quanto ao uso por João Basílio do nome couranos, mas por outro lado não há tampouco qualquer evidência de que os couranos viessem do lago Curamo.
- ²⁹ Ver MATTOS, Hebe Maria. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Monografia apresentada em concurso para Professor Titular de História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. p. 194-223.
- ³⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ³¹ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962.
- ³² SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 109. No início de minha pesquisa, acreditei serem os Cobu/Cabu uma variação de Kaabu, na Senegâmbia. Diante da não localização, até agora, de registros que incentivem tal hipótese, estou começando a crer que Cobu seja uma localidade no interior do atual Benim, como vou argumentar adiante.
- ³³ Os documentos manuscritos aqui consultados foram: 1) o compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e suas alterações entre 1740 e 1767 (cópia pertencente ao acervo da Irmandade); 2) uma proposta de compromisso da devoção de Nossa Senhora dos Remédios de 1788 (original AHU/CU-cód.1300); 3) livros de batismo, casamento e óbitos, assim como os processos de habilitação matrimonial do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro-ACMRJ; 4) o manuscrito “Regra ou estatutos pormodo de hũm dialogo onde, se dá notícias das Caridades e Sufragaçoens das Almas que uzam osprettos Minnas, comseus Nancionaes no Estado do Brazil, expecialmente noRio de Janeiro, por onde se hao de regerem egõvernamem fora detodo oabuzo gentilico e supersticiozo; composto por Françisco Álvẽs de Souza pretto enatural do Reino deMakim, hũm dos mais exçelentes e potentados daquẽla õriunda Costa da Minna”. Trata-se de um documento precioso, escrito sob a forma de diálogo, datado de c.1786, que pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sobre ele, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. Apreço e imitação no diálogo do gentio convertido. *Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, v. 4 - n. 1, p. 111 – 123, jan./jun. 2000. p. 111-123.
- ³⁴ ACMRJ. Habilitações Matrimoniais. Doc 22119, cx. 1648.
- ³⁵ ACMRJ. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. 22/9/1742.
- ³⁶ Não pude ainda comprovar se Antônio Gonçalves (senhor do padrinho de Ignacio) e Antonio Gonçalves da Costa eram a mesma pessoa. O mais curioso é que, 30 anos mais tarde, em seu testamento, Ignacio Monte declarou ter pago, ele mesmo, a dita quantia a seu senhor. ACMRJ. Livro de Óbitos e Testamentos da Sé, 1776-1784. Testamento de Ignacio Gonçalves do Monte. Fl. 442,v-444.

- ³⁷ Ao que tudo indica, o preço é alto, mas justo. Ignacio tinha a mesma profissão de Antônio, por quem, em 1753, sua mulher Rita da Silva pagara 256\$000 réis no ato da alforria, comprometendo-se a completar os 94\$000 réis restantes, em parcelas mensais de 4\$000 réis; a alforria de Ignacio é paga à vista, em dinheiro corrente e moedas de ouro e prata. A carta de Antônio está registrada no 1º Ofício de Notas/RJ, livro 123, p. 130 (12.01.1753); a carta de Ignacio no 2º Ofício de Notas/RJ, livro 76, p. 17v (12.01.1757). Ignacio e Antônio constam do banco de dados para alforrias de Sheila de Castro Faria, a quem agradeço a consulta.
- ³⁸ Para maiores detalhes sobre a biografia de Monte, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgiana Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português XVI e XIX*. Niterói: EDUFF, 2006.
- ³⁹ Victoria não consta da lista das pretas forras minuciosamente estudadas por FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Monografia apresentada ao concurso de Professor Titular junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- ⁴⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. Can women guide or govern men?: gender and power among African Catholics in Colonial Brazil. In: CAMPBELL, Gwyn; MIERS, Suzanne; MILLER, Joseph C. (Ed.). *Women and Slavery II: The New World of Atlantic Commercial Integration*. Ohio University Press, 2007. No prelo.
- ⁴¹ Uma primeira referência ao casal foi feita por mim em: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 6. Dois trabalhos mais recentes traçam um panorama dos africanos forros da cidade do Rio de Janeiro e dão uma medida da importância e da particularidade dos chamados “pretos-minas”: FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002; FÁRIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Monografia apresentada ao concurso de Professor Titular junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- ⁴² Os mahis são frequentemente mencionados pela historiografia africanista, e conhecidos como vizinhos do Daomé. O único trabalho integralmente dedicado a eles foi escrito por Jessie Mulira que depois de uma breve apresentação se concentra nos anos posteriores a 1770. Este trabalho nunca foi publicado. O primeiro relato detalhado sobre os mahis foi escrito em 1920, por J. A. M. A. R. Bergé, um administrador colonial francês. Bergé foi o primeiro a mencionar o “País Mahi” como “campo de caça de escravos” dos daomeanos. Esta expressão foi notabilizada por Akinjogbin (“slave raiding ground”). Em 1962, Robert Cornevin publicou sua *Histoire du Dahomey* onde reúne as informações disponíveis sobre os mahis e vários outros povos. Segundo ele, os mahis migram do sul para o norte, onde ocupam uma região para onde também grupos iorubás do leste se deslocam, formando juntos um grande território que recobre uma área montanhosa, ao norte do que veio a ser o reino do Daomé. (MULIRA, Jessie Gaston. *A history of the mahi peoples from 1774-1920: a dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in History*. [S.l.]: University of California, 1984); BERGÉ, J. A. M. A. R. *Étude sur le pays Mahi. Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'A O F II*, [S.l.], 1928; AKINJOGBIN, Isaac A. *Dahomey and its neighbours 1708-1818*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. p. 80, mapa p. 93; CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962. Sobre mulheres mahis, ver: BAY, Edna G. *Wives of the Leopard: gender, politics, and culture in the Kingdom of Dahomey*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998. p. 152. Em meu livro *Devotos da cor*, analiso a criação de uma

- Congregação Mahi no Rio de Janeiro em 1762. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ⁴³ Fernanda Domingos Pinheiro indica a presença de couranos em Vila do Carmo (atual Mariana/MG) em 1723, sendo que o seu número cresce substancialmente a partir de 1730. A década de 1750 marca o ingresso dos couranos na Irmandade do Rosário de Vila do Carmo, muitos deles já forros. De um total de 74 couranos filiados, 64 se matricularam nesta década: 38% forros e 62% e escravos; 59% homens e 41% mulheres. PINHEIRO, Fernanda Domingos. *Tráfico Atlântico, Diáspora Africana e escravidão: os Couranos em Vila do Carmo, Minas Gerais, século XVIII* (manuscrito). Dados mais detalhados constam de sua dissertação de mestrado: *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820)*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ⁴⁴ ACMRJ. Livro de Testamentos e Óbitos da Freguesia da Sé, 1776–1784. Testamento de Ignacio Gonçalves do Monte. p. 442v-444.
- ⁴⁵ Sobre a obrigatoriedade do batismo dos escravos, ver: LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 99, 309.
- ⁴⁶ Para maiores detalhes sobre as nações e terras encontradas no interior dessa irmandade, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVII*. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 303-331, maio/ago. 2004.
- ⁴⁷ Falecido em 27 de janeiro de 1755. Ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII*. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 303-331, maio/ago. 2004.
- ⁴⁸ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962; LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- ⁴⁹ MANNING, Patrick. *Escravidão e mudança social na África*. *Novos Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1988.
- ⁵⁰ BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 228-229.
- ⁵¹ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 44.
- ⁵² LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 53.
- ⁵³ PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 139.
- ⁵⁴ LOVEJOY, Paul E. *Mercadores e carregadores das caravanas do Sudão Central*. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói*, n. 20, v 10, p. 61-82, jan./jul. 2006.
- ⁵⁵ LOVEJOY, Paul E. *Identidade e a miragem da etnicidade*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 9-39, 2002.
- ⁵⁶ Além de Josefa, Luiz Mott identificou duas outras mulheres couranas: Maria do O e Rosa Egípcíaca, sobre quem escreveu uma longa biografia. Ver MOTT, Luiz. *De escra-*

- vas à senhoras. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1987; Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993; Acontundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: MOTT, Luiz. *Escravidão, homossexualismo e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- ⁵⁷ Importante trabalho para uma discussão sobre uma “concepção espacializada da temporalidade” está em BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 61.
- ⁵⁸ A irmandade de Santa Efigênia tinha pelo menos mais um courano: Antonio courano, cuja liberdade foi comprada por 89\$600, com recursos da irmandade, em 1754. (SWEET, James. Manumission in Rio de Janeiro, 1749-54: an African Perspective. *Slavery and Abolition*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 54-70, April 2003).
- ⁵⁹ Sobre as acusações de feitiçaria que pairam sobre Victoria, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. Can Women Guide or Govern Men?: Gendering Politics among African Catholics in Colonial Brazil. In: CAMPBELL, Gwyn; MIERS, Suzanne; MILLER, Joseph C. (Ed.). *Women and Slavery. VII. Americas*. Ohio University Press, 2007. p. 79-99.
- ⁶⁰ Seguindo Boxer e Verger, desenvolvo esse argumento em: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 2.
- ⁶¹ Segundo meus cálculos, a entrada de minas na cidade do Rio de Janeiro cai a partir de 1725 (SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. tabela 2, p. 80). James Sweet comprova essa tendência de queda comparando o percentual de 30.7% de minas entre os africanos da Freguesia da Candelária por mim encontrados com os 25,9% por ele calculados para o período de 1737 a 1740. (SWEET, James. Manumission in Rio de Janeiro, 1749-54: an African Perspective. *Slavery and Abolition*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 54-70, April 2003).
- ⁶² LOVEJOY, Paul. *Caravans of Kola: the Hausa Kola Trade 1700-1900*. Zaria: Ahmadu Bello University Press, 1980.
- ⁶³ PARRINDER, G. Yoruba-speaking peoples in Dahomey. *Africa: Journal of the International African Institute* 17, [S.l.], v. 2, p. 122-23, 1947.
- ⁶⁴ O significado de *aledjo* como estrangeiro é de uso corrente, os mapas indicam outras localidades cujos nomes vêm complementados por *aledjo* na mesma área, e o significado da palavra está em *Dictionary of the Yoruba Language* (part two Yoruba-English). London: Oxford University, 1975.
- ⁶⁵ Não pode ser esquecida a associação entre estrangeiro e escravo. Cf. MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. Como mostra Piot, não fica, por outro lado, excluída a possibilidade de escravização dos mais próximos, como o caso dos Kabré que habitam as montanhas de Atakora, ao norte dos couranos. (PIOT, Charles. *Remotely global: village modernity in West Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999).
- ⁶⁶ A rota de Djogou até o litoral foi percorrida por Baquaqua e está descrita em sua biografia. (LAW, Robin; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his passage from slavery to freedom in Africa and América*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2001). Mais uma vez, estou tentando recuar no tempo o uso dessa rota, sem esquecer que Djogou só pode ser tomado como um reino depois de c.1750.
- ⁶⁷ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962. p. 16-17, 63.
- ⁶⁸ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962. p. 37.

- ⁶⁹ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962. p. 21.
- ⁷⁰ GAYIBOR, Nicoué Lodjou. *Histoire des Togolais*. v. 1: des origines a 1884. Lomé: Preses de l'Université du Benin, 1997. p. 282, 287, 291.
- ⁷¹ LOVEJOY, Paul E. *Ecology and ethnography of the Muslim trade in West Africa*. New Jersey: África World Press, 2005.
- ⁷² Embora a rota entre Kabou e o litoral (na altura de Aflao/Lomé) nos primeiros anos do século XVIII não apareça nos mapas históricos, ela pode ser um dos motivos que levaram os Akwamu a invadir Aflao em 1727. Ver: FAGE, J. D. *An Atlas of African History*. London: Edward Arnold, [19-]. mapa: p. 40. No mesmo mapa (para o século XIX), Fage mostra ainda uma estrada entre Sokode e Savalu que não aparece nos outros mapas, nos quais a ligação com Sokodê e o litoral se faz diretamente para o sul, e apenas no século XIX. Segundo Cornevin, no século XIX a rota de Kabou em direção a Salaga tem uma saída para Keta, no litoral do atual Togo, a oeste de Aflao e Lomé. (CORNEVIN, Robert. *Histoire du Togo*. Préface de M. le Gouverneur Hubert Deschamps avec 16 cartes et 45 photographies. Paris: Editions Berger-Levrault, 1962. p. 117).
- ⁷³ Para uma descrição dessa região na virada do século XVII para o XVIII e a ocupação do território dos anos pelos Akwamo, ver: GREENE, Sandra E. *Gender, ethnicity, and social change on the upper Slave Coast: a history of the Anlo-Ewe*. London: James Currey; Portsmouth: Heinemann, 1996.
- ⁷⁴ Essas estradas existem atualmente, e esses caminhos vêm sendo usados há séculos. A questão que se coloca é desde quando. Uma história dos caminhos na longa duração seria uma contribuição inestimável à história dos povos da Baía do Benim.
- ⁷⁵ Jaquem (ou Jaquin, Jaquim), atual Godomey, no Benim.
- ⁷⁶ Uma análise mais detalhada dessa descrição está em andamento. Ver a íntegra da derrota em anexo.
- ⁷⁷ Documento do Conseil de Marine (13 de agosto de 1728), citado por CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962.
- ⁷⁸ LOVEJOY, Paul E. *Caravans of Kola: the Hausa Kola Trade 1700-1900*. Zaria: Ahmadu Bello University Press, 1980. p. 34-36.
- ⁷⁹ SNELGRAVE. *A new account of some parts of Guinea and the slave-trade*. London: Frank Cass & Co., 1971; FAGE, J. D. *An Atlas of African History*. London: Edward Arnold, [19-]. mapa p. 32.
- ⁸⁰ LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991. p. 188.
- ⁸¹ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 44; para listagem de 1750-60, ver: PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 75.
- ⁸² Podem ser os Kabré do norte do Togo, estudados por PIOT, Charles. *Remotely global: village modernity in West Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- ⁸³ Em dois de seus principais trabalhos, Law apresenta um sumário dos fatos conhecidos sobre os mahis, do ponto de vista de suas relações com os reinos do Daomé e Oió. Cf. LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991; LAW, Robin.

The Oyo Empire c. 1600- c. 1836: a West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade. Oxford: Clarendon Press, 1977.

- ⁸⁴ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790- c.1850.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ⁸⁵ Documento do Conseil de Marine (13 de agosto de 1728), citado por CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies.* Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962.
- ⁸⁶ Importante ter em mente que a primeira menção aos mahis data de 1725 em Minas Gerais.
- ⁸⁷ Edna Bay mostra as modalidades de trocas envolvendo mulheres, escravas e livres no Daomé. Cf. BAY, Edna G. *Wives of the Leopard: gender, politics, and culture in the Kingdom of Dahomey.* Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.
- ⁸⁸ A expressão “terra dos” é frequente na documentação eclesiástica por mim consultada. Em fontes francesas, aparece como *terreu e pays*, em inglês como *land e country*. Voltarei a essa terminologia mais adiante.
- ⁸⁹ CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies.* Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962.
- ⁹⁰ Até hoje, como pude constatar em relatos recolhidos no Benim, os mahis são identificados como os *mahis des collines* (mahis das montanhas) e os *mahis sans collines* (mahis sem montanhas), mostrando a importância das montanhas na vida desse povo.
- ⁹¹ ELTIS, David et al. A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 48-49, 2000.

Damas mercadoras – as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)

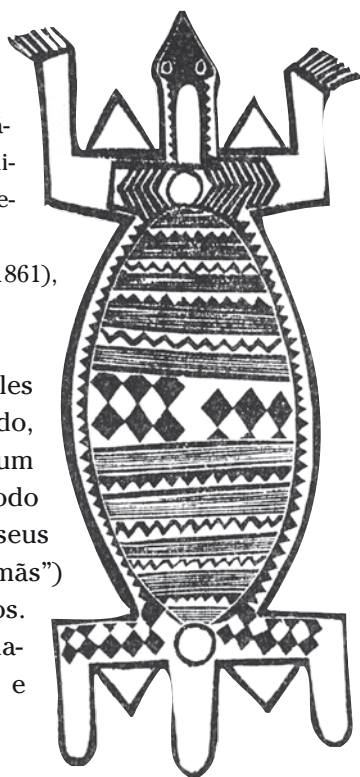
Sheila de Castro Faria

Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam. Povo de Cam, debaixo da sua tenda.

Há também as negras vendedoras, matronas do lugar, patricias da manga e da banana, com o seu rosário de chaves. Essas damas mercadoras têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas freqüentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os *pés descalços* da África, seus irmãos ou irmãs. Ela é avara e implacável. Só ama e compreende o dinheiro, e os próprios portugueses a respeitam em negócios.

(Charles Ribeyrolles (1812-1861), em *Brasil Pitoresco*)

O viajante francês Charles Ribeyrolles esteve no Brasil em 1858, aqui morrendo, vítima de febre amarela, em 1860. Sendo um abolicionista, com ironia criticava o modo como as “negras vendedoras” tratavam seus próprios escravos (“seus irmãos ou irmãs”) e, no limite, o fato de possuírem escravos. Nos dá a entender que o correto seria haver maior solidariedade entre escravos e e



ex-escravos, não só por serem ou terem sido cativos, mas por sua origem territorial comum: “pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs”. Ao autor escapava a inexistência, entre eles, de uma “África” genérica e abstrata que lhes pudesse servir como ponto de referência. Não considerava, tampouco, embora devesse ser de seu conhecimento, que os costumes de origem dos escravos nascidos na África também pressupunham a escravidão.

Homens e mulheres nascidos na África assumiam ou eram identificados, no Brasil, por designações variadas: algumas vezes era o porto de embarque; outras eram designações mais genéricas e criadas no Brasil; outras, mais raramente, de seus próprios grupos étnicos. Mas certamente não “africano” ou “africana”. Somente na segunda metade do século XIX, começou a aparecer na documentação a indicação “africano/a”, embora o mais comum, para indicar o nascimento na África, fosse o termo “de nação”.

O que mais impressiona, nas considerações de Ribeyrolles, é o estabelecimento de uma hierarquia para as negras da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. O autor afirmou que as “damas mercadoras” formavam a primeira classe das quitandeiras, seguidas pelas que “não têm mais que um tamborete e um tabuleiro sobre estacas e debaixo de um toldo, nas horas de muito sol”.¹ Quanto às primeiras, não explicitou a origem, mas, das segundas, afirmou serem “filhas das Minas [Gerais] e da Bahia”. Crioulas, portanto. O proletariado seria composto pelas negras “do Congo, de Moçambique, de Anguiz e de Benguela”, marchando atrás de suas senhoras.

Apesar de não estar explícito, a “primeira classe das quitandeiras” deveria ser composta pelas “pretas-minas”, posto ter indicado as crioulas e as nascidas na África centro-ocidental na segunda e na terceira categoria, respectivamente. Sugiro que sua referência “primeira classe das quitandeiras” diga respeito às pretas-minas por ter comentado sobre o preto-mina, descrevendo-o como arrogante e altivo, avesso às atividades domésticas:

Mais além, encontramos a rua de S. Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, partem os negros minas, atléticos, mármore vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes a toda sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que, a cada ano, alforria e remete alguns às plagas africanas.²

As palavras com as quais Ribeyrolles se refere aos pretos-minas são quase as mesmas das de outro francês, Charles Expilly, que também afirma a não acomodação dos pretos-minas às exigências do serviço doméstico: “em outro ponto, observei o espírito rebelde e o caráter independente dos pretos-minas. Afirmei que a sua natureza não se amoldaria bastante às exigências do serviço doméstico”.³ Quero crer que Expilly plagiava Ribeyrolles, pois seu primeiro livro, *Le Brésil tel qu’il est*, em que explora os diferentes tipos culturais do Rio de Janeiro, foi publicado em Paris pela primeira vez em 1862, enquanto a primeira edição do livro de Ribeyrolles, *Brasil pitoresco*, fora editado em 1859.⁴ Plágio ou não, parece ter sido impressão corrente, pelo menos para viajantes que estiveram no Rio de Janeiro em meados do século XIX, que os pretos-minas tinham comportamento diferente dos nascidos na África centro-ocidental, basicamente as regiões do Congo e de Angola, indicados, hoje, genericamente como “bantos”.⁵

A convicção de que essas diferenças realmente existiram varou décadas e foi reproduzida, mais além, com base nesses e em outros viajantes, por diversos autores, tais como Gilberto Freyre. Nina Rodrigues, Edison Carneiro, Arthur Ramos e outros estavam certos de que os escravos originários da costa ocidental africana – os “minas” – eram superiores, em termos culturais, aos demais povos escravizados da África. Edison Carneiro estabeleceu, inclusive, uma hierarquia cultural. Dividiu os povos africanos traficados para o Brasil em duas categorias: os negros sudaneses e os negros bantos. Os três principais grupos sudaneses seriam, em ordem de importância, os nagôs (iorubás), seguidos dos jejes (ewes), ambos da Costa dos Escravos, estando em terceiro os negros-minas (tshis e gás), da Costa do Ouro. Afirmava, como Nina Rodrigues, que “portadores de cultura mais adiantada, e aqui entrados em maior número, os nagôs dominaram completamente a massa da população negra”.⁶

Essas considerações sobre os diferentes grupos sudaneses, no Brasil, referem-se especificamente à Bahia da segunda metade do século XVIII à década de 1850, época de entrada do maior contingente de escravos da África ocidental. O quadro é bastante diferente do Rio de Janeiro, local em que os escravos da África centro-ocidental eram a maioria esmagadora. No Rio, em bem menor número, escravos da África ocidental eram denominados, genericamente, de “pretos-minas”. Não temos como avaliar, portanto, a que povos, ou

“nações”, como se dizia na época, Ribeyrolles e Expilly se referiam, nem mesmo se conheciam suas diferenças, mas podemos ter certeza de que não eram escravos falantes de línguas bantos, estes, sim, melhor conhecidos por etnias. Ribeyrolles sabia, por exemplo, que havia diferença entre as escravas “do Congo, de Moçambique, de Anguiz e de Benguela”, mas aos demais tratava genericamente por “minas”.

A forma indistinta com que esses viajantes denominavam os escravos da África ocidental era comum aos habitantes do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX. Raríssimas vezes, em documentos, há a especificação sobre a etnia de um escravo oriundo da África ocidental. Até mesmo em testamentos, em que testadores eram nascidos nessa região, havia só a informação: “mina” ou, eventualmente, “da costa da mina do gentio da guiné”. Eventualmente, em alguns documentos, como nas cartas de alforria, há informação dupla, como “mina courana”, “mina calabar”, “mina haussá” e “mina nagô”, informações preciosas que precisam ser mais bem exploradas. Claro que há diferenças em relação ao período. Para o Rio de Janeiro, desde o século XVII, predominavam escravos oriundos das regiões do Congo e de Angola, África centro-ocidental. Mas, no início do século XVIII, embora os da África centro-ocidental continuassem a ser maioria, ampliou-se a entrada de escravos denominados “minas”.

Em trabalho bastante sugestivo, Mariza Soares indica que o termo “mina” foi usado no Rio de Janeiro desde o século XVIII, quando os minas da cidade representavam quase 30% da população escrava nascida na África.⁷ Mas, apesar da designação comum, os componentes dos que eram indicados como minas mudaram no decorrer dos anos. Segundo Soares, no século XVIII, os minas eram majoritariamente falantes de língua gbe, vindos da Baía do Benim, embarcados em Ajudá e outros portos desta costa. Eram fon, ewe, mahi, aladá e outros.⁸ No século XIX, cada vez mais os minas se compunham de povos de língua iorubá, genericamente designados de nagôs, na Bahia, e minas, no Rio de Janeiro. Sugere-se que o termo nagô era oriundo da designação que os daomeanos (de língua ewe) davam aos povos de língua iorubá.⁹

Minha proposta neste capítulo é apontar para certas especificidades adquiridas pelo grupo mina no Rio de Janeiro entre o século XVIII e a primeira metade do XIX, mesmo se composto de diversos grupos linguísticos e étnicos, e sendo sempre a minoria entre os

escravos nascidos na África. Quero crer que entre eles existiu uma organização baseada na tradição muito poderosa dos que eram identificados (e se autoidentificavam) como minas e que varou décadas. Mantiveram-se como elite, capazes de articulações específicas para se libertar do cativeiro, enriquecer e se tornarem visíveis aos olhos da sociedade escravista.

A alforria

Independentemente do período histórico analisado, é recorrente a interpretação historiográfica de que os escravos que conseguiram a liberdade passavam a engrossar o contingente da população “pobre”.¹⁰ Paradoxalmente, essa mesma historiografia enfatiza o fato de muitos senhores e suas famílias viverem do trabalho de um ou dois escravos. A capacidade de, como escravos, sustentarem-se a si mesmos e a seus senhores não se manteria quando tornados livres. Como forros, passam a ser pensados, necessariamente, como pobres. Eu mesma, em trabalhos anteriores, considerei como pobre, sem precisar bem essa qualidade, a população saída do cativeiro.¹¹ Supunha que a maioria dos alforriados pagara por sua liberdade depois de passar anos acumulando recursos, e que lhes restava pouco tempo de vida e pobreza. Já há algum tempo, entretanto, venho analisando uma série de documentos que comprovam ser inadequado estabelecer uma relação causal entre alforria e pobreza.

Não pretendo aqui contestar a hipótese de que a maioria dos alforriados manteve-se pobre e estigmatizada. Acho-a, até, bastante provável. O que tento indicar é que as condições de vida dos alforriados foram mais complexas do que a pobreza inevitável. Meu intuito é tentar problematizar uma sociedade que deu condições (ou elas foram criadas pelos próprios alforriados) para tornar possível a criação de uma elite negra, escrava ou forra, recuperando pistas, nas suas histórias de vida, da herança africana que a tornou possível. E o grupo que mais detinha essas condições era o “mina”.

Antes, porém, é necessário esclarecer o que entendo como pobreza na sociedade escravista do Brasil. Obviamente é um termo relativo e depende de um conjunto de fatores, inclusive culturais. Em primeiro lugar, e no aspecto material, sugiro que quem tem escravo, mesmo que apenas um, não pode ser considerado pobre. Além da propriedade escrava, os que tiveram inventário *post-mortem* aberto

ou redigiram um testamento também não poderiam ser pobres pois eram proprietários de bens. Os destituídos de posses não faziam testamento nem tinham inventário, sendo, no geral, grande parte ou a maioria da população adulta,¹² fosse livre ou liberta. Outro fator que caracterizava a “pobreza” era a posição do indivíduo na hierarquia social. Negros e seus descendentes, libertos ou livres, eram “pobres” mais pela condição estigmatizada que possuíam do que pelos bens materiais que efetivamente puderam acumular.

Um ponto de partida para observar a capacidade de escravos de acumular pecúlio é a modalidade da alforria, ou melhor, a forma como a liberdade foi conquistada. Uma primeira questão que se coloca é de ordem legal. A legislação que trata do escravo se introduz nas *Ordenações Filipinas*,¹³ na parte referente ao direito de propriedade, inclusive no que se refere à sua alienação. O escravo era uma propriedade e, como qualquer outra mercadoria, só poderia ser alienado caso o proprietário assim o quisesse. Dessa forma, mesmo tendo o escravo o montante equivalente a seu preço, o senhor não era obrigado a alforriá-lo. Só o faria se fosse de sua vontade, o que se interpretava como uma doação, mesmo quando a alforria era paga.¹⁴

Foi em 1871 que a Lei conhecida como “Ventre Livre” estabeleceu o direito de o escravo ser libertado caso desse o equivalente a seu preço, independentemente da vontade do senhor. Assim sendo, a conquista da alforria dependeu, primordialmente e em quase todo período escravista, das relações estabelecidas entre senhores e escravos. Quero crer que, nessa relação, dependia mais da capacidade dos próprios escravos de convencer seus senhores a libertá-los do que da boa vontade deles em reconhecer os “bons serviços prestados” pelos escravos, como consta em quase todos os papéis de liberdade.

Havia três modos legais de se obter a alforria: a carta, ou “papel de liberdade”, assinada pelo senhor ou por outro, a seu rogo, na maioria das vezes registrada nos livros de notas dos cartórios, outras somente como um papel particular; o testamento e os posteriores codicilos; a pia batismal. Não havia necessidade de registrar em cartório as alforrias testamentárias e da pia batismal. Embora em alguns casos isso ocorresse, esses registros já eram o documento legal de liberdade.

Nos últimos anos, os estudos sobre a alforria são numerosos, mas este ainda é um tema relativamente recente. Os mais antigos

e conhecidos são da década de 1970: um artigo de Stuart Schwartz para a Bahia, no século XVII, o de Mary Karasch para o Rio de Janeiro do século XIX, alguns artigos pontuais de Luiz Mott sobre casos de alforria; vários artigos de Kátia Mattoso para a Bahia e Parati, no século XIX, e um trabalho de maior fôlego de James Kiernan, para Parati, na virada do século XVIII para o XIX.¹⁵ Esses trabalhos tratam da alforria em si, não dos libertos, mas são quase todos baseados nas cartas de liberdade registradas em cartórios. James Kiernan foi o único que analisou, também, as “alforrias na pia”. Suas conclusões são muito sugestivas, pois descobriu que as crianças alforriadas na pia batismal, em Parati, não eram as mesmas que estavam nas cartas de liberdade. Não trabalhou, entretanto, com as alforrias inscritas em testamentos, que provavelmente também não foram registradas em cartórios.

Importante destacar que é muito difícil que uma região guarde séries completas de todos esses documentos. Quanto aos escritos particulares, estes, certamente, se perderam. Muitos deles devem ter servido para comprovar a liberdade e não foram registrados em cartórios. Pode-se concluir, então, que as alforrias, no conjunto da população cativa, foram em muito maior número do que as registradas em cartórios. Dessa forma, posso supor que o contingente de libertos era grande, muito maior do que o de algumas estimativas existentes, mesmo considerando que as proporções variaram de região para região e no tempo.¹⁶ O acesso à liberdade foi mais frequente do que podemos supor ou comprovar, com as fontes que nos restaram.

Os estudos indicam que, apesar de bem menos numerosas na população escrava das áreas mais dinâmicas da economia, as mulheres eram privilegiadas no acesso à manumissão. Embora alguns dados recentes indiquem que em alguns curtos períodos de tempo os homens foram mais numerosos do que as mulheres no acesso à alforria, é fato que, no geral, mulheres tinham mais condições de se tornarem livres. Uma das hipóteses que foram aventadas pela historiografia refere-se ao preço inferior da escrava.¹⁷ Além do mais, os senhores estariam mais propensos a libertar mulheres do que homens, já que os últimos seriam preferidos em várias atividades, principalmente nas agrárias e de mineração. Também existe o argumento que sugere a capacidade da mulher escrava de acumular pecúlio, pois executaria atividades rentáveis como prostituta, ama de leite e no pequeno comércio, entre outras.¹⁸ Outra hipótese enfatiza o grau de afetividade que elas

puderam estabelecer com seus senhores, fosse como ama de leite, no serviço doméstico, ou como amante.¹⁹ Argumentou-se que, mesmo alforriadas, elas poderiam continuar a trabalhar em “serviço de escrava”, sem repúdio social.²⁰ Peter Eisenberg apresenta uma outra hipótese – a de que a família escrava, pressupondo-a solidária, teria a tendência a investir conjuntamente na alforria de mulheres para preservar a prole da escravidão, já que a escravidão seguia o ventre.²¹

É bastante provável que todos esses argumentos estejam corretos para explicar a maior manumissão de mulheres, em conjunto, mas é necessário fazer distinção entre as mulheres que tiveram mais ou menos condições de deter o controle de um ou outro recurso. Analisei 7.739 alforrias em 5.878 registros cartoriais (um registro muitas vezes tinha mais de uma alforria), do Rio de Janeiro, entre 1612 e 1861. Há grandes variações entre os séculos. No XVII, foram 94 alforrias, no XVIII, 2.305 e, no XIX, 5.340.²² Os números não destoam muito de outras pesquisas. Para a Bahia, as mulheres alforriadas eram o dobro dos homens.²³ Em minha pesquisa para a cidade de São João Del Rei, entre os anos de 1774 e 1831, 56% das alforrias foram concedidas a mulheres. No século XVII, no Rio de Janeiro, 57% dos alforriados eram mulheres. No século seguinte, a participação feminina aumentou para 64%, diminuindo para 59% na primeira metade do século XIX (Quadro 1). A proporção variava conforme a região e no tempo, mas, na esmagadora maioria das vezes, com saldo positivo para as mulheres. Fossem elas crioulas ou nascidas na África, detiveram mais recursos do que os homens para se libertar do cativeiro.

Quadro 1
Alforrias, por sexo – século XVII ao XIX, total geral

Séculos	Homens	Mulheres	Mulheres (%)	Total
XVII	40	54	57	94
XVIII	823	1.482	64	2.305
XIX*	2.188	3.152	59	5.340
Total	3.051	4.688	60	7.739

* Até a década de 1850.

Fontes: ANRJ. Cartas de Liberdade. Livros de Notas e de Registro Geral. Cartórios do 1º, 2º, 3º e 4º Ofício de Notas.

Havia uma impressão, nos primeiros estudos sobre alforria, de que escravos crioulos estavam mais propensos à alforria do que os nascidos na África. Essa proporção, para o Rio de Janeiro, entretanto, variou mais do que a relação entre os sexos. Os escravos alforriados no século XVII, no Rio de Janeiro, eram, majoritariamente, indígenas

ou seus descendentes, denominados de “gentio da terra” e “mulato”, provavelmente, como ocorria em São Paulo, onde eram assim designados os mestiços de brancos com índios.²⁴ Os nascidos no Brasil correspondiam a 73% dos alforriados (Quadro 2). No século seguinte, eram 62%, diminuindo para 42% na primeira metade do século XIX. Houve uma clara tendência à menor participação de crioulos, mulatos, cabras e pardos no acesso à alforria.

Quadro 2
Alforrias, por origem (Brasil ou África) – século XVII ao XIX

Século/Origem	XVII		XVIII		XIX*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	69	73	1.425	62	2.230	42
África	2	2	711	31	2.438	46
Outra origem	-	-	1	0	2	0
Indeterminado	23	25	167	7	669	12
Total	94	100	2.304	100	5.339	100

* Até a década de 1850.

Fontes: ANRJ. Cartas de Liberdade. Livros de Notas e de Registro Geral. Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Notas.

Nada do que se refira à alforria pode ser explicado por dados meramente quantitativos. As mulheres eram minoria nas escravarias, mas eram as que mais se libertavam. Não era tampouco o fato de serem os nascidos na África mais numerosos do que os crioulos, que no conjunto eram os africanos os mais alforriados. Em períodos anteriores, eles foram maioria no conjunto das escravarias, mas os crioulos se alforriaram mais. O motivo para o aumento da proporção de nascidos na África entre os que se alforriavam pode ser a entrada maciça de escravos nos portos do Rio de Janeiro pelo tráfico Atlântico, na primeira metade do século XIX. Pode-se conjecturar que havia, por parte dos senhores, uma maior predisposição à liberdade, pela facilidade de acesso à mão de obra trazida pelo tráfico. O que intriga, entretanto, é que, quanto mais numerosos são os nascidos na África privilegiados pela alforria, menor é o número daqueles que têm de pagar por ela. Aumenta, progressivamente e muito, a percentagem de alforrias gratuitas, dado aparentemente paradoxal. O estado atual das pesquisas permite apenas apresentar algumas hipóteses preliminares sobre a questão.

No século XVIII, 54% dos escravos tiveram de pagar por sua liberdade. No século XIX, até a década de 1850, somente 1/4 dos homens e 1/3 das mulheres o fizeram (Quadro 3). Manolo Florentino sugere que o aumento do valor do preço do cativo impediu que escravos

pudessem acumular recursos suficientes para o pagamento de sua liberdade, cada vez mais elevado.²⁵ Restava-lhes, então, negociar a liberdade gratuita. Para o autor, foi o auge da “politização” na busca da liberdade, já que sua aquisição deslocou-se da acumulação de recursos – ou seja, do mercado – para “a órbita intrínseca da negociação”.²⁶ Penso que o autor pode ter certa razão, mas deve-se ter em mente que, sempre, mesmo pagando por ela, o escravo tinha de convencer seu senhor a permitir a alforria. Conseguir o papel de liberdade nunca deixou de depender de uma negociação, ou de uma “politização”, segundo sua expressão. Nunca foi uma questão meramente de mercado.

Quadro 3
Forma de aquisição da alforria, por sexo – século XVII ao XIX

Séculos	Gratuita		Onerosa		Onerosas %		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
XVII	18	33	19	17	51 (37)	34 (50)	87
XVIII	396	664	426	818	52 (822)	55 (1.482)	2.304
XIX*	1.616	2.129	573	1.022	26 (2.189)	32 (3.151)	5.340
Total						100	

* Até a década de 1850.

Fontes: ANRJ. Cartas de Liberdade. Livros de Notas e de Registro Geral. Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Notas.

O que mais interessa frisar no presente capítulo é que nem todos os grupos puderam (ou quiseram) obter a alforria gratuitamente. Dessa forma, quando grupos de alforriados são analisados separadamente, o argumento de Manolo Florentino perde parte de sua eficácia. Os crioulos sempre receberam alforria majoritariamente gratuita. No século XVIII, mais da metade deles recebeu alforria sem ônus em dinheiro.²⁷ No século XIX, a proporção aumentou significativamente para 72%. O mesmo aconteceu com os nascidos na costa centro-ocidental: no século XVIII, 41% deles receberam alforria gratuita; no XIX, a proporção subiu expressivamente para 74%. Já para os nascidos na África ocidental no século XVIII, 30% dos minas receberam alforria gratuita. No século seguinte, como nos outros grupos, também entre eles cresceu a tendência de gratuidade, mas atingiu somente a cifra de 43%. Mais da metade deles continuou pagando por sua alforria, principalmente as mulheres. Dos escravos minas, 52% dos homens e expressivos 62% das mulheres pagaram pela liberdade (Quadro 4).

Esta diferença de procedimento faz dos minas um grupo de comportamento diferenciado do restante dos escravos.

Quadro 4
Aquisição da alforria paga, por origem e sexo – século XVIII a XIX

Século	XVIII						XIX*					
	H	AO**	AO%	M	AO	AO%	H	AO	AO%	M	AO	AO%
Áfr. C. Oc.	128	72	56	277	175	63	691	171	25	990	286	29
Áfr. Oc.	83	54	65	222	166	75	188	97	52	205	127	62
Brasil	547	264	48	878	432	49	808	200	25	1422	442	31

* Até a década de 1850.

** AO = Alforria Onerosa.

Fontes: ANRJ. Cartas de Liberdade. Livros de Notas e de Registro Geral. Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Notas.

Os nascidos na África ocidental conseguiram ou quiseram, majoritariamente, pagar por suas alforrias, mesmo que consideremos que seu valor de mercado tenha aumentado na primeira metade do século XIX. O que teriam os pretos-minas de especial? Manolo Florentino²⁸ sugere que os minas eram mais ocupados no serviço de ganho nas ruas do que os demais, daí sua maior capacidade de acumular pecúlio. Supõe, também, sua maior eficiência na organização de suas instituições, como irmandades, associações de auxílio mútuo, cantos e família, que permitiriam maior capacidade de arrecadar recursos.

Se tudo isso é verdade, e eu concordo, os contemporâneos Ribeyrolles e Expilly tiveram razão ao destacá-los do conjunto dos escravos. Traziam, então, bagagem cultural mais adequada para superar a condição de escravos a que foram obrigados a se submeter. Por fim, coube às mulheres minas, mais do que aos homens, essas qualidades. As mulheres foram maioria entre os alforriados em todos os grupos, com exceção dos nascidos na África oriental (Moçambique), em que os homens chegam a 61% dos alforriados (Quadro 5). Foram elas, entretanto, que mais tiveram de pagar por suas alforrias, quando comparadas aos homens de seus mesmos grupos. Entre as mulheres minas, no século XVIII, 75% pagou por sua alforria, percentual que caiu para 62%, no século XIX.

Algumas vezes, na própria carta de alforria, há referência à forma de pagamento e ao total pago. Não é possível quantificar essas informações, pois elas são eventuais e desnecessárias ao registro. Quando a alforria era paga por alguém, algumas vezes havia referência sobre as relações entre eles. Em 1738, a alforria da mina Violante foi paga por seu padrinho, João Batista Pinto. Em 1742, Maria, mina já de idade, foi libertada mediante pagamento feito pelo alferes

Caetano Gomes da Silva em função de ela o haver criado. Em 1750, Joana, mina, teve a liberdade paga por seu marido, Manoel Machado de Jesus – pardo, liberto e sapateiro. Em 1754, a alforria da mina Catarina foi paga por seu irmão Antônio de Bastos Maia, preto forro, um dos fundadores da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, em 1740.²⁹ Guiomar, mina, teve a alforria paga por sua filha, a preta forra Joana de Deus Pinheiro, em 1755. A liberdade de Maria, mina, em 1784, foi paga por sua comadre Inês Luiza. Relações, portanto, de parentesco consanguíneo e ritual muitas vezes foram fundamentais para a liberdade. Mas a maioria das alforrias onerosas foi paga, ao que tudo indica, por meio do resultado do trabalho da própria beneficiada ou por suas “agências”.

Quadro 5

Alforrias entre homens e mulheres, por área da África – século XVIII ao XIX

	XVIII						XIX*					
	H	M	Tot.	H%	M%	%T	H	M	Tot.	H%	M%	Tot.
África Centro-Occidental	128	277	405	32 (405)	68 (405)	57 (711)	691	990	1681	41 (1681)	59 (1681)	69 (2438)
África Occidental	83	222	305	27 (305)	73 (305)	43 (711)	188	205	393	48 (393)	52 (393)	16 (2438)
África Oriental	1		1	0			134	87	221	61 (221)	39 (221)	9 (2438)
África indeterminado							52	91	143	37 (143)	63 (143)	6 (2438)
Total	212	499	711			100	1065	1373	2438			100

* Até a década de 1850.

Fontes: ANRJ. Cartas de Liberdade. Livros de Notas e de Registro Geral. Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Notas.

Para obter a sua liberdade, em 1749, a escrava Luzia, preta-mina, tomou dinheiro emprestado com Pedro Francisco. Ignácia, em 1746, pagou sua alforria mediante empréstimo que fez junto à sua comadre. Informação como a de que Rita, mina, em 1753, pagou sua alforria “com o que obteve dos jornais do seu ofício de quitandeira” é rara, mas deve ter sido uma situação bastante comum. Houve formas mais gerais, como a de que a escrava obteve autorização para vender suas quitandas ou utilizar “suas agências” para conseguir o dinheiro necessário para a sua liberdade. Outras não estipulavam o valor, mas deram escravos em troca de sua alforria. Estas foram mais numerosas. Maria mina, em 1745, pagou sua alforria dando em seu lugar a escrava Guiomar, moleca ganguela. No mesmo ano, Ana, mina, deu dois escravos. A escrava Águida, em 1750, pagou sua alforria mediante a

entrega de sua escrava Tereza, de nação angola. Francisca, em 1830, pagou sua alforria dando em seu lugar um moleque de nação nagô e outro de nação cabinda. Havia ainda aquelas que declararam, em suas cartas de liberdade, ter pedido esmolas. A escrava Joana, assim como inúmeras outras, obteve autorização do seu proprietário, em 1749, para pedir esmolas com o objetivo de pagar sua alforria. Nas cartas de liberdade, o mais comum era a simples referência de que “pagou tantos mil réis” ou “tantas doblas” por sua liberdade. Nos registros das 293 mulheres nascidas na África ocidental que pagaram por sua alforria (63%), nada foi dito sobre como conseguiram o dinheiro.

Sendo por relações solidárias entre parentes, amigos, “irmãos” ou por “suas próprias agências”, essas mulheres minas conseguiram efetivamente pagar por sua liberdade. Houve até as que se utilizaram, fraudulentamente, da participação em alguma irmandade para conseguir bens para si ou para o pagamento da alforria de outrem. O testamento de Isabel da Silva, preta forra da costa, “a mina do gentio da guiné”, é bastante esclarecedor. Tendo sido casada por três vezes, informou que o último marido, Antônio Vieira, crioulo forro, havia ido para sua companhia sem possuir coisa alguma. Afirmou, categórica: “Eu paguei por sua liberdade.” Isabel conseguiu juntar pecúlio por um meio que, no momento da redação do testamento, admitiu ilícito. Declarou que pedira dinheiro à caixinha da Irmandade de São Felipe e Santiago e que, embora não tivesse se vestido e sustentado com essas esmolas, dela tirou “alguns dinheiros dos quais procede tudo que possuo, e também o dinheiro que dei para a liberdade do dito meu marido”. Por isso determina que:

[...] nestes tempos tudo o que se achar por minha morte pertence à Irmandade a quem rogo pelo amor de Deus me perdoe o que faltar e o que eu consumi, e peço ao dito meu marido convenha em tudo e se entregue por restituição à minha Irmandade, pois ele muito bem sabe a verdade do que digo [...].³⁰

A participação em irmandade religiosa poderia ser extremamente vantajosa para alguns escravos. O capitão Ignácio Gonçalves do Monte foi rei da Irmandade de Santo Elesbão por 21 anos, entre 1762 e 1783.³¹ Revelou em seu testamento, aberto em 1783, que

alguns meus patrícios, e amigos me dão a guardar seus dinheiros, por mais seguros em minha mão, e os vem buscar quando querem, ou tudo, ou por parcelas cujos assentos e declarações faço em um livrinho que tenho na minha gaveta aonde trago as mais coisas de valor de que minha mulher de tudo te perfeito conhecimento e o dito livrinho tem setenta e cinco folhas rubricadas com meu nome ou apelido, Monte.³²

Ter acesso aos “dinheiros” de patrícios e amigos era talvez interessante para o cotidiano dos “Reis”, que poderiam, eventualmente, usá-los para suas atividades particulares. O próprio Ignácio reconheceu que usou esses recursos, ao declarar que

os ditos dinheiros que me dão a guardar, se me tiver servido de algum para algum particular meu, e não tiver ainda repostos, ou inteirados até minha morte ordeno a meus testamenteiros, que do primeiro dinheiro que fizerem da minha fazenda seja primeiro que tudo para inteirar a tal quantia, ou quantias de que me servi para os meus particulares a seus donos [...].

A prática da usura estava também presente nesse cargo. Declarou Ignácio que,

no mesmo sobre dito livrinho, faço também assentos e declarações de algum dinheiro, que empresto a várias pessoas e pago que seja ponho pg. e riscado a tal assento, e todos que assim não estiverem, he a mesma verdade que me está devendo a tal pessoa.

As famílias

Os dados das cartas de liberdade dão algumas indicações para entendermos como as mulheres minas conseguiram amealhar pecúlio para pagar por sua liberdade, mas não são informações sistemáticas nem necessárias ao registro. É difícil elucidar os detalhes. Outros documentos e relatos podem trazer mais pistas. Nem todas as forras, mesmo as que pagaram por sua alforria, puderam fazer testamento

ou ter inventário aberto por não terem bens suficientes para tanto. Não enriqueceram. Várias, entretanto, conseguiram. Suponho que as opções de suas atividades exercidas não se modificaram substancialmente depois que se libertaram do cativo, em particular para as pretas-minas. Analisei 68 testamentos de forras da cidade do Rio de Janeiro, realizados entre os anos de 1736 e 1832. Dessas, 36 vieram da Costa da Mina, África ocidental. Eram 14 casadas, 12 solteiras e 10 viúvas.

Nitidamente o casamento era relação querida por elas. Argumentei, em outro artigo, que algumas mulheres tentaram preservar seus bens em relação a seus maridos.³³ Realmente, a tentativa de que o marido não fosse herdeiro de seus bens foi frequente, embora não fosse maioria. Caso não possuíssem herdeiros necessários, preferiam deixar como herdeira sua própria alma, irmandades, suas “crias” (filhas de suas escravas) e ex-escravas. Algumas, entretanto, declararam ter vivido bem com o marido, como Mariana da Costa de Oliveira, “natural da Costa da Mina do gentio da Guiné”, em 1777, que deixou

ao mais que restar de minha terça instituo dela herdeiro ao dito meu marido pela boa harmonia e união que sempre comigo fez sem nunca me dar desgosto tratando-me sempre com muito amor tanto no tempo da saúde como de moléstia, por essa razão o instituo herdeiro no que restar da dita minha terça (Test. 23).

Josefa Fortunata, em 1798, declarou

que sou do gentio da Guiné e sou casada com João Antônio Gomes Jordão de cujo matrimônio não tenho filhos por cuja razão instituo como meu herdeiro universal o dito meu marido pela boa harmonia que sempre fez comigo tratando-me com amor tanto em saúde como na ocasião da moléstia por cuja razão o instituo herdeiro de tudo que por direito me haver dos meus bens (Test. 84).

Houve até as que casaram mais de uma vez, como Isabel da Silva, referida anteriormente, em 1789, que o fez por três vezes. Não sei se os primeiros casamentos foram ainda como escrava, mas ela declarou que

fui casada a primeira vez com Antonio de Oliveira preto escravo de Vicente de Oliveira e passando a segundas núpcias com Pedro Alves da Guerra escravo de Dona Joana Maria de Santana, e por falecimento deste passei a terceiras núpcias com Antonio Vieira crioulo forro [...] (Inv. 31) .

Mesmo casadas ou viúvas, o resultado mais impressionante é que 26 delas (72%) não tiveram filhos. Isabel da Silva, mesmo casando três vezes, declarou: “não tive filhos, nem tenho herdeiro algum que por direito possa herdar os meus bens” (Inv. 31). A ausência de filhos foi um perfil comum às alforriadas de qualquer origem, ainda mais para as nascidas na África. Pode-se presumir que um dos motivos que levaram essas mulheres a fazerem testamentos foi justamente o fato de não terem herdeiros necessários. Nesses casos, os bens poderiam ir para os órgãos administrativos, o então “juizado dos defuntos e ausentes”. Para evitar que fossem parar em mãos alheias, as forras preocupavam-se em indicar o destino de suas fortunas, ditando um testamento. Creio, entretanto, que não era só isso. Penso que era uma opção de vida não ter filhos, principalmente quando ainda escravas. Caso fosse somente pelo fato de ser necessário determinar o destino dos bens por um instrumento legal, as que os tinham não teriam feito testamento.

Uma determinação do Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão de 1740 pode nos induzir a supor que pelo menos uma parte da população mina do Rio de Janeiro optava pela não procriação por fidelidade à sua etnia. Esta fidelidade aparece no compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A irmandade era integrada por vários grupos oriundos da Costa da Mina, entre eles os mahis. Determinava o Compromisso que seriam aceitos como irmãos os “naturais e oriundos da Costa da Mina, Cabo Verde, Ilha de São Tomé ou de Moçambique”, sendo que somente os destas nações poderiam se eleger juízes, escrivãos, procuradores etc. Os demais, como “mulheres e pardos e pardas querendo por sua devoção serão admitidos por irmãos desta Santa Irmandade”. Surpreendentemente, havia impedimento para o ingresso de pessoas de outras origens: “E de nenhuma sorte se admitirão pretas de Angola, nem crioulas, nem cabras ou mestiças.” Pardos e pardas seriam aceitos mas não poderiam fazer parte da administração. Inicialmente, coloca-se a questão: o que era “pardo/a”? Quero crer que o termo significasse filho de

africano nascido já na liberdade, ou seja, de mãe forra, nunca tendo sido escravo/a. Já há algum tempo temos advertido para o fato de que o termo não significava uma mestiçagem. Percebo, agora, que ele adquiriu diferentes significados no tempo. No caso, pardo/a foi diferenciado de “mestiço” e, mesmo, de crioulo/a. Crioulo/a nitidamente era o filho/a de africana nascido/a no cativo. Era escravo. Ter filhos escravos, principalmente do sexo feminino, não era experiência aceita ou querida. Segundo Mariza Soares, com a qual concordo, o Compromisso nos deixa a impressão de que os mahis daquele período não se crioulizaram.³⁴ Mantiveram-se apegados a suas origens e a certas tradições, aparentando-se com outros “nacionais”, e não com sua descendência. O tráfico servia para recriar novos laços de fraternidade e parentesco. Não creio que tenha sido somente esta a explicação para a opção por não ter filhos por parte da população mina, mas pode ter sido importante para várias pessoas.

Foi deveras reveladora a composição dos lares dessas mulheres forras quando havia deles descrição em seus testamentos. As mulheres forras oriundas da Costa da Mina formavam com muita frequência domicílios compostos basicamente por mulheres. Sugeri, em outro artigo,³⁵ que este arranjo familiar fazia parte da organização matrifocal, resultado da poligamia, em que cada esposa tinha sua própria residência e era ela a referência para seus filhos. Entre certos grupos étnicos da África ocidental, mulheres não herdavam bens de pais, maridos ou filhos nem os deixavam como herdeiros de seus bens. Eram herdeiras de suas mães e deixavam heranças para suas filhas.

Suponho que a opção por não ter filhos ou herdeiros levasse essas mulheres a formar “famílias” compostas por escravas, ex-escravas e suas crias, que por sua vez tornavam-se suas herdeiras. Em seu testamento datado de 1792, Rita Francisca de Passos dizia ser

natural da costa da mina de onde vim menor e batizada na freguesia de Nossa Senhora da Candelária desta cidade fui casada com Teodoro Rodrigues homem pardo de cujo matrimônio não tenho nem tive filho algum nem tenho herdeiros alguns ascendentes ou descendentes que por direito hajam de [me] suceder [...] e por isso instituo por herdeiros deles a Theodosia Francisca de Passos de nação Mina que foi minha escrava e

hoje se acha liberta tudo em remuneração dos bons serviços que sempre me fez e ainda faz com todo o necessário.³⁶

Um outro procedimento comum entre elas era o de amparo em momentos difíceis. Agradecimentos a escravas e ex-escravas foram muito comuns nos testamentos de forras, com referências do tipo “por ter me acompanhado em minha doença”, “por me ter amparado”. Quando havia filhas, houve referência explícita a esse amparo. O caso de Maria do Bonsucesso é esclarecedor. Natural da Costa da Mina, do gentio da Guiné, em 1811, era casada e sem filhos do matrimônio, mas tivera uma “filha antes de ser casada”.³⁷ No caso de Maria, ela teve vários bens, mas, naquele momento, não tinha

[...] bens algum senão a roupa de meu uso e os que havia no meu casal escravos e mais móveis tudo se tomou em execução pelas dívidas de meu marido e destruído tudo desapartou-se [sic] de minha companhia e não sei dele até o presente e estou vivendo por esmola na companhia de minha filha e a dita minha filha se compadece de minha alma a fazer por mim o que se tivesse poderia fazer por ela [...].

Houve ainda outras forras que reconheceram os “ensinamentos” ou, como diziam, a “boa criação”, transmitidos pelas ex-senhoras. Em 1753, Mariana da Costa Ribeira, solteira e sem herdeiros, natural da Costa da Mina, deixou dois cordões de ouro:

quero que meus testamenteiros façam logo entrega de um deles a Senhora Antonia de Jesus minha senhora que foi o qual lhe deixo gratuitamente em reconhecimento da boa criação, e estimação que me deu enquanto fui sua escrava.³⁸

A “boa criação” provavelmente incluía o aprendizado de algum ofício e o controle sobre certas atividades. As “famílias”, assim como certas irmandades, baseadas na origem étnica ou geográfica, foram, certamente, o alicerce para muitas escravas tornarem-se livres, enriquecerem e, por sua vez, adotarem os mesmos procedimentos.

Atividades

Dos 36 testamentos de pretas-minas do Rio de Janeiro, é impressionante a quantidade delas que investe em escravos. Somente seis não os tinham. A esmagadora maioria, 83%, era senhora de escravos. A composição das escravarias dessas mulheres era absolutamente feminina.³⁹ Quando havia homens, quase sempre eram filhos das escravas. Essa estrutura tinha origem, provavelmente, em suas culturas da África, posto que reproduziam a divisão sexual do trabalho. Investiam, então, em escravas. Uma das principais ocupações era a “quitanda”, comércio a varejo de alimentos ou pequenos objetos. A ocupação não era necessariamente explicitada nos testamentos, mas algumas a ela se referiram.

Tanto observadores contemporâneos quanto a historiografia têm destacado que o comércio a varejo pelas ruas do Rio de Janeiro, desde pelo menos o século XVIII, ficava a cargo de mulheres. Observando pinturas de inúmeros artistas da primeira metade do século XIX, como Jean-Baptiste Debret, Thomas Ender, Guilhobel, constata-se a figura de mulheres negras nessas atividades, sendo as negras minas as mais ricas ou extravagantes desse comércio. Charles Expilly, em seu livro *Mulheres e costumes do Brasil*, informa que uma das principais ocupações das escravas minas era a venda a varejo. A escrava Manoela, uma preta-mina, personagem provavelmente fictícia de seu livro, quando escrava carregava o tabuleiro à cabeça e vendia frutas da propriedade de seu senhor. Debret descreve a “negra baiana”, provavelmente mina, que teria ido em quantidade para o Rio de Janeiro a partir das “perturbações políticas de 1822”,⁴⁰ com indumentária similar à de outros cronistas e viajantes e de acordo com o que elas declaram possuir em seus testamentos:

Desde então apareceram entre as quitandeiras da cidade as negras baianas, notáveis pela sua indumentária e inteligência, umas mascateando musselinas e xales, outras, menos comerciantes, oferecendo como novidade algumas guloseimas importadas da Bahia e cujo êxito foi grande. Entre estas figura a атаçaça, creme de arroz doce vendido frio dentro de um canudo de folha de bananeira, e bolos de canjica, pasta açucarada feita com farinha de milho e leite e vendida em folhas de manoeiro. Elas introduziram também o uso de polvilho de forma,

amido preparado em pequenos quadrados de uma polegada de espessura e próprios para engomar roupas. A negra baiana se reconhece facilmente pelo seu turbante, bem como pela altura exagerada da faixa da saia; o resto de sua vestimenta se compõe de uma camisa de musselina bordada sobre a qual ela coloca uma baeta, cujo riscado caracteriza a fabricação baiana. A riqueza da camisa e a quantidade de jóias de ouro são os objetos sobre os quais se expande sua faceirice.⁴¹

Estou cada vez mais convicta de que as minas monopolizavam os ramos mais rentáveis, como o da venda de comida, amplamente citado pelos viajantes. Em cidades portuárias como o Rio de Janeiro, a venda de alimentos para a tripulação de navios, escravos e demais transeuntes era fundamental. No Brasil, homens e mulheres nascidos na África tiveram de aceitar diferentes hábitos alimentares, não só por sua condição escrava, como também pela inexistência de produtos usados em suas terras de origem. Por outro lado, muitos dos novos alimentos foram adaptados segundo suas heranças culturais e introduzidos no grande mosaico alimentar que foi a sociedade brasileira.⁴² Creio que havia tipos de alimentos específicos para os grupos étnicos. Há relatos de viajantes que experimentaram tais guloseimas e até as aprovaram. Como afirma Robert Slenes,⁴³ para os nascidos na África, a alimentação não era somente uma forma de sustentar o corpo, mas de fortalecer o(s) espírito(s).

São poucos os pesquisadores dedicados aos aspectos da culinária do Brasil escravista, como Gilberto Freyre e, especialmente, Luís da Câmara Cascudo.⁴⁴ Os estudos sobre alimentação, no Brasil, tenderam a se concentrar mais nas condições de produção e comercialização do que no tocante à cultura culinária propriamente dita. Doces e salgados feitos com a mandioca e milho, regados a azeite de dendê e acompanhados de pimenta-malagueta, ambos de origem africana, acrescidos de alho e sal português, complementados com o coco asiático transformado em leite de coco e usado nos quitutes adoçados com o açúcar de cana, embrulhados em folhas de bananeira, eram feitos e vendidos pelas “negras de tabuleiro”. Conhecer os consumidores e suas preferências alimentares, presumo, foi fundamental para o sucesso das atividades de algumas dessas mulheres. Provavelmente de forma maldosa, Debret relata alguns artifícios usados para atrair clientes:

Os mais generosos [...] chamam uma vendedora negra, cujas maneiras e trajas rebuscados revelam o desejo e os meios de agradar, que muitas empregam habilmente a fim de aumentar o benefício da venda explorando a boa vontade dos compradores.⁴⁵

Todo tipo de comércio tem regras e estratégias. No caso, a observação de Debret, do século XIX, sobre a tática das “negras” em dominar as técnicas de vendas, agradando aos clientes, já havia sido ressaltada séculos antes. João Brandão, cronista que escreveu em 1552 sobre a cidade de Lisboa, afirmou que as negras tinham aptidão para a venda, conseguindo que os consumidores provassem de suas mercadorias. Em suas palavras: “[...] terça-feira [as negras] estão vendendo na feira, que lhes não escapa coisa que não vendam”.⁴⁶

Mulheres escravas ou forras em cidades como as de Minas Gerais, no século XVIII, e do Rio de Janeiro e de Salvador, desde o século XVII, vendiam pelas ruas comidas que poderiam agradar ao paladar e aos espíritos. Presença reconhecidamente fundamental para o abastecimento urbano e, ao mesmo tempo, incômoda para as autoridades, as negras foram sistematicamente acusadas de promover encontros tidos pelas autoridades como “badernas”. Eram as responsáveis pela organização de folguedos, como os lúdicos e sensuais *lundus* e *batuques*, em que estariam presentes comidas afrodisíacas regadas pelo “líquido espirituoso” mais popular do Brasil – a aguardente de cana. As tentativas de controlar seu movimento, estipulando lugares fixos para sua atuação, foram sempre em vão, e elas acabaram se tornando responsáveis pelo contato e confraternização entre povos muito diferentes. Talvez a “negra de tabuleiro”, também designada como “negra doceira” ou “preta quituteira”, seja a categoria social que melhor representa simbolicamente a síntese do que foi o encontro de variados povos: por meio das comidas e das festas, das associações de santos católicos com santos africanos do *candomblé* baiano, da presença de pretos velhos e de caboclos na *macumba* do Rio de Janeiro, criaram-se condições para o surgimento de novas identidades no Brasil escravista.

Há, juntamente com o alimento do corpo e dos espíritos, um outro setor do comércio ambulante que deveria ser extremamente rentável, não só em termos materiais, mas também simbólico. Era o comércio de amuletos. Chamou muito a atenção dos estrangeiros

a quantidade de amuletos portados principalmente pelas negras. Charles Expilly informa que negros e negras, instalados ao lado da Igreja da Santa Cruz dos Militares, na rua Direita, vendiam

com permissão das autoridades, as esquisitas mercadorias que se compõem unicamente de figuras de cera, crescentes de cornalina e figas de madeira, grossamente esculpidas. Alguns ajuntam a este comércio medalhas bentas e imagens representando a cena do Desagravo. Esta palavra, consagrada pela tradição, lembra uma lenda colhida na própria Igreja dos Militares. Segundo essa lenda, um artista português retocava as pinturas de um enorme Cristo suspenso na parede de uma capela. Num estúpido acesso de raiva, o artista distraiu-se a ponto de esbofetear o Homem-Deus. A sua impiedade foi punida ali mesmo, pois o Cristo, despregando-se da parede, caiu sobre ele, esmagando-o. Todos esses objetos, tão diversos, no entanto, são destinados a exconjuram o “mau-olhado” ou encanto. Este sítio poderia chamar-se justamente “mercado de amuletos”.⁴⁷

Os compradores eram de todos os grupos sociais, mas predominavam negros escravos e libertos:

É curioso ver-se, desde pela manhã, a afluência dos fregueses em volta da loja. As amas-de-leite aí são as mais numerosas; e adquirem um arsenal miraculoso que penduram ao pescoço e ao da criança que amamentam. As moças supersticiosas e as orgulhosas senhoras não trepidam em vir fazer provisão de armas sobrenaturais contra os feiticeiros que vão encontrar no caminho.⁴⁸

Estes adereços – medalhas e imagens católicas (crucifixos ou *Agnus Dei*, santos e escapulários) e os amuletos africanos (figas, miçangas, contas etc.) – eram objetos mágicos que tinham cunho propiciatório ou buscavam proteção e tiveram uso corriqueiro. O fato mais interessante, entretanto, é a mistura de elementos católicos e africanos. “O primeiro dinheiro que um escravo ganha”, anotou Ewbank, “é gasto na compra de uma figa.”⁴⁹ Baseado em observação

de Câmara Cascudo, Márcio Soares informa que a figa é um talismã, cuja origem remonta à antiguidade:

O costume de usá-las como forma de proteção contra as forças maléficas dos feitiços, doenças e mau-olhado, remonta à Antigüidade Clássica onde eram empregadas nos rituais de fertilidade celebrados nas ilhas mediterrâneas e difundidas pelo Ocidente à medida que o Império Romano se expandia, tornando-se um talismã bastante popular entre os povos latinos. Segundo este folclorista [Câmara Cascudo], a hipótese da origem africana das figas levantada por alguns estudiosos do folclore negro não se sustenta.⁵⁰

As figas eram feitas de ouro, prata, marfim, chumbo, coralina, chifres, ossos e madeira. A utilização de chifres foi particularmente notada por vários viajantes. Debret observou que um cirurgião negro

[...] vende ainda talismãs curativos sob a forma de amuletos. Citarei aqui apenas o pequeno cone misterioso feito de chifre de boi, preciosa jóia de seis linhas de altura, que se pendura ao pescoço para preservar das hemorróidas ou das afecções espasmódicas [...].⁵¹

Tratando de um grupo de carregadores de café, o artista, com sua crítica comum e preconceituosa sobre os costumes africanos, observou que,

Quanto ao transporte [de café], penoso muitas vezes em virtude da extensão do trajeto, faz-se mister, para efetuá-lo sem inconvenientes, não somente um número de carregadores igual ao de sacos, mas ainda um capataz entusiasta, capaz de animar os homens com suas canções improvisadas. Em geral o primeiro carregador é o porta-bandeira e se distingue por um lenço amarrado a uma vara. Toda coluna é guiada pelo capataz, que costuma munir-se de um chifre de boi ou de carneiro; é este troféu, para ele um talismã contra todas as infelicidades que poderiam ameaçar a marcha do grupo, um amuleto que alimenta sua verbosidade, com a qual ele se impõe à superstição de seus soldados ocasionais. Entretanto, depois de a coluna

chegar a seu destino e ser paga, a igualdade volta a imperar e a fraternização se faz na venda mais perto.⁵²

Thomas Ewbank avaliou que,

Além dos numerosos preventivos mostrados em figuras e descritos em capítulos precedentes, há ainda outros, entre os quais os chifres, ou cornos, não são raros. Tomei conhecimento pela primeira vez na Rua dos Barbonos, numa casa em que eram expostos à venda frutas, verduras e outros comestíveis. Um par de chifres de carneiro, pintados com listras alternadamente azuis, vermelhas, brancas e amarelas, estava dependurado no lado do portal. Perguntando com que finalidade os chifres estavam expostos, a negra proprietária exclamou rindo: “Para afastar o mau-olhado”. H... perguntou se ela os venderia, ao que ela respondeu negativamente.⁵³

Mary Karasch acredita que os amuletos e demais objetos das religiões africanas não eram apresentados aos brancos, pelo receio que tinham os negros de que fossem presos, pois alguns eram considerados objetos de magia, e seus portadores, acusados de bruxaria ou feitiçaria.⁵⁴ Dessa forma, somente amuletos e imagens menos comprometedoras estavam às vistas de viajantes e do público em geral. Era um comércio negro e, muito provavelmente, dominado pelas mulheres. Trajes e adereços portados por negras escravas ou libertas representam mais do que uma forma de ostentação. Tinham também significados simbólicos e rituais, assim como de proteção. Alguns contemporâneos e, até mesmo, alguns historiadores, consideraram muitas vezes que houve um processo de adoção de hábitos da elite por parte dos alforriados que enriqueceram.

Em trabalho extremamente sugestivo, Silvia Lara⁵⁵ analisou a vasta legislação portuguesa que estabelecia determinações sobre os trajés, tecidos, ornamentos, armas, arreios de animais, número de criados e séquitos particulares, que poderiam ser permitidos às mais diversas categorias sociais, desde pelo menos a segunda metade do século XVI até meados do XVIII. O Brasil colonial estava sujeito à mesma legislação, mas algumas foram feitas especificamente para negros e mulatos, bem mais numerosos em terras coloniais. Houve, inclusive, uma série de medidas legais, diretamente ligadas aos trajés

das escravas, genericamente, mas que também incluíam as “negras”, fossem forras ou livres. Segundo Silvia Lara, a crítica ao luxo das roupas das escravas aparece na correspondência entre autoridades metropolitanas e coloniais, em 1695-96, 1703-4 e em 1709, tendo resultado em algumas ordens régias. Por intermédio de cartas régias, dirigidas ao governador-geral e a alguns governadores de capitânias do Estado do Brasil e em pareceres do Conselho Ultramarino, em final do século XVII e início do XVIII, proibia-se ou reprovava-se o uso de sedas e joias pelas escravas. Segundo carta régia de 20 de fevereiro de 1696, ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil, haveria “demasia do luxo de que usam no vestir as escravas deste Estado [do Brasil]”.⁵⁶

O que impressiona é a importância dada aos trajes de escravas, percebida mediante a frequência com que eram referidas em cartas régias, na legislação e em tratados ou relatos de contemporâneos. Entre as genericamente denominadas “escravas”, estavam também as mulheres libertas. De qualquer forma, o que interessa aqui, mais do que o significado simbólico, é a constatação de que as muitas mulheres, fossem escravas ou forras, andavam com trajes ricos e, para os observadores, inadequados à sua condição social. Atribuía-se aos senhores os custos das roupas de seus cativos, principalmente se fossem ricos. Senhores ostentariam sua riqueza por meio dos enfeites de seus escravos. Mary Karasch foi bastante enfática nesse ponto: “O modo de vestir-se dos cativos refletia a riqueza e posição de seu senhor”.⁵⁷

Não creio, entretanto, que tenha sido às custas de seus senhores que elas se ataviavam. Rosa Egipcíaca foi prostituta, quando escrava. Segundo Luiz Mott, ela foi a única ex-escrava que deixou documento assinado, datado de 1752, no qual descreve sua vida passada e as visões celestiais que passou a ter. Rosa afirmava que “se desonestava vivendo como meretriz, tratando com qualquer homem secular que a procurava, em cuja vida andou até o tempo que teve o Espírito Maligno”.⁵⁸ O motivo para andar “desonestada” era o fato de sua senhora não lhe fornecer roupas e enfeites que solicitava, por isso ela os conseguia “em prêmio de sua sensualidade”.⁵⁹

Já entre as forras, os custos de ter roupas e adereços corriam certamente por conta de suas próprias agências. Cabe pensar quem escolhia tecidos e modelos. Caso realmente os ricos senhores quisessem estampar em seus escravos os símbolos de sua importância,

podemos imaginar que a indumentária deveria ser o mais próxima possível do que os padrões europeus designavam como signos de riqueza. Entretanto, os ricos eram minoria. Além do mais, os relatos indicam que era somente em público que se apresentavam ricamente ataviados. No cotidiano, suas roupas eram simples. Mary Karasch deduz que a indumentária deve ter sido uma mistura de trajes africanos e europeus e chega à conclusão de que a “única generalização possível é que os trajes dos cativos variavam muito, não só de período, como também de nação para nação”.⁶⁰

Lendo os relatos de viajantes e cronistas, fica a impressão de que alguns escravos e, principalmente, os alforriados esforçaram-se por se incorporar aos padrões culturais dos brancos ou, melhor dizendo, aos padrões culturais ocidentais. É assim que interpreta Maria Graham, ao afirmar que

[...] um negro livre, quando sua loja ou seu quintal corresponde ao seu esforço, vestindo-se e a sua mulher com um belo fato preto, um colar e pulseiras para a senhora, e fivelas nos joelhos e sapatos para adornar as meias de seda, raramente se esforça muito mais, e contenta-se com sua alimentação diária.⁶¹

E Lindley que em 1805 dizia:

[...] os negros sentem que sua importância aumenta por causa do grande número dos que são alforriados, [...] os quais, naturalmente, passam por *senhores*, assumindo, freqüentemente, os modos de seus antigos donos, agindo, em toda a plenitude, com igual desenvoltura.⁶²

Depreende-se dessas observações que os negros, fossem africanos ou crioulos, quando libertos adquiriam os costumes dos grupos dominantes, transformando-se em senhores indolentes e arrogantes. A indolência e a arrogância entre brancos, embora criticadas por viajantes que vinham de um mundo não escravista, poderiam ser toleradas. Em negros, eram ridicularizadas, pois ressaltavam de maneira caricatural as piores consequências, para eles, da utilização do trabalho escravo. Os numerosos adereços, antes de fazerem parte de um “exagero” na indumentária ocidentalizada, eram importantes em vários sentidos. Entre as mulheres, talvez para atrair os olhares

masculinos, para solicitar favores, para simbolizar um lugar social ou para atrair os espíritos. Certamente que nós, hoje, não teríamos condições de avaliar o que poderiam representar os vários adornos das escravas e forras que, de resto, pertenciam a etnias diferentes. Segundo Silvia Lara, os signos poderiam ter sentidos diferentes e “as diferenças de aparência e de costumes entre os homens receberam explicações diversas que mesclavam aspectos religiosos e mágicos, físicos e naturais”.⁶³ De qualquer forma, cabe registrar que o vestuário e os adornos não tinham como objetivo somente a ostentação de riqueza nos moldes ocidentais e os seus significados poderiam variar de acordo com o portador ou o observador.

Consta que as mulheres minas eram especialmente tentadas por adereços e vestidos vistosos. Charles Expilly enalteceu a beleza das “negras”, mas ressaltava:

[...] cada vez que eu falar da negra, é sempre a negra mina. Por pouco que se possua do sentimento de verdade, o homem que habita a zona equatorial não pode recusar a sua admiração por essas soberbas criaturas, cujo porte está cheio dessa majestade radiosa que o elogio atribui às rainhas, e a poesia, às deusas.⁶⁴

Também fazia referência ao gosto das pretas-minas pelos adereços: “Manuela, legítima preta mina que era, apreciava as jóias e os enfeites.”⁶⁵ Como já foi indicado, Rosa Egipcíaca, também mina, de nação courana, declarou que se prostituiu para as conseguir.⁶⁶

Mas quem concebia os modelos e confeccionava as roupas usadas por mulheres escravas e forras? A costura era comum entre as mulheres negras, mas creio que havia algumas que se tornaram especialistas na modelagem e confecção. As camisas de musselina rendada das negras baianas, descritas por Debret, não deveriam ser feitas por qualquer uma. Quero crer que era uma atividade provavelmente especializada e que rendia bem para as que a executavam. Há referência, inclusive, a um comércio de panos com a África, os chamados panos da costa, que aparecem em alguns testamentos. Dessa forma, sugiro que algumas delas não só se tornavam importadoras de tecidos, como modistas e costureiras de um mercado restrito, por certo, mas proporcionalmente bastante rentável.

Nos testamentos, há menção frequente a roupas das mulheres foras quando deixavam-nas de esmola ou herança para alguém, mas foram os objetos e adereços de metais preciosos os que mais apareceram. Das 36 testadoras minas, 22 eram proprietárias de objetos de ouro e prata, muitos deles imagens e medalhas sacras. Predominava, por exemplo, a imagem em ouro de Nossa Senhora da Conceição. Maria do Carmo, testando em 1757, possuía “uma imagenzinha de Nossa Senhora da Conceição em ouro e olhos de Santa Luzia”.⁶⁷ Uma variante era a imagem estar pendurada em um cordão de ouro, como o de Maria Narciza Preta, em 1804.

A bem-sucedida preta-mina Francisca Maria Teresa, nascida na Costa da Mina, fora batizada na “Nossa Senhora das Mercês da cidade de Lisboa”. Seu testamento não informa como veio parar no Rio de Janeiro, mas, em 1776, aí redigiu seu testamento. Era proprietária de uma escravaria totalmente feminina: Isabel, “de nação angola”, sua filha Dorotheia, Tereza e uma crioulinha também por nome Tereza. Morava em umas casas térreas na rua do Alecrim, de sua propriedade. Deixou Isabel, angola, coartada no valor de três doblas, dando-lhe dois anos para conseguir esse valor. Já à sua cria Dorotheia, filha de Isabel, deixava “forra e isenta de toda escravidão como se nascesse sem [...] do ventre da dita sua mãe”. Durante sua vida de forra, Francisca já havia tido outras escravas e já as tinha libertado. Eram elas: Maria Tereza, suas filhas Claudiana e Ana e Maria da Glória. Francisca possuía um conjunto expressivo de joias:

três cordões de ouro da Vera Cruz e meia cada um pouco mais ou menos, e quatro pares de brincos de ouro com suas pedras e diamantes, um botão de ouro grande de gota, duas imagens de Nossa Senhora da Conceição de ouro, ambas com seu cordão de pescoço, dois anéis de ouro com suas pedras vermelhas, e olhos de diamantes.

A propriedade de joias por parte dessas mulheres tinha significados variados. Mas havia um que, presumo, era importantíssimo: sua facilidade para funcionar como garantia de empréstimo. Muitas mulheres tinham joias empenhadas nas mãos de terceiros. O que surpreende, entretanto, é que os credores eram, muitas vezes, também mulheres. Maria Ribeira da Conceição, do gentio da Guiné, em 1753

era devedora de “nove patacas” à sua comadre Rosa Maria. Sobre o assunto, afirma:

e em sua mão foram uns penhores que é um par de brincos e uma volta de contas de ouro e peço a meu testamenteiro logo satisfaça sem demora. Declaro que devo mais seis patacas a uma preta por nome Isabel da casa de João [...].⁶⁸

A comadre Rosa Maria não teve referência de origem, pois a indicação do compadrio era superior a qualquer outra, em terras do Brasil,⁶⁹ mas poderia tratar-se de mulher forra. Já a preta Isabel era provavelmente uma escrava que emprestava dinheiro a juros.

Bernarda da Conceição, preta forra (sem identificação de origem), era proprietária de

uma Senhora da Conceição de ouro grande com uma volta de cordão do mesmo, uns brincos de ouro com seus diamantes que tudo se acha empenhado na mão de Joana de Carvalho, mulher preta pela quantia de treze mil e quarenta réis.⁷⁰

Maria do Carmo, preta-mina, em 1757, era credora de um preto forro chamado José Antônio de Amorim “de dezesseis mil réis de dinheiro de empréstimo”. Alugava, ao mesmo preto forro, as lojas de sua casa. Também sua madrinha e seu marido lhe deviam dinheiro de empréstimo.⁷¹ Luiza Rodrigues, mina, em 1793, declarou:

a dita crioula Rosaria (me) está devedora da quantia de dobla e meia e assim também me é devedora a preta Rosa moradora de trás do hospício por baixo do Cônego Pedro Barbosa a quantia de quinze patacas e sua companheira também chamada Rosa moradora na mesma casa e ambas mina me deve dois cruzados cujas quantias se cobrarão meus testamenteiros [...].⁷²

Em 1803, Catarina dos Santos, nação cabunda, devia “a uma preta mina Teodósia na Prainha a quantia de seis mil e quatrocentos réis; à mulher de seu testamenteiro, Esperança, dois mil quinhentos e sessenta réis”.⁷³

Havia, portanto, uma rede financeira em que praticamente só se envolviam mulheres nas condições de credora ou devedora, algumas

vezes com penhor de objetos mais valiosos e outras apenas mediante a palavra, posto que não há referência a registro escrito. Tudo indica que o mundo criado por essas mulheres pressupunha alguns comportamentos similares. Não eram propriamente usurárias, mas socorriam ou se aproveitavam das outras, dependendo da conjuntura. Em 1753, talvez por ser proprietária de significativos bens – uma escrava, Maria, de nação benguela, duas “moradinhas” de casas, sendo que residia numa delas, dois cordões de ouro de vara e meia cada um, cinco botões de ouro de colete, um fio de contas de ouro, um par de brincos de ouro de aljofres e mais bens móveis –, Mariana da Costa Ribeira deixou seus bens em testamento para a ex-senhora, pela “boa criação” dela recebida.⁷⁴

Tenho convicção de que essas mulheres ensinavam a suas escravas, futuras “damas mercadoras”, a forma de agir e de sobreviver. O tipo de comida a ser oferecido nos tabuleiros das quituteiras, a indumentária, os amuletos a serem comercializados, os adereços adequados de metais preciosos a serem adquiridos, os escravos a serem comprados, em suma, tudo fazia parte da “boa criação”. Por sua vez, chama a atenção a facilidade com que as senhoras forras permitiam que suas escravas se alforriassem. Não repudiavam a escravidão, tinham escravas vindas da “Costa da Mina” e do “gentio da Guiné”, como elas, mas lhes davam instrumentos para suportar e superar essa condição. A “boa criação” não necessariamente passava pela alforria gratuita, já que quase todas exigiam pagamento para alforriar suas escravas. Mas eram elas que eram designadas herdeiras e a elas as escravas destinavam seus bens em testamento. Antes, porém, as pretas-minas, damas mercadoras, transmitiam seus conhecimentos às senhoras.

Notas

¹ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 1, p. 203.

² RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 1, p. 209.

³ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977. p. 81.

⁴ Foi publicada em 1859 somente a primeira parte do *Brasil Pitoresco*, onde se encontram suas impressões sobre os pretos-minas.

- ⁵ O termo “banto” é analisado por Robert Slenes. SLENES, Robert W. Malungu, *Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. Redescobrir os descobrimentos: as descobertas do Brasil. Revista da USP*. São Paulo, n. 12, dez.1991/ fev. 1992. p. 49.
- ⁶ CARNEIRO, Edison. *Religiões negras*. 3. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1991. p. 30.
- ⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ⁸ Para uma melhor contextualização do que Mariza Soares chama de “grupos de procedência”, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; SOARES, Mariza de Carvalho. From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004; BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000; LOVEJOY, Paul. Enslave africans in the diaspora. In: _____. (Org.). *Identity in the shadow of slavery*. Londres: Continuum, 2000.
- ⁹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890*. Salvador: Corrupio, 1988.
- ¹⁰ DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília, DF: EdUnb; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993; FIGUEIREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII”. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984.
- ¹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ¹² É possível, pelos registros paroquiais de óbitos, ter uma ideia de sua quantidade. Os que não fizeram testamento, ato comum e esperado para os proprietários de bens, têm referido: “não fez testamento por não ter de quê”. Outros têm indicado que foram enterrados “pelo amor de Deus”, ou seja, gratuitamente. Há ainda os que são referidos como “vivendo de esmolas”, “vadio” ou, mesmo, “pobre”. As indicações são muitas para designar “a quem falta o necessário para a vida”, na definição do dicionarista Antônio de Moraes e Silva, publicado pela primeira vez em 1789. SILVA, Antônio de Moraes e. *Dicionário da Língua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.
- ¹³ Ordenações Filipinas (editada pela primeira vez em 1603): Edição “fac-símile” da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, com nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- ¹⁴ Alforriar escravo, mesmo que ele desse o seu valor, não era obrigatório, conforme a historiografia considerou durante anos. Ver, para esse erro sobre a existência de uma suposta Lei que obrigava o senhor a alforriar seu escravo: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: EDUSP, 1986.
- ¹⁵ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. (revisão de sua tese de doutoramento de 1972. Publicado em português: *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000); MOTT, Luiz R. B. Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851. *Revista*

- do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 18, p. 7-37, 1976; MOTT, Luiz R. B. Cautelas de alforria de duas escravas na província do Pará (1829-1846). *Revista de História*, São Paulo, v. XLVII, n. 95, 263-8, 1973; MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MATTOSO, Katia M. de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). In: PELAEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea (Org.). *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976; MATTOSO, Katia M. de Queirós. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, Assis, v. 4, p. 23-52, 1972; SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil Colonial, 1684-1745. *Anais de História*, Assis, v. 4, p. 71-114, 1974; SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slave in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. *HAHR – Hispanic American Historical Review*, Maryland, v. 54, n. 4, nov. 1974, p. 603-635 (Traduzido para o português como “A manumissão dos escravos no Brasil Colonial. Bahia, 1684-1745” e publicado em *Anais de História*, Assis, v. 6, p. 71-114, 1974); KIERNAN, James. Baptism and manumission in Brazil: Paraty, 1789-1822. *Social Science History*, Pittsburgh, v. 3, n. 1, p. 56-71, 1978; KIERNAN, James. *The manumission of slaves in colonial Brazil: Paraty, 1789-1822*. Tese (Doutorado em História) – New York University, New York, 1976.
- ¹⁶ A estimativa de Kátia Mattoso é a de que 10% da população escrava poderia ter acesso à alforria. Cf. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ¹⁷ Cf. MATTOSO, Katia M. de Queirós. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, Assis, v. 4, p. 23-52, 1972; MATTOSO, Katia M. de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). In: PELAEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea (Org.). *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.
- ¹⁸ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- ¹⁹ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- ²⁰ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- ²¹ Cf. EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1989.
- ²² Devo esclarecer que não utilizei todas as cartas de alforrias registradas em livros de notas dos cartórios de 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Notas e de Registro Geral do Rio de Janeiro, mas creio que coletei número significativo delas que sustentam os argumentos que me proponho a seguir.
- ²³ Schwartz faz um rápido balanço dos estudos sobre alforrias para a Bahia. Ele próprio realizou um importante trabalho sobre alforrias entre os anos de 1684 e 1745. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil Colonial, 1684-1745. *Anais de História*, Assis, v. 4, p. 71-114, 1974.
- ²⁴ Sérgio Buarque de Holanda assim se refere a ele: “de passagem, convém notar que a palavra ‘mulato’ se aplicava em São Paulo a mestiços de índios tanto como de negros, e àqueles naturalmente mais do que a estes por ser então diminuta ali a escravidão africana: mesmo durante a primeira metade do século XVIII, os registros de batizados de carijós falam em ‘molatos’ com tal acepção, e só raramente aludem a ‘mamelucos’.” HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 264.
- ²⁵ FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002.

- ²⁶ FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002. p. 20-21.
- ²⁷ Estou considerando como “alforria gratuita” a que não resultou do desembolso de um valor monetário por parte do escravo (pago por ele ou por terceiros). Pode-se considerar, como fizeram outros analistas, que a alforria condicional poderia ser traduzida como um pagamento, mas não era um pagamento monetário. O que me interessa, realmente, é destacar os que puderam acumular recursos em bens para arcar com sua alforria.
- ²⁸ FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002.
- ²⁹ Esse “irmão”, no caso, não deve ser consanguíneo, mas ritual, posto que deveriam participar da mesma irmandade. A informação sobre Antônio Bastos Maia é de SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, 2002.
- ³⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro-ACMRJ, Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro. Testamento de Isabel da Silva, de 21/11/1779.
- ³¹ SOARES, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. cap. 6.
- ³² ACMRJ, Testamento do Capitão Ignácio Gonçalves do Monte. Livro 18 da Sé (Testamentos e Óbitos, 1776-1784), fl. 442v. Agradeço a Anderson de Oliveira por me ter cedido a transcrição do referido testamento.
- ³³ Os herdeiros necessários eram, em ordem: descendentes, ascendentes e colaterais até o segundo grau de consanguinidade. Normalmente os nascidos na África tinham poucas chances de ter pais ou irmãos em cativeiro.
- ³⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, 2002.
- ³⁵ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H.; FRAGOSO, J. (Org.). *Ensaio sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, [200-?]. p. 289-329.
- ³⁶ ACMRJ, Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro. Testamento de Rita Francisca de Passos, 1792.
- ³⁷ ACMRJ, Livro de Óbito da Freguesia da Sé do Rio de Janeiro. Testamento de Maria do Bonsucesso, 1811
- ³⁸ ACMRJ, Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro. Testamento de Mariana da Costa Ribeira, 1753.
- ³⁹ Dos escravos adultos das mulheres forras, 87% deles eram mulheres. Cf. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. p. 289-329.
- ⁴⁰ Debret ignorava, assim como de resto o fizeram analistas posteriores, a presença dos minas no Rio de Janeiro desde a primeira metade do século XVIII. Cf. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ⁴¹ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 1989. v. 2, p. 137. (1. ed. entre 1834 e 1839)
- ⁴² SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- ⁴³ Cf. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ⁴⁴ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: as origens da Família Patriarcal Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987; CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. (1. ed. 1933).
- ⁴⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 1989.
- ⁴⁶ BRANDÃO, João. *Majestade e grandeza de Lisboa em 1552*. Ed. Anselmo Braamcamp Freire e J.J. Gomes de Brito. Arquivo Historico Portuguez, XI, 1917, p.8-24 apud CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p. 53.
- ⁴⁷ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977. p. 84-85.
- ⁴⁸ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977. p. 85.
- ⁴⁹ Cf. EWBank, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 188.
- ⁵⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore...*, p. 262-263 apud SOARES, Márcio de Souza. *A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na Corte imperial*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- ⁵¹ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 1989. v. 2, p. 178.
- ⁵² DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 1989. v. 2, p. 150-151.
- ⁵³ EWBank, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 189.
- ⁵⁴ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- ⁵⁵ LARA, Sílvia Hunold. *The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, c. 1750-1815*. *Colonial Latin American Review*, London, 6. ed., v. 2, p. 205-224, 1997.
- ⁵⁶ LARA, Sílvia Hunold. *The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, c. 1750-1815*. *Colonial Latin American Review*, London, 6. ed., v. 2, 1997. p. 205.
- ⁵⁷ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. p. 301.
- ⁵⁸ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 34.
- ⁵⁹ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 39.
- ⁶⁰ KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. p. 301.
- ⁶¹ Cf. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990. (1. ed. inglesa, 1824)
- ⁶² LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil (1804-5)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. p. 176-177.
- ⁶³ LARA, Sílvia Hunold. *The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, c. 1750-1815*. *Colonial Latin American Review*, London, 6. ed., v. 2, 1997. p. 215.

- ⁶⁴ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977. p. 96.
- ⁶⁵ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977. p. 94.
- ⁶⁶ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 14.
- ⁶⁷ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento de Maria do Carmo, 1757.
- ⁶⁸ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento de Maria Ribeira da Conceição, 1753.
- ⁶⁹ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ⁷⁰ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento de Bernarda da Conceição, 1765.
- ⁷¹ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento de Maria do Carmo, 1757.
- ⁷² ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento de Luiza Rodrigues, 1793.
- ⁷³ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento Catarina dos Santos, 1803.
- ⁷⁴ ACMRJ, *Livro de Óbito da Freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé do Rio de Janeiro*. Testamento Mariana da Costa Ribeira, 1753.

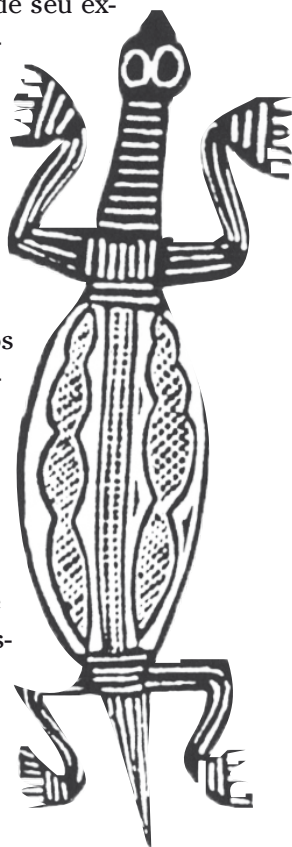
Rosa Egipcíaca: de escrava da Costa da Mina a Flor do Rio de Janeiro

Luiz Mott

Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz é certamente a mulher negra africana do século XVIII, tanto em África como na diáspora afro-americana e no Brasil, a respeito de quem se dispõe de mais detalhes documentais sobre sua vida, sonhos, escritos e paixão. É a primeira afro-brasileira a ter escrito um livro, do qual restaram algumas páginas manuscritas.¹ Dos seus 46 anos de fantástica existência, viveu 20 anos no Rio de Janeiro, primeiro de 1725 a 1733, quando foi vendida para as Minas Gerais, lá permanecendo por 18 anos seguidos, retornando à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1751 e aqui vivendo até 1763, quando foi enviada presa para os cárceres do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.

Foi considerada na época como “a maior santa do céu”, a quem brancos, mulatos e negros, inclusive toda a família de seu ex-senhor e respeitáveis sacerdotes, adoravam de joelhos, beijando-lhe os pés, venerando suas relíquias, intitulando-a a “Flor do Rio de Janeiro”. Fundou o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, ocupado predominantemente por negras e mestiças, cuja capela, reformada, permanece até hoje no Centro dessa cidade, na rua da Assembleia. Melhor que ninguém, Rosa tipifica a riqueza e a força do sincretismo religioso católico afro-brasileiro-carioca. Todos os detalhes de sua vida encontram-se em três processos conservados na Torre do Tombo em Lisboa, divulgados em meu livro *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*.²

Rosa era uma negrinha nascida na Costa da Mina, de nação Courana, também conhecida como Coura, que desembarcou de um navio negreiro no Rio de Janeiro, em 1725, aos seis anos de idade. São poucas as informações disponíveis sobre essa nação africana. Dentre as centenas de etnias negras trazidas para o Novo Mundo nos três séculos de tráfico



negreiro, os nativos dessa nação aparecem referidos nos documentos luso-brasileiros com diferentes grafias: *courá*, *curá*, *curamo*, *curano*, *couxaina*, *courã*, *karam*, e pelos compostos *courá-mina*, *courano da Costa da Mina*, *courá-baxé*. Todos estes nomes provêm, com certeza, de três importantes acidentes geográficos situados entre a Fortaleza de Ouidah (Judá ou Ajudá) e o Reino de Benim: o rio Curamo, a lagoa e a ilha do mesmo nome. Segundo ensina Pierre Verger, os *courá*, inimigos do rei do Daomé, habitavam as margens da lagoa de Curamo, nos arredores da atual cidade de Lagos.³

Se nos debruçarmos sobre os poucos mapas antigos da África relativos a essa região, podemos descobrir, bem próximo à costa, ao sul do porto de Judá e ao norte do Rio Benim, esses três pontos geográficos, assim como a pequena vila de Curamo, que na *Descrição do Reino de Benin*, de 1748, é dita como situando-se a dez léguas do Rio Formoso, povoação que tinha todo seu espaço circundado por paliçada dupla, distante 13 léguas da vila de Jabum.⁴ A mesma fonte revela que os couranos distinguiram-se dos vizinhos pela excelente qualidade e beleza dos tecidos que aí confeccionavam e que eram vendidos por altos preços na Costa do Ouro.⁵ Provavelmente, foi numa das batalhas ou escaramuças entre essas etnias inimigas que nossa menininha *courá* foi pilhada, vendida junto com outros cativos e despachada no porto de Judá em direção ao Brasil.

Nada sabemos sobre sua parentela. No Tribunal da Inquisição de Lisboa, quatro décadas mais tarde, declarou “não saber quem são seus pais”. Em nenhum momento de sua biografia, esta negra courana fez qualquer menção à sua família africana, nem a seu nome original. Somente quando adulta é que construiu sua família espiritual, pois além de se tornar comadre e madrinha, teve dezenas de “filhas” em seu Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, além de muitas outras dezenas de “filhos espirituais” e devotos no interior de Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro. Rosa teve também diversos “pais espirituais”, seus confessores, com quem manteve cordial e devota relação filial. Do principal deles, foi até mesmo infamada de ser amante carnal.

Ao ser desembarcada no porto do Rio de Janeiro, o comércio de escravos fazia-se nas imediações da Rua Direita, em pleno centro comercial da cidade, já que somente no governo do Marquês de Lavradio, por volta de 1760, foi determinado o Valongo como lugar próprio ao mercado negreiro. Foi comprada por um tal senhor José

de Souza Azevedo, o qual mandou batizá-la na Igreja da Candelária, que, no “tempo do Onça”,⁶ não passava de uma pequenina igreja, sede da Freguesia do mesmo nome, situada na várzea da cidade, humilíssima em comparação à grandiosidade do templo neoclássico que hoje conhecemos. Era certamente a igreja onde mais escravos eram batizados: entre 1725-1726, dos 444 batismos aí realizados, 62% eram escravos, permitindo-nos levantar a hipótese de que a familiaridade com a patrona dessa igreja talvez explique a gênese da associação entre Nossa Senhora das Candeias com o culto à Rainha do Mar, Iemanjá. Não conseguimos localizar qualquer pista da negrinha Rosa Courá nos livros de registros batismais.⁷

Não é difícil reconstruir sua vida de menininha escrava urbana, residente na freguesia da Candelária nos inícios do século XVIII: realizando pequenos serviços domésticos compatíveis com sua pequenez, cuidando de crianças, carregando objetos, dando recados, ajudando na limpeza da casa ou na cozinha. Provavelmente, nesta primeira fase de adaptação à sua recente condição de escrava, com novo nome, aprendendo língua estranha e costumes completamente diferentes dos de sua tribo natal, é que esta pretinha de seis anos foi informada, por outros negros seus conterrâneos, de que era nativa da nação courana, procedente do porto de Judá, identificação que guardará para toda a vida. Talvez possuísse algumas marcas tribais ou cicatrizes decorativas em seu rosto e barriga. Teria sofrido mutilação clitoriana, prática comum em muitas tribos da Costa da Mina?

Dizem os manuscritos da Torre do Tombo que o senhor de Rosa, “após desonestá-la e tratar torpemente com ela”, vendeu-a para as Minas Gerais, aos 14 anos. Triste destino de tantas adolescentes da cor de ébano, presas fáceis da volúpia dos machos de todas as cores. Segundo o viajante alemão Carl Schlichthort, em seu livro *O Rio de Janeiro como é*,

[...] doze anos é a idade em flor das africanas. Nelas há de quando em quando um encanto tão grande, que a gente esquece a cor [...] As negrinhas são geralmente fornidas e sólidas, com feições denotando agradável amabilidade e todos os movimentos cheios de graça natural, pés e mãos plasticamente belos. Dos olhos irradia um fogo tão peculiar e o seio arfa em tão ansioso desejo, que é difícil resistir a tais seduções [...].⁸

Foram certamente tais encantos primaveris e a impunidade dos abusos sexuais que devem ter despertado a concupiscência do proprietário de Rosa, pois, conforme contou ela própria, “em companhia deste senhor estive até a idade de 14 anos, o qual a deflorou e tratou com ela torpemente”. Malgrado os anátemas do clero contra a mancebia e a simples fornicção dos senhores com suas escravas,⁹ o que aconteceu à nossa negrinha devia ser a regra para a maioria das cativas nesse período tão cruelmente marcado pelo mandonismo dos donos do poder. Como lembra acertadamente Gilberto Freyre, “não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime”.¹⁰ Teria a adolescente Rosa ficado grávida, abortado ou parido? Não há em seu processo junto ao Tribunal do Santo Ofício qualquer informação sobre isso.

Após oito anos no Rio de Janeiro, novamente Rosa sofre outra separação de seus conhecidos, a ruptura de uma rotina de sua vida de adolescente, a angústia e o temor perante o desconhecido. Por mais fome que tenha passado desde que atingira a idade da razão, por mais pancadas, beliscões, palmatoadas ou mesmo chicotadas que tenha recebido na casa de seu senhor, certamente essa menina-moça africana criara laços afetivos e de amizade com outros escravos, talvez com gente de sua mesma nação, de modo que provavelmente deve ter derramado muitas lágrimas ao se despedir do pequeno grupo de seus entes queridos.

A viagem para as Minas, cerca de 500 quilômetros percorridos a pé, foi a segunda grande caminhada forçada na vida dessa garota: a primeira, havia mais ou menos nove anos, quando foi de sua aldeia tribal até o porto de Judá; agora esta outra, atravessando densas e úmidas florestas, ferindo seus pés descalços, subindo a Serra da Mantiqueira em direção às Minas Gerais. Esse trajeto deve ter levado pelo menos de 10 a 12 dias de viagem, seguindo o mesmo itinerário referido por Antonil no seu *Roteiro do caminho novo para as Minas* (1711):

marchando à paulista, isto é, andando bem desde a madrugada até as 3 horas da tarde, quando se arranchavam para terem tempo de descansar e buscar alguma caça, peixe, mel, palmito ou outro qualquer mantimento.¹¹

Em 1733, ano em que Rosa chega a Minas Gerais, esta capitania estava no seu apogeu, absorvendo cada vez mais e mais mão de obra escrava. De 1715 a 1727, saem do Rio de Janeiro mais de 26 mil cativos em direção às Minas, uma média de 2.300 negros todos os anos. Ao chegar a essa região, existiam na capitania cerca de 96 mil cativos, sendo que somente em Mariana, sede da comarca, residiam mais de 26 mil. Os brancos representavam tão somente um quarto da população mineira.¹²

Na capitania das Minas, Rosa foi comprada por Dona Ana Garcês de Moraes, mãe de um de nossos mais destacados literatos do período colonial, frei José de Santa Rita Durão, indo morar na Freguesia do Inficionado, a duas léguas de Mariana.

O Inficionado, na verdade, não passava de um humilde arraial de mineiros, encravado num vale cercado por altas montanhas, um aruado que nunca abrigou sequer uma centena de residências. No alto de um morrote logo à entrada do arraial, para quem vinha de Catas Altas, estava a Fazenda Cata Preta, de propriedade do sargento-mor de milícias urbanas, Paulo Rodrigues Durão, pai do futuro agostiniano e escritor Santa Rita Durão. Aí viveu Rosa, dos 14 aos 32 anos, entre 1733-1751. Tive oportunidade de visitar as ruínas do sobrado dessa fazenda durante minha pesquisa de campo na região.

Como tantas escravas de norte a sul da colônia, a negra courana viveu de vender seu corpo e prestar favores sexuais aos concupiscentes mineiros, que com ouro em pó compravam mercadorias e prazer das poucas mulheres que percorriam as faisqueiras. Era a única escrava num plantel de 77 escravos machos! Segundo mais tarde confessou, perante o Comissário do Santo Ofício do Rio de Janeiro, passou 15 anos “a se desonestar vivendo como meretriz, tratando com qualquer homem secular que a procurava, em cuja vida assim andou até o tempo que teve o Espírito Maligno”. Este comércio venéreo deu à escrava africana um traquejo social e um verniz civilizatório que muito lhe auxiliaram em seu futuro grandioso. Não é difícil imaginar todos os constrangimentos, violências e doenças que essa jovem africana deve ter sofrido, na condição de prostituta escrava-negra, numa região abarrotada de aventureiros e carente de filhas de Eva. Esses 15 anos de meretrício, dos 14 aos 29 anos, foram fundamentais na constituição da personalidade e na desenvoltura social desta negra que, na qualidade de mercadoria sexual, deve ter privado do relacionamento com centenas de homens de diferentes raças e

classes sociais: escravos, negros forros, mestiços, brancos aventureiros, quiçá portugueses favorecidos pela sorte do vil metal. *Auri sacra fames!* Relacionamentos sempre marcados pela dominação machista, deboche, malandragem, incluindo, certamente, um elevado consumo de aguardente e altas doses de almíscar, o perfume preferido pelas negras no “tempo do Onça”. Muita dança, batuque, fandango: até o fim da vida, mesmo vestida de freira no Recolhimento, Rosa não resistia à tentação de dançar. Nas Minas, na época do Barroco, a dança fazia parte do culto divino, fosse nas igrejas doiradas, nas procissões ou “triumfos”, fosse nas clandestinas casas de culto de matriz africana. Segundo o historiador J. F. Carrato, o batuque era o coqueluche da época, e Tomás Antônio Gonzaga immortalizou, em suas *Cartas Chilenas*, os gingados e bamboleios dos parceiros nesse baile descarado:

Fingindo a moça que levanta a saia
E voando nas pontas dos dedinhos,
Prega no machacaz, de quem mais gosta,
A lasciva embigada, abrindo os braços;
Então o machacaz, mexendo a bunda,
Pondo uma mão na testa, outra na ilharga,
Ora dando alguns estalos com os dedos,
Seguindo das violas o compasso,
Lhe diz – eu pago, eu pago – e de repente,
Sobre a torpe michela atira o salto.
Ó dança venturosa! Tu entravas
Nas humildes choupanas, onde as negras,
Aonde as vis mulatas, apertando
Por baixo do bandulho a larga cinta
Te honravam, c’os marotos e brejeiros,
Batendo sobre o chão o pé descalço.¹³

Ao completar 30 anos, a cativa courana foi atacada por uma estranha enfermidade: ficava com o rosto inchado, sentia tumor no estômago, caía ao chão desacordada. Rosa decidiu então deixar de ser *mulher da vida*: por volta de 1748, vendeu seus poucos bens – joias e roupas amealhadas com a venda de seu corpo; distribuiu tudo aos pobres. Adotou vida beata, frequentando os ofícios divinos e liturgias que, abundantes, eram celebrados nas barrocas igrejas mineiras,

muitas delas construídas nessa mesma década. Foi numa dessas andanças pias que encontrou na Capela de Bento Gonçalves, vizinha ao arraial do Inficcionado, o padre Francisco Gonçalves Lopes realizando fantásticos exorcismos em alguns energúmenos. Este sacerdote português, nascido no Minho em 1694, era então vigário da Freguesia de São Caetano, no mesmo distrito, e tão eficaz e useiro era em tirar o demônio do corpo de brancos e pretos, que tinha por apelido o *Xota-Diabos*.

Impressionada com a cerimônia do exorcismo, Rosa revelou também estar ela própria possuída por sete demônios: segundo palavras do exorcista, “caiu no chão fazendo diferentes visagens e muitos trejeitos com o corpo, levantando-se e dizendo que era Lúcifer que a vexava e lhe causava grandes inchações que tinha na cara e ventre”. Uma testemunha presente a esses exorcismos revelou que Rosa “fazia gestos e movimentos que parecia o Demônio!”. A própria energúmena descreveu assim seu transe: “viu e sentiu que do ar lhe deitaram um caldeirão de água fervendo, com o que caiu logo desacordada, e quando se restituiu, se achou lançando sangue da cabeça, que estava rachada e metida aos pés de São Benedito”. Não deixa de ser emblemática a coincidência de seu primeiro transe religioso ter acontecido exatamente ao pé de um santo negro, ex-escravo e depois irmão leigo franciscano da Sicília. Um segundo exorcismo realizado nessa mesma freguesia confirma ao sacerdote que, de fato, a escrava do casal Durão era uma possessa especial, pois, quando vexada, fazia sermões edificantes, sempre preocupada que todos mantivessem perfeita compostura nos templos, retirando à força para a rua a quantos conversassem ou desrespeitassem a presença do Santíssimo Sacramento. Quando possuída por Satanás, falava grosso, caía desacordada e dizia ter visões celestiais, vendo por diversas vezes Nossa Senhora da Conceição, ouvindo diversos coros de anjos que lhe ensinaram algumas orações, recebendo até a revelação de uma fonte de água milagrosa ao pé de uma montanha, onde devia ser construída uma igreja em honra de Senhora Santana. O culto aos avós de Cristo substituí, certamente, no imaginário místico de Rosa, a perda e desconhecimento de seus próprios ancestrais, culto tão forte na maior parte das tribos da Costa da África. O século XVIII representa igualmente o auge da devoção a Sant’Ana na América Portuguesa, utilizada como reforço da dominação dos mais velhos às novas gerações.

Após os exorcismos, Rosa dizia ser arrebatada por um misterioso vento:

quando saía de casa para ir à igreja, logo na rua que sentia um vento tão forte que lhe impedia os passos e com grande violência a fazia retroceder para trás e se bater com o corpo em uma cruz, sendo em dias que não havia vento e só por virtude dos preceitos que punha o exorcista é que podia resistir ao dito vento e entrar na igreja.

A partir de então, os exorcismos farão parte essencial do dia a dia dessa beata africana, e, dado o caráter público desses rituais e dos locais onde o Diabo a atacava, Rosa passará a ser vista e considerada como uma “vexada pelo demônio”: de mulher pública torna-se *espiritada*, sendo outra agora a assistência de curiosos que passam a circundá-la. Ainda hoje existe no Inficionado uma grande cruz, quase defronte da Igreja de Nossa Senhora do Rosário: teria sido neste cruzeiro que Rosa sentiu os tais acidentes e ventanias?

O vento, muito antes de os filósofos pré-socráticos elegerem-no como um dos elementos constitutivos da vida, foi apontado por outros povos como a própria manifestação da divindade, ou um de seus atributos. Na tradição bíblica, o vento, o ar e o hálito são identificadores da força de Javé. O próprio Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade, em grego é chamado de *Pneuma*, isto é, ar. E mais recentemente, nos meados do século XIX, a aparição de Nossa Senhora de Lourdes à Santa Bernadette ocorre após “um pé de vento”. Entre nossos escravos trazidos da Costa da Mina, de onde provinha Rosa Egipcíaca, alguns importantes Orixás, sobretudo a poderosa Iansã, são identificados com ventos, ou melhor, o vento é a materialização da manifestação desses espíritos. Encontramos mesmo outras africanas contemporâneas de Rosa que nas Minas Gerais já haviam sido denunciadas às autoridades eclesiais exatamente por cultuarem tal elemento etéreo: “Maria Conga, inventava uma dança de batuque, no meio da qual entrava a sair-lhe da cabeça uma coisa que se chama vento e entrava a adivinhar o que queria.”¹⁴

A fama de visionária de Rosa espalha-se por Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei, sempre acompanhada do padre Xota-Diabos e de seus exorcismos. Nessa última cidade, na Igreja do Pilar, certa vez Rosa Courana interrompeu a pregação de um missionário

capuchinho, gritando que ela era o próprio Satanás ali presente: foi presa e enviada para Mariana, a sede do Bispado, onde foi flagelada no pelourinho com tal rigor que por pouco não morreu, ficando, contudo, para o resto da vida, com o lado direito do corpo semiparalisado. No aljube, recebeu a visita do próprio Santo Antônio! Recuperada da tortura, procurou o recém-empossado bispo da Diocese, D. Frei Manoel da Cruz, que formou uma junta de teólogos para investigar se a incorrigível energúmena era mesmo possessa ou embusteira. Após uma série de provas – inclusive testando a resistência da pobre vexada à chama de uma vela, que por cinco minutos suportou acesa debaixo da língua! –, concluíram os teólogos que tudo não passava de fingimento, passando então o povo a chamá-la de feiticeira.

Para evitar novos problemas, Rosa fugiu para o Rio de Janeiro, sempre auxiliada e protegida pelo seu inseparável padre Xota-Diabos, o qual nesta época passava dos 50 anos e que a comprou de sua dona, tornando-se seu proprietário legal. O retorno à cidade de sua segunda infância ocorreu em condições bem melhores do que quando subiu a serra num magote de cativos: em vez de simplesmente Rosa, após uma visão celestial, agora apresentava-se com o nome de uma verdadeira religiosa: Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz. Montada a cavalo, dormindo em estalagens, intercalava visões celestiais com tentações carnis tendo o Xota-Diabos como o eleito de seu coração, relação íntima insinuada e comentada por seus próprios contemporâneos, embora nunca comprovada e jamais assumida pelos dois.

Chegaram à heroica e leal cidade do Rio de Janeiro em abril de 1751. Depois de Salvador, capital da América Portuguesa, que na época contava com 7 mil fogos e pouco mais de 40 mil habitantes, o Rio de Janeiro era a segunda cidade em importância demográfica e econômica: entre 1750-1760, possuía de 24 a 30 mil moradores, com 7.723 fogos. Cidade barroca com vivíssimo *décor* religioso: 23 igrejas distribuídas em quatro paróquias: Sé Catedral, Candelária, São José e Santa Rita. Aí estavam distribuídos 70 oratórios, 26 confrarias, 380 frades, mais de uma centena de padres seculares.¹⁵ Nessa mesma década, foi iniciada ou concluída a construção de diversas igrejas.

Rosa instalou-se inicialmente numas casas em frente à Igreja de Santa Rita (na atual Rua Visconde de Inhaúma), tendo sua primeira visão na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, onde apareceu-lhe o Menino Jesus vestido de azul-celeste, tendo na cabeça uma tiara pontifícia, “caindo no chão sem sentidos e como morta”. Por sugestão de

uma beata das muitas que frequentavam assiduamente os templos cariocas, Rosa revelou sua vida atribulada e os dons espirituais ao Provincial dos Franciscanos, frei Agostinho de São José, que passou a ser seu diretor espiritual. Este frade ficou na história carioca por ter sido o responsável pela edificação do segundo andar do Convento de Santo Antônio, ainda hoje dominando o alto do morro no Largo da Carioca. A vida mística de Rosa impressionou vivamente os franciscanos, que viram-na cumprir todos os exercícios pios então muito em voga: jejuns prolongados, autoflagelação, uso de silício, novenas intermitentes, comunhão frequente. Deram à preta Rosa o maravilhoso título de “Flor do Rio de Janeiro”.

Nessa época, convém esclarecer, malgrado a discriminação legal e institucional contra a raça negra, sujeita à escravidão e aos mais cruéis tormentos, a Igreja Católica procurava oferecer modelos de santidade para este enorme contingente demográfico representado pelos africanos e afrodescendentes que pululavam por toda a colônia. É nestes meados do século XVIII que o papado estimulou, por todas as partes do mundo escravista, o culto a São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia, Santo Antônio de Noto (ou Categeró), todos negros como Rosa, todos exemplos de humildade, resignação e santidade.¹⁶ O monarca da época, D. João V, ele próprio, com lágrimas nos olhos, escrevia ao clero da América Portuguesa insistindo que não deixassem os cativos morrer sem o batismo, quando transportados nos tumbeiros da África para o Brasil, e cuidassem da rápida evangelização desses pobres descendentes do Prestes João, o patriarca evangelizador da Etiópia.

A beata Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, portanto, ex-prostituta como sua patrona Santa Maria Egípcíaca, vinha a calhar nesse “aggiornamento” da Igreja colonial e poderia ser – certamente assim o desejavam os franciscanos – uma futura santa. E ter uma santa em casa, ensinava a tradição, redundava em romarias, polpudas doações para o convento, a garantia, portanto, de manutenção das velas dos altares e demais gastos dos atos litúrgicos e do próprio convento.

Tão logo chegara ao Rio, através de uma visão celestial, Nossa Senhora obriga a negra courana a aprender a ler e escrever, tarefa que cumprirá razoavelmente. Também por inspiração sobrenatural, Rosa Egípcíaca decide fundar um Recolhimento para “mulheres do mundo” que pretendiam, como ela, trocar o amor dos homens pelo do Divino Esposo. Ajudada por polpuda doação de um sacerdote de

Minas Gerais, seu devoto e admirador de suas excelsas virtudes, contando com o beneplácito do bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio do Desterro, em 1754 foi lançada a primeira pedra do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, aproveitando a existência de uma pequena capela localizada não muito distante do Largo da Carioca, onde hoje se situa a Rua da Assembleia. Construído o Recolhimento, chegou a abrigar uma vintena de moças-donzelas e ex-mulheres da vida, sendo metade delas negras ou mulatas. Viviam de doações dos fiéis e dos parentes das recolhidas, seguindo a rotina comum a tais instituições leigas com religiosas sem votos perpétuos, incluindo a recitação coletiva do Ofício de Nossa Senhora e outras liturgias sacramentais, além do trabalho de manutenção da casa pia e demais exercícios comunitários. Entre as recolhidas estavam três filhas de um ex-senhor de Rosa de São João del Rei, compadre do Xota-Diabos.

Madre Rosa – como então passou a ser chamada por dezenas de seus devotos – sofisticou suas visões, passando a escrevê-las ou ditando para que suas escribas anotassem tudo o que via e ouvia, seja revelado pelos santos, por Maria Santíssima ou pela própria boca de Deus. Sempre aplaudida e venerada pelo padre Francisco Gonçalves Lopes, pelo seu frade confessor e por um capuchinho italiano, a negra courana escreve mais de 250 folhas do livro *Sagrada teologia do amor de Deus luz brilhante das almas peregrinas*, no qual diz que o Menino Jesus vinha todo dia mamar em seu peito e, agradecido, penteava sua carapinha; que Nosso Senhor trocara seu coração com o dela, e que no seu peito trazia Jesus Sacramentado; que morrera e tinha ressuscitado; que Nossa Senhora era Mãe de Misericórdia e que ela, Rosa, recebera de Deus o título e encargo de ser Mãe de Justiça, dependendo de seu arbítrio o futuro de todas as almas, se iam para o céu ou para o inferno; que ela própria era a esposa da Santíssima Trindade, a nova Redentora do mundo.

Em seu misticismo, como católica fervorosa assistida por diversos diretores espirituais, Rosa incorporou em sua espiritualidade o que de mais moderno existia em termos de devoção na época, tal qual era praticado por outras santas em Roma, Lisboa e demais metrópoles da Cristandade: a ex-escrava, agora a madre do Recolhimento do Parto, foi a principal vidente e divulgadora em terras brasileiras do culto aos Sagrados Corações, iniciado nos meados do século XVII pela visitacionista francesa Santa Margarida Marie Alacoque. Mas nossa beata courana foi além: propagou não apenas a devoção oficial

aos sagrados corações de Jesus e Maria, mas de toda a família do Nazareno, a saber, os corações de São José e dos avós de Cristo, São Joaquim e Santana. Foi graças às visões de Rosa, e para representá-las visualmente, que os franciscanos construíram no Convento do Largo da Carioca a maravilhosa Capela dos Sagrados Corações, até hoje perfeitamente conservada e aberta à visitação pública, muito embora sem se dar os créditos à sua verdadeira inspiradora: “Santa” Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz!

Em seu recolhimento, instalou-se verdadeiro culto idolátrico à sua pessoa, com os devotos venerando-a de joelhos, disputando suas relíquias, guardando seus escritos como se fossem revelações divinas. Algumas liturgias pecavam pela heterodoxia, notando-se elementos de forte inspiração africana. Não esquecer que mais da metade das recolhidas, entre estas as quatro principais assessoras de Rosa, eram afrodescendentes. Além do “vício” de pitar cachimbo, Rosa comandava certas cerimônias nas quais é nítido o sincretismo afrocatólico:

Numa ocasião, conta a recolhida Irmã Ana do Coração de Jesus, negra crioula, natural de Ouro Preto, que na noite da festa Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, que era o dia das sortes da congregação, estando a comunidade rezando a novena no coro, saiu Rosa de joelhos e, cantando o Ave Maris Stella (Ave Estrela do Mar), começou a dançar em frente do altar, fazendo muitas visagens, até cair desmaiada no chão. Levantou-se então e de um balainho pequenino tirou quatro papelinhos trazidos à maneira de sorte e deu cada um a quatro irmãs (três negras e uma branca) onde estavam escritos São Mateus, São Lucas, São Marcos e São João, dizendo que elas eram suas evangelistas [...].¹⁷

Em que medida tal imposição de novos nomes poderia evocar rituais congêneres praticados nos cultos afro-brasileiros, quando as yaôs saem da camarinha e têm revelados seus nomes de santo, passando a partir de então a incorporar seus orixás?

A descrição de outra cerimônia faz-nos lembrar de uma seção de gira num terreiro de Umbanda ou Candomblé:

Na capela do Parto, Rosa tirava às vezes algumas imagens do altar, dizendo que [ela] era Deus, e metia as imagens na mão

de algumas irmãs e ia dançando até ao pé delas, e lá as deixava e ia buscar outra, e entrava a apertar a dança, arrodando-as, e caía no colo de alguma irmã e ficava como [estivesse] a fora de si, e depois de muito tempo, se tornava a si e começava a perguntar aquilo o que era, quem a tinha trazido para ali, e isto era quase sempre, e se não críamos, levantando-se da sua passividade, roncando, se agarrava pela goela e entrava a bater pelo chão, dando murros [...].¹⁸

Noutras oportunidades, a negra courana parecia estar possuída de algum *erê*, tanto que certa manhã,

entrou Rosa no coro com uma vara de marmelo dando na cabeça das recolhidas, dizendo: ABC com o que, mataste o meu lapê, com uma vara de dimpê [...] Explicando que lapê era Nosso Senhor e a vara de dimpê era a contradição que as recolhidas tinham.¹⁹

Infelizmente, nenhum linguista conseguiu até agora dar-nos a pista dessas expressões idiomáticas utilizadas pela “Abelha Mestra” do Recolhimento do Parto. O ritual lembra um *erê* quando usa varinhas para, de brincadeira, açoitar as pernas dos frequentadores dos terreiros de candomblé.

Outro aspecto da religiosidade de Rosa Egipcíaca, revelador do sincretismo afrocatólico, remete-nos ao próprio espírito que passou a acompanhá-la desde que se converteu: uma entidade que por mais de 15 anos vexou-a, primeiro identificado como Lúcifer, mas depois referido como *Afecto*. Curioso que em vez de comportar-se como o Príncipe do Mal, este espírito induzia-a para o bem, para zelar e defender a honra de Deus. Tal espírito faz-nos pensar em Avrektu – cuja semelhança fonética com *Afecto* é evidente, um anjo ou mensageiro de luz da cultura Gêge da Nigéria, vizinha próxima da região natal de Rosa Courá. O Avrektu é um misto de mensageiro do além e espírito protetor, por meio do qual seu portador profetizava o futuro, exatamente como nossa biografada.

No Recolhimento do Parto, as freirinhas entravam em transe quase diariamente; às vezes, diversas vezes por dia. Quando o Espírito baixava na comunidade, “sempre ficava ao menos uma ou duas espiritadas sem estar atacadas”, da mesma forma como ocorre nas

casas de culto de matriz africana, onde institucionalizou-se costume semelhante através da figura da *ekédi*, mulher auxiliar das filhas de santo em transe, amparando-as em seus “ataques”, enxugando-lhes o suor etc. As *ekédis* não entram em transe, e nos xangôs de Recife são chamadas de iabás ou ilais, e nos candomblés de Angola, “macotas”.

Prevalecia, contudo, na espiritualidade desta negra-mina, a inspiração, o imaginário e a linguagem próprias do catolicismo romano. Eis uma bela página manuscrita por Mestra Rosa, datada de 24 de novembro de 1760, na qual se revelou fiel discípula da espiritualidade de São Francisco de Assis:

Meu Menino Jesus da Porciúncula: amo Jesus, adoro Jesus, bendigo Jesus, reverencio Jesus, agradeço a Jesus, exalto Jesus, santifico o nome Santíssimo de Jesus por agora e sempre e no ultimo suspiro glorifico a Jesus no Santíssimo Sacramento da Eucaristia. Peço ao céu e à terra, peço às flores do campo, e peço às estrelas do céu, peço ao sol nos seus raios, peço à lua na sua luz, peço às aves do céu: cantai! Peço aos peixes nas suas conchas, peço aos rios no seu curso e belo correr, peço aos anjos, peço aos santos, peço aos homens e às mulheres, peço a todas as línguas e nações remotas, me ajudem a dar graças a meu Jesus Crucificado porque nos criou e nos remiu como seu precioso sangue! Peço à Sagrada Família, a São João Batista, a São João Evangelista, ao meu Anjo Custódio, à Santa do meu nome, que louvem por mim ao Senhor por tantos benefícios e tão grandes misericórdias que de suas liberantíssimas mãos tenho recebido e que me faça uma criatura tal qual ele quer que eu seja. Amem! Jesus, Maria, José, eu vos dou o meu coração e minha alma. Rosa.²⁰

Madre Rosa não resistiu à tentação e desenvolveu fantasiosa megalomania religiosa, tendo no padre Xota-Diabos seu estimulador, o qual mandara pintar um quadro sobre cobre, onde a negra courana posava como se fosse uma bem-aventurada, vestida no hábito franciscano, com as cinco chagas, cordão e rosário do lado, pisando alguns diabos e salvando uma alma do purgatório, enquanto um esbelto São Miguel a coroava com esplêndido buquê de flores. Numa das mãos segurava o Menino Jesus e na outra trazia uma pena, símbolo de sua

erudição teológica, posto que o padre Xota-Diabos, agora Capelão do Recolhimento, proclamara mais de uma vez que “Rosa deixava Santa Teresa Dávila a léguas de distância” e que aquela Doutora da Igreja não passava de uma “menina de recados” da mestra africana. Ao rezarem a Ladainha de Nossa Senhora, na estrofe *Mater Misericordiae*, suas recolhidas se inclinavam reverentes para a Madre Superiora, que era reverentemente incensada pelo sacerdote, o qual trazia no pescoço preciosa relíquia: um dente de Santa Rosa Egipcíaca!

Muitos fiéis frequentavam o Recolhimento do Parto, alguns para ouvir os conselhos da Mestra, outros para buscar suas relíquias, notadamente uma espécie de biscoito feito com a saliva de Rosa, amassada com farinha, que era guardada para este fim, a que seus devotos atribuíam o poder de curar todas as enfermidades. Verdadeiros rituais de adoração eram autorizados pelo padre Xota-Diabos, estimulando as recolhidas e os frequentadores deste “Sacro Colégio” a adorar a bem-aventurada eleita da Divina Providência. Eis os títulos laudatórios com os quais seus fiéis devotos saudavam a ex-prostituta negra à moda de ladainha. Que o leitor atente para a riqueza e puerilidade do imaginário religioso do barroco luso-afro-brasileiro:

Menina dos Olhos de Cristo, Teatro do Amor divino, Arca do Testamento Novo e Velho, Nau da Divindade, Irmã consorte de Nossa Senhora, Filha de Santana, Breve e Arca do Pai Eterno, Relicário do peito de Deus Filhos, Arca e cofre da Santíssima Trindade, Judith gloriosa que haverá de cortar a cabeça do dragão infernal, Carta e Guia de todas as almas para a Santíssima Trindade, Chave de ouro no peito de Nosso Senhor, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rosa no peito do Rei Salvador, Intercessora dos pecadores, Símbolo da obediência, Colar no pescoço de Jesus, Jóia de seu peito, Jardim florido das convertidas, Paraíso dos bem-aventurados, Rainha dos vivos, Juíza dos mortos, Embargo dos descrentes.²¹

Vários desses títulos, além de reproduzir a mesma simbologia temática comum das ladainhas de Nossa Senhora e demais santos, evocam a troca que a beata Rosa fez de seu coração com o de Jesus, que permanecia vivo e palpitante no seu peito, daí ser referida como arca, nau, relicário, breve e cofre da própria divindade. Outros enclausurados declaram-na predileta do Divino Esposo: sua menina dos

olhos, sua rosa, enfeite e colar. Toda esta idolatria altamente herética sendo praticada sob os olhos coniventes do Prior do Convento dos Franciscanos.

Além dessa rica coleção de títulos honoríficos, alguns hinos foram inventados pelas recolhidas – negras e mestiças em sua maioria, reafirmando, pedagogicamente, as virtudes superiores da santa fundadora. Tal hinário tornou-se conhecido e cantado não apenas no Rio de Janeiro, no Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, mas também por seus devotos nas Minas, pois foi entre os papéis da família de seu antigo senhor, em São João del Rei, que foram encontrados alguns desses preciosos manuscritos. Apesar dos pés quebrados e da assimetria poética, tais estrofes comprovam o alto grau de veneration a que uma negra africana pôde chegar na sociedade escravista brasileira:

Cheguemos a nossa Mãe
cheguemos com devoção
pois nela está encerrada
toda a nossa salvação.
Vitória demos a nossa boa fortuna
Porque tivemos a dita
Que Rosa fosse mãe
De tão pecadoras filhas.
O amor de Rosa é tão firme
Porque nem um só instante dela se retira
Nem se pode retirar
Aquele amante divino
Porque todo o seu empenho
É abrasado e contínuo.
Quem seguir minha Mãe
De todo o seu coração
Bem pode ter esperança
Da sua salvação.
Rosa é flor fragrante
Do peito de seu amante
Quem a amar com firmeza
Achará a contrição.
Rosa é palma ditosa
De eterno Rei sem fim

Quem a seguir com veras
A terá naquele último dia
Por sua grande valia.
Jesus é cravo
Rosa é a flor de seu amor
Cheguemos todos a ela
Pois que somos abelhinhas
Chupemos o mel da flor.²²

A partir de 1756, Rosa insistiu na profecia de que o Rio de Janeiro seria inundado e destruído do mesmo modo que acontecera, no ano anterior, com o terrível terremoto de Lisboa. Madre Rosa convenceu dezenas de famílias a refugiarem-se no Recolhimento, garantindo que seriam os únicos sobreviventes ao dilúvio e que essa nova Arca de Noé iria cruzar o mar oceano para encontrar-se triunfalmente com o Rei D. Sebastião, “o Encoberto” – desaparecido havia dois séculos nas areias do Marrocos, o qual tinha escolhido a negra Rosa para sua esposa, e que deste matrimônio e de seu ventre nasceria o novo Redentor da humanidade. Rosa foi, dentre todos os sebastianistas, a que mais ousou em suas profecias!

Era voz corrente no beatério do Parto e entre seus devotos que frequentavam a capela onde Rosa era a figurante de maior destaque que naquele tenebroso dia a Divina Providência castigaria a América Portuguesa, quando “o dilúvio das Minas vier dar ao mar salgado, derrubando todos esses montes e quando todos os mais rios se hão de soltar e o mar há de sair fora dos seus limites, ficando toda a cidade do Rio de Janeiro dentro de suas entranhas”. Neste momento fatídico, o Recolhimento do Parto iria se transformar milagrosamente na Arca dos Cinco Corações, começando a flutuar, ocorrendo aí seu feliz encontro com a nau capitaneada por D. Sebastião, o Desejado. Nesse momento, “Rosa ia se casar com Dom Sebastião, e suas quatro evangelistas também se casariam com seus vassallos ou criados, voltando para reformar o mundo e fundar o Império de Cristo”. Cumpria-se, assim, a tão desejada profecia feita pelo Todo-Poderoso ao fundador do Reino Portugalense: “Quero em ti e na tua descendência formar para um Império!” Esse novo império seria mestiço, mulato, pois três das evangelistas eram da mesma cor da negra-mina.

Não contente em proclamar-se “Esposa da Santíssima Trindade”, Rosa Egípcíaca aspirou enlaçar-se com a família real portuguesa,

iniciando com suas auxiliares mais fiéis, nova e reformada geração, mulata na cor, mas de costumes tão alvos como a neve. *Nigra sum, sed formosa...* A concretização final do mito sebástico, resgatado e adaptado pela negra Rosa, era o corolário de sua vida profética: seu casamento com Dom Sebastião, após o dilúvio universal na América Portuguesa, iniciaria o reinado visível dos Sagrados Corações. Em Rosa cumpria-se o prometido, tão ardorosamente esperado por incontáveis gerações lusitanas, desde Bandarra, Anchieta, Vieira e tantos outros sebastianistas: nenhum, contudo, ousara imaginar que o Encoberto ia fazer de uma africana sua esposa, a rainha do novo Império e mãe de seus herdeiros. Como salientou um especialista no sebastianismo,

em épocas de exceção, numa situação de catástrofe, por exemplo, quanto é vital que homens descubram dentro de si formas de resistência psicológica à adversidade, não é senão natural que os mitos, de raízes porventura profundas no inconsciente desta coletividade ameaçada, regressem ou ressurjam do seu adormecimento. É o que explica a subida irresistível de um mito como o sebástico. O Desejado passa a Encoberto, o jovem Rei desaparecido há de voltar das brumas onde se esconde para ser a cabeça universal de novo Império. Ele tirará toda a erronia, ele fará a paz em todo mundo, ele consubstanciará todas as aspirações ideais da época.²³

Não foram tanto os vaticínios não cumpridos, nem seus êxtases e revelações com nítidas características epileptoides, diga-se *en passant*, a causa da derrota de Madre Egipcíaca: seu erro gravíssimo foi indispor-se com o clero local, ralhando com alguns sacerdotes que davam mau exemplo conversando nas igrejas durante as cerimônias sacras. Foi por esta animosidade denunciada ao Bispo, sobretudo após ter retirado à força da igreja de Santo Antônio uma senhora da sociedade que se comportava com menos compostura. Por este escândalo – uma negra descompor uma branca de *status* elevado –, o Bispo entra em ação e a partir de fevereiro de 1762 dezenas de testemunhas passam a denunciar as excentricidades dessa preta beata. Revelam-se, então, todos os seus desatinos religiosos:

Tivera notícia o Bispo de que a negra Rosa há muitos aos é, ou se finge, vexada do Demônio, e que o Espírito que fala por ela se chama Afecto, e lhe fora dado por Deus para purificar e zelar pelo seu culto nos tempos, agredindo as pessoas na mesa da comunhão; que o Padre Francisco Gonçalves Lopes, seu senhor, é o principal pregoeiro de suas fingidas virtudes, e quem manda escrever em verso e trova suas profecias; que o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto flutuaria como a arca de Noé; que o Verbo Divino ia se encarnar de novo numa criatura para estabelecer um mundo mais perfeito que o presente; que tais profecias tinham provocado escândalo e descaminho de pessoas idiotas e de fácil convenção, causando perniciosas confusões e escandalizando a toda esta cidade em geral, de sorte que uns ignorantes e materiais acreditam, e outros a condenam por herege e feiticeira; e para que não fique sem emenda e satisfação o escândalo e perturbação que ela tem causado com seus erros e culpas, que seja presa e feito sumário de culpas.²⁴

Depois de quase um ano presos no aljube do Rio de Janeiro, Rosa e o padre Xota-Diabos foram enviados a Lisboa e presos no Tribunal da Inquisição em agosto de 1763. O padre, em poucas sessões do inquérito, declarou ter sido enganado pela falsidade da negra, alegando ser pouco letrado em teologia e ter se fiado na boa opinião que o Provincial dos Franciscanos dela fazia. Pediu perdão de sua boa-fé e excessiva credulidade, recebendo como pena o degredo de cinco anos para o extremo sul do Algarve, além de perder o direito de confessar e exorcizar. Sua sentença foi proclamada no Auto de Fé de 27 de outubro de 1765. Se verdadeira ou falsa sua arrenegação da fé em sua ex-escrava, filha espiritual e possível amante, nunca poderemos saber.

Rosa, em contrapartida, deu um heroico espetáculo de autenticidade, insistindo em muitas sessões que nunca mentiu nem inventou coisa alguma, confirmando que todas as suas visões, revelações e êxtases foram reais. Ela acreditava ser uma predestinada e que Deus em sua misericórdia a tinha escolhido para revelar ao mundo seus fantásticos desígnios. Enquanto os inquisidores estimulavam-na a admitir que tudo não passara de fingimento para chamar atenção sobre sua pobre figura, Rosa dizia o contrário: “Tudo vi e ouvi!” Sua

coragem e autenticidade a qualificaram como verdadeira heroína da fé em Cristo! Numa dessas sessões, narrou uma de suas visões beatíficas:

Disse a ré que no ano de 1759, estando na igreja do Recolhimento do Parto, pedindo as recolhidas ao Capelão que deixasse ela entrar para receber com elas o santíssimo sacramento (pois tinha sido então expulsa do beatério por ordem do Bispo do Rio de Janeiro), assim lho permitiu, e depois da comunhão, estando devotamente rezando ao pé do caixão onde estava o Senhor Morto, viu da parte do mesmo caixão sair um clarão como de sol e logo um pilar da altura de uma vara, e sobre eles uma coisa encarnada muito viva, coberta com um pano muito cândido, mas tão fino, que pelo mesmo se via uma multidão de abelhas. E ao mesmo tempo ouviu uns cânticos que diziam: Chegai, chegai, abelhinhas todas *a la divinidad, a la divinidad!* O doce suco na flor, Jesus que hoje nasceu, nasceu para vós! A cujas vozes sentiu ela em si uma extraordinária comoção para dançar, o qual impulso reprimiu com pejo das recolhidas que estavam presentes [...].²⁵

Em 4 de junho de 1765, ocorreu a última sessão de perguntas à vidente afro-brasileira. Neste dia, ela narra uma de suas muitas visões: que estando para comungar ouviu uma voz sobrenatural que lhe dizia: “Tu serás a abelha-mestra recolhida no cortiço do amor. Fabricareis o doce favo de mel para pores na mesa dos celestiais banqueteados, para o sustento e alimento dos seus amigos convidados.”

A partir daí, inexplicavelmente, interrompeu-se o processo de Rosa. Dos mais de mil processos de feiticeiras, sodomitas, bígamos, falsas santas e blasfemos pesquisados, não encontrei outro que ficasse inconcluso, pois sempre os inquisidores eram muito minuciosos em anotar o desfecho do julgamento: a pena a que foi condenado o réu, se morreu de doença no cárcere, ou até se houve suicídio, se foi mandado para o hospital de loucos, para a fogueira ou para o degredo. Comparando suas culpas com a de outras beatas e embusteiras processadas pelo Santo Ofício da Inquisição, avaliamos que deveria ser condenada à pena dos açoites, sentenciada num auto de fé, e degredada por cinco anos para o Algarve, aliás, como foi o caso de outra afro-brasileira, a angolana Luiza Pinta, esta sim, verdadeira

“mãe de santo” de um calundu em Sabará, muito mais ligada às raízes africanas do que Madre Rosa.²⁶

Inexplicavelmente, o processo de Rosa tem como última página este registro costumeiro do notário do Santo Ofício:

Por ser avançada a hora lhe não foram feitas mais perguntas, e sendo lidas estas anotações e por ela ouvidas e entendidas, disse estar escrita na verdade, e assinou com o Senhor Inquisidor, depois do que foi mandada para o seu cárcere.²⁷

Notas

- ¹ MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.
- ² *Ibidem*.
- ³ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.
- ⁴ BOSMAN, William. *A new and accurate description of the Coast of Guinea: divided into the gold, the slave, and the ivory coasts*. New York: [s.n.], 1967.
- ⁵ PRÉVOST (Abbé). *Histoire générale des voyages*. Paris: Didot, 1744-1759.
- ⁶ Período em que foi governador o assim chamado Luís Vahia Monteiro que governou o Rio de Janeiro de 1725 a 1732.
- ⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de Batismo de escravos. Freguesia da Candelária, 17 – 17.
- ⁸ SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.
- ⁹ BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1700)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- ¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Recife: Companhia Ed. de Pernambuco, 1970. p. 341.
- ¹¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- ¹² GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- ¹³ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas (1786)*. Rio de Janeiro: MEC, INL, 1958 apud CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.
- ¹⁴ FIGUEIREDO, Luciano R. A. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília, DF: EdUNB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- ¹⁵ COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965; EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- ¹⁶ OLIVEIRA, Anderson José Machado. *Os santos pretos carmelitas: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil colônia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

- ¹⁷ MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.
- ¹⁸ Ibidem.
- ¹⁹ Ibidem.
- ²⁰ Ibidem.
- ²¹ Ibidem.
- ²² Ibidem.
- ²³ QUADROS, Antonio. *Poesia e filosofia do mito sebastianista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1982.
- ²⁴ MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.
- ²⁵ Ibidem.
- ²⁶ MOTT, Luiz. O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do Instituto de Arte e Cultura*, Ouro Preto, v. 10, n. 171, p. 128-130, 1994.
- ²⁷ MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

O caso da escuna *Destemida*: repressão ao tráfico na rota da Costa da Mina – 1830-1831

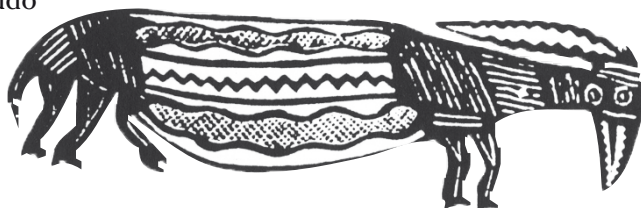
Ana Flávia Cicchelli Pires

Que a sorte dos africanos ilicitamente importados, e como tais reputados livres, é péssima, é sem garantias reais, ninguém contesta. E, entretanto, os poderes públicos estabeleceram regras que de alguma forma podiam amortecer os golpes de sua desventura. Já que não existe coração neste país; já que o instinto da benevolência está embotado; já que se despreza assim o direito do miserável, vós consentireis, meu amigo, que eu advogue a sua causa perante o governo de Sua Majestade, com a letra das leis, o espírito e as cláusulas de tratados solemnes. Avivando a lembrança das providências escritas e das garantias prometidas, talvez eu possa conseguir que as garantias se cumpram e que a lei se execute.

(Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*)

Em 20 de dezembro de 1830, o *Jornal do Commercio* anunciava a entrada da fragata inglesa *Druid* no Porto do Rio de Janeiro, com 48 dos 50 africanos encontrados a bordo da escuna *Destemida*, conduzida para o Rio de Janeiro após ter sido apresada 5 milhas ao sul da Bahia, quando vinha da Ilha do Príncipe.¹ O caso estava sendo encaminhado à Comissão Mista Brasileira e Inglesa, encarregada de julgar os navios apreendidos em virtude da política de repressão ao comércio atlântico de escravos.

O processo da escuna *Destemida* será analisado neste artigo com o objetivo de apontar mais uma via de acesso dos africanos oriundos da Costa da Mina no Rio de Janeiro, sobretudo após 1815. Isso ocorreu a partir da captura de diversas embarcações e consequente encaminhamento para julgamento perante o Tribunal de Comissão Mista. Além disso, este estudo de caso nos ajudará a compreender como as redes comerciais eram formadas, de



que modo os traficantes operavam diante das restrições ao comércio atlântico de escravos, assim como os subterfúgios empregados para o prolongamento de tal atividade.

A abolição do comércio atlântico de escravos para o Brasil até 1830

A Inglaterra aboliu o comércio escravista em 1807,² abrindo mão de uma atividade na qual, até então, tinha substancial participação. Embora não tenha sido o primeiro país a proibir essa atividade, foi o que mais se empenhou nessa campanha, tentando fazer com que todas as outras nações adotassem a mesma política, especialmente Portugal, Espanha e suas colônias – Brasil, no primeiro caso, Cuba e Porto Rico, no segundo.

No que diz respeito a Portugal e sua colônia, o Brasil, a pressão inglesa para a abolição do comércio negreiro remonta à vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. Portugal encontrava-se envolvido numa série de problemas em função das Guerras Napoleônicas, sendo a transferência da Corte para o Brasil auxiliada pela Inglaterra. Em função dessa proteção, Portugal vê-se impelido a assinar o Tratado de Aliança e Amizade entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, em 19 de fevereiro de 1810. Este é apenas o primeiro ato formal a partir do qual uma série de tratados internacionais entre Inglaterra e Portugal – e, após a Independência, com o Brasil – é assinada, com o objetivo de pôr fim ao tráfico de escravos.³

Entre outras determinações, ficou decidido que o Príncipe Regente – estando convencido da injustiça do comércio de escravos e resolvendo cooperar com Sua Majestade Britânica – adotaria os meios mais eficazes para conseguir uma abolição gradual do tráfico atlântico em seus domínios, sendo que, a partir de então, só seria permitido comerciar com os territórios africanos que lhe pertencessem. O que ficava estipulado nesse artigo não afetava os direitos de Portugal sobre os territórios de Cabinda e Molembo,⁴ nem limitava ou restringia o comércio em Ajudá e em outros portos da África com ocupação portuguesa. O tratado permitiu também uma redução nos direitos alfandegários sobre os produtos manufaturados ingleses, que passaram a pagar uma taxa de 15% em substituição aos 24% anteriormente estabelecidos.⁵

Alguns problemas advieram a partir da assinatura do tratado de 1810, uma vez que este gerou dúvidas com relação aos locais na costa africana onde era permitido realizar o comércio de escravos. Diversas embarcações pertencentes a súditos portugueses foram apreendidas, alegando a Inglaterra para tal ato o fato de que elas estavam sendo empregadas no tráfico ilegal. Estes acontecimentos causaram certa agitação, especialmente entre os negociantes da praça da Bahia. De acordo com Pierre Verger, no espaço de dois anos foram apresadas pelos cruzadores da Marinha de Guerra britânica 17 embarcações. Salvo duas, as demais comerciavam em lugares autorizados pelo Tratado de Aliança e Amizade.⁶ Analisando a documentação produzida pela Comissão Mista Brasileira e Inglesa, de um total de 155 embarcações que foram alvo de processo na sobredita comissão, encontramos dez que foram apresadas no período ressaltado por Verger. Todas negociavam na Costa da Mina, região autorizada pelo mesmo tratado.

Quadro de embarcações apreendidas que negociaram na Costa da Mina

Nº	Nome	Destino	Informações sobre apresamento
1	<i>Brigue Calipso</i>	Costa da Mina	Apresado em Onim
2	<i>Bergantim Conde do Amarante</i>	Costa da Mina e Ajudá	Fundeadado no Porto de Ajudá
3	<i>Bergantim Destino</i>	Portos da Costa da Mina	Fundeadado em Porto Novo
4	<i>Brigue Dezengano</i>	Portos da Costa da Mina	Apresado em Porto Novo
5	<i>Brigue Feliz Americano</i>	Costa da Mina	Conduzido para Serra Leoa após apreensão
6	<i>Sumaca Flor de Alecrim</i>	Costa da Mina, Benim e Calabar com escala na Ilha do Príncipe	Conduzida para Serra Leoa após apreensão
7	<i>Sumaca Flor do Porto</i>	Costa da Mina	Apresada em Onim
8	<i>Bergantim Lindeza</i>	Portos da Costa da Mina	Apresado em Onim
9	<i>Escuna Mariana</i>	Portos da Costa da Mina	Apresada em laque-laque
10	<i>Bergantim Prazeres</i>	Portos da Costa da Mina	Apresado em Onim

Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI); III - Coleções Especiais; 33 - Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros).

Portugal e Grã-Bretanha tentaram solucionar tais problemas por meio de outro acordo, assinado em janeiro de 1815, durante o Congresso de Viena, quando a questão do tráfico foi novamente levantada, discutida e temporariamente resolvida. Segundo o novo tratado, estava proibido a todo vassalo da Coroa de Portugal comprar ou traficar escravos em qualquer lugar da Costa da África ao norte do Equador.⁷ Além disso, o Príncipe Regente de Portugal comprometia-se

em: não empreender o tráfico debaixo da bandeira portuguesa para outro fim que não fosse suprir de escravos suas possessões transatlânticas; adotar as medidas necessárias para que o ajuste fosse cumprido; fixar, por meio de um tratado em separado, o período em que o tráfico de escravos seria proibido em todos os seus domínios. Já Sua Majestade Britânica comprometia-se em adotar medidas que impedissem qualquer embarço às embarcações portuguesas enquanto o comércio escravista – agora limitado ao sul da linha do Equador – ainda fosse permitido segundo as leis de Portugal e os tratados existentes entre as duas nações. Além disso, indenizaria Portugal pelas embarcações indevidamente apresadas até 1º de junho de 1814.⁸

Para a regulamentação dos pontos fixados em 1815, foi assinada a Convenção Adicional de 28 de julho de 1817, que estipulou cláusulas para impedir qualquer comércio ilícito de escravos, tendo como itens principais: o direito mútuo de busca e visita aos navios mercantes das partes contratantes – Portugal e Inglaterra – sempre que houvesse suspeita de tráfico ilícito; o apresamento de embarcações, caso a bordo fossem encontrados escravos irregularmente embarcados na África. Tais casos seriam encaminhados aos tribunais estabelecidos para esse efeito, as Comissões Mistas, encarregadas de julgar com agilidade os apresamentos e determinar a indenização por perdas sofridas, em caso de detenção injusta e arbitrária. Portugal ainda assumiu o compromisso de promulgar uma lei determinando as penas que deveriam ser aplicadas aos vassallos de sua Coroa que viessem a fazer o tráfico ilícito de escravos. A Grã-Bretanha, ainda de acordo com a Convenção, concederia indenizações aos donos de navios portugueses que foram apresados pelos cruzadores britânicos no período compreendido entre 1º de junho de 1814, e o estabelecimento das Comissões Mistas.⁹ A Convenção de 28 de julho de 1817 teria validade de 15 anos, contados a partir da abolição total do tráfico de escravos, caso as partes contratantes não chegassem a um novo ajuste antes disso. Este prazo foi estipulado em um artigo adicional à Convenção de 1817, assinado em 11 de setembro deste mesmo ano, em Londres.¹⁰

As Comissões Mistas teriam sedes na Costa da África (Serra Leoa), no Brasil (Rio de Janeiro) e na Inglaterra (Londres), e se destinariam a julgar, sem apelação, a legalidade da detenção dos navios empregados no tráfico de escravos. Além disso, seriam responsáveis pelo estabelecimento de indenizações, caso fosse concedida liberdade ao

navio apresado. Cada uma das comissões seria composta por um comissário juiz, um comissário árbitro e um secretário ou oficial de registro, nomeados pelo soberano do país onde residia a comissão. No caso de o navio ser condenado por viagem ilícita, o casco e a carga – à exceção dos escravos – seriam considerados “boa presa”, sendo vendidos em leilão público, em benefício dos dois governos. Quanto aos escravos encontrados nas embarcações apreendidas, ficou determinado que receberiam uma carta de alforria e seriam consignados ao governo do país em que estivesse instalada a comissão que dera a sentença, para prestarem serviço como trabalhadores livres.¹¹ A Comissão Mista estabelecida em Serra Leoa foi responsável pelo julgamento de diversos navios que traficavam para o Brasil. Mesmo navios apresados próximos à costa brasileira foram conduzidos para lá pelos cruzadores britânicos.¹²

Em 26 de janeiro de 1818, foi promulgado outro alvará, com força de lei, para a execução e punição dos transgressores que continuassem a traficar escravos nos portos proibidos da costa africana, dando as convenientes providências a respeito do destino da “carga humana”. Os navios empregados no tráfico seriam confiscados com todos os aparelhos e pertences, juntamente com a carga. Aos oficiais dos navios seria imputada uma pena de degredo por cinco anos em Moçambique, além do pagamento de multa. Ficou determinado que os africanos encontrados a bordo seriam entregues ao Juízo da Ouvidoria da comarca para aí servirem, como libertos, por tempo de 14 anos, em algum serviço público ou “alugados em praça a particulares de estabelecimento e probidade conhecida”. Os responsáveis deveriam alimentá-los, vesti-los, doutriná-los e ensinar-lhes o ofício ou trabalho que se convencionasse, pelo tempo que fosse estipulado. Além disso, seria nomeado um curador, também pessoa de conhecida probidade, que teria por ofício “requerer tudo o que for a bem dos libertos” e fiscalizar os possíveis abusos.¹³

Para Manolo Florentino, a pressão inglesa e a proibição do tráfico ao norte do Equador se configuraram como mais um fator de risco para os traficantes.¹⁴ Tal qual já havia ocorrido após a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade, em 1810, estes tratados internacionais provocaram acirrados atritos entre os traficantes de diversas províncias e os ingleses nelas residentes, uma vez que assistimos à apreensão de diversas embarcações. Mais uma vez, os negociantes da praça de Salvador foram os mais afetados, acumulando maiores

prejuízos, em função dos laços estreitos que mantinham com a África Ocidental, mais especificamente com os portos localizados na Costa da Mina.¹⁵

De acordo com Pierre Verger, os comerciantes da Bahia foram, por meio do governador, apresentar suas queixas ao Príncipe Regente, em virtude da proibição de se fazer o comércio nos lugares habituais. Não conformados com tal situação, continuaram enviando seus navios para fazer o tráfico na Costa da Mina, apesar da repressão, vigilância e captura realizada pelos cruzadores britânicos. Sendo assim, o comércio entre a Bahia e a Costa da Mina continuou com grande intensidade, embora este conjunto de tratados tenha tido grande influência sobre a situação da Bahia, modificando o caráter de suas relações com a Baía de Benim.¹⁶ Em função das restrições parciais ao comércio escravista, percebemos que uma série de subterfúgios foi empregada para dar continuidade a tal atividade, apresentando os primeiros sinais de adaptações ao novo quadro de proibições.

Em 1821, por temor de perder o trono português em decorrência das revoluções liberal-nacionalistas do ano anterior, assistimos ao retorno de D. João VI a Portugal, deixando em aberto a questão da fixação do prazo para o término do tráfico de escravos.¹⁷ Com a posterior independência do Brasil, em 1822, os ingleses tentaram novo entendimento, agora com o nascente Império. As negociações prosseguiram até 1825 envolvendo, por um lado, o reconhecimento da independência por parte da Coroa Britânica e, por outro, garantias seguras da abolição do tráfico por parte do Brasil. Embora as primeiras negociações tenham sido rejeitadas, em 23 de novembro de 1826 foi ajustada uma nova convenção entre o Brasil e a Grã-Bretanha, com a finalidade de “pôr termo ao comércio de escravatura da Costa da África”, quando os tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817 foram adotados e renovados pelo Brasil.¹⁸ Segundo o novo acordo, num prazo de três anos após sua ratificação – o que ocorreu em 13 de março de 1827 –, não seria mais lícito ao Império do Brasil comerciar escravos na Costa da África, equiparando sua prática à pirataria. Além disso, as duas partes contratantes se comprometiam em nomear, desde já, Comissões Mistas, à semelhança daquelas estipuladas com Portugal.¹⁹

Esse acordo soou altamente impopular, refletindo mal em diversas partes do Império. Segundo Leslie Bethell, a grande maioria dos

deputados brasileiros estava convencida de que a abolição do tráfico negreiro, naquele momento, seria um desastre, já que o Brasil era economicamente dependente de braços escravos. Além disso, argumentavam – como boa parte do país – que o governo imperial tinha abolido o tráfico em consequência da pressão estrangeira, e não para atender aos interesses nacionais.²⁰ Mais uma vez, as repercussões foram enormes, marcando negativa e profundamente as relações entre os dois governos – brasileiro e inglês – que, durante algumas décadas, continuariam envolvidos em questões diplomáticas.

O governo brasileiro tentou adiar a data marcada para a abolição, ou seja, 13 de março de 1830, mas o governo britânico não estava disposto a ceder. Quando a data chegou, o comércio atlântico de escravos para o Brasil encontrava-se, a partir de então, proibido. Porém, apesar dessas medidas que foram gradativamente sendo estipuladas desde 1810, o tráfico atlântico continuou. Em 1826, quando foi anunciada a proibição da entrada de escravos no Brasil, criou-se grande inquietação não só neste lado do Atlântico, mas também na Costa da África.²¹ Temendo o cumprimento desta convenção, os interessados no prolongamento do comércio negreiro fizeram um esforço grande para importar o máximo possível de africanos, o que resultou num aumento brutal do volume de escravos traficados para o Brasil, atingindo uma cifra superior aos períodos anteriores, como resposta à iminência do seu fim. Muitos fazendeiros contraíram dívidas com os traficantes, ficando depois sem condições de saldá-las.²² Por seu turno, foi grande também o número de apreensões realizadas pelos cruzadores britânicos nesse período.

Os traficantes continuaram em ação através de um sistema de contrabando, com a conivência do governo e das autoridades brasileiras, cabendo à Inglaterra vigiar, reprimir e exigir o cumprimento dos tratados e convenções firmados. Os esforços para conter o tráfico de africanos foram poucos e insuficientes, encontrando apoio nas populações locais e fácil mercado. Adiciona-se a isso a conivência das autoridades locais, frequentemente constituídas pelos próprios fazendeiros interessados na continuidade do tráfico.²³ Embora o comércio escravista tenha sofrido um forte abalo nos primeiros anos da década de 1830, a partir de 1835-36 assistimos à sua recuperação, muito em função do contexto político da Regência.²⁴ No que diz respeito aos negociantes da Bahia, estes continuaram suas incursões, especialmente na Costa da Mina.²⁵

O apresamento e o processo contra a escuna *Destemida* pela Comissão Mista

É neste contexto que podemos situar o caso da escuna *Destemida*. Esta embarcação foi apresada pelo navio de guerra de S. M. B. *Druid*, sob o comando de G. William Hamilton.²⁶ Segundo o relato deste comandante:

Na manhã de 2 de dezembro de 1830, estando 10 milhas ao S. O. da Bahia, observamos uma escuna a barlavento, a qual supusemos ser a mesma que me tinha sido denunciada naquela manhã muito cedo – estando então ancorado na Bahia – como dirigindo-se para o Porto e depois fugindo dele, portanto em razão das aparências suspeitosas, demos-lhes caça e tendo chegado a distância própria, fizemos-lhes fogo e a obrigamos a vir para nós: içou bandeira portuguesa.²⁷

O comandante Hamilton mandou um dos tenentes de sua tripulação a bordo da escuna para averiguar os fatos. Voltando de sua incursão, o oficial comunicou que o mestre da escuna, Raimundo Arribas, o informara tratar-se de uma escuna portuguesa, denominada *Destemida*, de propriedade de Manoel Vicente da Conceição, da praça da Ilha do Príncipe. Estava vindo de São Thomé e Príncipe para a Bahia, em lastro, e encontrava-se muito ansioso para entrar no porto porque a escuna “fazia muita água”. Informa ainda o tenente que os papéis da escuna estavam muito irregulares: não tinha registro nem despacho do último porto de onde o mestre dizia ter saído; tinha a bordo quatro ou cinco pessoas a menos que as indicadas na matrícula; tinha ainda cinco escravos que o mestre dissera fazerem parte da sua equipagem, mas cujos nomes não correspondiam aos listados na matrícula.²⁸

Diante de tais declarações, o comandante Hamilton mandou outra vez o tenente a bordo da *Destemida*, desta vez encarregado da tarefa de conduzi-la ao porto da Bahia de Todos os Santos, acompanhada pelo *Druid*. As duas embarcações entraram no porto na tarde do mesmo dia. Chegando lá, outro tenente da tripulação do *Druid*, juntamente com o carpinteiro, senhor Bean, foi enviado a bordo da escuna “para ver e conhecer a natureza dos seus rombos e por onde fazia água com muita dificuldade”. Durante o processo de inspeção,

foram encontrados escondidos no porão da embarcação 50 africanos, todos do sexo masculino. Diante de tais acontecimentos, o senhor Bean informou ser necessário que os negros fossem retirados da escuna “para se drenar a mesma, e conhecer por onde fazia água”. Nessa ocasião, 48 dos 50 africanos foram transferidos para a fragata inglesa.²⁹

Apesar dos reparos realizados pelos carpinteiros do *Druid*, a escuna *Destemida* ainda estava fazendo “dois pés de água por hora” quando foi conduzida para o Rio de Janeiro, tendo a bordo apenas o mestre Arribas, cinco membros da equipagem, dois escravos e mais 18 homens, todos sob o comando de um oficial inglês. Por outro lado, o comandante Hamilton achou prudente manter a bordo do *Druid* os 48 africanos que lá já estavam, mais os cinco escravos que supostamente faziam parte da equipagem e outros três homens livres que também faziam parte da equipe. Chegando ao Rio de Janeiro, aproveitou a primeira ocasião para mandar os escravos novamente para bordo da escuna de origem.³⁰

Ainda de acordo com as alegações do comandante do *Druid*, a escuna foi conduzida para adjudicação por dois motivos: primeiro, por ter sido informado pela equipagem e pelos próprios escravos que estes últimos haviam sido embarcados no Porto de “Whydah” (Ajudá); segundo, por ter encontrado a derrota³¹ da escuna, indicando que a viagem teria principiado no Porto de Ajudá, em 26 de outubro de 1830, com destino à Bahia. Alegou ainda Hamilton que a *Destemida* não tinha papéis regulares e – já que não trazia o passaporte real, usualmente concedido aos vasos portugueses autorizados a negociar nos portos onde tal comércio ainda era legal –, como agravante, estava sendo empregada no tráfico ilícito da escravatura.³² Na visão do comandante, os cinco escravos encontrados a bordo da *Destemida*, que o mestre alegava fazerem parte de sua equipagem, assim como os 50 africanos descobertos no porão, haviam sido todos irregularmente comprados nesta viagem.³³

Essa versão do ocorrido foi fornecida pelo comandante G. W. Hamilton à Comissão Mista, por meio de um relato escrito a bordo da fragata *Druid*, no dia 21 de dezembro de 1830, quando já se encontrava no Rio de Janeiro para julgamento do caso da escuna *Destemida*. Tais dados são confirmados quando se apresenta para prestar o juramento e o depoimento na sobredita comissão, em 11 de janeiro de 1831. Nesta ocasião, o oficial inglês aproveita para entregar os

papéis referentes à escuna que se encontravam em seu poder. Os documentos foram anexados ao processo e, segundo o mesmo comandante, parte deles foi fornecida pelo mestre da *Destemida*, outra parte lhe foi entregue por um escravo ou criado do mestre da escuna, e o restante foi achado a bordo da mesma. Hamilton faz questão de ressaltar que os documentos foram repassados à Comissão Mista no mesmo estado em que os recebeu, sem fraudes, nem subtração, nem alteração alguma.³⁴

No dia 12 de janeiro de 1831, no Rio de Janeiro, foi expedido um aviso para que o capitão, o contramestre e os principais componentes da equipagem da escuna portuguesa *Destemida* comparecessem perante a Comissão Mista no dia seguinte, por volta das 11 horas, para prestar depoimento e apresentar os documentos que comprovassem o direito sobre a mesma. Em 13 de janeiro, apresentaram-se à Comissão: Raimundo de Arribas, mestre da escuna; Joaquim Marques, contramestre da escuna; Joaquim da Silva Neves; João José, marinheiro.³⁵

O relato de Raimundo de Arribas traz novas versões sobre o acontecimento. De acordo com suas alegações – apresentadas tanto em seu depoimento quanto no requerimento entregue à Comissão Mista posteriormente –,³⁶ ele havia nascido na Flórida Oriental. Portanto, era súdito do Rei de Espanha. Contudo, havia se naturalizado português na Ilha do Príncipe, onde residia havia cinco anos. Segundo ele, a escuna *Destemida* era portuguesa, comprada na Ilha do Príncipe, sendo seu proprietário Manoel Afonso Vicente da Conceição, súdito português, residente na mesma Ilha, do qual disse não ser parente.

Com relação aos dados referentes à apreensão e irregularidades da *Destemida*, Arribas afirma que a escuna se achava sob seu comando, antes de largar da Costa da África, fazendo muita água, situação que se agravou a ponto de correrem risco de vida. Por este motivo, achou prudente embarcar os 50 africanos na qualidade de domésticos, para aprenderem um ofício, temeroso de que o rombo aumentasse na viagem, o que de fato aconteceu. Segundo ele, caso não dispusesse dos 50 homens, teriam ido ao fundo. Ainda de acordo com o mestre da *Destemida*, quando a escuna foi detida pela fragata inglesa, pediu permissão para ir a bordo participar ao comandante inglês que tinha 50 homens livres a bordo. Porém os oficiais ingleses não lhe permitiram falar, uma vez que nada desejavam saber. Quando foi detido pelo *Druid*, eram dez horas da manhã, e se achava

em frente ao porto, pois estava indo para dentro da Bahia de Todos os Santos, onde pretendia ancorar. No que se refere à equipagem, informa que em sua matrícula constavam 18 pessoas e que, havendo desembarcado alguns na Costa da África, foi preciso suprir as faltas com pretos marinheiros.³⁷

De acordo com o contramestre da *Destemida*, Joaquim Marques, solteiro, 30 anos, súdito português, a escuna era portuguesa, de propriedade do capitão Raimundo de Arribas, que foi quem o nomeou na Ilha do Príncipe. Ele não sabia fixar a residência do mesmo, nem informar se teria outra pessoa interessada na escuna e na negociação. Quando questionado se conhecia na Ilha do Príncipe um senhor de nome Manoel Afonso Vicente da Conceição, disse que não o conhecia, nem sabia que ele era o proprietário da escuna ou se teria algum interesse na mesma. Sobre os africanos encontrados a bordo, alega que eles foram embarcados em Ajudá e que, por intermédio do capitão, ficou sabendo que eram homens livres destinados a aprender um ofício. Estes africanos teriam se escondido entre pipas, tonéis e tábuas, em função dos tiros dados pela fragata inglesa.³⁸ Os outros dois depoentes que compareceram perante a Comissão Mista foram: Joaquim da Silva Neves, solteiro, 24 anos, português, embarcado na Ilha do Príncipe; e João José, solteiro, 22 anos, natural de Setúbal, súdito português. O que vale destacar de seus relatos é o fato de ambos negarem conhecer Manoel Afonso Vicente da Conceição, acreditando ser Raimundo de Arribas o dono da *Destemida*, com quem fizeram seus ajustes. Sobre os 50 africanos embarcados, disseram que tal fato aconteceu em Ajudá, porém, segundo informações do capitão, seriam homens livres destinados a “aprender ofícios” no Brasil.³⁹

Os subterfúgios da *Destemida* no circuito do tráfico ilegal

No processo da escuna *Destemida*, foram localizadas cartas e diversos documentos – alguns encontrados a bordo da embarcação, como é o caso do Alvará de Navegar e do Diário Náutico – que nos auxiliam na reconstrução desse episódio, acrescentando informações aos dados apresentados. Estes documentos nos ajudam também a perceber como se dava a atuação dos traficantes e as redes formadas nesta conjuntura de proibições e repressão ao tráfico, assim como os subterfúgios utilizados para dar prosseguimento ao mesmo. Por

outro lado, não podemos deixar de frisar que este material, apesar de muito rico e valioso, apresenta consideráveis dificuldades de análise, em função de lacunas documentais difíceis de serem preenchidas.

No Alvará de Navegar, encontramos uma autorização para a saída da escuna portuguesa *Destemida* do porto da Ilha do Príncipe, com viagem em lastro para os portos da Costa da Mina e deles para a cidade da Bahia. Segundo o mesmo documento, a escuna tinha como mestre Raimundo de Arribas e como proprietário Manoel Afonso Vicente da Conceição, morador da Ilha do Príncipe. A tripulação era composta por 18 homens, incluindo o mestre, todos matriculados na Intendência da Marinha com a seguinte recomendação de João Maria Xavier de Brito, então governador-geral das ilhas do Príncipe e de São Thomé:⁴⁰

pelo que mando a todos os meus subordinados lhe dêem todo o favor, e auxílio, e aos que o não forem, rogo que protejam ao dito mestre na certeza de que haverei com eles igual procedimento.

O Alvará foi passado na Cidade de Santo Antônio, capital da Ilha do Príncipe, em 15 de janeiro de 1830, com a assinatura do governador e o selo das armas reais.⁴¹ Através deste documento, podemos levantar a possibilidade do emprego de pelo menos dois subterfúgios utilizados durante o tráfico ilegal, que também aparecem mencionados nas declarações de Raimundo de Arribas quando presta seu depoimento perante a Comissão Mista.

As ilhas de São Tomé e Príncipe serviram como pretexto para o tráfico clandestino de escravos. Diversos navios autorizados a comerciar na Costa da África recebiam a concessão de tocar essas ilhas. Tal concessão acabava por justificar a presença dos navios ao norte da linha do Equador, onde o comércio de escravos era considerado ilegal. Esta estratégia, utilizada pelos contrabandistas, não passou despercebida às autoridades britânicas que, entre os anos de 1824 e 1825, enviaram algumas correspondências ao governo brasileiro atentando para o fato. O governo britânico pedia que fosse alterada a forma do passaporte, pois, com a permissão para tocar ou comercializar nas ilhas de São Tomé e Príncipe, os navegadores se aproveitavam para contrabandear escravos. Nessa ocasião, as autoridades inglesas enviaram uma relação de dez embarcações que se enquadravam neste mesmo padrão. Todas haviam saído da Bahia.⁴²

Relação das embarcações que contrabandearam escravos na Costa da Mina

	Embarcação	Porto de saída	Destino	Local da captura	Data da captura	Observações
1	<i>Ninfa do Mar</i>	Bahia	Ilhas de São Tomé e Príncipe	Whydah (Ajudá)	6/4/1822	
2	<i>Defensora da Pátria</i>	Bahia	São Tomé	Old Calabar	28/4/1822	100 escravos a bordo
3	<i>Esperança Feliz</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Onim	7/4/1822	187 escravos a bordo
4	<i>Estrella</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Após ter deixado o porto de Onim		Condenada em Serra Leoa. Havia escravos a bordo.
5	<i>Santo Antonio de Lisboa</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Após ter deixado Porto Novo.		Permaneceu em Porto Novo durante 5 meses. Havia 336 escravos a bordo.
6	<i>Comerciante</i>	Bahia	Molemo, com escala por Camarões, São Tomé e Príncipe	Rio Camarões	7/9/1822	
7	<i>Conceição</i>	Bahia	Molemo, com escala por Camarões, São Tomé e Príncipe	Fora de São Tomé	13/11/1822	Carga de 207 negros embarcados nos Camarões.
8	<i>Creola</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Lagos (Onim)	30/1/1824	
9	<i>Cerqueira</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Onim		Conduzida para Serra Leoa. Como não tinha negros a bordo, foi liberada.
10	<i>Minerva</i>	Bahia	Molemo, com escala por São Tomé e Príncipe	Lagos (Onim)	30/1/1824	Retornaria para o Rio de Janeiro, com escala por Bahia e Pernambuco.

Fonte: AHI, III – Coleções Especiais, 33 – Comissões Mistas (tráfico de negros), Correspondência entre a Secretaria de Estado e Autoridades Inglesas, Lata 56, Maço 3.

O outro ardil empregado diz respeito à declaração de que a embarcação estava voltando “em lastro”. Este era um recurso utilizado pelos traficantes após a carga já ter sido desembarcada. Outro subterfúgio muito adotado era declarar um destino fictício antes da partida, e na volta justificar o retorno por estar “em arribada”, em decorrência de algum problema. Tudo isso na tentativa de justificar a falta de vistos apropriados para os portos onde atracavam sem os devidos papéis.⁴³

Outro importante documento que nos ajuda a compor o quebra-cabeça é a derrota da escuna *Destemida* que, em sua primeira folha, registra uma partida do porto de Ajudá, a 26 de outubro de 1830: “A 1 h de la tarde suspendimos de Ajudá para Bahia de Todos os Santos.” Apesar de anotada diariamente até 30 de novembro de 1830, não encontramos na dita derrota muitas informações, a não ser aquelas que dizem respeito à latitude, longitude, rumos, ventos, vela e condições do tempo e do mar.⁴⁴ Como visto anteriormente, a partida do porto de Ajudá é confirmada nos depoimentos da equipagem da *Destemida* perante a Comissão Mista, indo de encontro ao que declarou inicialmente Raimundo de Arribas ao tenente da fragata inglesa *Druid* – quando disse ter saído das ilhas de São Thomé e Príncipe para a Bahia, em lastro.

Importante ponto de partida de escravos para o Novo Mundo, o porto de Ajudá, localizado na Costa da Mina, Baía do Benim, assumiu papel de destaque no comércio através do Atlântico, e transformou-se no mais importante porto negreiro da África Ocidental. Se este porto já desfrutava de uma posição proeminente no início do século XVIII, tal posição será reafirmada após sua conquista pelo reino do Daomé, em 1727, reino que, daí em diante, passa a controlar o comércio de escravos nesse porto. Embora Ajudá fosse primordialmente um porto de tráfico de escravos, não podemos deixar de destacar sua posição enquanto “província integrada ao sistema político daomeano”. O estabelecimento da dominação daomeana inaugurou uma nova fase na administração de Ajudá, introduzindo mudanças fundamentais, especialmente a partir da ascensão de Gezo, em 1818, quando ficou estabelecido um novo padrão na administração dos portos comerciais controlados pelo reino do Daomé.⁴⁵

O comércio entre a Costa da Mina e a Bahia se desenvolveu a partir do fim do século XVII. Até meados do século XIX, os negociantes da praça da Bahia mantiveram fortes relações com a região, especialmente Ajudá, relações estas que continuaram existindo apesar dos tratados e convenções a respeito da proibição do comércio de escravos. Para prolongar o tráfico em Ajudá – e em outros portos tanto ao norte quanto ao sul do Equador –, foi necessário o emprego de diversos subterfúgios.

O mestre da escuna *Destemida* declarou perante a Comissão Mista que os 50 africanos encontrados a bordo embarcaram em Ajudá como “domésticos”, para vir aprender um ofício, sendo desembarcados

com o consentimento do Governo da Bahia, a partir do comprometimento de pagamento de uma fiança e de levá-los de volta para a África ou para o porto de Ajudá, assim que tivessem terminado de aprender seus ofícios.⁴⁶

Na época do contrabando de africanos, houve algumas tentativas de introdução de escravos no Brasil sob o pretexto de que estes colonos ou domésticos que estariam vindo a fim de aprender ofícios. Como podemos perceber, trata-se de mais uma das estratégias dos traficantes. A ideia de qualificação profissional fazia parte do projeto de assentamento de africanos livres nas Américas, e o comandante Arribas parecia estar a par disso e fazer uso do argumento para justificar a presença daqueles 50 homens em sua embarcação.⁴⁷

Segundo Pierre Verger, a *Destemida* teria se beneficiado também do uso de bandeiras estrangeiras. Em função das medidas abolicionistas, a utilização da bandeira brasileira tornava-se muito arriscada para aqueles que continuaram a traficar. Na tentativa de burlar as leis em vigor, navegar com papéis e bandeira de uma outra nacionalidade passou também a ser uma estratégia empregada pelos traficantes.⁴⁸ Na documentação da *Destemida*, a única informação sobre o uso de bandeiras aparece no depoimento de Raimundo de Arribas. Quando indagado se a bordo da escuna havia outra bandeira além da portuguesa, respondeu que sim, que havia uma usada para fazer sinais a terra para chamar canoas. A mesma pergunta foi feita para os demais membros da tripulação, mas todos afirmaram ter visto apenas a bandeira portuguesa.⁴⁹

Diversas outras pistas sobre esse caso e sobre a atuação das redes comerciais surgem a partir da análise de outros documentos encontrados a bordo da escuna *Destemida*. Nesse caso, estou me referindo a quatro cartas assinadas por ninguém menos que o famoso negociante Francisco Félix de Souza, sendo três delas endereçadas a Raimundo de Arribas e uma a José Alves da Cruz Rios, importante comerciante da praça da Bahia.⁵⁰

Francisco Félix de Souza, importante traficante de escravos “brasileiro”, teve papel de destaque na organização da comunidade afro-brasileira e na história política e econômica do Daomé, tendo auxiliado o futuro rei Gezo em seu golpe de Estado, em 1818. Neste momento, os ingleses já haviam começado sua cruzada internacional pelo fim do tráfico de escravos no Atlântico. Félix de Souza passou a ocupar o cargo de Chachá e a funcionar como principal agente

comercial de Gezo em Ajudá, transformando-se no grande intermediário entre o rei e os comerciantes europeus, assim permanecendo até sua morte, em 1849. A ascensão de Gezo ao trono ocorreu durante o período de transição do tráfico ilegal de escravos para o comércio “legítimo”, quando passou a predominar a exportação do azeite de dendê. Entretanto, tanto Gezo quanto Félix de Souza mantiveram seu envolvimento com o antigo comércio de escravos.⁵¹

Segundo Robin Law, é rica e pormenorizada a informação existente sobre as atividades mercantis do Chachá na documentação relativa à busca e à apreensão de navios negreiros pelos cruzadores ingleses. Por meio desta documentação, é possível identificarmos também outros indivíduos envolvidos no tráfico de escravos em Ajudá, seja como sócios, seja como competidores de Francisco Félix de Souza. As atividades mercantis de Félix de Souza se estendiam, a oeste, de Ajudá a Popó Pequeno, e a leste, a Porto Novo, Badagri e Lagos (Onim), operando, então, em escala internacional.⁵²

As cartas de Félix de Souza endereçadas a Raimundo de Arribas versam sobre o embarque de uma carga de “50 dentes de elefante” na escuna *Destemida*, sob sua responsabilidade. Raimundo de Arribas seria interessado na terça parte do carregamento, e dois dentes de elefantes pertenceriam a José da Silva Rios. A carta endereçada a José Alves da Cruz Rios – datada de 24 de outubro de 1830, segundo o Diário Náutico, dois dias antes da partida da *Destemida* do Porto de Ajudá – complementa e ratifica tais informações:

Hoje larga a escuna *Destemida* com 50 dentes de elefante pesando 2.835 [livros]. No caso que a escuna esteja capaz de fazer [obra] Vmce. me fará o favor de a mandar pô-la pronta carregando o que já fiz ciente [ilegível] Jozé da Silva Rios, hé interessado na terça parte do marfim que leva a dita o capitão Raimundo de Arribas e caso se acha a Escuna capaz de fazer outra viagem tomará interesse o mesmo Raimundo em a terça parte da [ilegível] escuna [ilegível] e carregamento cendo que a dita escuna não se possa fazer a obra fará Vmce. o que melhor lhe parecer [ilegível] entra na conta dos 50 dentes dois que pertence ao Sr. Jozé da Silva Rios com 40 e 45 livros sendo que [ilegível] do agrado de Vmce. querer interessar na terça parte da dita he obséquio que me faz nada mais tenho a dizer-lhe a esse respeito para que estou certo que tudo quanto

faça será do mui agrado estimando. Esteje com perfeita saúde.
Francisco Félix de Souza.⁵³

O número de dentes de elefantes que Francisco Félix de Souza informa ter embarcado corresponde exatamente ao número de escravos encontrados a bordo da escuna. Além disso, todas as pessoas da tripulação que compareceram perante a Comissão Mista para prestar seus depoimentos, exceto o mestre, negaram a presença dos ditos dentes a bordo da escuna, ou pelo menos não sabiam dessa carga, devendo os 50 “dentes de elefante” certamente corresponder aos 50 africanos aí encontrados. Não é de surpreender que tenha sido essa a conclusão da Comissão Mista.⁵⁴

Embora seja ainda necessário encontrar documentação complementar, fica patente que Francisco Félix de Souza mantinha fortes relações comerciais com José Alves da Cruz Rios. Considerada sua responsabilidade no negócio e a possibilidade de uma viagem futura da escuna, é possível supor que mantivessem negócios regulares. Sabemos que José Alves da Cruz Rios era um importante negociante da praça da Bahia, fazendo parte daqueles comerciantes baianos que acumularam fortunas consideráveis, tanto no tráfico de escravos quanto em outras operações comerciais. Pierre Verger encontrou nos arquivos 28 partidas de seus navios para a Costa da África, entre 1806 e 1833. Cruz foi proprietário das seguintes embarcações: as goeletas *Rosália*, *Carolina*, *Fortuna*, *Marianna*; os brigues *Tibério II* e *Clara*; e as sumacas *S. João Espardate*, *Trajano* e *Esperança*. Das 18 partidas no período do tráfico clandestino, em apenas duas ocasiões suas embarcações foram apreendidas pelos cruzadores britânicos, a saber, a *Trajano* e a *Esperança*.⁵⁵ Cruzando as informações de Verger com os dados obtidos a partir da análise dos processos que compõem a coleção referente à Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha, pudemos constatar que os nomes de José Alves da Cruz Rios e José da Silva Rios aparecem duas vezes. O primeiro aparece como proprietário, e o segundo, como comandante das duas embarcações apresadas pelos cruzadores britânicos.

A escuna *Esperança*, brasileira, foi apreendida pela fragata inglesa de S. M. B. *Sybillia*, comandante Francis August Collier, em Lagos, na Baía do Benim, e levada para Serra Leoa. De acordo com seu passaporte, a embarcação saiu da Bahia com destino a Cabinda, no dia 9 de março de 1828, de onde retornaria para o Rio de Janeiro, com escala

pelos portos do Brasil. Segundo o mestre da escuna, esta teve de arribar em função de um forte temporal. Embora não tenham sido encontrados escravos a bordo, o navio foi condenado juntamente com sua carga – transportava aguardente, espingarda e outras mercadorias empregadas na troca por escravos na Costa da África – em sentença proferida em Serra Leoa, a 26 de maio de 1828.⁵⁶

Já o brigue *Trajano*, brasileiro, foi apresado pelo navio de S. M. B. *Maidstone*, comandante Charles Bullen, em Ajudá, e levado para Serra Leoa. O brigue saía da Bahia para Molembo em 27 de janeiro de 1827, para resgatar escravos, com regresso para o mesmo porto. Segundo o comandante do *Trajano*, por contratemplos em sua navegação e por necessidades de mar, entrou por arribada,⁵⁷ em Ajudá. Achava-se aí trocando fazenda por búzios, em função da necessidade da negociação em Molembo, quando foi apreendido pela fragata inglesa. Alega ainda o comandante que o brigue se achava fundeado debaixo da proteção do Forte Português,⁵⁸ circunstância na qual, pelo artigo II das Instruções da Convenção de 1817, não era permitida a detenção. A bordo foram encontradas as seguintes mercadorias: tabaco, aparelhos, mobílias, fazendas e outros. Como no caso anterior, mesmo não tendo sido encontrados escravos a bordo, o brigue foi considerado “boa presa” e condenado em sentença de 30 de abril de 1827.⁵⁹

Como podemos perceber, a rota Bahia-Costa da Mina era bem conhecida e utilizada por José Alves da Cruz Rios que, no caso do brigue *Trajano* – julgado anteriormente à escuna *Destemida* –, alegou estar fundeado debaixo do Forte Português. Além disso, já era bem familiar a este negociante o emprego de diversos subterfúgios para despistar a repressão ao tráfico e os cruzadores ingleses responsáveis pela patrulha dos mares. Nos casos do brigue *Trajano* e da escuna *Esperança*, o artifício utilizado foi a emissão do passaporte constando como portos de destino Molembo e Cabinda, respectivamente.

Cabinda e Molembo eram portos onde, mesmo após a convenção de 1815, ainda era permitido o comércio de escravos. Por isso, serviram diversas vezes como álibi para os negociantes que queriam continuar a fazer clandestinamente seu tráfico em Ajudá, Porto Novo, Badagri e Lagos. As embarcações saíam do Brasil com passaportes autorizados para se abastecerem de escravos ao sul do Equador, mas dirigiam-se aos portos proibidos da Costa da Mina. Este era um

subterfúgio empregado, sobretudo, pelos negociantes da praça da Bahia.⁶⁰

A participação de Francisco Félix de Souza e Raimundo de Arribas na negociação da carga da *Destemida* levanta suspeitas sobre a veracidade da propriedade da escuna por parte de Manoel Afonso Vicente da Conceição. É mais do que conhecido que as cargas e a propriedade dos navios eram falsificados na época do tráfico ilegal. Além disso, sabemos também que Francisco Félix de Souza não apenas supria os navios na África, mas embarcava escravos para as Américas por sua própria conta.⁶¹ Para completar, suas embarcações aportavam regularmente na Ilha do Príncipe, a fim de ali obter passaportes das autoridades portuguesas, como nos informa Robin Law.⁶² As evidências não param por aí. Foi encontrada a bordo da *Destemida* uma declaração assinada por Antônio Pedroso de Albuquerque, datada de 1828, informando que, apesar de os despachos e justificação de propriedade da escuna *Zephiro* estarem em seu nome, nenhum interesse ou parte teria ele no casco e aparelho da dita embarcação, que pertenceria a Francisco Félix de Souza e Raimundo de Arribas, capitão da mesma.⁶³ Ou seja, pelo menos mais uma vez, a dupla Félix de Souza e Raimundo de Arribas aparece envolvida com embarcações atuantes durante o período do contrabando de africanos. Será que ela estava em ação novamente?

Dentro desse contexto, podemos fazer algumas suposições ainda não comprovadas, como a de que José Alves da Cruz Rios, Francisco Félix de Souza e Raimundo de Arribas fariam parte de uma rede de relações comerciais. Tal hipótese se baseia na carta encontrada a bordo da *Destemida*, na qual se aventa a possibilidade de negociações futuras, e no caso do brigue *Trajano*. Não podemos esquecer tampouco que, de um lado, João Marques, Joaquim da Silva Neves e João José indicaram Raimundo de Arribas como proprietário da escuna *Destemida* nos seus depoimentos (com ele fizeram seus ajustes na Ilha do Príncipe); e de outro, os três declaram não conhecer nem Manoel Vicente, nem Francisco Félix de Souza. Restam ainda, portanto, dúvidas quanto ao papel de Manoel Afonso Vicente da Conceição em relação à propriedade da escuna, assim como de sua participação na mesma rede comercial nessa e em outras ocasiões.⁶⁴

A relação entre Manoel Vicente e os demais aparece de forma menos clara, mas igualmente demarcada. Quando indagado na Comissão Mista sobre o fato de o passaporte indicar Manoel Afonso

Vicente da Conceição como proprietário da *Destemida*, quando a correspondência indicava ser Francisco Félix de Souza o mandante da operação, Raimundo de Arribas respondeu que Vicente seria apenas um amigo do dono da escuna, sem interesse algum na negociação. Nesse caso, esta “amizade” certamente se estabelecia através de laços comerciais entre eles. Já sobre o documento que se referia à escuna *Zephiro*, Arribas informou que essa declaração se encontrava em seu poder por estar interessado na mesma, sendo mais difícil, nesse caso, estabelecer as devidas conexões.⁶⁵

Antes de passar para o próximo tópico, vale a pena tecer algumas considerações a respeito de Antônio Pedroso de Albuquerque. Da mesma maneira que José Alves da Cruz Rios, Pedroso de Albuquerque era um proeminente negociante da praça da Bahia que acumulou fortuna dedicando-se ao tráfico de escravos e a outras operações comerciais. Pierre Verger encontrou 31 saídas de embarcações suas dedicadas ao tráfico de escravos, tendo quatro sido apresadas pelos cruzadores britânicos,⁶⁶ a saber: bergantim *Príncipe de Guiné*; goeleta *Vênus*; brigue *Venturoso*; bergantim *Creola*.⁶⁷ Conferindo com os dados extraídos dos navios julgados perante a Comissão Mista, encontrei três embarcações suas processadas: a sumaca *Criola*, comandante André Pinto da Silveira;⁶⁸ o brigue *Venturoso*, comandante Joaquim Pinto de Sousa;⁶⁹ e o famoso *Príncipe de Guiné*, comandante Manoel Joaquim de Almeida.⁷⁰

O veredicto final da Comissão Mista

No dia 21 de dezembro de 1830, o *Jornal do Commercio* publica a seguinte nota:

A fragata inglesa *Druyd* chegou a este porto trazendo em sua conserva a escuna portuguesa *Destemida*, que fôra apresada pela dita fragata na altura do Morro de S. Paulo, onde pertendia (sic) desembarcar escravatura contra os Tratados existentes entre este Império, e a Gram Bretanha, e entre esta ultima potência e Portugal. Dizem, que a Comissão Mista Brasileira, e Inglesa condenará tanto esta, como as outras embarcações portuguesas; que tem importado escravatura por contrabando nos portos do Império. Consta igualmente, que da Inglaterra

tem sido enviados novos vasos de Guerra à fim de vedarem a continuação do tráfico na Costa d'África.⁷¹

Como podemos perceber, corria na Corte a notícia da possível condenação da escuna. Tal especulação seria confirmada pela sentença. A Comissão Mista Brasileira e Inglesa conclui seus trabalhos e chega a um veredicto no dia 22 de janeiro de 1831. Segundo os autos, na conformidade do artigo 3º da Convenção de 28 de julho de 1817, adicional ao Tratado de 15 de janeiro de 1815, e Tratado de 23 de novembro de 1826, a Comissão julgou legal a detenção da escuna *Destemida*, portuguesa, de propriedade de Manoel Afonso Vicente da Conceição, súdito português da praça da Ilha do Príncipe. Segundo o Artigo 7º do Regulamento das Comissões Mistas, os escravos encontrados a bordo dela estavam sujeitos à disposição do § 2º do Alvará de 26 de janeiro de 1818, e deveriam ser libertos, recebendo suas cartas de liberdade. Por não se achar compreendido no Artigo 1º do citado Alvará, o casco e o aparelho da dita escuna foram “relaxados”.⁷² Declara ainda a Comissão que, embora os apelide “domésticos” e alegue que os trouxera para “aprender ofícios”, desembarcando-os com a faculdade do Governo da Bahia, a intenção de Raimundo Arribas foi conduzir os escravos na cidade de Salvador. Conclui a Comissão que não pode admitir tais pretextos arbitrários, figurando o embarque dos escravos em questão, pelo de dentes de elefantes. Por todas essas razões, declararam os escravos – em número de 50, todos do sexo masculino, naturais da Costa da África – livres e emancipados, e postos à disposição do Governo de S.M.B. Imperador, como criados e trabalhadores livres.⁷³

A cada um dos 50 africanos da escuna *Destemida* foi concedida carta de liberdade nos termos abaixo. Devem ter sido todos batizados, tendo sido Fortunato o primeiro a receber a carta de liberdade e emancipação:

Dom Pedro Primeiro por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador constitucional e perpétuo defensor do Império do Brasil. Faço saber, que tendo-se em conformidade da Convenção de 28 de julho de 1817, adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815, julgado por sentença, da Comissão Mista estabelecida nesta cidade sobre o tráfico da escravatura de 22 de janeiro do corrente, boa presa os escravos da Escuna *Destemida*, de que era mestre Raimundo de Arribas, e

proprietário Manoel Afonso Vicente da Conceição da Ilha do Príncipe por ser apreendida no tráfico ilícito da escravatura; e havidos por emancipados e livres do cativoiro os escravos vindos a bordo da dita Escuna *Destemida*. Sou [servido] determinar que de ora em diante e por esta carta fique considerado o preto Fortunato de nação nagô sem marca livre e emancipado da escravidão para ser empregado na conformidade do artigo sétimo do Regulamento anexo à dita Convenção, e do Alvará de 26 de janeiro de 1818, como criado, ou trabalhador livre. E esta se cumprirá como se contem, e declara, sem dúvida nem embaraço algum registrando-se no livro da Comissão. O Imperador constitucional o mandou. Os comissários da Comissão Mista abaixo assinaram. Theophilo de Mello Secretário interino e intérprete da Comissão Mista o escrevi. Rio de Janeiro 22 de janeiro de 1831. Alexandre Cunningham = João Carneiro de Campos = número hum = Lugar do sello Imperial da comissão.⁷⁴

De acordo com a lista das cartas de liberdade dadas aos africanos encontrados na *Destemida* (ver anexo), eles perfaziam um total de 50 escravos, todos homens, com nomes cristãos e sem marcas, sendo 28 ditos “nagô”, 20 ditos “gege”, um dito “nagô ou gege” e um sem informação. A variedade da procedência dos africanos traficados no período do tráfico ilegal não está sendo analisada aqui, mas é importante destacar a presença de um número representativo de escravos gbe (ditos gege) no grupo apreendido. Da mesma forma, deve-se notar o fato de terem sido supostamente embarcados 20 escravos ditos “nagô”, ou seja, iorubas, no Porto de Ajudá e não nos portos a leste, como Porto Novo, Badagri e Onim. Vale ainda destacar que o uso do termo “gege” não é usual no Rio de Janeiro, estando esta classificação provavelmente associada ao fato de a embarcação estar na rota entre a Bahia e Ajudá. Por fim, deve ser também notado que, assim como Fortunato, nenhum dos africanos da escuna *Destemida* trazia “marcas”. Na Bahia, os nagôs costumam ser identificados por suas marcas faciais, o que faz refletir sobre a que marca estaria se referindo o autor das cartas de liberdade,⁷⁵ já que, além das marcas étnicas, os africanos eram também marcados com a marca de seus compradores.⁷⁶ Provavelmente, trata-se de ausência da informação por ocasião da identificação dos africanos e não de marcas propriamente, já que seria muito improvável que, em meio a 50 deles, nenhum portasse qualquer tipo de marca.

Os africanos livres vindos a bordo da *Destemida* para o Rio de Janeiro

Os africanos que receberam cartas de liberdade passaram a fazer parte do grupo conhecido como “africanos livres”. Como visto anteriormente, este novo *status* jurídico surgiu com a finalidade de legalizar a situação dos africanos desembarcados de navios apresados pela Comissão Mista.⁷⁷ Diversos autores, inclusive contemporâneos à época, tal como Perdigão Malheiro e Tavares Bastos, apontam para a má condição de vida a que eram submetidos os africanos livres no Brasil, nivelados aos de mais baixa condição, ou seja, aos escravos.⁷⁸ Os emancipados mantidos sob controle direto do Governo eram utilizados principalmente em ocupações urbanas, trabalhando em abertura de estradas, conservação e limpeza das ruas, cemitérios e serviços afins. Eles podiam ser encontrados servindo em fábricas de pólvora, em fábricas de ferro, nas obras da estrada da Serra da Estrela, nas obras da Casa de Correção da Corte,⁷⁹ na Câmara Municipal de Niterói, no Cemitério de Maruí em Niterói, na Biblioteca Nacional, no Corpo Policial da Província, entre outros estabelecimentos. Já os africanos livres arrematados a particulares eram, em sua maioria, empregados no serviço agrícola ou doméstico, como a maior parte dos escravos no Brasil.⁸⁰ Segundo Perdigão Malheiro, nas cidades, os emancipados também eram empregados pelos particulares no ganho ou em outros fins lucrativos, e não no serviço pessoal desses concessionários, conforme as instruções. Empregando-os nas ruas, os arrematantes ganhavam mais por mês do que eram obrigados por eles anualmente.⁸¹

Os africanos libertos vindos a bordo da escuna *Destemida* devem ter tido destino semelhante ao de todos os outros, permanecendo no anonimato da sociedade escravista. Por outro lado, uma vez oriundos da Costa da Mina, como mostra a historiografia recente, podem ter trilhado uma outra história. A riqueza das experiências vividas no Rio de Janeiro pelos africanos conhecidos como “minas” permite aventar o desenrolar de trajetórias pessoais extraordinárias, que se destacam entre as demais.⁸² Consultando a bibliografia em busca de pistas, constatei a presença na cidade do Rio de Janeiro de vários africanos livres de “nação mina” (gêge e nagôs, como os da *Destemida*). Ao identificar os africanos envolvidos na prática da capoeira na primeira metade do século XIX, Carlos Eugênio Líbano Soares identifica

uma minoria mina em relação aos demais africanos. Entretanto, eram os minas os que causavam maiores problemas aos responsáveis pela ordem pública e, entre eles, os livres, libertos e africanos livres, mais que os escravos.⁸³ Beatriz G. Mamigonian escreveu um artigo no qual destaca a trajetória de um grupo de africanos livres de nação mina, que veio da Bahia para o Rio de Janeiro e São Paulo, detalhando sua luta pela emancipação. Segundo o argumento da autora, estes africanos livres usaram a identidade étnica para pressionar os funcionários do governo imperial e os arrematantes de seus serviços a reconhecerem seu *status* jurídico distinto e concederem sua liberdade.⁸⁴

Contudo, infelizmente, o destino dos africanos livres oriundos da Costa da Mina vindos a bordo da escuna *Destemida* ainda é desconhecido. Como podemos perceber pela notícia abaixo, praticamente um mês após proferida a sentença pela Comissão Mista, os africanos ainda permaneciam a bordo da *Destemida*:

Em solução ao ofício, que V.S.^a me dirigiu com data de 18 do corrente acerca de não ter-se ainda efetuado o desembarque dos 50 pretos conduzidos pela escuna portuguesa *Destemida*, que a comissão respectiva julgou libertos, tenho de significar a V.S.^a que nesta ocasião torno a officiar com urgência ao Sñr. Ministro da Fazenda a este respeito. Deus guarde a V.S.^a. Paço em 21 de fevereiro de 1831.⁸⁵

Como conclusão, espero que o presente capítulo tenha contribuído para a reflexão sobre os pretos-minas do Rio de Janeiro, a fim de mostrar que muitos deles devem ter aqui chegado via tráfico ilegal. Se os que aqui foram desembarcados com sucesso entre 1830 e 1856 devem ter vindo primordialmente dos portos da África centro-ocidental, de onde devem ter sido logo enviados às fazendas de café do vale do Paraíba,⁸⁶ os apresados pela Comissão Mista, muitos deles destinados à Bahia, como os da *Destemida*, vinham da Costa da Mina. Assim sendo, as rotas entre os portos da África e do Brasil devem ser minuciosamente investigadas para que, junto com a documentação local, possam contribuir para um melhor entendimento da composição da população escrava no período do tráfico ilegal de escravos.

ANEXO

Registro das cartas de alforria dos pretos e pretas africanos libertos, vindos a bordo da escuna *Destemida*⁸⁷

Nº	Nome	Nação	Marca
1	Preto Fortunato	Naçô	Sem marca
2	Preto Simplicio	Naçô	Sem marca
3	Preto Policarpio	Naçô	Sem marca
4	Preto Justino	Naçô	Sem marca
5	Preto Valentim	Naçô	Sem marca
6	Preto Amaro	Naçô	Sem marca
7	Preto Roque	Naçô	Sem marca
8	Preto Francisco	Naçô	Sem marca
9	Preto Antonio	Naçô	Sem marca
10	Preto Leão (*)	Naçô	Sem marca
11	Preto [ilegível]	Naçô	Sem marca
12	Preto Pantaleão	Naçô	Sem marca
13	Preto Felício	Naçô	Sem marca
14	Preto Felisberto	Naçô	Sem marca
15	Preto [ilegível]	Naçô	Sem marca
16	Preto rapaz Gregório	Naçô [Gege?]	Sem marca
17	Preto rapaz Tibúrcio	Naçô	Sem marca
18	Preto rapaz Tristão	Naçô	Sem marca
19	Preto rapaz Felipe	Naçô	Sem marca
20	Preto rapaz [sem nome]	Naçô	Sem marca
21	Preto rapaz Felizardo	Naçô	Sem marca
22	Preto rapaz Aleixo	Gege	Sem marca
23	Preto rapaz [ilegível]	Gege	Sem marca
24	Preto rapaz Lucio	Gege	Sem marca
25	Preto rapaz Joaquim	Gege	Sem marca
26	Preto rapaz Pedro	Gege	Sem marca
27	Preto rapaz Paulo	Gege	Sem marca
28	Preto rapaz Paulino	Gege	Sem marca
29	Preto rapaz Adão	Gege	Sem marca
30	Preto rapaz João	Gege	Sem marca
31	Preto rapaz Jorge	Gege	Sem marca
32	Preto rapaz Luiz	Gege	Sem marca
33	Preto rapaz [sem nome]		Sem marca
34	Preto rapaz Lucianno	Gege	Sem marca
35	Preto rapaz Lucas	Gege	Sem marca
36	Preto rapaz Mathias	Naçô	Sem marca
37	Preto rapaz Matheus	Naçô	Sem marca
38	Preto rapaz Eduardo	Naçô	Sem marca
39	Preto rapaz Romão	Naçô	Sem marca
40	Preto rapaz Thomas	Gege	Sem marca
41	Preto rapaz Zacarias	Gege	Sem marca
42	Preto rapaz Florêncio	Gege	Sem marca
43	Preto rapaz [sem nome]	Gege	Sem marca
44	Preto rapaz Severianno	Gege	Sem marca
45	Preto rapaz Domingos	Gege	Sem marca
46	Preto rapaz André	Naçô	Sem marca
47	Preto rapaz Alberto	Naçô	Sem marca
48	Preto rapaz Nicolão	Naçô	Sem marca
49	Preto rapaz Conrado	Gege	Sem marca
50	Preto rapaz Julião	Naçô	Sem marca

* Beatriz Mamigonian leu João.

Fonte: Arquivo Nacional, Códice 184, Volume 3. Agradeço a Beatriz G. Mamigonian o envio de sua transcrição do documento. O cruzamento de minha transcrição com a dela permitiu a elucidação de partes de maior dificuldade de leitura do documento, ampliando sua compreensão.

Notas

- ¹ *Jornal do Commercio*, 20/12/1830.
- ² Tal medida passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1808.
- ³ Sobre o processo de abolição do tráfico, no que diz respeito ao Brasil, entre outros, ver: GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976; CONRAD, Robert. Os emancipados: nem escravos nem libertos. In: _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2000; PIRES, Ana Flavia Cicchelli. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Algumas questões referentes a esse processo são contempladas ainda em: MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976. 2v; BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1975.
- ⁴ Os direitos sobre tais territórios já haviam sido disputados pelo governo da França.
- ⁵ “Tratado de Amizade e Aliança entre o Príncipe Regente de Portugal e El-Rey do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assinado em 19 de fevereiro de 1810”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1810. BN. Segundo Maurício Goulart, o compromisso português nessa ocasião foi mais além, uma vez que “[...] comprometeu-se o príncipe regente, depois de reafirmar o intento de cooperar eficazmente na causa de humanidade tão gloriosa sustentada pela Inglaterra, a abolir de pronto todo o comércio e tráfico de escravos nos estabelecimentos de Bissau e Cacheu”. GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 220-1, grifos do autor.
- ⁶ Segundo Pierre Verger, as embarcações apesadas e os locais de captura foram: 1) Brigue *Falcão*, Porto Rico; 2) Bergantim *Bom Amigo*, Cuba; 3) Galera *Urbano*, Cabinda; 4) Brigue *Calipso*, Onim; 5) Bergantim *Vênus*, Badagri; 6) Goeleta *Volante*, Cabinda; 7) Goeleta *Marianna*, Jaquejaque; 8) Bergantim *Prazeres*, não consta; 9) Sumaca, não consta; 10) Sumaca *Flor do Porto* ou *Cavalinho*, Onim; 11) Bergantim *S. Joãozinho*, Cape Coast; 12) Bergantim *Americano*, não consta; 13) Bergantim *Destino*, Porto Novo; 14) Bergantim *Dezengano*, não consta; 15) Bergantim *Piedade*, não consta; 16) Bergantim *Fragatinha*, Onim; 17) Sumaca *Santo Antonio*, Onim. Do total de embarcações apesadas, 12 pertenciam a negociantes da Bahia. A saber: nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16. Embora Verger informe serem as embarcações em número de 12, em sua listagem constam 13 como pertencentes a esta praça. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 325-8, p. 351-2, nota 15. Esta é uma evidência do enraizamento do tráfico na Bahia.
- ⁷ O comércio de escravos entre o Brasil e a Costa da Mina encontrava-se, dessa maneira, proibido.
- ⁸ “Tratado de 22 de Janeiro de 1815”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1815. BN. Durante este Congresso, as principais nações concordaram em abolir o comércio escravista, exceto Portugal, Espanha e França. Porém, logo depois, em novembro de 1815, a França adota a mesma resolução. Dessa maneira, Portugal e Espanha foram as únicas nações que permaneceram ativas no comércio escravista. KLEIN, Herbert. O fim do comércio de escravos. In: _____. *O comércio atlântico de escravos: quatro séculos de comércio escravagista*. Lisboa: Replicação, 2002. p.186.

- ⁹ “Convenção Adicional de 28 de julho de 1817”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1817. BN. Anexo a essa Convenção, encontramos os seguintes atos ou instrumentos: 1) Formulário de passaporte para os navios mercantes portugueses que se destinarem ao tráfico lícito da escravatura; 2) Instruções para os navios de guerra das duas nações que forem destinados a impedir o tráfico ilícito de escravos; 3) Regulamento para as Comissões Mistas que residirão na Costa d’África, no Brasil e em Londres.
- ¹⁰ “Artigo separado da Convenção assinada aos 28 de julho de 1817”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1817. BN.
- ¹¹ “Anexo nº 3: Regulamento para as Comissões Mistas que devem residir na Costa da África, no Brasil, e em Londres”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1817. BN.
- ¹² Alguns navios, embora poucos, foram conduzidos para a Ilha de Santa Helena e aí julgados.
- ¹³ “Alvará com força de lei de 26 de janeiro de 1818”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1818. BN.
- ¹⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.149.
- ¹⁵ Consultando os processos referentes às embarcações apresadas e julgadas perante a Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha, consegui localizar 16 que foram apreendidas no período compreendido entre 1817 e 1825. Deste total, 11 haviam saído da Bahia, uma retornaria para esses mesmos portos, duas saíram de Pernambuco e uma havia saído de Lisboa. Havia ainda uma escuna inglesa, que saíra de Gibraltar. AHI; III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros).
- ¹⁶ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 329-32.
- ¹⁷ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976. p. 34; GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 240.
- ¹⁸ Vale destacar que o reconhecimento da Independência por parte da Coroa britânica estava vinculado à abolição do comércio de escravos pelo Brasil. Sem o reconhecimento inglês, ficava difícil fazer o comércio marítimo.
- ¹⁹ “Convenção de 23 de novembro de 1826”, Collecção das Leis do Império do Brasil, 1826. BN. O Tratado de 1826 estipulou que no período compreendido entre 1827 e 1830 os cruzadores britânicos continuariam a operar de acordo com a Convenção de Direito de Busca firmada em 1817 entre Inglaterra e Portugal. BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976. p. 95.
- ²⁰ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976. p.73-4.
- ²¹ Com relação aos conflitos gerados na Costa da África quando do anúncio do fim do comércio de escravos para o Brasil, especialmente na costa centro-ocidental, vide: FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. Ainda do mesmo autor: *Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)*. Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, p. 9-44, 1998-1999.

- ²² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.47. Luís Henrique Dias Tavares também ressalta em seu trabalho que os proprietários endividados, inclusive ministros imperiais, acabaram ficando nas mãos dos traficantes e agentes do comércio de escravos – isso já na conjuntura pós-1830. TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. Rio de Janeiro: Ática, [19--]. p.1 30-1.
- ²³ De acordo com Mary Karasch, grandes somas de dinheiro foram gastas com subornos que eram distribuídos no Brasil para capitães do porto, agentes alfandegários, juizes municipais e até mesmo para o chanceler da legação portuguesa. Ressalta ainda a autora que, ao lado da cooperação dos oficiais do governo e dos políticos, muitos brasileiros ajudavam as embarcações negreiras a desembarcar na costa, dando informações a respeito dos lugares de desembarque, localização dos cruzeiros ingleses e condições do mercado. KARASCH, Mary. *The brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851*. Tese (Mestrado) – University of Wisconsin, Wisconsin, 1967. p. 43. Sobre as propinas recebidas pelas autoridades brasileiras e, sobretudo, pelo chanceler português, ver: ALCOFORADO, Joaquim de Paula Guedes. História sobre o infame negócio de africanos da África Oriental e Ocidental, com todas as ocorrências desde 1831 a 1853. In: FERREIRA, Roquinaldo Amaral. O relatório alcoforado. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 219-29, out. 1995.
- ²⁴ Sobre o volume do tráfico transatlântico de escravos, entre outros, ver: ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987. p. 243-4.
- ²⁵ Após 13 de março de 1830, ainda serão promulgadas duas leis com o objetivo de pôr fim ao tráfico atlântico de escravos: Lei de 7 de novembro de 1831 e Lei de 4 de setembro de 1850.
- ²⁶ Não encontrei nenhuma outra atuação do *Druid*, nem de seu comandante, nos processos da Comissão Mista Brasil Grã-Bretanha. Vale ressaltar que, em alguns casos, não consta tal informação.
- ²⁷ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ²⁸ AHI; III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ²⁹ AHI; III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁰ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³¹ Derrota é o roteiro das viagens marítimas. A derrota da escuna *Destemida* encontra-se entre os documentos do seu processo na Comissão Mista. AHI; III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³² O tráfico de escravos ao sul do Equador continuou a ser legal para os nacionais portugueses até 1836. Vale ressaltar que até o Equipment Act de 1839, que autorizava a captura dos navios aparelhados para o tráfico de escravos, as embarcações portuguesas só podiam ser apreendidas pela Marinha britânica se tivessem carga humana a bordo.
- ³³ AHI; III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁴ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.

- ³⁵ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁶ Um aviso com data de 15 de janeiro de 1831 foi expedido pela Comissão Mista, solicitando que o mestre da escuna *Destemida*, ou quem autorizado fosse para fazer reclamações sobre a mesma, se apresentasse impreterivelmente até a terça-feira seguinte à publicação do aviso. No dia 21 de janeiro, Raimundo Arribas apresenta uma petição à Comissão Mista. AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁷ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁸ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ³⁹ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁴⁰ Xavier de Brito era também Comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz e Brigadeiro do Real Exército português.
- ⁴¹ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁴² AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Correspondência entre a Secretaria de Estado e Autoridades Inglesas (Recebida, Do Cônsul Inglês), Lata 56, Maço 3. Correspondência entre a Secretaria de Estado e Autoridades Brasileiras (Recebida, Governo das Províncias), Lata 55, Maço 3. Pierre Verger também está atento a este fato e transcreve em seu trabalho parte de uma das cartas enviadas. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 442-5.
- ⁴³ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 457-61.
- ⁴⁴ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁴⁵ SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: CEEA/UCAM; Amsterdã: SEPHIS, 2001.
- ⁴⁶ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831. O caso é resumidamente relatado por VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 448.
- ⁴⁷ Como já foi visto, o surgimento da categoria “africano livre” está associado à proibição do tráfico atlântico pelos ingleses em 1807, o que afeta todas as áreas escravistas das Américas, especialmente o Brasil e o Caribe. Analisando o caso das Bahamas, Gail Saunders mostra que, entre 1811 e 1860, aproximadamente 6 mil africanos livres foram enviados às Bahamas. A primeira razão para essa concentração parece ter sido a posição das Bahamas na rota das embarcações negreiras entre a África e Cuba. Assim como no Brasil, ao serem liberados, esses africanos ficavam sob a responsabilidade do Chief Customs Officer, para terem algum tipo de aprendizado junto a senhores que pudessem ensinar-lhes alguma forma de comércio ou atividade manual (“in order for them to learn a trade or handicraf”), pelo período de 14 anos. Ver: SAUNDERS, Gail. *The liberated africans*. Disponível em: <http://www.thenassauguardian.com/social_community/292447452164802.php>.

- ⁴⁸ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 449-50. Esta não seria a única vez em que esta embarcação faria uso da bandeira de outra nacionalidade. De acordo com o autor, o *Destemido*, por volta de 1833, teria sido equipado para o comércio de escravos, tendo partido para a Costa da África sob as cores portuguesas, estando munido com um duplo jogo de papéis, o que lhe possibilitava içar bandeira argentina. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 451. Não tive como confirmar se este *Destemido*, datado de 1833, é a mesma *Destemida*.
- ⁴⁹ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁵⁰ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831. Como bem nos informa Pierre Verger, grande parte dos dados a respeito dos principais navegadores e comerciantes da Bahia que tomaram parte no tráfico clandestino emerge da documentação produzida pela cruzada antiescravista britânica, a partir dos documentos encontrados a bordo dos navios negreiros apreendidos. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 475.
- ⁵¹ SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: CEEA/UCAM; Amsterdã: SEPHIS, 2001. Ver também: LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 41-77, 2002; LAW, Robin (Ed.). *From slave trade to 'legitimate' commerce: the commercial transition in nineteenth-century West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, [19-].
- ⁵² LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi*. Rio de Janeiro, p.9-39, mar. 2001. Ainda sobre Francisco Félix de Souza ver, entre outros: SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. da UFRJ, 2003; SILVA, Alberto da Costa. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003; GURAN, Milton. *Agudás: os "brasileiros" do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ⁵³ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁵⁴ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁵⁵ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 486.
- ⁵⁶ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 14, Maço 4, Embarcação *Esperança*.
- ⁵⁷ Como ressaltado anteriormente, esta era uma estratégia comum utilizada pelos contrabandistas na tentativa de despistar as autoridades para a continuação do comércio atlântico de escravos.
- ⁵⁸ Provavelmente sob proteção de Francisco Félix de Souza.
- ⁵⁹ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 30, Maço 2, Embarcação *Trajano*. Pierre Verger menciona José da Silva Rios como comandante da goeleta *Mariana*, também de propriedade de José Alves da Cruz Rios. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 452.

- ⁶⁰ Sobre este tema, ver: PIRES, Ana Flávia Cicchelli. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Especialmente o Capítulo 3. Ver também: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 433-5.
- ⁶¹ Na Bahia, o comerciante André Pinto da Silveira operou como seu agente comercial na quarta década do século XIX. LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p.9-39, mar. 2001. p. 22-3.
- ⁶² LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p.9-39, mar. 2001. p. 27.
- ⁶³ A declaração fora assinada na Bahia, em 21 de setembro de 1828. AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁶⁴ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁶⁵ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831. De acordo com Arribas, a escuna *Zephiro* tinha sido apresada por piratas na costa.
- ⁶⁶ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p.481.
- ⁶⁷ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 508-9, nota 26.
- ⁶⁸ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 9, Maço 2, Embarcação *Criola*.
- ⁶⁹ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 31, Maço 4, Embarcação *Venturoso*.
- ⁷⁰ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 27, Maço 1, Embarcação *Príncipe de Guiné*. De acordo com Robin Law, a *Príncipe de Guiné* teria sido encomendada nos Estados Unidos por Francisco Félix de Souza, partindo esta embarcação da Filadélfia para Ajudá em 1825, tendo como destino final a Bahia. Porém, complementa Law que, quando o navio voltou no ano seguinte à Costa da África, seus documentos acusavam como proprietário Antônio Pedroso de Albuquerque. LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 9-39, mar. 2001.p. 22-3). Dessa maneira, percebemos que a “confusão” acerca da propriedade de navios por parte de Félix de Souza e Antônio Pedroso de Albuquerque aconteceu pelo menos duas vezes, ou seja, nos casos da *Príncipe de Guiné* e *Zephiro*.
- ⁷¹ *Jornal do Commercio*, 21.12.1830.
- ⁷² Entre outras definições dadas por Antônio de Moraes Silva, encontramos o termo re-laxar como “dispensar da observância de uma lei, do cumprimento de um dever”, ou então, “perdoar uma culpa ou um pecado a”. Antônio de Moraes Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª edição revista. Editorial Confluência, vol. IX, p.382. Segundo Verger, a embarcação foi devolvida ao proprietário português, cujo nome não consta na documentação. (VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 450).

- ⁷³ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 10, Maço 2, Embarcação *Destemida*, 1830-1831.
- ⁷⁴ Arquivo Nacional, Códice 184, Volume 3.
- ⁷⁵ As marcas eram uma prática usual na Baía do Benim, tanto entre os povos gbes quanto entre os iorubas.
- ⁷⁶ Sobre as marcas, ver: RAPOSO, Luciano. *Marcas de escravos*: listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841). Texto analítico de Luciano Raposo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: CNPq, 1990.
- ⁷⁷ Além dos africanos emancipados por estarem a bordo de embarcações capturadas e condenadas por tráfico ilegal pela Comissão Mista no Rio de Janeiro – como é o caso da escuna *Destemida* –, estavam também inseridos nesta categoria os africanos recém-importados apreendidos em terra por autoridades brasileiras. Sobre os africanos livres, entre outros, ver: MAMIGONIAN, Beatriz G. *To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese (Doutorado em História) – University of Waterloo, Waterloo, 2002; CONRAD, Robert. Os emancipados: nem escravos nem libertos. In: _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; PIRES, Ana Flávia Cicchelli. *Os africanos livres na Província do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004; BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1975.
- ⁷⁸ BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1975; MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976. 2v.
- ⁷⁹ Muitos africanos livres no Rio de Janeiro eram enviados à Casa de Correção. De acordo com Robert Conrad, esta era a primeira parada para muitos africanos emancipados. CONRAD, Robert. Os emancipados: nem escravos nem libertos. In: _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Mary Karasch ressalta que a Casa de Correção era usada pelo governo para confinar os africanos livres quando não estavam a seu serviço. Podia acontecer dessa estada se prolongar, servindo algumas vezes como residência permanente para os africanos libertos que trabalhavam na cidade. KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 179. Embora os africanos da escuna *Destemida* não estejam enquadrados nesta situação, pois a construção da Casa de Correção teve início em 1834, acredito que esta é uma importante informação a ser destacada. Sobre este último dado, ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001. p. 392 e p. 424, nota 135.
- ⁸⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo Presidência da Província (PP), Coleção: diversas.
- ⁸¹ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976. p. 61-2. Em função da cláusula que dizia que os africanos livres deveriam ser concedidos a senhores de reconhecida inteireza e probidade, na maioria das vezes eles naturalmente foram confiados a senhores proeminentes – ricos e influentes – da Província do Rio de Janeiro.
- ⁸² Aproveito para citar apenas alguns exemplos: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX)*. In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, nação e gênero: as negras minas quitadeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900*. In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homena-*

- gem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 2, p. 1-44, 2001.
- ⁸³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001. p.376, p.379.
- ⁸⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.
- ⁸⁵ AHI, III – Coleções Especiais; 33 – Comissões Mistas Brasil Grã-Bretanha (tráfico de negros). Volumes encadernados. Alvarás, Decretos, Portarias. Livro de registro de Alvarás, Decretos, Nomeações e Correspondência expedida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com diversos. Localização: 341, 1, 6. Embora não tenha conseguido confirmar se é a mesma embarcação estudada neste artigo, consultando o Slave Trade Database, encontrei um brigue *Destemida*, que partiu da Bahia, em 1839. Consta como comandante Manuel Francisco Pinto e como proprietário Joaquim Pereira Marinho. A embarcação teria sido apresada pelos cruzadores britânicos na Baía do Benim e conduzida à Serra Leoa, onde foi condenada. ELTIS, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a database on CD-Rom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Também Verger indica essa viagem (*Destemido*). VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002. p. 509-10, nota 31.
- ⁸⁶ MATTOS, Hebe Maria; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos: ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- ⁸⁷ Título que consta no documento, tudo indica ser um formato padrão, já que menciona “pretas” quando no caso da *Destemida* não consta a presença de nenhuma mulher.

Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX¹

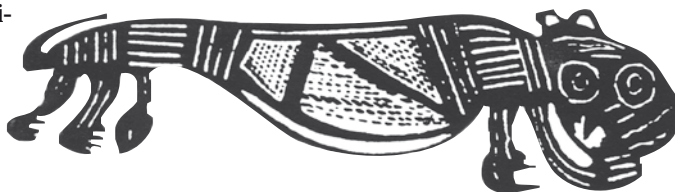
Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes

Agosto de 1863. Policiais entram em um navio ancorado ao largo da cidade do Rio de Janeiro. Buscam um passageiro clandestino: o escravo crioulo de nome Napoleão. Com ele encontram grande soma de dinheiro, um relógio, objetos diversos e roupas. O navio tinha bandeira norte-americana, país que enfrentava uma guerra civil exatamente por causa da “instituição servil”, e onde, meses antes, o presidente Abraham Lincoln decretara a emancipação dos escravos. Depois de interrogado, Napoleão denunciou quem o havia ajudado: Paula, uma mulher africana da nação mina, quitandeira, 35 anos, escrava de Manuel Martins Freitas. Paula foi presa e interrogada, arrastando com ela todo um esquema de fuga.²

O caso da escrava Paula abre caminho para uma das faces mais interessantes da escravidão africana em terras brasileiras: as mulheres quitadeiras da Costa da Mina que dominaram o comércio de rua da Imperial Cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. A partir de fontes policiais e de anúncios de fuga, sugerimos novas questões sobre etnicidade e mercado de trabalho, relacionando gênero e reconstrução de identidades étnicas. Mas antes disso é necessário focalizar de que forma a historiografia tem abordado o tema das relações de gênero no regime escravista.

Gênero e etnicidade: olhares e identidades

Os estudos sobre mulheres no Brasil – principalmente na perspectiva histórica – têm, cada vez mais, ampliado seus horizontes de análise.³ Não só novos temas têm sido enfocados, como caminhos metodológicos e teóricos originais estão sendo abertos.⁴ Há, contudo, algumas lacunas tal como o caso das mulheres africanas sob a escravidão. As análises apresentadas, destacadamente sobre o Caribe, são indicativas das estratégias de embate da mulher escrava com



a ordem social. As reflexões sobre a participação de mulheres na organização das comunidades escravas no Brasil carecem de maior fôlego.⁵

Na África e na diáspora, as africanas e suas descendentes são conhecidas por sua tenacidade.⁶ Temos evidências da participação efetiva das mulheres na organização de revoltas, como é o caso da grande rebelião em Granada, no final do século XVIII, que contou com a liderança de uma negra livre.⁷ Mas a agência das mulheres se manifesta fundamentalmente na vida cotidiana, onde crioulas e africanas procuram elaborar e manejar mecanismos diversos de enfrentamentos, visando modificar suas vidas e as de seus familiares, contrariando a ideia de que aceitam com passividade o cativo. Agem determinadamente na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, e mesmo de toda a comunidade.⁸ Na tentativa de impedir a separação da família pela venda em separado de seus membros, recusam-se a trabalhar e ameaçam os senhores com suicídio e infanticídio. Alguns fazendeiros temiam ser envenenados por suas mucamas. Elas também são elementos decisivos para as fugas, obtendo informações, providenciando suprimentos e prestando toda sorte de auxílio. Ajudam assim a manter a riqueza e a originalidade da cultura escrava. É possível mesmo argumentar que as mulheres são os primeiros agentes da emancipação das comunidades afro-descendentes na diáspora.

Na Jamaica, os fazendeiros asseveravam que elas eram mais agressivas do que os homens.⁹ No século XVI, durante um embarque realizado por portugueses na África, um piloto comentou sobre a necessidade de se colocarem homens e mulheres separados nos porões, pois quando viajavam juntos elas frequentemente instigavam os homens à revolta.¹⁰ Elas representavam a reconstrução e a recriação permanente de aspectos culturais e, portanto, a edificação de sólidas comunidades escravas.¹¹ Uma das características fundamentais das culturas escravas em toda a América é a manutenção da família, na qual a mulher tinha papel-chave na transmissão oral das crenças e valores.¹² Elizabeth Fox-Genovese destaca a importância de se considerar a autonomia e a autoridade das mulheres na África para se perceber as transformações das relações de sexo e gênero entre os escravos nas Américas.¹³

No Brasil, a questão da mulher escrava começa a despontar nos últimos 20 anos.¹⁴ A obra de Mary Karasch já dá atenção aos africanos

minas e em particular às mulheres e a seu mundo ocupacional.¹⁵ Mas seria preciso o Centenário da Abolição para que tais temas emergissem num conjunto de novos trabalhos. A tese de Luís Carlos Soares, mais especificamente seu capítulo sobre escravos ao ganho, detalha a importância desproporcional dos africanos de nação mina – de ambos os sexos – no comércio ambulante.¹⁶ Também na década de 1980, em estudo pioneiro da vida cotidiana, Maria Odila Dias analisa as práticas sociais das mulheres negras, escravas e libertas, na São Paulo do século XIX.¹⁷ Luciano Figueiredo e Liana Reis projetam para Minas Gerais a especificidade da negra de tabuleiro do século XVIII, precursora da quitandeira do século XIX.¹⁸ Na Bahia, o trabalho de Cecília Soares comprova o peso das africanas no comércio urbano, destacando a presença das mulheres da África Ocidental.¹⁹

O trabalho de Eduardo Silva sobre o Príncipe Obá – um crioulo da Bahia que, por suas ligações com elementos da elite dirigente, incluindo o próprio Imperador, se torna líder de ampla parcela da população negra da Corte – traça interessante paralelo com as quitadeiras da Costa da Mina, também vindas da Bahia na mesma época.²⁰ Poucos anos antes, Sidney Chalhoub decifrara os signos políticos da massa negra, escrava e livre, no Rio de Janeiro, no crepúsculo da instituição escravista. Investiga os processos de liberdade impetrados por africanas minas contra seus senhores, demonstrando sua habilidade em articular aliados nos corredores da justiça.²¹ Em análises mais recentes, Eduardo França, Junia Furtado e Sheila de Castro Faria resgatam as imbricações entre alforria e pequeno comércio, envolvendo as negras, forras e livres.²² Estudos sobre escravidão rural têm apontado para a importância das cativas na organização das comunidades escravas.²³ Viajantes e cronistas deixam registrada a importância da mulher escrava – principalmente das africanas – no mercado de trabalho.²⁴ A partir de tais “olhares brancos”, revela-se uma face da cultura de gênero no espaço da cidade.²⁵

Entre as africanas, escravas e libertas, aquelas que mais despertam a imaginação de viajantes e cronistas são as lendárias negras-minas, com seu indefectível turbante, pano da costa, tabuleiro, cesto ou caixinha de vidro, onde as mercadorias eram guardadas. As primeiras descrições destacando a presença das minas quitadeiras no Rio de Janeiro surgem nos relatos dos viajantes e artistas. É o caso de Guilhobel, Julião, Debret, do reverendo Kidder e mais adiante das fotografias de Marc Ferrez e Leuzinger, o suíço naturalizado brasileiro.²⁶

Alguns viajantes, como Ewbank, Dabadie e Ribeyrolles, revelam a predileção senhorial em tê-las como cativas vendedoras.²⁷ Também o casal Agassiz se surpreende com as minas quitandeiras nas ruas do Rio em 1865:

É uma raça possante, e as mulheres em particular têm formas muito belas e um porte quase nobre. Sinto sempre um grande prazer em contemplá-las na rua ou no mercado, onde se vêem em grande número, pois as empregam mais como vendedoras de frutas e legumes que como criadas. Diz-se que há no caráter desta tribo um elemento de independência indomável, que não permite empregá-las nas funções domésticas.²⁸

Os viajantes revelam muito do olhar costumeiro, mas pouco falam da relação das minas com o restante da população negra da cidade.²⁹ Este olhar tem sua contrapartida no seio da população escrava e de setores livres de baixa condição, que veem nelas poderosas mercadoras, senhoras de pontos cobiçados da rede de comércio urbano.

Em finais do século XIX, após o colapso final do cativo, os cientistas e etnógrafos brasileiros voltam-se para os africanos, fazendo dos minas um capítulo à parte. Nina Rodrigues é o primeiro a dedicar uma obra à presença africana no Brasil.³⁰ Nina dedica a parte mais relevante de seu texto aos africanos ocidentais da Bahia, entre eles jejes, haussás, nagôs, minas etc., tentando entender a nomenclatura étnica (ou transétnica) dos minas, no século XIX. Na geração seguinte, Arthur Ramos é o nome mais brilhante.³¹ Para ele, os minas são portadores de uma resposta cultural sob o jugo da escravidão, fato que os separa do conjunto dos africanos ditos centro-ocidentais – os chamados *bantos* – que formam a maioria dos nativos do continente africano no Brasil. Esta resposta chega a ser entendida como superioridade cultural perante os outros africanos, o que reflete também as visões raciais da época. Já em meados do século XX, tanto em seu estudo da religiosidade como das transformações ocorridas em torno dos modelos culturais africanos, Roger Bastide focaliza sua atenção no legado dos africanos ocidentais e contribui decisivamente para a construção do estereótipo da superioridade nagô, incorporada pelos candomblés *jeje-nagôs*.³² Outro importante estudioso da herança afro-ocidental é Pierre Verger, cujo precioso estudo sobre tráfico negreiro recria em detalhes as relações entre Salvador e os portos da

Baía do Benim. O conjunto de sua obra, particularmente seu trabalho sobre os libertos, serve de referência para a pesquisa sobre a nação mina no Rio de Janeiro.³³

O tema da identidade – tão caro aos antropólogos – chega tarde às preocupações dos historiadores e se cristaliza na alcunha genérica dos estudos da cultura. Felizmente, hoje os historiadores estão sendo mais cautelosos no uso do termo, e a problemática da cultura está assumindo múltiplas formas.³⁴ Além das importantes e clássicas obras de João Reis e Maria Inês Oliveira sobre Salvador e a temática das identidades étnicas no contexto escravista urbano, surgiu mais recentemente o trabalho de Mariza Soares sobre os africanos minas no Rio de Janeiro, no século XVIII.³⁵

Apesar de sabermos dos limites da concepção de “nação”, encontrada nos documentos da era da escravidão como representações de identidades étnicas africanas cristalizadas – equívoco muito comum na historiografia brasileira –, pensamos estas identidades não só como construções do tráfico negreiro ou fruto das usanças senhoriais, mas também como experiências forjadas pelos próprios africanos e seus descendentes, na diáspora. Admitimos, assim, que a nação mina (como de resto as demais) é uma identidade em construção, fruto das profundas mudanças culturais que afetam as *Áfricas* nas *Américas*. Entendemos também que grande parte da construção cultural dos minas no Rio colonial é produto das novas realidades do cativo, e não necessariamente heranças trazidas da África envolvendo migrações, circulações e interações culturais. Assim, por exemplo, a aptidão comercial das negras-minas, da qual trataremos, é vista por nós como uma opção política forjada no guante da experiência escrava.

Embora as pesquisas sobre visões políticas dos escravos e libertos, crioulos ou africanos, em seus contextos particulares, tenha avançado bastante, ainda pouco se debate sobre a construção política das identidades africanas, na condição escrava.³⁶ Qual o peso social e cultural das negras mercadoras no seio da população africana no Rio? Quais as prerrogativas destas mulheres nas suas relações com cativos e livres, setores marginalizados e parcelas da classe dirigente? Que canais de influência desfrutavam essas mulheres como líderes de microcomunidades urbanas?

O Rio de Janeiro foi uma das regiões mais afetadas pelo tráfico, mas este comércio se dirige, majoritariamente, para a África

Centro-Occidental.³⁷ No Rio de Janeiro, a rota costeira de escravos africanos mais importante apontava para Salvador, que, há muitos anos, tinha o seu tráfico centrado na Baía do Benim, terra dos aqui chamados *nagôs*, *jejes* e *haussás*.³⁸ Uma variedade de povos diferentes, falantes de língua iorubá, foi identificada na Bahia como nagô, representando a maioria dos africanos vindos da Baía do Benim. Como bem coloca João Reis, este “guarda-chuva” nagô sofre profundas transformações, e estas reconstruções étnicas e culturais marcam as estratégias destes africanos diante do poder senhorial.

Desde o clássico texto de Mintz e Price sobre as transformações culturais escravas no Caribe, o tema das identidades étnicas africanas nas Américas nunca mais foi o mesmo. Lentamente, os estudiosos passaram a falar cada vez mais de reconstruções, circularidades, trocas, invenções, em vez das tradicionais visões de permanências, sobrevivências, purezas, e uma genuína africanidade como forma de “resistência”.³⁹ Estudos recentes sobre a diáspora africana, com destaque para o trabalho de africanistas, têm problematizado a questão da dinâmica das “identidades étnicas”. A busca de entendimento dos processos de reinvenção e reinterpretação cultural dos africanos e seus descendentes nas Américas tem levado os historiadores a recuperar as profundas transformações sofridas pelas sociedades africanas no mundo Atlântico. Podemos dizer que há, atualmente, na produção internacional, um fino debate entre os historiadores africanistas e aqueles da escravidão nas Américas. Estes processos de redefinição étnica e transétnica também têm lugar em sociedades do continente africano, afetadas ou não pelo tráfico; e os estudos contemporâneos destacam os processos de continuidade/descontinuidade e invenção/reinvenção da história africana, confluindo para a perspectiva de que a transformação histórica e cultural dos chamados “africanos” não se inicia nas Américas.⁴⁰

Redefinindo a “nação”: o êxodo mina na década do medo

A Revolta dos Malês, em 1835, representa o auge de uma série de levantes escravos que sacodem o Recôncavo Baiano na primeira metade do século XIX.⁴¹ A repressão que se desencadeia sobre os africanos, escravos e libertos, em Salvador, após a derrota do movimento, é tremenda. Centenas de libertos são deportados para fora do país,

enquanto outros tantos deixam a província voluntariamente, muitos com destino ao continente africano. Para os que ficam, a rota predileta os leva à capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Os minas vivem no Rio desde o início do século XVIII, quando a cidade se torna o porto principal do fluxo de escravos para as Minas Gerais. Mas a enchente de africanos ocidentais que se derrama sobre a cidade após 1835 nunca tinha sido vista.⁴² Não são apenas libertos. Centenas de escravos são vendidos por seus senhores baianos, temerosos da então chamada “índole rebelde” dos minas. Navios carregados de africanos são embaraçados pela Polícia do Porto do Rio; passaportes são negados; e famílias inteiras de minas são sumariamente deportadas para a Costa da África. Tudo para impedir um levante malê no coração do Império.⁴³

Entre os africanos que emigram da Bahia para o Rio de Janeiro, destacam-se as mulheres. Já em Salvador, elas são comerciantes de rua, conhecidas por seus turbantes, panos riscados de cores atravessados no ombro (o pano da costa), ornamentos de prata e ouro, denotando riqueza. Eram respeitadas não só por outros africanos que trabalhavam nas ruas, mas por crioulos, brancos pobres, e até por negociantes de “grosso trato” que as tinham como suas freguesas e exímias comerciantes. Muitos senhores dependiam de seus “jornais”, a quantia paga aos proprietários pelas escravas que viviam “sobre si”, agenciando o próprio aluguel, comprando a sua comida e pagando suas despesas com o fruto de seu esforço diário.⁴⁴ Na década de 1830, com os preços do açúcar caindo no plano internacional, a capital baiana entrou em fase de profunda depressão. A crise afetou muitos senhores, que foram forçados a vender seus escravos, especialmente as mulheres, para os mais opulentos proprietários da Corte. Com a crise econômica, as libertas perderam mercado e clientes e foram forçadas a tomar o mesmo destino,⁴⁵ operando, também elas, mudanças no panorama étnico da escravidão carioca.⁴⁶ As fontes sobre a venda de africanas da Bahia para o sul revelam que mais de 80% delas são de nação nagô;⁴⁷ no Rio de Janeiro dos anos de 1830 em diante, passam a se chamar minas.

Que fatores levam os nagôs e outros africanos ocidentais da Bahia a se transformarem em minas na cidade do Rio de Janeiro? A nação pode ser articulada por diversos grupos africanos, dependendo das conjunturas sociodemográficas, ou da própria política interétnica entre eles.⁴⁸ Apesar de originalmente atribuída pelos traficantes de

escravos, europeus ou africanos, ela pode, com o tempo, ser alterada, de forma que corresponda aos interesses africanos de associação. Inúmeros estudos sobre irmandades de escravos, africanos, livres e pardos demonstram as dimensões destas dinâmicas identitárias na diáspora.⁴⁹ Anúncios de escravos fugitivos exibem cativos que ocultam a nação, ou adotam outras, para enganar seus captores. Quanto aos minas, percebe-se que a população carioca generaliza o termo para todos os africanos ocidentais chegados da Bahia.⁵⁰

É possível sugerir ainda que estes homens e mulheres lentamente introjetam o novo rótulo, na intenção de criar no Rio uma comunidade afro-baiana que se tornaria célebre, na virada do século, como a *Pequena África*. Nosso argumento aqui é que se forja na experiência da escravidão urbana carioca uma nova identidade transétnica para os africanos ocidentais, uma identidade mina, que não é exatamente aquela do tráfico, nem aquela dos africanos no Rio de Janeiro setecentista, nem aquela dos africanos da Bahia. Os contornos desta identidade são complexos. Pelo enfoque nas quitadeiras, podemos entender que este novo movimento de redefinição transétnico relaciona-se com a cultura de gênero, o mercado de trabalho e os espaços urbanos reinventados. Pensamos, inclusive, este movimento num cenário transnacional, no sentido do retorno à África e da articulação com outros cenários étnicos.⁵¹

Essa nova identidade mina deve ser considerada como pertencente a um contexto dinâmico, e não estático, das identidades africanas.⁵² Estudos recentes sobre os povos exportados da Costa da Mina mencionam a tradição fon, do antigo Daomé. A literatura da temática afro-brasileira na Bahia, entretanto, menciona os povos de língua iorubá como a matriz dos minas. De qualquer forma, na Bahia, especialmente em Salvador, os minas são uma entre outras “nações”, e de presença bem inferior aos nagôs. No Rio de Janeiro, eles destacam-se como maioria absoluta em todas as listas com denominações de procedência e/ou classificações étnicas, e homogeneizam os afro-ocidentais, como se percebe nas denominações mina-nagô, ou mina-maki.⁵³ No Rio, os minas podem ter se transformado num “guarda-chuva” étnico, como sugere João Reis, onde todos os ocidentais, e talvez todos os africanos vindos da Bahia, se encontram.⁵⁴ Fator também importante na atração dos minas para o Rio é a tradição urbana de alguns reinos da África Ocidental. Seria complicado aqui tentar procurar qualquer reminiscência histórica ou cultural africana

e/ou propor transmutações lineares. A bibliografia sobre a África, a escravidão e a pós-emancipação nas Américas é fundamental para perscrutar o que Sílvia Lara denominou “significados cruzados” das experiências de africanos e seus descendentes.⁵⁵

Com relação à experiência urbana reinventada por africanos na Corte, destacamos os padrões de moradia dos minas. A maioria esmagadora destes africanos residia nas freguesias centrais – Candelária, Sacramento, Santa Rita, Santana e São José –, área de urbanização mais densa da Corte.⁵⁶ Uma tradição de além-mar, transformada na experiência do cativo, era o comércio. A forte ligação da África Ocidental com o mundo muçulmano transformou a região em um dos extremos da complexa rede de caravanas do deserto e municiou diversos povos com uma densa tradição comercial. Essa aptidão dos homens e mulheres minas era facilmente reconhecida pelos senhores do Brasil Império, que os empregavam em atividades remuneradas, fosse como quitandeiras ou como carregadores. Mas é importante perceber que essas tradições são repensadas e reconstruídas na diáspora, já que urbanização e comércio não são monopólio dos minas.⁵⁷ Se congos, angolas e benguelas também encontravam ocupação no comércio de rua, nos registros da Casa de Detenção, mais de 75% das quitandeiras eram minas.⁵⁸

Uma questão importante que pode ajudar a explicar o papel das minas no seio da comunidade africana e seu nicho ocupacional é a proporção entre homens e mulheres: os homens perfaziam a maioria dos africanos trazidos pelos tumbeiros,⁵⁹ e a inferioridade numérica feminina apontava para espaços sociais diferenciados. As mulheres eram escolhidas para funções específicas: lavadeiras, costureiras, mucamas (criadas de quarto); e por vários motivos ainda não completamente identificados, as africanas minas eram consideradas como as mais tarimbadas para o ofício de quitandeiras.⁶⁰

A ampla maioria dos proprietários era do sexo masculino, e provavelmente atuou sobre eles algum tipo de sedução feminina: africanas minas eram retratadas pelos viajantes estrangeiros como as mais belas entre as negras, superando, com seus “traços finos”, até as crioulas, o que, pelo padrão europeu, era sinal de avanço civilizatório. O preço das escravas minas, resultado de sua especialização ocupacional, também deve ter sido motivo para que seus senhores evitassem colocá-las em tarefas insalubres, ou de pouca rentabilidade.⁶¹

Essas virtudes devem ser contrabalançadas com o medo que os senhores passam a sentir dos africanos vindos da Bahia, depois de 1835 e com os conflitos entre senhores e escravos. Os anúncios de fugas são numerosos, mostrando que a maioria das pretas-minas fugidas se ocultam na própria cidade. Os anúncios de fuga para o período anterior a 1835 são nossa matéria-prima.⁶² Como destacado por Marcos de Carvalho, os anúncios refletem a visão do senhor sobre as potencialidades do escravo de romper as regras que lhe são impostas.⁶³ Entretanto, é preciso que o estudioso também interprete no texto as estratégias aí inscritas pelos escravos em relação à fuga e ao seu relacionamento com outros setores sociais, no meio urbano. O que se destaca até 1835 é a nítida ausência das africanas minas entre as escravas fugidas, quando apenas 4% delas eram minas.

Como na *petit maronage* caribenha, elas parecem fazer fugas rápidas para se abastecer cultural e socialmente no meio dos africanos.⁶⁴ Tudo indica também que essas mulheres introduziram as tradições dos orixás no Rio oitocentista, e seu poder de convencimento junto a outros africanos deve ter sido grande, haja vista o virtual monopólio que têm das práticas religiosas de tradição africana na cidade, na virada para o século XX.⁶⁵

Inventando paisagens: personagens e números

Antes de entrarmos no universo das africanas minas, precisamos entender de que forma vive o conjunto de escravas na cidade, sejam africanas ou crioulas. Somente a partir disso podemos ter um parâmetro para julgar se as minas representam um fenômeno específico, ou se são mera extensão de uma ampla tradição escrava.

Os anúncios de fugas, assim como os registros policiais, revelam muito do cotidiano dessas mulheres. Grandes reuniões públicas facilitavam as escapadas. Dina fugiu “no dia de entrudo pelas 9 horas e meia da noite”. A mulata Senhorinha fez o seu esforço, fugindo com “um ferro no pé”, enquanto Rosa escafedeu-se, “saindo de casa com um barril novo”.⁶⁶ Africanas fogem com seus filhos, protegendo e reorganizando arranjos familiares. Assim faz Rita, uma Benguela que “levou” o filho Custódio, mulato de 12 anos.⁶⁷ A cidade é não apenas um emaranhado de línguas e identidades étnicas (não exclusivas de escravos e libertos africanos) como também

palco de processos trans e interculturais das populações africanas escravizadas.

Podemos destacar a questão do uso diferenciado das línguas. Dina, que se aproveitara do entrudo para fugir, era “filha do Cabo da Boa Esperança”, falava “português e inglês”.⁶⁸ Também não é raro os africanos confundirem os esquemas de identificação criados pelos senhores. É o caso de um fugitivo “de nação Cabinda”, que falava “Congo” e tinha “marcas de sua terra nas costas”.⁶⁹ Balbina era crioula, mas falava fluentemente a língua “de nação”.⁷⁰ Por outro lado, a mina Justa não falava bem o português. Não se sabe o quanto falar línguas é uma forma de afirmação ou dissimulação. Ser *boçal* algumas vezes pode render frutos. João, nascido em Cabo Verde, fugiu de um bergantim ancorado na Pedra do Sal e pode ter tido guarida em outra embarcação, pois falava um inglês razoável.⁷¹ Não só da África Ocidental são as africanas trazidas pelo tráfico da Bahia. Uma preta de nação Congo traz trejeitos de linguagem que seu senhor identifica como “falas do costume da Bahia”.⁷² Muitas *angolas*, *cabindas* e *monjolos* fazem o trajeto Salvador-Rio de Janeiro, o que quebra o estereótipo de que a Bahia era domínio absoluto dos ocidentais.

Nas áreas do Recôncavo da Guanabara, há vários episódios de cativas presas com filhos e “parentes”. Em 1827, Bárbara, *moçambique*, acaba presa em Jacutinga, juntamente com seu filho Elízio. No mesmo ano, outra *moçambique* é capturada em Meriti, ao lado de “Adão, crioulo, idade de um ano”. Em 1838, é a vez de Rosa benguela ser “presa por fugida com sua filha de 4 anos”.⁷³ Os registros de prisão revelam estratégias semelhantes. Uma delas é se intitular livre ou liberta, como faz uma tal Ana, cabra, que diz ser forra. Mudar o próprio nome ou o de seus senhores também é comum. Assim age a crioula Silvéria, remetida de Icaraí, em 1826. Jura ser “de Maria Rosa, porém verifica-se ser de José Gabriel de Lacerda e chamar-se Silvana”.⁷⁴

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1809 a 1821, de um total de 337 fugitivos, as mulheres aparecem como 19,5%. Destas, as africanas correspondem a 83%. Entre os crioulos, as mulheres são 13,7%, e entre africanos, 21,3%. Talvez não seja o caso de as mulheres crioulas fugirem menos, e sim, de não aparecerem com frequência nos anúncios. A maior parte das africanas estavam na faixa de 15 a 25 anos e se ocupavam como lavadeiras e vendedoras, ou seja, atividades externas à casa. Já as crioulas estavam na faixa de 20 a 50 anos e tinham ocupações domésticas, como amas de leite e cozinheiras.

Havia mais proprietários homens para as africanas e proprietárias mulheres para as crioulas.⁷⁵

Analisando os anúncios do *Jornal do Commercio* nos anos de 1825, 1831 e 1832, encontramos padrões semelhantes.⁷⁶ As africanas são, respectivamente, 90, 91 e 84% das fugitivas e são mais jovens, entre 20 a 30 anos, enquanto as crioulas estão na faixa de 25 a 45 anos. Considerando as ocupações em 1825, 41,5% são quitadeiras, 20% vendedoras e 8% lavadeiras, respectivamente. No *Jornal do Commercio* de 1826, identificamos um aumento percentual de escravas fugitivas, perfazendo um pouco mais de 25% do total. Das 39 mulheres com ocupação determinada, 32 são quitadeiras, vendedoras e ao ganho. Ou seja, há um predomínio absoluto das ocupações femininas nos serviços de comércio, destacando-se, entre elas, as africanas. Há também uma grande incidência de lavadeiras – escravas domésticas, alugadas ou de ganho – que fazem parte da paisagem urbana, lavando roupas em chafarizes, fontes, rios e lagoas.⁷⁷

Também podemos analisar as amas de leite, outro importante setor ocupacional feminino.⁷⁸ Nos 256 anúncios de venda, compra e aluguel de amas de leite para os meses de janeiro a junho de 1845 e nos 492 dos meses de janeiro a abril de 1855 há também um predomínio de africanas. Em 1845, 28% das amas de leite são crioulas, e 16% são brancas; entre as crioulas, 71,5% são pardas. Em 1855, 48% dos anúncios mencionam algum padrão de classificação étnico-racial. As “pretas” são 62%; as “pardas” e “cabras”, juntas, 27%; e as “brancas”, 11%.

Entre 1809 e 1821, as nações que mais se destacam são, nesta ordem, as cabindas, benguelas, congas e moçambiques, com um total de 235 mulheres. Esta concentração é maior nos anos de 1825, 1826 e 1831, juntando-se a elas as de nação cassange, rebola e monjola. As minas correspondem a apenas 3%. Em contraste, de 1835 em diante, encontramos uma surpreendente quantidade de africanas minas nos anúncios de fuga. Ainda que algumas já estivessem há anos na cidade, o grosso destas mulheres chega ao Rio na década de 1830. Para as quitadeiras, experiências comerciais e de relacionamento com potenciais “clientes” ou “fornecedores” são vitais para a vivência urbana. Em 1835, a primeira africana da Costa da Mina anunciada na coluna de escravos fugidos do *Diário* é Albana, que aparece na edição de 19 de janeiro, cinco dias antes de Salvador ser sacudida pela fúria dos Malês.⁷⁹

Em 1835, o termo mina abarca uma ampla gama de povos, que são quase sempre embarcados em portos da Baía do Benim, como Popo, Ajudá, Jaquem, Porto Novo, Onim (Lagos), entre outros. Um exemplo é um fugitivo de nação “mina maguim” (provavelmente maki).⁸⁰ Esta dupla denominação étnica permite uma maior precisão na busca da origem específica do africano na babel de povos da Costa da Mina. Décadas depois, esse detalhamento irá desaparecer, e parte substantiva dos africanos ocidentais no Rio passa a ser chamada, simplesmente, de mina. É possível que os africanos ocidentais no Rio mantenham divisões como nagô, maki, jeje entre eles, e que a identidade mina seja usada nas relações com outros africanos, no caso, os falantes de línguas banto.⁸¹ Na Bahia, isso não é importante, pois a presença de falantes de línguas banto é menor.

As marcas étnicas na face de escravos de nação mina relatadas nos anúncios refletem a diversidade oculta por trás do “guarda-chuva mina”. É o caso de Angélica, que tem “marcas de nação” não só pelo rosto, mas pelo braço.⁸² A imagem da negra mina se expressa com toda força no seguinte anúncio:

Fugiu da praia da Saúde nº 161 no dia 3 de fevereiro uma preta de nação mina de nome Francisca, alta, com sinais de sua nação no rosto e terá de idade 36 a 40 anos, levou vestido de riscadinho escuro e pano-da-costa; quem a apreender queira dirigir-se a casa acima que receberá alvíçaras.⁸³

Pelos anúncios, podemos reproduzir com detalhes o vestuário das africanas minas quitandeiras, bem diferentes das quitandeiras da época de Debret que usam um grande chapéu de sol, e não ostentavam pano da costa.⁸⁴ O prestígio das mulheres minas avança sobre a alma dos outros africanos. Isso pode ser sentido pelo uso cada vez maior dos trajes característicos daquela nação – como pano da costa e turbante –, entre outras negras, como uma preta benguela que foge usando um pano da costa.⁸⁵

Descortina-se nos anúncios de fuga a formação de uma comunidade multiétnica entre as escravas afro-ocidentais da cidade do Rio, que guarda fortes vínculos de autoproteção e auxílio mútuo. É o que se revela no caso de João Mina, cujo senhor suspeita que fora “desencaminhado” por uma preta-mina.⁸⁶ Estas habilidades na certa fasci- nam os demais cativos, que buscam poder usufruir mais amplamente

da vida urbana, longe do olhar senhorial.⁸⁷ É certo que as mulheres minas gozavam de muito prestígio no seio da comunidade negra da cidade. Era muito difícil controlar escravos que trabalhavam nas ruas, entre eles as quitandeiras, que tão bem conheciam os labirintos da cidade imperial, como a Freguesia de Santana, na qual moradores listavam cativos fugidos, ou a rua do Sabão, onde a polícia desbarataria uma casa de coito para cativos em fuga.⁸⁸

Algumas vezes, para fugir não era preciso sequer sumir, ou, pelo menos, assim pensava um “moleque” que transitava abertamente por avaliar que seu senhor, por doença, não sairia à rua, ficando desse modo impedido de caçá-lo.⁸⁹ Esse emaranhado social favorecia o relacionamento e o enraizamento das pretas-minas vindas da Bahia. Episodicamente, os jornais revelavam como as quitandeiras guardavam estratégias muito próprias de fugas. Estas estratégias envolviam a capacidade de transitar por toda a cidade sem despertar suspeitas, alugar e frequentar casas, subornar autoridades, transformar outros escravos em clientes através do fornecimento de alimento. Algumas delas chegavam a comprar outras escravas africanas para seus negócios, estabelecendo com elas uma relação escravista singular. É o caso de Ana Teresa de Jesus, “de nação mina ou calabar”, e sua escrava Lucinda Conga. Andavam juntas pelas cercanias da cidade, vendendo tecidos, até que Ana veio a falecer, e Lucinda passou para uma nova proprietária. Esta anunciou a fuga da escrava informando que devia ter voltado a mascatear panos.⁹⁰ Um exemplo de rotas mais longas são as de retorno a Salvador.⁹¹

Mas nem todas as escravas minas eram vistosas quitandeiras, entregando turbantes altivos e panos caprichosos. A que pertencia a Francisco José Lamego, morador da Ilha das Cobras, usava uma roupa velha e rasgada e tinha no alto da cabeça marcas deixadas pelo trabalho duro de carregar barris de água.⁹²

Raras vezes, faltava ocupação para os escravos em fuga. Como foi tão bem colocado por Marcos de Carvalho, os fugitivos na cidade eram empregados por vários senhores em serviços esporádicos, muitas vezes, como se fossem forros.⁹³ Estes fugitivos não apenas permaneciam no ambiente urbano – bem próximos de seus ex-donos – como, sem ter de pagar *jornais*, conseguiam fazer alguma economia. Na certa é o que ocorre com o mina Rufino, oficial de marceneiro, que, para seu dono, estaria trabalhando em algum estabelecimento, “como é natural”.⁹⁴ O mesmo ocorreu com uma preta “de nação”

que mesmo fugida vendia quitandas na cidade. Ao ser interceptada no Valongo, puxou uma carta de apadrinhamento, que logo a deixou livre.⁹⁵ Raras vezes, também, a fuga era um empreendimento solitário. Os jornais da época falavam com insistência em “sedução”, ou seja, em fuga agenciada por alguém interessado em vender o cativo, ou em libertos e escravos que levavam outros escravos para suas comunidades e quilombos nos subúrbios da cidade.

Na década de 1830, o preto-mina com suas escarificações étnicas em estilo “bigode de gato” começa a se tornar uma imagem característica da paisagem social.⁹⁶ Outros africanos passaram a ser identificados nos anúncios por comparação a eles, como um monjolo, que tinha riscas “muito semelhantes” às da Costa da Mina.⁹⁷ Chegou também da Bahia uma quantidade cada vez maior de crioulos que, aparentemente, não se misturavam com os africanos vindos da mesma terra. Os “crioulos da Bahia” compartilhavam estratégias próprias, aproximando-se de outros crioulos, como eles.⁹⁸ Em 1835, mina ainda não é o termo genérico para aqueles vindos da África Ocidental. Joana ainda era dita de “nação nagô” e vendia galinhas longe do seu senhor.⁹⁹ Se vivesse mais alguns anos, talvez se tornasse somente mina, como tantas outras. Algumas marcas étnicas não muito comuns entre os minas, como dentes limados, apontam para a sua complexa variedade identitária.¹⁰⁰ Com o tempo, mina será uma nação tão genérica quanto angola e congo, ainda que estes últimos sejam, à época, mais numerosos que aqueles. Na década de 1840, os minas tornaram-se mestres na “sedução” de escravos.¹⁰¹ Com o tempo, os senhores se tornam também mestres na arte de saber os costumes de seus cativos e por onde eles andam. Por exemplo, o senhor de Isabel Calabar achava que ela zanzava pelas vendas, já que se embriagava com frequência.¹⁰²

Já então pontilhavam na cidade os *zungus*, ou “casas de angu”, como eram conhecidas as casas coletivas para onde convergiam crioulos e africanos, tal como o preto-mina José, frequentador assíduo de um *zungu* na rua Mata-Cavalos.¹⁰³ No Beco dos Gatos, havia outro, que era da predileção da crioula Bernardina Rosa, que se dizia forra.¹⁰⁴ Estas casas eram redutos procurados por escravos e libertos para trocas sociais e culturais, longe do olhar fiscalizador da polícia. Custódia, nagô, fula, gorda, rosto magro, com vestido de riscado roxo, e em adiantado estado de gravidez, vendia quitanda de frutas quando desapareceu no dia 10 de novembro de 1835. Seu senhor desconfiou

que ela estivesse oculta em alguma casa de *zungu*.¹⁰⁵ O ano de 1835 se foi e a temida revolta dos africanos minas vindos da Bahia para o Rio de Janeiro não aconteceu. Mas o medo não cedeu e a presença das minas no Rio de Janeiro, pelo menos nos anúncios de venda de escravos, cresceu. Uma negra-mina de apenas 12 anos, à venda, demonstra o vigor do tráfico atlântico, já em plena proibição.¹⁰⁶ Em 1836, os casos de fuga e “sedução” se intensificaram sensivelmente nos anúncios de jornal, provocando pânico entre proprietários que dependiam de seus cativos para sobreviver. Quem não recebeu a visita de um “sedutor/protetor” o procura, como Luiz Cabinda, que bate de porta em porta, nas freguesias do Engenho Velho e Inhaúma, para encontrar alguém que o leve para Minas Gerais.¹⁰⁷ Aliás, a rota para Minas Gerais é, de longe, a preferida dos pretos que buscam um senhor mais tolerante.

Mas o que levava as africanas minas a optarem tão concentradamente pela ocupação de vender quitandas? O pequeno comércio era uma atividade muito rentável.¹⁰⁸ Os minas, desde sua chegada em massa à Corte, a partir de 1835, e talvez até antes disso,¹⁰⁹ formaram uma comunidade que, mesmo sem estar fechada a contribuições de outros africanos, tendia a formar um grupo com identidade própria, autoprotetor, e que se reunia em sigilo, nas sombras da noite, ou nos subterrâneos da cidade.¹¹⁰ Estes laços estavam patentes na fuga do casal Simão Mina e Rita Mina, que saem juntos do cais do Valongo, em março de 1836.¹¹¹ O mesmo chamado da nação levou o moleque cozinheiro de nome Camilo Mina a se esconder, segundo seu senhor, numa “casa de minas libertos”, quem sabe beneficiado por suas habilidades de cozinheiro e engomador. O proprietário ainda detalhou que Camilo costumava trocar de nome e se dizer forro.¹¹²

O que se sente é que em 1836 nenhum escravo da Corte, de qualquer nação, desconhecia a possibilidade de ser “seduzido”, de trocar de dono, de ser escondido por outrem seja para negociar melhores relações com seus senhores, seja para fugir de vez. E a presença dos minas foi um fator importante para transformar a sedução em problema de primeira ordem da cidade do Rio de Janeiro.¹¹³ Os minas firmaram no Rio de Janeiro a reputação de rebeldes, difíceis, intratáveis, e particularmente propensos a fugas, como João Mina, que carregava na perna as marcas da corrente que o prendia antes de, nas contas de seu senhor, desaparecer pela oitava vez. Um fenômeno.¹¹⁴

Além de minas ladinos, perambulavam pelas ruas “pretos novos”, recém-saídos dos negreiros proibidos, como um africano que não falava nada, e só respondia que viera de Molambuda. Mais um enigma do labirinto de “nações”. Escravos disfarçados de feitores; quitandeiras cativas dissimuladas em pretas de aluguel, enfronhadas em casas alheias. O repertório de embustes criados pelos minas parecia interminável. Antônio, mina-jeje vindo da Bahia, preferiu viver e morrer entre os seus, pretendia fugir e voltar, não se sabe ao certo se para a Bahia ou para a África. Rita Mina, 24 anos, com vestido de riscadinho e lenço de chita ao pescoço, sem sinal no rosto, mas com marcas nas costas das mãos, ocupava-se no ofício de lavar roupa para as bandas do Catete quando resolveu que era hora de fazer seu próprio caminho. Até mesmo em plena Baía da Guanabara os pretos arranjavam seu ganho, como os “ganhadores do mar”, vendendo mercadorias aos marinheiros, o que lhes facilitava passeios não autorizados.¹¹⁵ Opções não faltam, mas todas envolvem certo risco.

Mas a preta-mina clássica, personagem inesquecível da paisagem carioca de antanho, era onipresente. No dia 28 de junho de 1836, ela saiu da rua do Sacramento, sobrado nº 14, e não voltou. Ladina, bem falante, alta, magra e distinta, com os dentes muito claros, trazia uma camisa de algodão e vestido de riscadinho escuro. Na cabeça, um turbante “à maneira das pretas da Bahia” e um pano da costa de riscado com que se “embrulha”. Tinha como companheira de ofício outra mina que vendia galinhas no Largo do Capim e morava no Valongo. Seu nome não ficou na história, mas seu porte e garbo transparecem no anúncio. Uma soberana das ruas, em toda sua majestade. Esse tipo social da cidade, na segunda metade do século XIX, estava formado já em 1836. Algumas delas traziam as marcas da violência. Maria tinha uma cicatriz por trás da cabeça por ter sido “quebrada de fresco”, quer dizer, por ter apanhado quando nova. Apesar de toda violência escravagista, em 1836 elas eram jovens, vigorosas, altivas.¹¹⁶ Nos anos vindouros, elas continuaram a chamar a atenção dos transeuntes, até que a morte foi ceifando-as, uma a uma.

No final da década de 1830, nagôs e calabares circulavam pelos anúncios de fuga, apontando a crescente presença de africanos ocidentais no Rio de Janeiro. Izidora Mina trazia brincos dourados na orelha e “saia e camisa à moda da Bahia, donde tinha vindo”. Seu vestido novo de chita azul, mesma cor do pano da costa, e o turbante amarelo compunham um estilo elegante.¹¹⁷ Ela fora comprada de um

tal José Maria Pinto Guerra, comerciante de escravos na cidade do Rio de Janeiro. Na juventude de seus 20 anos, Rita fugiu da Praia da Gamboa, carregando no rosto as marcas da “bexiga” (varíola) que quase a matou.¹¹⁸ Em 11 de novembro, a polícia publica no *Diário* que uma preta-mina de nome Izidora ou Maria, escrava de um tal Fuão Rafael, se encontrava presa no Calabouço. A escrava afirmara ter sido comprada em uma casa de leilão da rua do Ouvidor ou do Sabão. Seria a mesma Izidora elegante que aparecera em anúncio do dia anterior? Seria a casa de leilão a do tal José Maria Pinto Guerra? Seja como for, ela não estava sozinha, um crioulo de nome Plácido fora detido pelo *sedutor* da africana. Parece coincidência,¹¹⁹ e realmente é. Dias depois, volta a ser publicado o anúncio de Izidora, revelando que ela continuava em fuga.¹²⁰ A Izidora era outra, ou simplesmente mentira sobre seu nome. Talvez sabendo do estratagema, alguns senhores evitassem publicar o nome de seus escravos fugidos, informando apenas sua descrição física e hábitos mais correntes.¹²¹

Além dos anúncios de fugas, também os registros de prisões eram fontes importantes para identificarmos as mulheres minas no Rio de Janeiro. Para o período de 1810 a 1830, do total de 4.355 escravos presos por fugidos, temos pouco mais de 10% (475) de mulheres, sendo 77% delas africanas. Se nos anúncios (1809-1832) as crioulas representavam entre 9 e 16%, nos registros de prisão (1810-1830), elas representam 23% do total dos presos. As crioulas podem ser mais adaptadas às estratégias de despistamento e integração na sociedade escravista urbana e, ao mesmo tempo, mais expostas às redes de controle social. Das africanas capturadas neste período, menos de 4% delas foi classificada como mina.

Décadas depois, o panorama é outro. Nos registros de prisões de escravos da Casa de Detenção da Corte do Rio de Janeiro (1860-1883), surgiram outros itens de análise em relação às questões de gênero e etnicidade. Fundada em 1857, a Casa de Detenção da Corte funciona como um imenso xadrez, onde ficam detidos os presos por pequenos crimes e os que aguardam julgamento. Se condenados, vão para a Casa de Correção, que funciona realmente como presídio. Todos os dias, por volta das 18 horas, o carro gradeado da Casa de Detenção percorre as subdelegacias da cidade em busca dos presos no dia anterior. Dos livros de entrada com as fichas dos detentos restam os de 1860 em diante, mas somente a partir de 1880 existem séries longas,

e para escravos só apenas os de 1863, 1879, 1881 e 1882, abarcando os anos finais da era de ouro das pretas-minas quitandeiras na Corte.

As cativas da Costa da Mina colocadas “ao ganho” pelas ruas que têm seus dados relacionados nas fichas de prisão abrem uma dimensão pouco conhecida dessas africanas.¹²² A primeira que aparece nos registros é Mara, segundo ela, escrava de um “tal João”, presa na Freguesia de Santo Antônio, próximo ao morro do mesmo nome. Quitandeira, como quase todas, traiu sua personalidade turbulenta ao “proferir palavras indecentes” em público que acabaram por levá-la para trás das grades. Do alto de seus 35 anos, tinha sangue jovem para enfrentar as violências da vida escrava. Vitória, a seguinte da lista, detida por “desordem”, pelo menos informou com clareza o nome de seu senhor: Jerônimo da Costa Jácome. Sofia foi a primeira a ter registrado pelo escrivão o uso do pano da costa; diferentemente de Rosa Mina, que passava com seu tabuleiro tarde da noite, quando foi surpreendida pela polícia, Sofia foi presa de dia.¹²³

Andreza usava uma jaqueta masculina quando provocou nos policiais desconfiância de que estava em rota de fuga; foi presa por “suspeita”. Já Palmira foi detida em Santa Rita com a certeza do subdelegado de que estava se evadindo da sua condição e foi despachada para a Detenção.¹²⁴ Algumas, como Maria, foram para trás das grades a pedido de seu senhor. Felicidade, 32 anos, estava envolvida no assassinato do preto Prudêncio. A passagem de Jerônima Mina pela Casa de Detenção não foi tão fugaz quanto a de suas antecessoras. Processada pela justiça, acabou condenada pelo artigo 235 do código penal (calúnia e injúria). Cinco dias depois, foi levada para o sinistro tronco da Casa de Correção, onde sofreria o suplício dos açoites. Jussara mostrou predileção pela jogatina; foi ferozmente perseguida pela polícia, e acabou caindo no laço. Mas no dia seguinte retornou à liberdade, pelo menos à liberdade que desfrutava uma escrava quitandeira.¹²⁵ Uma grande parte das pretas-minas escravas foi para a Detenção por “desordem”, o que envolveu uma quantidade infinita de atos delituosos. Flora teve um entrevero com o fiscal de Freguesia da Candelária, no mercado da Praia do Peixe. Para evitar esses incômodos, Marciana, assim como a já citada Rosa, vendia à noite, e terminou também na cadeia por estar “fora de horas”, sem bilhete do senhor. A obsessão de forjar uma cidade “civilizada” e “saneada” – nos moldes das metrópoles europeias, livre das paisagens “africanas” – e a aplicação das novas posturas municipais acirra os conflitos

entre funcionários municipais, senhores e escravas. Algumas vezes, a polícia era a solução. Virgínia Mina entrou na Detenção para tentar fazer do Chefe de Polícia seu *padrinho*. Virgínia era lavadeira e engomadeira – uma das raras africanas minas que não era quitandeira –, e estava tendo problemas com sua senhora, dona Delfina Rosa de Jesus Leal.¹²⁶

Ser quitandeira e escrava significava encarar quotidianamente o espectro da violência, vinda de senhores e policiais, mas também delas sobre outros. Rufina Mina espancou um menor de idade, foi presa, mas no dia seguinte voltou ao seu canto.¹²⁷ Esta truculência fez de algumas quitandeiras frequentadoras assíduas dos catres da Detenção. Catarina, presa por carregar tabuleiro de noite, estava passando por uma das experiências mais traumáticas da condição escrava: a mudança de dono. Escrava de dona Isabel, estava sendo arrematada por João Manoel Soares, provavelmente por dívidas, já que houve a intervenção de um juiz da Provedoria Pública. Cobiçadas por fornecerem polpudos *jornais* a seus donos, elas são ao mesmo tempo temidas pela fama de altivez e orgulho característicos da nação, como aparece na opinião dos viajantes. Catarina e sua colega de ofício, Ignez, assim como tantas outras, atravessavam o portão de ferro da Casa pelo mesmo motivo: mercadejar “fora de horas”. A lavadeira Joaquina conseguiu tal êxito em se misturar com outros de condição diversa e desnorteou as autoridades a tal ponto que não sabiam se ela era escrava, livre ou liberta. Bastava esta “dúvida” para que ela fosse trancafiada por longos meses numa enxovia imunda que lhe custara prejuízos à saúde, como se percebe por suas entradas na enfermaria.¹²⁸

O tal Jerônimo da Costa Jácome, dono da infausta Vitória, possuía pelo menos mais três quitandeiras minas: Luiza, Felicidade e Maria. As duas primeiras foram detidas ao mesmo tempo pelo subdelegado da Freguesia do Engenho Velho. Companheiras de ofício e de senhoria, elas tinham tudo para forjar uma forte amizade, importante mecanismo para enfrentar os dissabores do cativo. A última, Maria Mina, presa na Freguesia do Sacramento por “injúrias e desordem”, na certa teve um desentendimento com algum paisano. Jácome tinha várias quitandeiras na rua trabalhando no ganho – algo raro no perfil do proprietário urbano –, o que fez dele um dos maiores donos de escravos da cidade, na qual normalmente se possuía apenas um preto como “propriedade servil”.¹²⁹

De março de 1863 a maio de 1864, 41 escravas da Costa da Mina foram levadas para a Casa de Detenção. É possível que o número de prisões fosse maior, pois muitos subdelegados soltavam suas detentas antes que o carro gradeado passasse pela subdelegacia.¹³⁰ Uma particularidade do padrão de fuga das minas era a tendência a manter a mesma ocupação de quitandeiras, em qualquer ambiente. Os outros cativos, em geral, muito rapidamente trocavam de ocupação para despistar seus donos, mas elas, trabalhando sem pagar o *jornal*, acumulavam recursos, uma singularidade das mulheres minas e que as separava dos demais escravos.

Mas nem tudo era diferente entre as minas e outras africanas. O padrão de crime das escravas se aproximava do conjunto dos escravos presos de todas as nações na Casa de Detenção: 20% eram “fugidas” ou “suspeitas de fugidas”. As presas por “desordem” (11%) podem estar disputando espaço no mercado, infringindo o Código de Posturas, ou se defendendo dos numerosos ladrões das ruas. Embriaguez é outro motivo que leva africanas minas para os cubículos da detenção (10% para as escravas e 5% para as livres). Muitas são detidas por uso excessivo de álcool. “Atos imorais” podem estar ligados ao preconceito das autoridades policiais contra escravas que ficam tarde da noite na rua, ou são encontradas em “casas suspeitas”. Cinco cativas minas (8%) foram detidas por este motivo. Apenas uma foi presa por furto, mas três o foram por desobedecerem a seus senhores.¹³¹ Raramente eram presas por furto. Por último, não podemos deixar de mencionar as presas para “averiguações sobre sua condição” (8%), ou seja, para verificar se elas eram escravas ou libertas.

Na década de 1860, as minas já eram hegemônicas entre os africanos oriundos da África Ocidental: num total 70 fichas de prisão, apenas uma era de nação calabar. Na metade do século XIX, mina representa a virtual totalidade dos africanos ocidentais no Rio de Janeiro. Entretanto, não pode ser esquecido que muitas das africanas minas foram libertas. Na documentação da Casa de Detenção – de 1860 até os primórdios do século XX –, aflora uma considerável quantidade de dados sobre minas libertas. Os registros de escravas são em menor número e cobrem apenas quatro anos, 1863, 1879, 1881 e 1882. Quanto às minas libertas, o primeiro contraste é o número reduzido das que eram encontradas na Detenção: apenas 35 libertas foram localizadas entre 1860 e 1883.¹³² Quanto aos padrões de criminalidade,

as acusações de “fuga” e “suspeita de fugida” são substituídas pela de “desordem” (47%), seguida pela de “vagabundagem” (33%). O padrão ocupacional de libertas e escravas se aproxima: 71% das escravas e 76% das libertas são quitandeiras, menos do que esperávamos, surpreendendo a presença de 14% de lavadeiras.

Outra questão importante é saber os locais de prisão dessas mulheres: teriam elas pontos separados na geografia do trabalho urbano? Compartilhavam as mesmas áreas? Do total das escravas, 16% delas foram presas na Freguesia do Sacramento, área central da parte mais antiga da cidade; e 8% em Santa Rita, zona portuária, onde transitavam marinheiros e homens do mar. Em relação às libertas, quase metade delas (47%) foi presa na Freguesia de Santana, área periférica da cidade velha; 23%, na Freguesia de São José, já no caminho do litoral sul da cidade; 14% na Freguesia do Santíssimo Sacramento; e 10% em Santana. Estes dados apontam uma geografia ocupacional diferenciada, que separava os nichos de trabalho, já que os locais de prisão e de trabalho tinham íntima relação entre si. Agrupando os endereços das libertas por freguesia – as escravas não tinham endereço, e sabemos que elas normalmente não moravam com seus senhores –, podemos ter um padrão comparativo melhor. Uma parte grande das 35 libertas residia em Sacramento (28%) e Santana (20%), enquanto as restantes se distribuíam em São José (11%) e Santa Rita (8%). Estes dados aproximam libertas e escravas, que têm este padrão quanto ao local de prisão.

Nos últimos anos do século XIX, a população de mulheres minas se reduziu drasticamente. Orgulhosas e numerosas nas décadas de 1840 e 1850, elas chegavam à virada do século como memórias vivas de um passado que a elite da cidade queria apagar. Mesmo assim, nos livros da Detenção, entre 1860 e 1900, somando a totalidade dos africanos presos, os minas perfaziam entre 30% dos escravos e 20% dos libertos. São a maior nação africana isolada, seguida dos moçambiques (17%), angolas (15%) e congos (13%), que junto a outros grupos menores totalizavam 966 africanos libertos presos. As mulheres minas representavam 15% do total das africanas presas!¹³³

Por ocasião da proclamação da República, as mulheres minas ainda inquietam o cenário. Em 1889, furiosos com a iniciativa de um policial de expulsar a quitandeira que costumeiramente fazia ponto na entrada da Faculdade de Medicina, um grupo de estudantes desencadeia a chamada Revolta das Laranjas. A vitória dos estudantes

e a volta da quitandeira Sabina, vendedora de laranjas, para a porta da faculdade na rua da Misericórdia pode ser apontada entre os acontecimentos que desgastaram a autoridade do último gabinete da monarquia e ajudaram, mesmo que timidamente, a derrubada da velha ordem imperial. A República não agradeceu. A repressão republicana de 1890 ainda encontrou número razoável de “casas de dar fortuna” mantidas por minas, cercadas de crioulos, pardos e até brancos. Desbaratadas pela repressão moralista do draconiano e positivista novo regime, elas lançaram luz sobre a reconstrução cultural africana do pós-abolição.¹³⁴ Vistas como “enganadoras da credulidade popular”, desobedientes contumazes do código de posturas da municipalidade, as minas sofreram – como as rameiras, os capoeiras, “ratoneiros” (ladrões de residência), vadios, e todos os pobres e desocupados – o impacto da “limpeza social” das ruas.¹³⁵

Mas seu maior inimigo é o tempo. Os registros de prisão deste final de século mostram parco número de mulheres minas, idosas, curvadas pelo trabalho extenuante, algumas em condição de miséria tal que acabam no Asilo de Mendicidade, mantido pela Prefeitura. A morte chegou para a maioria delas antes que o século XIX entrasse em seu crepúsculo derradeiro.¹³⁶ Contudo, uma nova geração se ergueu. Apesar da repressão do novo regime, mulheres crioulas, cariocas ou baianas, envergando turbantes, panos da costa, joias ostentosas nas mãos e seu indefectível tabuleiro, continuavam a percorrer as ruas. Elas eram o elo decisivo que manteve acesa a chama da cultura mina entre crioulos, cariocas e baianos do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. O elo não apenas na formação das “casas de santo” do candomblé, reduto da cultura religiosa pan-africana na capital federal, mas também na criação do samba moderno. Era esse o caso da lendária Tia Ciata, crioula da Bahia, ícone da cultura popular da virada do século, e bastião da religiosidade africana na cidade do Rio de Janeiro. Iluminando a trajetória das lendárias pretas-minas quitadeiras, podemos resgatar um capítulo esquecido da história social do trabalho, das experiências de seus trabalhadores urbanos, das articulações com as culturas de gênero e do papel das identidades sociais e étnicas reconfiguradas.¹³⁷

Notas

- ¹ Este artigo apresenta resultados de pesquisas em andamento que contam com o apoio do CNPq. Parte dele foi apresentada por Carlos Eugênio Líbano Soares no XXIII Encontro da Latin American Studies Association (LASA), setembro de 2001, com o título “Commerce, Nations and Gender: the mina Coast African Women gre-engrocers. Rio de Janeiro. 1835 – 1900”. As pesquisadoras Bárbara Canedo e Lucia Miller participaram de parte da coleta de dados. Agradecemos a João Reis, Mariza Soares e Olívia Cunha pelos comentários de versões anteriores.
- ² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livros de Entrada da Casa de Detenção da Corte (doravante LECD) n° 3969, ficha 909, 16/8/1863.
- ³ Com perspectivas históricas e abordagens variadas, ver os estudos a respeito da mulher no Brasil: DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989 e SOHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Entre os trabalhos históricos sobre mulheres no Brasil colonial, destacam-se os estudos de: PRIORE, Mary del. (Org.). *A mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988 e *Ao sul da história do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília, DF: EdUnB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- ⁴ Ver, entre outros, SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. [S.l.: s.n.], 1991. mimeo.
- ⁵ Além do estudo pioneiro de Maria Odila Dias, as referências eram: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, ver *Caetana Says No*, Cambridge University Press, 2003; GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988; e MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- ⁶ Numa perspectiva africanista, Pantoja recupera as dimensões de poder e gênero – destacadamente Nzinga Mbandi – nas relações comerciais do tráfico em áreas centro-ocidentais no século XVII. Ver: PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. cap. VI e VII.
- ⁷ TERNORG-PENN, Rosalyn. Black women in resistance: a cross-cultural perspective. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, caribbean and afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 188-209.
- ⁸ ELLISON, Mary. Resistance to oppression: black women’s response to slavery in the United States. *Slavery & Abolition*, London, v. 4, n. 1, p. 56-63, maio 1983.
- ⁹ BUSH, Barbara. Towards emancipation: slave women and resistance to coercitive labour regimes in the British West Indian Colonies, 1790-1838. In: RICHARSON, David. *Abolition and its aftermath: the historical context, 1790-1916*. Frank Cass: University of Hull, 1985. p. 29-31.
- ¹⁰ SAUNDERS, A. C. de M. *A social history of black slaves and freedom in Portugal, 1411-1555*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 14.

- ¹¹ BUSH, Barbara. The family tree is not cut: women and cultural resistance in slave family life in the british Caribbean. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, Caribbean and afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 117-131.
- ¹² BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society, 1650-1838*. Londres: [s.n.], 1990.
- ¹³ FOX-GENOVESE, Elizabeth. Strategies and forms of resistance: focus on slave women in the United States. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, caribbean and afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 147-152. Ver também: BECKLES, Hilary McD. *Natural rebels: a social history of enslaved black women in Barbados*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989; DAVID, Barry Gaspar; HINE, Darlene Clark (Org.). *More than Chattel: black women and slavery in the Americas*. Bloomington: Indiana University Press, 1996. Uma análise clássica para sociedades coloniais, relacionando gênero, sexualidade e racismo continua sendo: STOLKE, Verena. *Racismo y sexualidad en la Cuba Colonial*. Madrid: Alianza América, 1992. Para uma interessante abordagem sobre as relações de gênero na estrutura de trabalho dos escravos urbanos, especialmente no contexto da esfera pública e privada, ver: SIDBURY, James. Race and constructions of gender in early Richmond. In: *Ploughshares into swords: race, rebellion; and identify in Gabriel's Virginia, 1730-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 220-255. Agradecemos a José Celso Castro Alves a indicação deste texto.
- ¹⁴ “Resistência” aqui pode ser entendida como um conceito estático, muito usado nos anos 1970, de oposição violenta ao “sistema”. Adaptação é um conceito novo, cujo precursor foi Gilberto Freyre, mas que pode ser entendido melhor na ideia de “negociação” sugerida por João Reis e Eduardo Silva.
- ¹⁵ KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Especialmente Capítulo 7.
- ¹⁶ SOARES, Luís Carlos. *Urban slavery in nineteenth century: 1808 – 1888*. Rio de Janeiro. (PhD Dissertation) – University College, Londres, 1988; Escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar./ago. 1988. Sobre escravidão ao ganho no Rio de Janeiro, ver também: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo de escravidão urbana: Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988 e SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão urbana*. São Paulo: Hucitec, 1988. De um total de 2.823 africanos colocados ao ganho no Rio entre 1851 e 1870, Soares encontrou pelo menos 516 (18%) de nação Mina, a maior nação isolada. (SOARES, Luís Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 107-142, 1988. p. 139, tabela I)
- ¹⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ¹⁸ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília, DF: EdUNB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993 e *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998. E seus artigos Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORI, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: UNESP, 1997. p. 141-188 e FIGUEIREDO, Luciano R. A.; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, p. 50-61, 1985. Ver também: REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História* [da UFMG], Belo Horizonte, n. 8, 1989
- ¹⁹ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Ver também da mesma autora: As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-72, 1996.

- 20 SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D' África: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- 21 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ainda que não enfocando as relações de gênero, Grinberg acompanha as lutas judiciais da ex-escrava Liberata, na primeira metade do século XIX, em Santa Catarina, para garantir a “liberdade” de seus filhos e família. Ver: GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambi-güidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 13-36.
- 22 FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000; FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: ————. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 81-126; e PAIVA, Eduardo França. *Celebrando a alforria: amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2001. v. 2, p. 505-520.
- 23 GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas*. Rio de Janeiro – séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994; e SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- 24 MOREIRA, Leite Mirian L. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982; e *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1984.
- 25 Pistas teóricas e metodológicas de trabalhar com iconografias sobre escravidão e significados culturais reinventados encontram-se em: SLENES, Robert W. As pro-vações de Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, SP, n. 2, p. 271-294, 1995-1996.
- 26 DEBRET, Jean- Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Martins Fontes, 1954; KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Sul)*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins: EDUSP, 1972; e SANSON, Maria Lúcia David; AIZEN, Mário; VASQUEZ, Pedro Karp. *O Rio de Janeiro do fotógrafo Leuzinger*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1998. A fotografia de Ferrez que mostra as negras qui-tandeiras está reproduzida em: TATI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGDI, 1995. p. 131 (Biblioteca Carioca); e também em FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918*. Rio de Janeiro: João Fortes Eng.: Ex Libris, 1984.
- 27 EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Tradução de Homero Castro Jobim. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 99; DABADIE, F. *A travers L'Amérique du Sud, Rio de Janeiro et environs: les esclaves au Brésil*. Paris: Ferdinand Sartoriuns, 1859. p. 51; RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Tradução de Gastão Penalva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 203.
- 28 AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizon-te: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 68-69.
- 29 Sobre outros viajantes que mencionam as pretas-minas, ver: BIARD, François. *Dois anos no Brasil*. Trad. de Mário Sete. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945. p. 43; e WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. p. 501-502. Para outras descrições de viajantes sobre mulheres escravas e africanas no Rio de

- Janeiro, ver: MOREIRA, Mirian Leite. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982; e *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1984.
- ³⁰ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Fundação Ed. Nacional, 1977. Uma análise crítica deste estudioso e sua obra está em: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- ³¹ Entre suas obras, ver: RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942; *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953; e, principalmente, *As culturas negras no Novo Mundo*. 3. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1979.
- ³² BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989 e *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel: EDUSP, 1974.
- ³³ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1988; e *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992.
- ³⁴ Mais recentemente, Reis discutiu a questão das identidades étnicas a partir das irmandades. Ver: REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997; *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Cap. 10.
- ³⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ³⁶ Entre os estudos mais recentes, ver: CARON, Peter. Of a nation with the others do not understand: Bambara Slaves and African Ethnicity in Colonial Louisiana, 1718-1760. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 1, p. 98-121, 1997; e CHAMBERS, Douglas B. My own nation: igbo exiles in the Diaspora. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 1, p. 73-97, 1997.
- ³⁷ Por exemplo: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.
- ³⁸ VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1988.
- ³⁹ Ver: MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-American Past: a caribbean perspective*. Filadélfia: ISHI, 1976. Retomando a polêmica, ver mais recentemente as instigantes análises de PRICE, Richard. The miracle of creolization: a retrospective. *New West Indian Guide*, [S.l.], v. 75, p. 35-64, 2000. Um marco nos novos estudos de etnicidades é: BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.
- ⁴⁰ Ver especialmente: LOVEJOY, Paul E. Identifying enslaved africans in the African Diaspora. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 1-29. Além do artigo anterior de Price citado, esse debate aparece em: GOMÉZ, Michael. *Exchanging our country marks: the transformation of african identities in the colonial and Antebelum south*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998; HALL, Gwendolyn Midlo. *Africans in colonial: the development of Afro-Creole culture in the eighteenth century*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992; MORGAN, Philip D. The cultural implications of the Atlantic Slave: african regional origins, american destinations and new world deve-

- lopments. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n.1, 1997; MULLIN, Michael. *Africa in America: slave acculturation and Resistance in the America South and the British Caribbean, 1736-1831*. [S.l.]: University of Illinois Press, 1992; e THORNTON, John K. *Africa and africans in the making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400 – 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.
- 41 O melhor trabalho sobre o movimento de 1835 continua sendo: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Sobre a tradição de revoltas escravas na Bahia no primeiro quartel do século XIX, ver: REIS, João José. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 100-126, 1992.
- 42 Uma comparação de anúncios de fuga de escravos no *Diário do Rio de Janeiro* para dois anos, 1828 e 1836, revela claramente a presença bem mais incisiva de africanas minas no último período.
- 43 GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 2, p. 335-378, 2001.
- 44 SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994; REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, v. 18, p. 8-21, 1993.
- 45 REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Especialmente a primeira parte.
- 46 Nesse movimento histórico, incluímos o impacto dos “africanos livres” – aqueles que foram capturados na repressão ao tráfico negreiro proibido e passaram a ser tutelados pelo Estado – no Rio de Janeiro. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Para os “africanos livres”, minas na Corte do Rio de Janeiro, ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.
- 47 Dados relativos a passaportes guardados no Arquivo Público da Bahia, entre 1835 e 1842, revelam este número de 80% de nagôs entre as mulheres africanas chegadas ao Rio.
- 48 Para a melhor discussão mais recente em termos de historiografia brasileira sobre a problemática da classificação/construções dos “nomes de nação” no tráfico africano, ver: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 37-73, n. 19-20, 1997.
- 49 Para o século XIX, são vários os estudos sobre irmandades. Destacamos: REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997. Para o Rio de Janeiro, ver: OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. Para pensar essas questões mais amplas de identidades étnicas, ver: SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 166-197; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 37-73, n.19-20, 1997; SLENES, Robert W. As provações de Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, SP, n. 2, p. 271-294, 1995-1996; SLENES, Robert W. *Malungu, Ngoma vem! África coberta e*

- descoberta no Brasil Redescobrir os descobrimentos: as descobertas do Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 12, dez.1991/ fev. 1992.
- 50 Essa afirmativa também aparece em: KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 64.
- 51 Pensamos aqui nas sugestões de: MATORY, J. Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, p. 57-80, abr. 1999.
- 52 Para a África Ocidental, ver os estudos clássicos e aqueles mais recentes, Law e Lovejoy. Destacamos: LOVEJOY, Paul E. *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; e LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Claredon Press, 1991.
- 53 De acordo com Inês Oliveira e Nina Rodrigues, os minas vinham do oeste, da região do porto de Elmina (antiga São Jorge da Mina). Na Bahia, no início do século XVIII, de acordo com João Reis, mina tinha um significado restrito, referente ao Reino do Pequeno Popo, na costa do Daomé, formado por refugiados das guerras daomeanas em São Jorge da Mina, bastante diferente dos minas do Rio no século XIX. (*Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 328.) A nação mina da Bahia foi se reduzindo no correr do século XIX ao que Nina chamou de “propriamente mina”. Para uma comprovação da hegemonia mina entre os ocidentais no Rio de Janeiro, ver as tabelas no final da obra de SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001.
- 54 Ver: REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, v. 18, p. 8-21, 1993. p. 17-21 e OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do Século XIX. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 174-193, dez.1995/fev.1996.
- 55 Ver: LARA, Sílvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de Congos na Bahia. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 71-100.
- 56 É importante observar que essa é uma pesquisa em andamento, e que estamos comparando o padrão de moradia de libertas minas com outras “nações” africanas no Rio. A documentação de presos na Detenção no Rio informa o endereço somente para libertos e livres, e não para escravos, que, teoricamente, residiam com seus senhores.
- 57 Ver o importante estudo recente de PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitadeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 45-68.
- 58 Nos registros da Casa de Detenção entre 1860 e 1900, as minas eram em maioria quitadeira. De um total de 35 libertas e 79 escravas minas, 75% eram quitadeiras. Entre as outras africanas libertas, vemos dados diferentes. Entre as angolas (47), essa percentagem chegava a 12%. As de nação cabinda (15) eram 6%. As benguelas (52) eram 7%, as moçambiques (19) eram 5%. Não havia nenhuma mulher da nação congo (6) com ocupação de quitadeira. De um total de 40 africanas libertas quitadeiras, 65% eram minas. Para uma análise mais acurada, ver: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- 59 Para as relações de mercado, mas principalmente os números do tráfico africano para o Rio de Janeiro, entre o final do século XVIII e o primeiro quartel do século

- XIX, ver: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Novas abordagens e números para o tráfico transatlântico, com destaque para a questão das identidades étnicas, aparecem em: ELTIS, David. *The rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Especialmente o cap. 9, p. 224-257.
- 60 Analisando a importância das relações de gênero e o pequeno comércio em sociedades africanas, especialmente na Costa da Mina, Sheila de Castro Faria, em Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000, p. 90 cita o trabalho de HOUSE-MIDAMBA, Bessie; EKICH, Félix K. *African market women and economic power: the role of women in African economic development*, 1995.
- 61 Estamos analisando os padrões de alforria e de compra-venda desses africanos. Sobre padrões de alforrias para o Rio de Janeiro, ver: KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Abordagens relacionando o valor das mulheres na alforria aparecem também em: FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. p. 70 et seq.
- 62 Os anúncios de fugas nos jornais – especialmente de africanos – diminuem entre as décadas de 1850 e 1860. Registros da Casa de Detenção surgem exatamente a partir deste período. Daí podermos enfocar estes dois acervos como complementares, mas de épocas diferentes.
- 63 CARVALHO, Marcos de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*: Recife, 1822-1850. Recife: Ed. da UFPE, 1998. Especialmente o cap. 12.
- 64 Ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- 65 Para religiosidade escrava e africana reconstruída no Rio de Janeiro colonial, além de: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, ver a importante obra de MOTT, Luiz R. B. Rosa *Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. Para o Rio de Janeiro imperial, ver: KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Pai Quilombo, o chefe das macumbas do Rio de Janeiro imperial. *Tempo*. [s.l.], v. 11, p. 157-169, [19-]. Há pesquisas arquivísticas e abordagens mais recentes, levantando questões sobre as reinterpretações e reinvenções religiosas dos africanos no Brasil. Ver, entre outros: MOTT, Luiz R. B. Acontundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: _____. *Escravidão, homossexualismo e demologia*. São Paulo: Ícone, 1988; REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu no Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, p. 57-81, mar./ago. 1988; A invasão do Candomblé do Açú. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e SOARES, Cecília Moreira. Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramerim, 1853. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 133-142, dez. 1992. Sobre a participação e liderança feminina no desenvolvimento do candomblé no contexto urbano do século XIX, ver: HARDING, Rachel E. A. *Refuge in thunder: candomblé and alternative spaces of blackness*. Indianapolis: Indiana University Press, 2000. p. 68-103. João Reis indica que a maioria dos africanos envolvidos em feitiçaria em Salvador é composta por homens.
- 66 GRJ; 25/2/1809, 7/9/1811 e 1/10/1814.
- 67 GRJ, 20/2/1819.
- 68 *Gazeta do Rio de Janeiro* (doravante GRJ), 25/2/1809 e 6/10/1819, respectivamente.

- 69 GRJ, 7/9/1811.
- 70 DRJ, 28/7/1836, p. 4.
- 71 DRJ, 29/7/1836, p. 4 e 29/8/1836, p. 4.
- 72 DRJ, 19/12/1836, p. 5 (anexos).
- 73 ANRJ. Códice 359; 28/1/1826, f. 7 e Códice 404; 4/4/1827, f. 25; 11/10/1827, f. 94.
- 74 ANRJ, Códice 359; 5/6/1826, f. 39 e Códice 403; 23/5/1826, vol. 3, f. 61.
- 75 GRJ, 1809-1821.
- 76 Atualmente, continuamos a tabular os dados sobre mulheres escravas fugidas em anúncios de jornais (*Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*). Para a Casa de Detenção, os dados já estão tabulados.
- 77 Para a cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX, especialmente os significados dos “espaços” para escravos e libertos, ver as análises de: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888*. São Paulo: Hucitec, 1993. Para descrições de viajantes estrangeiros sobre lavadeiras e aguadeiras, ver: LEITE, Mirian L. Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1984. p. 90, 107-108
- 78 Agradecemos à historiadora Bárbara Canedo por disponibilizar dados de sua pesquisa em andamento sobre amas de leite na Corte do Rio de Janeiro.
- 79 *Diário do Rio de Janeiro* (doravante DRJ), 19/1/1835, p. 4.
- 80 *Diário do Rio de Janeiro* (doravante DRJ), 19/1/1835, p. 4. Ver também “Mina Uçá”, 23/4/1835, “Recolhidos ao Calabouço”. Nação Geje: DRJ, 7/4/1835, p. 4. Cf. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; e Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Brasil setecentista. *Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 73-93, dez. 1998. Dossiê: Escravidão e África Negra.
- 81 Ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. cap. 10.
- 82 Sobre marcas de “Nação” de africanos, ver: RAPOSO, Luciano (Org.). *Marcas de escravos: listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841)*. Texto analítico de Luciano Raposo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: CNPq, 1990.
- 83 DRJ, 16/03/1835, p. 4. e REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Cap. 10.
- 84 Para uma imagem da quitandeira do período joanino, ver: FRÈRES, Thierry. *Négres- ses libres vivant de leur travail*. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil 1637-1899*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 403. A questão da indumentária e do cabelo das africanas e crioulas deve ser também pensada no contextos das redefinições étnicas – tanto pode haver “crioulização” como “africanização” – dos escravos. Ver pistas e abordagens interessantes em: SCOREL, Sílvia. *Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII)*. Dissertação (Mestrado) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979; LARA, Sílvia Hunold. *The signs of color: women’s dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro,*

- ca. 1750-1815. *Colonial Latin American Review*, London, v. 6, n. 2, p. 205-224, 1997; e SCARANO, Julita. Roupas de escravos e de forros. *Resgate: Revista de Cultura*, São Paulo, n. 4, 1992.
- 85 DRJ, 5/5/1835.
- 86 DRJ, 18/3/1835. Os minas já eram conhecidos como notórios desencaminhadores de escravos. Sobre escravos desencaminhados por africanos minas, ver: “O êxodo mina”, em SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001.
- 87 O caso sintomático é o de Isabel, da nação Angola. Seu senhor acreditava que alguém a tinha desencaminhado ou que ela estava escondida em alguma casa, pois, não sendo quitandeira, precisaria de apoio para fugir. DRJ, 7/4/1835.
- 88 DRJ, 30/3/1835, f. 2. Em 1836, um senhor de uma escrava fugitiva recomendou que os capitães do mato ficassem de tocaia nas casas onde moravam pretos libertos. DRJ, 23/3/1836, p. 4.
- 89 DRJ, 3/4/1835.
- 90 DRJ, 21/4/1835.
- 91 José Mina estava prestes a embarcar, de acordo com o anúncio, para a Bahia ou Pernambuco, onde esteve antes do Rio. DRJ, 13/5/1835, p. 4.
- 92 DRJ, 25/5/1835. Bernarda Mina.
- 93 CARVALHO, Marcos de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo: Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998.
- 94 DRJ, 3/6/1835, p. 4.
- 95 Carta de apadrinhamento era uma carta dirigida ao senhor do cativo, escrita pelo “padrinho” do fugitivo, que garantia o retorno da escrava mediante algumas condições, de que o “padrinho” era o avalista. Ela também informava que este era o protetor da cativa, o que afastava certos perseguidores. DRJ, 19/6/1835, p. 4.
- 96 Essa marca, na realidade, se liga aos povos iorubá, como aparece em uma antiga escultura da cidade sagrada de Ifé. SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 465.
- 97 DRJ, 10/8/1835, p. 4.
- 98 Típico era o crioulo da Bahia, Antônio Maceió (*sic*) que era, na opinião de seu dono, “muito mentiroso e trapaceiro”. DRJ, 28/9/1835, p. 4. Já o moleque André fugiu de Recife para a Corte, e disse a seus parceiros que queria fugir, “por gostar da terra” do Rio de Janeiro. DRJ, 13/10/1835, p. 4.
- 99 DRJ, 22/6/1835, p. 4.
- 100 Joaquina, de nação mina. DRJ, 2/7/1835, p. 4. Outro caso interessante é o do preto-mina de nome Docó, “nome de sua nação [...] com riscos na cara de ambos os lados”. DRJ, 20/7/1835. Felizardo, por sua vez, era de nação mina já, 7/10/1835, p. 4. Ver também mina itapa, que deve ser tapa. DRJ, 29/7/1836, p. 4.
- 101 Severino Cabinda é preso em Magé, e confessa ter fugido com apoio de Teresa, Maria e Joaquim, todos minas. Fugira numa Sexta-feira da Paixão, e nesse tempo estava alugado a um preto-mina. DRJ, 16/7/1835, p. 1. Sobre as “seduções” envolvendo fugas e fugitivos e o papel dos africanos minas, ver: GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). *Lócus: Revista de História*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 9-28, 2001.
- 102 DRJ, 14/7/1835, p. 4.
- 103 DRJ, 13/11/1835, p. 4.
- 104 DRJ, 17/11/1835, p. 3

- 105 DRJ, 25/11/1835, p. 4.
- 106 DRJ, 5/2/1836, p. 2.
- 107 DRJ, 13/4/1836, p. 4.
- 108 Escravos e libertos dela tiravam uma renda não desprezível, como se percebia com os moleques que compravam peixe na Praia do Peixe e os vendiam em cestos e samburás no pregão da cidade, muito perto dali. (DRJ,18/3/1836, p. 4)
- 109 Ver: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- 110 É claro que outras “comunidades africanas”, também transétnicas, como os moçambiques, e mesmo da “proto nação banto” de Robert Slenes, podiam estar sendo formadas por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro, neste momento. Devemos ter cuidado para não transformar esse processo num “imperialismo” dos africanos ocidentais sobre o conjunto dos africanos da cidade. Sobre as conexões e o processo de transculturação entre africanos dos reinos do Congo e Angola no Brasil dos séculos XVII e XVIII, a partir das irmandades, ver: HEYWOOD, Linda M. The angolan-afro-brazilian cultural connections. In: FREY, Sylvia R.; WOOD, Bety (Org.). *From slavery to emancipation in the Atlantic World*. London: Portland, Frank Cass, 1999. p. 9-23. Agradecemos a Lucilene Reginaldo a indicação desse texto.
- 111 DRJ, 31/3/1836, p. 4
- 112 DRJ, 11/4/1836, p. 4.
- 113 Esta interpretação está clara em: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001. “Êxodo Mina”, p. 372-399.
- 114 DRJ, 13/4/1836, p. 4.
- 115 DRJ, 14/5/1836, p. 2; 30/5/1836, p. 4; 1/6/1836, p. 4; 14/6/1836, p. 4 e 30/6/1836, p. 4
- 116 DRJ, 16/7/1836, p. 4 e 19/7/1836, p. 4.
- 117 Respectivamente, DRJ, 18 e 27/10/1836, p. 2 e 4. E DRJ, 10/11/1836, p. 4.
- 118 DRJ, 10/11/1836, p. 4.
- 119 DRJ, 11/11/1836, p. 4.
- 120 DRJ, 25/11/1836, p. 4.
- 121 DRJ, 28/11/1836, p. 4.
- 122 Os dados são: nome, número da ficha, nome do senhor, data da prisão, motivo da prisão, autoridade que ordenou, autoridade policial que levou para a prisão, nação, idade, estado civil, cor, ocupação, altura, cabelo, data da soltura, roupa, observações.
- 123 LECD n. 3969, ficha (doravante F) 666, 26/5/1863 e F. 703, 5/6/1863.
- 124 LECD n. 3969, 666, 26/5/1863; F. 703, 5/6/1863; F. 799, 8/7/1863, Adelaide, escrava de Joaquim Antônio Barros, “suspeita de fugida”. LECD n. Cd - 65, F. 306, 23/2/1864. LECD n. 3969, F. 666, 26/5/1863. LECD n. 3969, F. 1094, 8/10/1863, LECD n. 3969, F. 666, 26/5/1863.
- 125 LECD n. 3969, F. 836, 18/7/1863; F. 838, 18/7/1863; F. 858, 24/7/1863 e F. 933, 23/8/1863.
- 126 LECD n. 3969, F. 1142, 22/10/1863.
- 127 LECD n. 3969, F. 1226, 22/11/1863.
- 128 LECD n. 3969, F. 1334; F. 1344, 16/12/1863; F. 83, 19/1/1864; F. 82, 10/1/1864 e F. 95, 15/1/1864. Ela só foi libertada em 10 de setembro de 1864.
- 129 LECD n. 3969, F. 119, 22/1/1864; F. 120, 22/1/1864; F. 510, 2/4/1864 e F. 595, 24/4/1864.

- ¹³⁰ LECD n. 3969, F. 172, 4/2/1864; F. 1073, 6/10/1863 e F. 595, 11/5/1864. Sobre zungu, ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- ¹³¹ Para dados do conjunto de africanos, ver: GOMES, Flávio dos Santos et al. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional, 2003.
- ¹³² Os anos levantados até agora são 1860, 1861, 1868, 1870, 1875, 1879, 1880, 1881, 1882 e 1883, sendo que até 1881 os dados são incompletos para cada ano.
- ¹³³ Quando falamos nação isolada, estamos nos referindo àqueles mencionados nos documentos da Detenção como “Origem” do liberto. Existe um nagô, um calabar e dois mina-nagô, mas não os listamos aqui como mina, que são imensamente mais numerosos.
- ¹³⁴ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGDI, 1994.
- ¹³⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ¹³⁶ Encontramos poucas evidências sobre este Asilo, mas devem existir caixas perdidas no imenso depósito do Arquivo Nacional, ou no Arquivo Geral da Cidade.
- ¹³⁷ Há um desafio para nós, historiadores da História Social do Trabalho: produzirmos análises sobre os trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro, ligando as culturas transétnicas da sociedade escravista com aquelas dos trabalhadores livres e estrangeiros do início do século XX. Por caminhos variados – em termos de problemáticas históricas e objeto –, indicações importantes aparecem em: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, jul. 1988. Especialmente, p. 40-51; CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000; MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistência e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social*, Salvador, BA (1850-1888). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, 2000. Especialmente o cap. 1: “Trabalhadores urbanos: um retrato da cidade negra”, p. 32-96; e REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades¹

Juliana Barreto Farias

[...] Africano tem resistência, menino, africano pagou seu corpo. Eu juntei, vintém a vintém, um conto e oitocentos para me comprar e houve escravas, como a mãe de Henriqueta, que juntaram dinheiro para comprar o próprio corpo e mais o das filhas.

– Mas como, homem de Deus?

– Ora, como! Trabalhando, nos aluguéis, no café, vendendo santos ou doces na rua, e com auxílio do feitiço. Não ria! Africano sempre vendeu feitiços aos brancos, porque os brancos sempre acreditaram em feitiços. Hoje os africanos daquele tempo estão ricos.²

O *alufá* Júlio Ganam teria proferido estas reveladoras palavras numa conversa que tivera em 1905 com João do Rio, jornalista carioca que as registrou em uma de suas crônicas na *Gazeta de Notícias*. Não era uma data qualquer. Aproximava-se o 13 de maio e Ganam convidara o amigo para, juntos, comemorarem a data da libertação dos escravos. Como se apressara em ressaltar, não seria “nada extravagante”, como fazia a “gente de santo”, apenas diriam alguns *salas*, seguidos de um saboroso carneiro recheado ao forno. Os festejos daquela tarde seriam modestos, porque a data “nada” significava para os africanos que já estavam libertos antes mesmo de a “princesa assinar o decreto libertando todos os escravos”. Segundo ele, “os mulsumins fazem orações nesse dia pelos que partiram para o paraíso, mortos a vergalho, e a gente de santo organiza *candomblés* pela mesma razão”.³ A crônica fala dos negros que “trabalhavam duro para conquistar sua liberdade”, percebendo-se em Ganam o cuidado de



demarcar práticas religiosas divergentes entre a “gente de santo” e os “musulmins”.

“Os africanos já estavam livres?”, inquirira o cronista carioca a Ganam, surpreso com aquela revelação. O “orgulhoso *alufá*” prontamente lhe respondeu que, em 13 de maio de 1888, quase todos os africanos ou já tinham morrido, ou já tinham comprado sua carta de alforria. Juntando “vintém a vintém”, alugando seu trabalho como cozinheiras, artesãos, carpinteiros ou sapateiros, carregando café no porto, ou vendendo água ou doces no mercado e nas ruas da cidade, Júlio Ganam e muitos de seus patrícios teriam “comprado seu corpo” e o de seus “parentes”. Enquanto as mulheres começaram com a venda de acarajés, miçangas e “feitiços”, “o café foi para os homens o veio inesgotável”.⁴ A manha e a persistência desses africanos, além de lhes proporcionar a tão almejada liberdade, teria contribuído para a construção de grandes fortunas. Negros “Livres e Ricos?”. João do Rio não podia acreditar. Ganam fez questão de listar os nomes e as fortunas de alguns deles:

Olhe aqui, no Rio, quantas fortunas! O tio João morreu deixando a Misericórdia todo o correr de casas do lado direito da rua do Hospício, entre Núncio e Campo da Aclamação. O Geminiano, que foi fundador da Igreja do Senhor do Bonfim de Copacabana, deixou mil contos. Este até dizia: – “quando Deus ajuda a gente, a gente já foi escravo e hoje pode estar sentado sem fazer nada. Deus é grande!” [...] Olhe o Pai Balthazar. Esse [é da] política, anda todo bonito amigo de deputados, a quem sempre empresta dinheiro [...] Mas não é só Balthazar rico. Há também o *alikali* Miguel e *mama* Soledade que mora na rua Barão de S. Felix. João Abace-jebu, que é dono de vários cortiços; a tia Christina uma das ultimas negras minas do Mercado que dirige empregados seus e tem cerca [*sic*] de contos; Fortunato Machado, proprietário influente e tia Felicidade, a maior fortuna entre negros [...].⁵

Em outros artigos publicados na *Gazeta*, ao longo dos anos de 1904 e 1905, João do Rio informa que “mil negros” ainda viviam na cidade naqueles anos.⁶ Refere-se aos africanos que, segundo ele, eram originários de pequenas “nações” como *igesá*, *oié*, *aboum*, *haussá*, *itaqua*. Havia ainda aqueles que se “consideravam” filhos dos *ibouam*, *ixáu*,

ou dos *gêges*, todos grupos étnicos do entorno da Baía do Benim, na África Ocidental.⁷

A revelação da presença de africanos assim identificados é surpreendente, já que, desde a década de 1860, as denominações étnicas conjugadas – como mina-nagô, mina-tapa ou mina-calabar – haviam praticamente desaparecido do cenário carioca, e o termo mina passara a designar, genericamente, os cativos e libertos originários da Costa da Mina. Além disso, curiosamente, ao longo de todos os textos publicados pelo cronista no período, em nenhum outro momento esses homens e mulheres são identificados de forma tão precisa. Não há, tampouco, qualquer menção a indivíduos iorubá ou nagô, nem o uso regular de mina para designar um grupo. Mas todas as chamadas divulgadas no periódico carioca no período em que João do Rio publicou suas crônicas sobre as *religiões africanas* anunciam suas incursões e descrições dos negros-minas. Lamentavelmente, não sabemos se estas chamadas foram redigidas pelo próprio João do Rio, ou pela editoria do jornal. De qualquer modo, os africanos aparecem ali como um grupo organizado. Segundo o cronista da *Gazeta*, todos falavam entre si um idioma comum: o *eubá*. Como destacara seu guia Antônio, que havia estudado em Lagos, o *eubá* era para os africanos o que o inglês era para os “povos civilizados”. Quem conhecia esta língua africana podia “atravessar a África e viver entre os pretos do Rio”.⁸ O termo *eubá* era uma corruptela de iorubá, ou o modo como João do Rio a entendera.⁹

Naquela tarde de 1905, certamente o curioso jornalista esperava ouvir histórias de negros vadios e criminosos. Talvez por isso o “assombro” que, pouco a pouco, foi denunciando em seu texto. Fugindo ao controle do próprio João do Rio, esta crônica – com o sugestivo título “Negros ricos” – publicada pela *Gazeta de Notícias* em 13 de maio de 1905, não obstante os frequentes comentários preconceituosos que emergem aqui e ali, desvela muitos aspectos da experiência de africanos e seus descendentes, tanto em sua luta pela conquista da liberdade, como em sua participação no mercado de trabalho e na vida da cidade do Rio de Janeiro.

Ganhando as ruas

Desde o início do século XIX, no porto do Rio de Janeiro, muitos “trabalhadores avulsos” eram largamente empregados nas atividades

de manuseio e transporte de carga, especialmente os escravos de ganho.¹⁰ Pelas ruas da cidade, esses cativos, deixados a maior parte do tempo a “viver sobre si”, buscavam atividades que lhes permitissem prover suas necessidades e a de seus senhores. Diária ou semanalmente, entregavam ao senhor uma quantia previamente estabelecida,¹¹ ficando com o excedente, prática em geral respeitada pelos senhores, ainda que nenhuma lei a garantisse antes de 1871.¹² Esses escravos estavam submetidos ao arbítrio do senhor, mas, dia a dia, conseguiam decidir onde, como e com quem trabalhar. Muitos apareciam na casa de seus donos apenas para entregar a fêria que lhes cabia, arcando com moradia, alimentação, roupas e juntando recursos para comprar sua alforria.¹³

O trabalho das ruas foi registrado por vários viajantes. Maria Graham estimou que, em 1822, praticamente a metade dos escravos ganhadores do Rio eram africanos recém-importados que levavam todo tipo de mercadoria na cabeça, desde sacas de café e sal até pesados pianos. Trabalhavam em grupos, capitaneados por um líder que marcava o tempo e os compassos ao som de chocalhos, marimbas ou peças de ferro e, em coro, entoavam canções de sua terra natal. Ernst Ebel observaria que, quando cantavam ou tocavam tambores “para distrair os instrumentos”, conseguiam suportar mais facilmente as pesadas cargas que transportavam.¹⁴ Jean Baptiste-Debret comenta que eles eram trabalhadores indispensáveis: o português, com seu “orgulho” e a sua “indolência” consideravam desprezível quem carregasse um “pacote na mão, por menor que seja”.¹⁵ Mas os fardos quase sempre eram bem pesados. Alguns escravos chegavam a transportar sacas de café com mais de 70 quilos. Por isso, como descreveu Robert Elwes, em 1854, eram escolhidos os escravos “melhores e mais fortes”, os “bem alimentados”, com “aparência gorda e saudável”.¹⁶

Como podemos observar na prancha de Debret, os carregadores de café percorriam um penoso e extenso percurso, liderados por um “capataz entusiasta, capaz de animar os homens com suas canções improvisadas”. Munido de um chifre de boi ou carneiro, “amuleto que alimenta sua verborragia, com a qual ele se impõe à superstição de seus soldados ocasionais”, o líder e seus companheiros chegavam a seu destino, recebiam a fêria do dia e depois seguiam para confraternizar na venda mais perto.¹⁷ Em geral, os carregadores decidiam o tamanho das turmas de trabalho de acordo com a quantidade e o

peso dos volumes a transportar, e, quando a carga era muito pesada, recusavam-se a trabalhar em grupos reduzidos. Em 1832, Expilly assinalava que os negros de ganho ficavam nas soleiras das portas à espera de trabalho, organizados em grupos de 10, 20 ou 50. Assim que o capitão dava o sinal, marchavam “de modo cadenciado aos sons desta orquestra primitiva, e assim, carga à cabeça, avançam com uma ordem e uma precisão que não se pode deixar de admirar”.¹⁸ Ao descrever as ruas da Corte Imperial entre os anos de 1858 e 1861, Rybeirrolles anotaria que, da rua de São Bento, “grande entreposto de café”, partiam os “negros minas atléticos, mármore vivos, que fazem o transporte dos armazéns do cais. Rebeldes a toda sorte de escravatura, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates¹⁹ que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas”.²⁰

Desses registros também inferimos a especificidade étnica das turmas de trabalho ligadas ao carregamento de café. Os pretos-minas, que traziam consigo uma forte tradição urbana e mercantil, pareciam monopolizar o atendimento à demanda das casas comerciais exportadoras de café. Além disso, mantinham-se relacionados por associações de fundo étnico, como as caixas de alforria, muito semelhantes a uma instituição ioruba de crédito chamada *esusu*, que a diáspora africana incutiu em várias regiões das Américas.²¹

Para além da busca da liberdade, essas associações podiam ainda colaborar no pagamento do *jornal* que o cativo devia entregar a seu senhor, ou mesmo auxiliar os companheiros nos momentos mais difíceis. Em 1838, um grupo de africanos minas se juntou para “resgatar da escravidão” Fernando Mina, cativo doado à Santa Casa de Misericórdia, em decorrência de uma incurável elefantíase. Seus “colegas de nação” que o acompanharam até lá pediam que a instituição arbitrasse o valor de sua liberdade.²² Candles e Burgess, no relato de uma visita feita ao Brasil em 1852, como representantes da Religious Society of Friends, descrevem o encontro que tiveram com um grupo de libertos “da tribo mina da Costa do Benin”, que haviam sido “arancados de lá há muitos anos por um ladrão de homens cruel, trazidos e vendidos como escravos”. Desejosos de voltarem para suas Áfricas, trabalharam arduamente e juntaram dinheiro para o retorno. Mas só partiram depois de confirmarem que “a costa estava suficientemente livre de negreiros a fim de garantir o sucesso da tentativa”. Segundo eles, já em 1851, 60 africanos libertos haviam chegado “sãos e salvos” a Badagri. Ao final do relato, os autores informam ainda

que, dias depois do primeiro encontro, receberam um papel escrito em árabe por um dos chefes dos libertos, que era muçulmano.²³ Essas narrativas deixam entrever a solidariedade que havia entre eles, bem como sua capacidade de acumular recursos.

Como já salientou João Reis em relação a Salvador,²⁴ ao se organizarem para o trabalho, os pretos-minas no Rio de Janeiro também acresciam suas atividades de atributos culturais específicos trazidos de outros contextos, procurando reavivar a memória de um passado mais ou menos remoto. Cantando, espantavam a tristeza e, ao mesmo tempo, restabeleciam, no dia a dia, os limites à exploração. Além disso, conforme assinala Reis, o trabalho africano no Novo Mundo não seguia um ritmo demarcado de tarefas a serem cumpridas. Diferentemente da lógica capitalista – em que o operário vende sua força de trabalho por um preço e um período de tempo determinados, mantendo-se quase sempre alheio ao processo produtivo como um todo –, entre os africanos que aqui exerciam ofícios urbanos havia uma certa simbiose entre trabalho e vida cotidiana.²⁵ Mais adiante, veremos – em mais detalhes – como isso ocorria nas ruas do Rio de Janeiro.

Vários autores vêm realizando, nos últimos anos, importantes pesquisas sobre as relações étnicas e de classe entre escravos e libertos, crioulos e africanos. Os espaços urbanos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro eram constantemente redefinidos e distribuídos pelos africanos de acordo com seus grupos de procedência,²⁶ ou do lugar que ocupavam no campo profissional e no processo de trabalho. Em Salvador, de acordo com João J. Reis, os *cantos*, criados a partir do sistema de ganho, reuniam escravos e libertos africanos de um mesmo grupo étnico em locais específicos da cidade, à espera de fregueses. Não há informações precisas sobre sua organização interna, mas eles possuíam um líder, o capitão do canto. Tanto na rebelião de 1835, como em outras mobilizações organizadas por trabalhadores urbanos, especialmente africanos, como a chamada “Greve Negra de 1857”, os cantos tiveram um papel significativo.²⁷

No Rio de Janeiro, a escravidão urbana no século XIX é assunto abordado por Leila Algranti, Mary Karasch, Luís Carlos Soares e Marilene Silva.²⁸ Trabalhando com relatos de viajantes, posturas municipais e licenças de trabalho, Soares apresenta a mais abrangente pesquisa sobre o tema. Contudo, como estava mais preocupado com os debates sobre a economia sistêmica e as formas de trabalho sob a

escravidão, questões ainda muito fortes para a historiografia da década de 1980, deu pouca atenção aos africanos e suas reconfigurações étnicas.²⁹

Para colocar seus cativos andando ao ganho pelas ruas do Rio, os senhores deviam encaminhar um pedido por escrito à Câmara Municipal, no qual seria identificado o proprietário ou seu procurador legal, seu endereço, além de informações básicas sobre o escravo, ou os escravos, tais como nome, nação e idade aproximada. Era necessário ainda pagar um alvará e adquirir uma chapa metálica que garantiria ao cativo e a seu proprietário a legalidade de sua situação. Os escravos encontrados trabalhando sem a chapa seriam recolhidos pelas autoridades municipais.³⁰ Em 30 de junho de 1841, o fiscal da Freguesia de Santa Rita encaminhou ao presidente da Câmara Municipal uma relação de escravos que haviam sido encontrados sem as chapas, e foram “recolhidos à prisão do Calabouço”. Entre os cinco detidos, estava José Calabar, escravo de José Pedro de Oliveira.³¹

Se até a década de 1840 ainda eram relativamente poucas as solicitações de licença enviadas à Câmara, entre os anos de 1851 e 1870, foram 2.868 requerimentos, só para escravos. Com base nos dados de Luís Carlos Soares, apresenta sob a denominação “origem étnica dos escravos de ganho de rua”, podemos estabelecer algumas comparações. Certamente, havia muita repetição nesses lançamentos, como também ocorria com os registros policiais. De todo modo, desse conjunto de pedidos para cativos, 2.653 indicam a “nacionalidade”. Destes, 2.225 são africanos, o que equivale a 84% do total dos requerimentos. O ganho era ainda então um trabalho para africanos.

Para classificar esses africanos segundo sua “nação”, Soares adotou a distribuição por origem, usada por Mary Karasch: África Centro-Occidental, África Occidental e África Oriental. Ao analisar os resultados apresentados por Luís Carlos Soares, podemos redimensionar em detalhes os pequenos e grandes grupos de procedência, bem como sua representatividade no mercado de trabalho urbano. Dos africanos registrados, sabemos a procedência de 1.848. Neste conjunto, os africanos dos grupos angola, benguela, cabinda, congo, mina e moçambique correspondem a 1.592 (86,2%). Considerando apenas esta amostra, 32,7% são identificados como minas (521 registros); 20,9%, congos; 15,9%, moçambiques e 15,8%, cabindas.

Tabela 1
Africanos escravos trabalhadores ao ganho,
por grupos de procedência majoritários (1851-1870)

Grupos de procedência majoritários	1851-1870	
Mina	521	(32,7%)
Congo	332	(20,9%)
Moçambique	253	(15,9%)
Cabinda	251	(15,8%)
Benguela	129	(8,1%)
Angola	106	(6,6%)
TOTAL	1.592	(100%)

Fonte: Adaptação de: SOARES, Luís Carlos. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 107-142, 1988. Tabela 1.

Entre os grupos de procedência minoritários, o autor chega a um total de 229 casos, incluindo monjolo, cassange, moange, rebolo, inhambane, nagô, quilimane. Nos registros, aparecem ainda grupos com menos de dez indivíduos, designados como embamba, ganguela, muxicongo, quissama, songo, haussá e macua. Há ainda cerca de 347 africanos “de nação” desconhecida/não informada, o que equivale a 15,6% da amostra de 2.225 africanos. Apenas 5,3% (153 registros) apresentam especificação ocupacional, destacando-se os vendedores com 91,5% (140 registros), entre eles vendedores de café, carne, fazendas, frutas, legumes, artigos de armarinho, pão e biscoito, peixe e calçados. Também pouco sabemos sobre a idade dos africanos e seus locais de trabalho.

Por fim, resta compreender melhor a presença das mulheres no que parece ser uma atividade masculina. Infelizmente, são raras as informações sobre as escravas, que nessa documentação perfazem apenas 0,58% do total dos registros (13 pedidos). Como todos os relatos de viajantes estrangeiros e outros documentos do período marcam a presença feminina nas ruas, elas podem estar sub-registradas na condição de ganhadoras (palavra ausente da documentação), ou sendo classificadas em outra modalidade de trabalho de rua.

Se levarmos em conta a proporção dos minas no total da população escrava africana da Corte, é possível reconhecer, a partir dessas estimativas, a destacada participação desse grupo entre os *ganhadores*, o que por certo contribuiu para sua grande capacidade de arregimentação de recursos e, conseqüentemente, a disposição que tinham para comprar sua liberdade. Podemos aqui dialogar com estudos mais recentes, que evidenciam a participação dos africanos minas nesse “mercado da liberdade”. De acordo com os resultados parciais obtidos por Manolo Florentino a partir da análise de 14 mil

alforrias concedidas no período de 1840 e 1864, os minas eram um grupo de duas a três vezes superior à sua participação na escravidão africana do Rio de Janeiro. Conforme assinala o autor,

em que pese o contexto de contínua alta de seus preços, os minas não apenas faziam do mercado a via mais comum de acesso às suas cartas, como também concentravam a maioria das cartas de liberdade pagas pelos africanos no período de 1840-1859”.³²

Florentino avalia que as alforrias dos “afro-orientais” seriam mais representadas por aquelas de “serviço”; já as dos “congo-angolanos”, pelas “gratuitas”; e as dos “afro-ocidentais” pelas alforrias “pagas”. Com base numa amostra de inventários *post-mortem*, o autor verifica ainda um padrão sociodemográfico relacionado à representatividade dos grupos de africanos nas áreas rurais e urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1864. A presença dos “congo-angolanos” variava de 65 a 90%. Os “afro-orientais” alcançaram 23% nas áreas rurais e 18% na urbanas. Já os “afro-ocidentais” representam apenas até 19% no meio rural e 15% na urbe. Antes de 1835, alcançaram apenas 3% e até 1859 não chegavam a 9%.³³

Trabalhando especificamente com o grupo de africanos ocidentais, Flávio Gomes apresenta padrões de alforria que revelam índices de agregação organizacional e faces da construção de identidades africanas mais ampliadas.³⁴ O autor examina 2.565 alforrias de africanos ocidentais entre os anos de 1800 e 1871, sendo 75,5% (1.944 alforrias) delas de minas (os restantes aparecem como nagô, calabar, haussá e jejê). Até o início da década de 1830, apenas 12,2% (237 alforrias) do total de pretos-minas adquirem sua carta de liberdade. Mas é justamente a partir dos anos 1830 que esses números começam a crescer, registrando-se o maior índice de alforrias (37,1% do total) entre 1851 e 1860. Daí em diante, observa-se uma estabilização do percentual em 14,4%. Depois de 1861, as denominações nagô, calabar, haussá e jejê praticamente desaparecem da documentação consultada.³⁵

Gomes agrega os registros de alforrias para o período de 1800 a 1871, onde aparecem assinaladas as identidades mina-nagô, mina-haussá, mina-calabar e mina-jejê. Já em 1819, aparece um registro de liberdade de uma mina-haussá. Vemos assim que, ao contrário do

que sugerem Florentino, Líbano Soares e Mamigoniam, o processo de agregação identitária em torno dos minas começou bem antes da década de 1830. Talvez a chave dessa articulação já estivesse colocada no final do século XVIII, como indica Mariza Soares ao discutir a constituição das identidades dos minas maki no Rio de Janeiro.³⁶ De qualquer modo, os minas-nagôs aparecem com 75,6% (214 alforrias) do total de minas conjugados com calabar, haussá, jeje e nagô, justamente no período de 1831 a 1860. Como também observado por Florentino, estas denominações étnicas conjugadas praticamente desaparecem a partir de 1861, verificando-se em apenas 8,8% (25 alforrias) após este período. Teriam todos no final se transformado genericamente em “mina”, entendido como um grande “guarda-chuva étnico”?³⁷

Trabalho e invenção da liberdade

As evidências reunidas até aqui parecem indicar que os africanos minas de fato controlavam o setor de carregamento de mercadorias – aí incluído o transporte de café na região portuária –, o que lhes garantia a soma de recursos necessária para a compra das desejadas alforrias. Um surpreendente necrológico publicado pela *Gazeta de Notícias* nos fornece outras pistas. Em 9 de dezembro de 1904, o jornal noticiava a morte do “tremendo feiticeiro Apotijá”, rememorando pequenas passagens da história deste africano que saíra de Lagos, porto negreiro localizado na atual Nigéria, por volta de 1897, onde havia sido “escravo de um outro negro chamado Salvador”, e chegara ao Brasil desejando trabalhar como carregador. Mas, como destacou o periódico, “a época dos minas carregadores já passara. Os pretos eram todos feiticeiros”. Com o auxílio de alguns de seus patrícios, como Emanuel Ojô, e também do *babalaô* Cipriano Abedé, Apotijá arranhou essa “profissão [de feiticeiro], com a qual passou regularmente a vida”.³⁸ Maiores detalhes sobre a travessia atlântica deste personagem ainda continuam nebulosos. Possivelmente, contatos precedentes com a comunidade de “brasileiros” em Lagos ou com africanos que viviam no Rio de Janeiro, como o próprio Ojô e o mina Abubaca Caolho, motivaram sua viagem. Seja como for, em meados do século XIX, “os carregadores de café, em sua maioria africanos, escravos ou libertos, já constituíam uma fração de classe específica

e claramente delineada na força-de-trabalho empregada no sistema portuário”.³⁹

Já ao raiar do dia, carroças se espalhavam pelas ruas da área portuária. Nas portas dos trapiches e dos grandes depósitos de café, trabalhadores cobertos de suor conduziam mercadorias de um lado para o outro, lotando e esvaziando veículos de carga. Um outro grupo de trabalhadores permanecia no interior dos prédios, arrumando as cargas. Das comissarias, o café saía em lotes corridos de um a mil sacos, contendo dez ou mais tipos diferentes de grãos. Antes de ser vendido, era preciso escolher, separar, repassar em máquinas e depositar o café em novos sacos. Em seguida, o café era pesado e agrupado em lotes uniformes de 125 sacos, no mínimo, cada saco contendo o peso padrão de 60 quilos líquidos. Todas essas atividades eram realizadas por “trabalhadores avulsos”, nos armazéns dos ensacadores e/ou exportadores. Apenas a escolha dos grãos podia ser feita também pelas mulheres,⁴⁰ mas não tenho informações sobre elas, nem mesmo se corresponderiam aos já mencionados 0,58% do total dos registros de ganhadoras.

O porto oferecia múltiplas modalidades de trabalho. Através da “chamada livre”, todos os que desejavam trabalhar nos trapiches e armazéns da região reuniam-se em horas convencionais e locais determinados, nos quais eram escolhidos pelos encarregados ou capatazes das várias firmas agenciadoras de mão de obra, de acordo com os carregamentos. Como não havia qualquer vínculo empregatício, as atividades podiam durar uma hora, um dia, uma noite, meia noite, sem qualquer garantia de que, no dia seguinte, a vaga estaria assegurada. O transporte propriamente dito era monopolizado pelos carroceiros, a quem cabiam as negociações diretas com os carregadores. Os capitães e suas tropas, que trabalhavam na arrumação e executavam as atividades próprias à exportação, começaram então a se fixar nas proximidades das casas de café e trapiches, num movimento de “apropriação de territórios bastante comum entre os trabalhadores informais”, conforme registrou Cruz. Nesse esquema incerto e inseguro, tornava-se factível a demarcação de fronteiras, o estabelecimento de uma reserva de mercado e, sobretudo, a criação de laços identitários e de redes de relações sociais.⁴¹

Era justamente na labuta cotidiana nos armazéns e grandes depósitos de café que os personagens evocados por Júlio Ganam no começo deste texto faziam seus “extras”. Conforme dissera, naqueles

idos de 1905, os negros começavam no trabalho como carregadores das sacas.

Subiam depois a ajudante. Em seguida passavam a capitão [...] e enfim chegavam a furadores. [Furador] era o chefe supremo do carregamento de café. Todo o grão que caía era deles. Como havia dias em que furavam umas mil sacas, juntavam a noite [...] duas e três sacas, fora o que escondiam.⁴²

Se tomarmos como base as estimativas apresentadas pelo *alufá* (duas ou três sacas, mais o que caía, para um conjunto de mil sacas de café empacotadas por dia), esses negros juntavam, para uma jornada de 23 dias úteis de trabalho, cerca de 36 sacas de café por mês, ou cerca de 0,3% do que era produzido diariamente nesses armazéns.

Casos como esses também foram observados por Maria Helena Machado em sua análise a respeito do trabalho escravo nas lavouras paulistas, especialmente em Taubaté e Campinas do século XIX. Na calada da noite, escravos furtavam pequenas parcelas da produção agrícola, sangrando a economia das fazendas e deixando proprietários e feitores em constante estado de alerta. Os libertos, inseridos nas fainas cafeeiras nas mesmas condições que os cativos, também participavam desses ardis noturnos.⁴³ Os produtos furtados eram trocados por rolo, pinga, doces, e, sobretudo, por dinheiro, nas tavernas e vendas localizadas ao redor das fazendas. Estas trocas geralmente selavam alianças entre cativos e brancos pobres; contribuía para o acúmulo de capital e a regularização dos negócios dos vendeiros da região;⁴⁴ e alimentavam uma economia escrava paralela. Assim sendo, às reivindicações quanto a dias livres, alimentação, vestuário e pagamento de serviços extras, juntava-se o costume de subtrair parte da produção.⁴⁵ Ainda que os gêneros desviados fossem revendidos a preços normalmente muito abaixo da cotação comercial, tais transações abriam uma das raras possibilidades de acesso à moeda corrente.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1883, o carregador Tomé Rabelo, mina de 42 anos, morador à rua da Conceição, foi preso sob a acusação de ter subtraído uma saca de café. Não temos como verificar se esse africano era um dos que participavam do esquema revelado por Ganam, nem tampouco encontramos, até o momento, registros de detenção de outros minas.⁴⁶ Como as

informações fornecidas por Ganam são muito imprecisas, não dispomos de indicações exatas sobre o período a que ele faz alusão, mas trata-se da segunda metade do século XIX. Dessa forma, se recorrermos ao volume de café exportado diariamente em 1846, inferimos que o volume empacotado nos armazéns em que trabalhavam alguns daqueles “negros ricos” corresponderia a cerca de 16,2% da média de sacos vendidos, por dia, no Rio de Janeiro. Já em 1885, este número cairia para 10,5%. Cruz avalia que em torno de mil carregadores poderiam estar envolvidos no transporte de café em dias de pico, o que permite estimar que Júlio Ganam estivesse se referindo a um grupo de aproximadamente 100 homens, cujos recursos “extras” arrecadados poderiam corresponder a 0,05%, em 1846, e 0,03%, em 1885, respectivamente, do volume de sacas de café exportado diariamente pelo porto da cidade do Rio.⁴⁷

Mas seria essa estratégia capaz de proporcionar tantas fortunas? O *alufá* indica que não. Para complementar sua renda, esses negros faziam “naquele centro o feitiço dos senhores ricos para a [paixão] de mulheres bonitas, para fazer mal aos inimigos, dos caixeiros querendo [ganhar] dos filhos dos patrões. Toda essa gente pagava”.⁴⁸ Quanto ganhavam, não se sabe, mas as quantias eram “bem generosas”. Os “trabalhos com feitiços” desempenhavam importante papel no redimensionamento de “conexões identitárias” que, entrelaçadas, uniam os carregadores e estivadores nas “tropas” de trabalho.⁴⁹ Como assinala Reis, em Salvador, o mesmo local onde se “negociava” com os deuses servia para a negociação com os homens. Nos “cantos” de trabalho da região portuária, os ganhadores nagôs tinham Exu como um patrono adequado. Tanto a divindade quanto os africanos cuidavam do transporte, sendo que “o primeiro de oferendas para deuses, os demais de todo tipo de carga para seus clientes”.⁵⁰ Os malês também criavam novos significados sagrados nesses espaços de trabalho. Nos cantos, os cativos e libertos muçulmanos rezavam com seus tessubás, recitavam orações, exercitavam-se na escrita do Alcorão, costuravam abadás e buscavam novos correligionários para abraçar sua fé. O escravo haussá Antônio, por exemplo, trabalhava como pescador e também faturava quatro patacas por dia com a venda de orações protetoras que escrevia para sua clientela. Uma pataca equivalia a 320 réis – cifra próxima da diária paga aos senhores em torno de 1835. Pode-se dizer que Antônio mantinha um “ótimo negócio”. Dessa forma, conclui João Reis, “os grupos de trabalho se

desdobravam em grupos religiosos, sendo possível neles o reforço da identidade de classe e étnica por meio do islã”.⁵¹

Ainda que estejamos passeando por caminhos incertos, a crônica de João do Rio nos permite chegar a algumas conclusões, como a existência de um grupo de africanos ligados por fortes laços de solidariedade e cumplicidade. Quem sabe os furadores – “chefes supremos do carregamento de café” – tinham controle sobre os capitães e suas tropas, o que decerto facilitava a apropriação das sacas de café? Ocupariam eles lugar equivalente ao dos “trabalhadores feitos”, também conhecidos como “capitães de tropa”? Segundo Cruz, como as firmas de café passaram a tratar a mão de obra braçal como um elemento menor no conjunto dos seus negócios, cabia a esses capitães negociar com os operários, entregar ou retirar a carga, pagar o serviço e coordenar o trabalho, num cenário que a autora considera muito próximo àquele descrito pelos viajantes estrangeiros no século XIX.⁵² Essas prerrogativas são também muito semelhantes às dos capitães de canto em Salvador, que, além de acertar os serviços, estabelecer os preços e pagar aos africanos que estavam sob sua liderança, também eram os responsáveis por puxar as canções africanas que embalavam a execução das tarefas coletivas.⁵³

Os *furadores capitães* do Rio de Janeiro viviam, então, numa situação ambígua: de um lado, eram pessoas que haviam alcançado a confiança do comerciante, comissário ou trapicheiro e, de outra parte, deviam ser líderes respeitados pelas turmas de trabalho, já que não podiam se arriscar a perder a posição conquistada. Seriam eles responsáveis pela administração das tão decantadas caixas de alforrias dos minas?⁵⁴ Mas os africanos minas não eram os únicos a se organizarem coletivamente para alcançar a liberdade. Logo após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), escravos e mesmo libertos criaram associações, buscando angariar fundos para a compra de alforrias. Foi uma grande surpresa para os legisladores imperiais que acreditavam que a lei incentivaria os escravos a buscarem, individualmente, “através da dedicação ao trabalho”, os recursos necessários à compra da própria liberdade. Em vez disso, assistiram à multiplicação das associações, que se constituíram em arma crucial na mobilização pela emancipação nas décadas de 1870 e 1880.⁵⁵

Ainda assim, uma outra questão continua a nos inquietar: como, depois de abolida a escravidão, os ganhadores, especialmente os africanos minas, inseridos num mercado de trabalho cada vez mais

exíguo, conseguiam preservar suas antigas atividades e ainda acumular vultosas somas de dinheiro, como sugere o *alufá* Júlio Ganam? Precisamos percorrer um longo caminho para destrinçar este enigma, no qual os minas libertos que viviam ao ganho pelas ruas do Rio aparecem como nossa primeira pista.

Depois da liberdade... as ruas

Em 21 de junho de 1879, o contador da prefeitura, Antonio Francisco Fortes Bustamante Sá, enviou um ofício à Contadoria da Câmara Municipal, informando que, naquele ano, apenas 39 indivíduos haviam tirado licenças para andarem ao ganho. Esta constatação evidenciava uma progressiva diminuição da receita municipal, diretamente afetada pela drástica redução do número de senhores que tiravam licenças para seus escravos se empregarem nos ofícios de rua. Mas a “invasão de homens livres”, que se negavam a adquirir e pagar pela autorização, também estava exaurindo os cofres municipais.⁵⁶ As providências reclamadas pelo contador foram prontamente ouvidas pelos deputados e, cerca de um mês depois, começam a surgir as primeiras solicitações. Em julho 1879, a Câmara já contava com 510 pedidos de licença feitos por “ganhadores livres”, que em agosto chegaram a 717. No ano seguinte, apenas três trabalhadores tiraram autorização e, em 1885, outros 50.⁵⁷ Depois desse período, não encontramos mais registros.

Assim como os escravos, forros e livres também deviam apresentar pedido por escrito, indicando seus dados pessoais, como nome, nacionalidade, endereço e, em alguns poucos casos, a atividade a ser exercida. Era necessário ainda que um profissional respeitado – proprietário e com boa condição financeira, quase sempre um comerciante – fosse apresentado como fiador, confirmando a “boa conduta” do trabalhador e garantindo o pagamento das despesas que porventura pudessem surgir, caso o ganhador fosse encontrado em situação irregular, ou sem a devida licença. Desde pelo menos a década de 1850, encontramos pedidos de licença encaminhados à Câmara por africanos livres e libertos, crioulos e até mesmo imigrantes europeus.⁵⁸ No entanto, em 1879, o governo municipal parecia estar firmemente empenhado em controlar o trabalho de rua. Decerto esta postura estava relacionada ao número cada vez maior de trabalhadores,

entre os quais muitos libertos – muitas vezes “confundidos” com os escravos –, que ocupavam as ruas e vielas da cidade.⁵⁹

À diferença da Bahia, não encontramos, até o momento, no Rio de Janeiro, referências a reações mais incisivas por parte dos ganhadores livres às exigências da municipalidade.⁶⁰ Certamente, alguns deles conseguiam burlar as regras, mas o risco era constante. Em 23 de agosto de 1883, a polícia da Corte realizou uma grande batida contra os ganhadores não autorizados, fossem escravos ou livres; entre os 14 ganhadores presos estavam os libertos José Mina, morador à rua do Conde, que já contava com 60 anos de idade; e Braz Mina, mais idoso ainda, com 70 anos, morando na mesma rua.⁶¹

Podemos conhecer um pouco mais sobre esses ganhadores, bem como compreender a dinâmica de seus nichos ocupacionais, analisando três livros de registros de licenças para ganhadores livres (1879-1885).⁶² Seguindo uma tendência que já havíamos verificado entre os escravos de ganho, esta é uma atividade basicamente masculina. Aqui os pedidos foram, na sua totalidade, encaminhados por homens. Esta cifra é surpreendente quando sabemos que a maior parte das alforrias era obtida por mulheres e que elas quase monopolizavam certas atividades ligadas ao comércio ambulante, como era o caso das quitandeiras, cuja maioria era mina. De qualquer forma, do conjunto de 770 pedidos de licença encaminhados nesse período, 394 (51,5%) indicam a nacionalidade do ganhador. Dos 376 restantes (48,5%), 355 não fazem quaisquer referências ao país, região ou cidade de procedência, e tampouco apontam a cor dos indivíduos.⁶³ Os 21 restantes são referidos “pretos livres”, “libertos” ou “forros”.

Como podemos observar a partir da Tabela 2, os imigrantes europeus – destacando-se os portugueses, italianos e espanhóis – constituíam 63,2% dos trabalhadores de rua que tiveram sua nacionalidade indicada. Os portugueses, mais numerosos pelo menos desde a década de 1820, representam o maior grupo registrado.⁶⁴ Logo em seguida, vinham os africanos, com 116 pedidos de licença (29, 45%), indicando que depois de libertos mantêm-se na atividade de ganhadores.

Tabela 2
Ganhadores livres, por nacionalidade (1879-1885)

Nacionalidade	Ganhadores	%
Portugueses	167	42,40
Africanos	116	29,45
Italianos	48	12,18
Espanhóis	34	8,62
Brasileiros	28	7,10
Paraguaios	1	0,25
TOTAL	394	100

Fontes: AGCRJ, Códices Ganhadores Livres, 1879-1885

Em fins do século XIX, as cantigas de trabalho africanas estavam sendo, paulatinamente, substituídas pela gritaria dos muitos imigrantes europeus pobres que vinham sendo empregados no transporte de cargas.⁶⁵ Das áreas agrícolas da Europa mediterrânea, partia a maior parte dos imigrantes que, sobretudo após a década de 1870, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro.⁶⁶ Contrariando os discursos imigrantistas do período, muitos, em sua maior parte jovens, tinham poucos conhecimentos dos códigos urbanos e precária qualificação profissional. Acabariam compondo um proletariado miserável, que se ocupava dos serviços antes desempenhados por escravos.⁶⁷

Nesse quadro, a competição pelas poucas opções no mercado de trabalho, e também pela sobrevivência na cidade, acirrava rivalidades entre africanos e imigrantes europeus.⁶⁸ Já em 1872, podemos assistir a um desses conflitos, que serão intensificados na virada do século, envolvendo disputas por questões de trabalho na orla marítima. O episódio ocorrera no mês de maio daquele ano, contrapondo 50 “pretos ganhadores da praça das Marinhas, que têm por costume carregar para a terra a carne seca trazida [...] dos navios em canoas”, aos cerca de 12 “trabalhadores [brancos] ocupados naquele serviço”. Poucos dias antes, os pretos haviam exigido um aumento de 20 réis aos donos da carne-seca. Como não quiseram se sujeitar a esta exigência, os patrões resolveram chamar trabalhadores brancos. Inconformados com a nova situação, os ganhadores voltaram às 12 horas do dia 2 de maio, “armados de cacetes e um deles com uma foice”. Assaltaram os novos trabalhadores, travando-se “luta renhida”, só debelada após a atuação de um capitão e de praças da guarda urbana. Ao noticiar a contenda, o *Diário do Rio de Janeiro* destacara que os pretos carregadores teriam feito “uma parede”, “à moda da Costa da Mina”, o que acabou provocando a prisão de sete escravos e de um negro liberto.⁶⁹

Além das disputas entre pretos e brancos que o conflito narrado permite entrever, indubitavelmente, nos anos 1870, o espaço portuário ainda era ocupado por escravos e libertos africanos, com destaque para os minas.⁷⁰ A Tabela 3 mostra as nações dos ganhadores e carregadores, nas décadas de 1870 e 1880. Dos 96 africanos que têm seus grupos de procedência indicados, os minas constituíam uma esmagadora maioria, com 79,6% da amostra.⁷¹ Os cabindas perfazem apenas 8,3%, e os congos, 5,2%. Os demais grupos como os angolas, benguelas, cassanges, moçambiques e moanges agrupados, correspondem a 7,3%. Confirma-se, assim, o ganho como um espaço de trabalho do africano mina, que, a partir da década de 1870, passa a ser disputado pelos imigrantes portugueses.

Tabela 3
Ganhadores livres africanos, por grupos de procedência (1879-1885)

Grupo de Procedência	Ganhadores	%
Mina	76	79,2
Cabinda	8	8,3
Congo	5	5,2
Benguela	2	2,09
Moçambique	2	2,09
Cassange	1	1,04
Angola	1	1,04
Moange	1	1,04
TOTAL	96	100

Fontes: AGCRJ, Códices Ganhadores Livres, 1879-1885

Para o período após os anos de 1870, localizamos apenas nove licenças para cativos minas andarem ao ganho.⁷² Em junho de 1879, entre os 39 indivíduos que tiraram autorização na Câmara, estava Francisco, mina de 40 anos, escravo de dona Emília Peçanha Pinto. Nenhum outro cativo de sua “nação” foi registrado naquele período. Um mês depois, dos 76 pretos-minas “ganhadores livres” que pediram licença, apenas 14 foram indicados como libertos. Para os demais, não há qualquer referência acerca do seu estatuto legal. Não temos como garantir que todos fossem ex-escravos que conquistaram sua liberdade.

Encontramos casos como o do carregador João Mina, único africano que, ao solicitar sua licença, apresentou como fiador seu ex-senhor, Luiz Legnago, morador à rua Senador Vergueiro, número 7.⁷³ Em 31 de julho de 1879, os pretos-minas João, Domingos Pedro e Feliz Júlio, todos residentes no número 58 da rua de São Lourenço,

em Santana, solicitaram licença para andarem ao ganho.⁷⁴ Os três apresentaram como fiador o proprietário Fellipe Charamé, que também apresentou aquele endereço como local de sua residência, e foram anotados no livro de “ganhadores livres”. Alguns dias depois, em 6 de agosto de 1879, mais dois africanos minas, Fortunato Hilário de Roza e Jacinto Manuel de Bussa, ambos residentes à rua da Prainha, 209, também indicariam Fellipe Charamé como seu fiador. O endereço indicado era a rua do Príncipe, número 58, na freguesia de Santa Rita. Dois dias antes, o mesmo Fellipe abonara o mina David Antonio Rocha, morador à rua do Príncipe, número 240, que pedia autorização para ganhar pelas ruas.⁷⁵ Dificilmente, Fellipe Charamé teria mudado de residência em apenas uma semana, ainda que isso não seja impossível. O mais provável é que fosse proprietário de dois imóveis, ou que um deles fosse sua residência e o outro um estabelecimento comercial que empregasse ganhadores, ou, quem sabe, uma estalagem ou um cortiço

Em algumas licenças, referências a casas comerciais desse tipo aparecem de forma mais explícita. No pedido encaminhado pelo mina Rodolpho Albino da Costa, em 28 de julho de 1879, aparecem como fiadores os negociantes “Costa Torres, Machado & Cia”, decerto o nome de alguma firma, localizada à rua Candelária, número 20, área portuária de grande circulação de mercadorias. Também “Oliveira e Barrozo”, negociantes que ficavam na rua do Rosário, número 20, foram apresentados como fiadores do mina Alexandre Antônio, morador à rua Barão de São Félix, número 59.⁷⁶

Nesse grupo de “ganhadores livres” minas, encontramos ainda dois registros de “homens livres”, conforme indica Vicente Mina, que morava na rua do Senhor dos Passos, número 77, em seu pedido, apresentado em 2 de agosto de 1879. Na licença encaminhada pelo mina Thomaz, três dias antes, também está escrito que ele era livre.⁷⁷ Entre as 770 licenças compulsadas, dez falam em “pretos livres”, mas não dão detalhes sobre a procedência. O que diferia esses africanos e pretos livres dos libertos? A primeira suposição é que fossem *africanos livres*, ou seja, aqueles africanos que chegaram ao Rio depois de extinto o tráfico de escravos, e foram emancipados.⁷⁸ Nesses termos, podemos sugerir ainda que Manoel Ribeiro Guimarães, fiador de Vicente Mina, também fosse seu concessionário, a quem o africano servia como “criado” ou “trabalhador livre”. Mas por que somente

esses dois africanos não foram identificados como *africanos livres*, se entre 1879 e 1885 há sete desses casos?⁷⁹

É possível supor, ainda, que Vicente Mina e Tomaz fossem realmente livres e não *africanos livres*. Os estudos sobre africanos na diáspora, especialmente em cidades como Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, tendem sempre a considerá-los sob o ponto de vista da escravidão. Mas, desde pelo menos o final do século XIX, encontramos africanos livres, entenda-se imigrantes, chegando ao Rio. Decerto, seu número era bem reduzido devido às restrições legais que impediam sua entrada no país. Em 1857, foi derrotado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro um projeto de lei que pretendia estimular a vinda de “colonos africanos”. A decisão foi saudada num editorial do *Jornal do Commercio*, que associava o atraso da agricultura brasileira justamente aos africanos, argumentando que só os europeus poderiam regenerá-la.⁸⁰ O primeiro decreto do governo republicano, proclamado em 1889, proíbia o ingresso de africanos e asiáticos no Brasil.⁸¹

Tudo indica que essas barreiras legais não foram impedimentos suficientes. Pelo menos desde os anos 1860-1870, alguns africanos chegados livres já estavam residindo na cidade. A primeira trajetória que conseguimos identificar foi a do feiticheiro Apotijá, citado anteriormente, que veio para o Rio por volta de 1897, com a intenção de trabalhar como carregador no porto. João do Rio, em suas crônicas publicadas no início do século XX, cita pelo menos mais três casos de africanos de Lagos que chegaram ao Rio de Janeiro, quando havia muito já se extinguiu o tráfico transatlântico de escravos.⁸² Nos fluxos e refluxos que uniam África e Brasil, ao mesmo tempo que encontramos africanos e muitos de seus descendentes retornando à costa africana, há imigrantes saídos da cidade de Lagos, por exemplo, entre os quais vários “brasileiros”, que voltam a se estabelecer na Bahia.⁸³

Seja como for, os minas que andavam ao ganho na Corte certamente mantinham a mesma ocupação que tiveram quando ainda cativos. Constatamos que apenas dez das 76 autorizações indicam a atividade desempenhada pelos pretos-minas. Destes, nove são identificados somente como carregadores, um deles, para trabalhar nas descargas de carne-seca e demais gêneros. Em 23 de agosto de 1861, o forro mina João José da Costa pede autorização para “quitandar verduras” na barraca do Largo do Capim, 129. Mesmo sem endereço e na ausência de um fiador que o abonasse, o pedido foi aprovado.⁸⁴

Comparando esses dados com aqueles computados por Carlos Eugênio Soares nos registros de africanos libertos presos na Detenção, confirmamos a proeminência dos minas nas atividades de transporte de mercadorias. Dos 1.157 africanos libertos detidos entre 1860 e 1900, 21% eram africanos ocidentais (mina, mina-nagô, nagô e calabar); os vindos da África Oriental (moçambique, inhambane, munhanbane, quilimane e mucena) perfaziam 18%; e os centro-ocidentais, que compunham a grande maioria dos africanos na cidade em todas as outras listas do século XIX, correspondiam a 61%. Entre os homens e mulheres originários da África Ocidental, a grande maioria era composta por minas (208). Corroborando o que viemos demonstrando até aqui, os minas correspondiam a 30,2% do total de ganhadores presos e a 32,8% dos carregadores. Também eram maioria entre os quitandeiros: dos 83 quitandeiros africanos presos na Detenção, 41 eram minas (49,9%); destes, 29,3% eram homens, e 70,7%, mulheres.⁸⁵ Estes números mais uma vez deixam em aberto a questão da modalidade de controle do trabalho das mulheres nas ruas da cidade.

Negros ricos?

Ainda que as licenças de ganhadores livres não representem a totalidade dos trabalhadores que realizavam ofícios urbanos no Rio, a partir da análise dessa documentação, constatamos a presença marcante dos minas nesse nicho ocupacional, que, a partir dos anos 1870, passa a ser controlado pelos imigrantes europeus. A vida nas ruas não era nada fácil para os africanos. A carta de alforria não os livrava do olhar vigilante das autoridades policiais. Foi o que ocorreu com o ganhador Jacob Mina, liberto de 75 anos de idade. No dia 1º de janeiro de 1871, ele foi preso sob a suspeita de ser escravo. Na ocasião, trajava uma camisa de algodão, calça preta, paletó de riscadinho roto e a “indefectível carapuça”. Foi solto. Um mês depois, seria preso novamente, pelo mesmo motivo.⁸⁶

Além disso, a maioria tinha muitos de seus desejos de ascensão social e cidadania frustrados pelo preconceito social e racial. O estigma de inferioridade marcava a maneira como eram vistos por outros setores livres da população. Como assinala Reis, a escravidão não era, para os libertos, apenas uma lembrança, “mas um problema pessoal e, mais ainda, uma ameaça sempre presente”.⁸⁷ Mas a pecha de

“vagabundo contumaz” não recaía apenas sobre os forros africanos, pesava sobre o conjunto dos pobres, grande parte deles também ambulantes, vendendo serviços ou produtos.⁸⁸ Curiosamente, apenas 8% dos libertos africanos que trabalhavam como ganhadores no Rio foram presos por “vagabundagem”; entre os carregadores, 26% foram presos por este motivo.⁸⁹

Mas como explicar que alguns deles, já em fins do século XIX, tenham se tornado “negros ricos”, como constatou João do Rio e seu amigo Júlio Ganam? Durante muito tempo, o discurso histográfico sobre os forros, via de regra, os qualificava pela precariedade das condições materiais. Como as alforrias eram extremamente onerosas para os escravos, depois de anos juntando recursos necessários à compra da liberdade, era de se esperar que esses libertos ficassem destituídos de qualquer pecúlio. Às dificuldades de enriquecimento, vinham se juntar os obstáculos para adquirir algum tipo de *status* social.⁹⁰

Partindo das solicitações encaminhadas pelos “ganhadores livres” e de outros documentos, tais como os registros da Casa de Detenção, não conseguimos auferir se os ganhos obtidos com os ofícios urbanos eram realmente vultosos, e o que podiam representar para aqueles africanos. Mas entre os senhores que solicitaram autorizações à Câmara Municipal, encontramos africanos minas, o que revela que o sistema de ganho não apenas possibilitava que escravos comprassem sua alforria, contribuindo assim para a desagregação do escravismo,⁹¹ mas também permitia que alguns poupassem o suficiente para adquirir cativos.

Era comum que os minas libertos adquirissem escravos da mesma nação. Em 4 de abril de 1857, o africano mina Inocêncio Antonio da Cunha, morador à loja 114 da rua Formosa, na Freguesia de Santana, pediu licença ao cativo Gervásio, de nação mina, para vender peixe. Inocêncio pertencera à mesa da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, aparecendo como juiz nas décadas de 1860 e 1870.⁹² Um vizinho seu, Ignacio José Antônio Mina, morador à rua Formosa, número 116, também colocou um escravo mina para vender peixe pelo município.⁹³ Laurianna Maria de Santa Anna, uma africana mina-tapa, solicitou, em 9 de maio de 1855, autorização para um escravo da mesma “nação” exercer algum ofício urbano. No mesmo dia, o mina-nagô Delfino Antônio de Miranda, morador à rua da Pedreira, número 1, requeria licença para dois cativos mina-nagô.⁹⁴

Ainda continuavam vivas na memória de Júlio Ganam as figuras de tia Cristina, “uma das últimas negras minas do Mercado”, que ficara rica vendendo santos e doces na rua e dirigia muitos empregados, e de tia Felicidade, “a maior fortuna entre negros”, que parava sempre na esquina da rua São Lourenço, perto do quartel-general, com seu tabuleiro de doces. “Em torno dela uma porção de negras contam cousas para diverti-la, cuidam-lhe dos bolos, chamam-na de mãe e pedem sua benção.” Parecia guardar com zelo suas riquezas, já que nem aos seus melhores amigos dava “bolos grátis”, “vende pela metade, mas vende”. Porém, como muitos dos africanos referidos por Ganam, ela não gostava de ostentar sua fortuna, “isso era para os brancos”. Além de não abrir sua bolsa nem seu coração, dizia que era pobre.⁹⁵

Vemos assim como, desde meados do século XIX, os africanos da Costa da Mina trabalhavam para conquistar sua liberdade e preservar seus postos num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Muitos, “confundidos” com os escravos nas ruas da cidade, eram constantemente abordados pelas autoridades policiais. Outros tantos conseguiam poupar dinheiro, adquirir cativos e, quem sabe, se tornar um “negro rico”.

Notas

- ¹ Uma primeira versão deste capítulo está em FARIAS, Juliana Barreto. *Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Agradeço aos professores Mariza de Carvalho Soares e Flávio dos Santos Gomes pelas valiosas indicações e leituras críticas desta e de outras versões deste artigo.
- ² RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1905, p. 3. João do Rio foi um importante jornalista que deixou registrada em suas crônicas a vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX. Uma parte dessas crônicas, publicadas entre os anos de 1904 e 1908, foi reunida no livro: RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
- ³ RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1905, p. 3. Aqui observamos as intenções de Júlio Ganam de preservar algumas prescrições islâmicas. Na África Ocidental, muitos muçulmanos comemoravam datas religiosas e festejavam nascimentos em ceias servidas com carneiros. Na Bahia Oitocentista, as ceias malês eram ocasião de reunião e, segundo Reis, ceias expressavam o compromisso dos malês com o preceito islâmico de só consumir comida preparada por mãos muçulmanas. Também Manuel Querino nos informa que o final do Ramadã, o mês de jejum, era celebrado pelos malês baianos com sacrifícios de carneiros. REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 233-234.
- ⁴ Sobre a participação dos minas no transporte de café na região portuária, ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua vol-*

- ta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 34-35; CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000; RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976. Especialmente os textos sobre as “religiões africanas” na cidade do Rio. Sobre quitandeiras minas, ver: GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. ‘Dizem as quitandeiras’... ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002; SOARES, Carlos Eugênio. Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900. In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. p. 401-415.
- ⁵ RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905.
- ⁶ Cf. RIO, João do. No mundo do feitiço: os feiteiros. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 9 mar. 1904.
- ⁷ Entre eles, como se verá, estavam grupos de língua iorubá. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 532-533.
- ⁸ RIO, João do. No mundo do feitiço: os feiteiros. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 9 mar. 1904.
- ⁹ Na Bahia, segundo Nina Rodrigues, muitos dos nomes de “nações africanas” eram deformados. Muitos negros não pronunciavam o g, como na palavra *Egbá*. Assim, era comum encontrar documentos que falavam em negros de Ebá ou simplesmente de Bá. RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: Ed. da UnB, 1988. p. 102-103.
- ¹⁰ Cruz destaca que a utilização da mão de obra avulsa é comum nos portos e está relacionada à variação cotidiana da demanda por trabalho. A autora emprega os termos trabalho/trabalhador “avulso”, expressão do linguajar dos portos e da legislação brasileira. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 254. Para uma análise mais aprofundada da questão, ver da mesma autora: *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ¹¹ Como destaca Reis, esses arranjos não eram desconhecidos de alguns escravos africanos. Em Sokoto, cativos rurais trabalhavam metade do dia para seu senhor, metade para si e sua família. REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 585, nota 3.
- ¹² Desde muito cedo, os escravos da Corte já acumulavam certos bens, mas somente com a lei de 28 de setembro de 1871, a chamada “Lei do Ventre Livre”, em seu artigo 4º, permitiu-se legalmente que o escravo formasse um pecúlio. (CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 159).
- ¹³ Vários autores já analisaram a escravidão ao ganho no Rio de Janeiro, entre eles, podemos citar: SOARES, Luís Carlos. *Urban slavery in nineteenth century: 1808 – 1888*: Rio de Janeiro. (PhD Dissertation) – University College, Londres, 1988, Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 107-142, 1988; ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo de escravidão urbana: Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988; KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 259-291; SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão urbana*. São Paulo: Hucitec, 1988.

- ¹⁴ GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres: [s.n.], 1924. p. 195; EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1972. p. 13, 44-46, citados em KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 264. Conforme destaca o missionário Samuel Johnson, referindo-se aos retornados para Serra Leoa, a música estava de tal forma entranhada na vida dos nagôs que aqueles que se dedicavam à percussão passavam por uma cuidadosa e demorada iniciação. JOHNSON, Samuel. *The history of Yorubas*. Londres: Routledge: Kegan Paul, 1921. p. 120-121, citado em: REIS, João J. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história cultural*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 118. Como destaca Reis, Johnson escreveu no final do século XIX. Mas, antes disso, o capitão inglês Hugh Clapperton, que passou pela África Ocidental em meados da década de 1820, também observava que a música, o canto e a dança impregnavam ao longo do dia e da noite, “entre dignatários e gente comum, em cada vila iorubana por onde passava, apesar de haver guerra em toda parte”. CLAPPERTON, Hugh. *Journal of a second expedition into the interior of Africa from the bight of Benin to Soccatto*. Londres: Frank Cass, 1966 (orig. 1826), citado em: REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história cultural*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 119.
- ¹⁵ DEBRET, Jean- Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1993. p. 196.
- ¹⁶ ELWES, Robert. *A sketcher's tour round the world*. Londres: [s.n], 1854. p. 25-26, citado em KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 265.
- ¹⁷ DEBRET, Jean- Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1993. p. 288-289, prancha 37.
- ¹⁸ EXPILY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: E. Denu, 1862. p. 82-84, citado em: CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 258-259.
- ¹⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 35, 365-366. Em Salvador, essas associações, organizadas de acordo com a “nação”, além de contribuírem para a promoção de alforrias coletivas, também garantiam, de alguma forma, a segurança e o bom uso das economias amealhadas pelos africanos, funcionando como caixas de poupança. Os membros – fossem escravos ou libertos – contribuíam com algum recurso e podiam retirar, de forma rotativa, a quantia necessária para a compra de sua liberdade.
- ²⁰ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Tradução de Gastão Penalva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 1, p. 208-209. Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 35, 365-366. Em Salvador, essas associações, organizadas de acordo com a “nação”, além de contribuírem para a promoção de alforrias coletivas, também garantiam, de alguma forma, a segurança e o bom uso das economias amealhadas pelos africanos, funcionando como caixas de poupança. Os membros – fossem escravos ou libertos – contribuíam com algum recurso e podiam retirar, de forma rotativa, a quantia necessária para a compra de sua liberdade. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 261.
- ²¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 35. João Reis recorre a Samuel Johnson

para descrever esta instituição de crédito iorubá. Johnson assim descreveu uma esusu: “uma soma fixa, previamente estabelecida, e dada por cada um numa periodicidade (geralmente a cada semana) e local determinados, sob administração de um presidente, a quantia total é paga a cada membro rotativamente. Isto permite a um homem pobre fazer negócios de valor que demandem uma soma grande. Há leis regulando esse sistema”. JOHNSON, Samuel. *The history of Yorubas*. Londres: Routledge: Kegan Paul, 1921. p. 119, citado em: REIS, João J. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história cultural*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 366. BASCOM, William R. *The esusu: a credit institution of the Yoruba*. *Journal of Royal Anthropological Institute*, London, v. 82, n.1, p. 63-69, jan./jun. 1952, citado em: CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 261.

²² O caso é citado em: KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 467.

²³ BURGER, Wilson; CANDLER, John. *Narrative of a recent visit to Brazil to present an address on the slave trade and slavery issued by the Religious Society Friends*. Londres: E. Newmann Printer, 1853. p. 37-39. Citado em: CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 259-260.

²⁴ REIS, João J. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história cultural*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 358.

²⁵ REIS, João J. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história cultural*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 359. Como destaca Reis, o intercâmbio entre vida social e trabalho observado entre os africanos na Bahia – e acrescentamos aqui o Rio de Janeiro – é bem próximo do que sugere o historiador inglês E. P. Thompson, para o trabalhador pré-capitalista na Europa. THOMPSON, E. P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. In: _____. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

²⁶ Uso esta definição nos termos propostos por Mariza de Carvalho Soares em *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Seguindo essa perspectiva, os africanos minas da Corte teriam construído sob as suas identidades um processo sociocultural, no qual o mercado de trabalho e também aquele da cultura material religiosa foram fundamentais. Ver ainda as análises para Salvador: a “grande tenda nagô”, proposta por Cortês de Oliveira, e o “guarda-chuva étnico”, sugerido por Reis. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do Século XIX. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 174-193, dez.1995/fev.1996; REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997.

²⁷ Como assinala Reis, esses espaços “tiveram o papel de assegurar uma organização solidária entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo que funcionavam como instrumentos de defesa do mercado contra os negros locais, impediram a competição individual exacerbada entre os ganhadores, mantiveram a tradição de trabalho coletivo e assim evitaram que a escravidão destruísse nos africanos o espírito de comunidade”. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 361-364. Ver ainda do mesmo autor: A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, v. 18, p. 8-21, 1993; De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

- ²⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo de escravidão urbana: Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988; KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 259-291; SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão urbana*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- ²⁹ SOARES, Luís Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 107-142, 1988. Cf. Silva op. cit., p. 91.
- ³⁰ As análises e comparações dos dados extraídos das licenças para escravos andarem ao ganho no Rio já foram analisadas em: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S. Descobrimos mapas dos minas: trabalho urbano, alforrias e identidades, 1800-1915. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Libano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ³¹ AGCRJ – Códice 6 – 1 – 43: Escravos ao ganho e escravidão, 1833-1841, p. 43.
- ³² FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002. p. 27-28. Florentino destaca que nas cartas de alforria, além dos majoritários minas, aparecem também as seguintes designações relativas à etnia ou à região afro-ocidental de embarque: borno, cabo verde, calabar, gege, hauçá, mina-nago, nago e nago-mina. (nota 46, p. 37).
- ³³ FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002.
- ³⁴ FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S. Descobrimos mapas dos minas: trabalho urbano, alforrias e identidades, 1800-1915. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Libano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ³⁵ GOMES, Flávio dos S. Reiventando as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888. In: FARIAS, J. B.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional 2003. cap. 1.
- ³⁶ Ver: FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000; SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CE-CULT, UNICAMP, 2001. p. 355-390; e SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ³⁷ Expressão usada por João José Reis em: Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997.
- ³⁸ O FEITICEIRO Apotijá. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 9/12/1904.
- ³⁹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 263.
- ⁴⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.
- ⁴¹ Sobre a descrição do cotidiano das firmas no setor cafeeiro a partir da segunda metade do século XIX, ver: CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 265-267. Da mesma autora, ver também: *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São

- Paulo, 1998. p. 45-46, 176-178. Para a inserção de homens livres na ocupação de carroceiros no Rio de Janeiro, ver: MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 39-50.
- ⁴² RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905.
- ⁴³ Como ressalta Machado, utilizavam-se de coragem e habilidade para “contornar os inúmeros obstáculos que se lhes colocavam, reiterando a importância dessas práticas costumeiras na organização de sua sobrevivência”. MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 104, 106.
- ⁴⁴ Os senhores também estavam atentos a essas relações entre escravos e homens livres. Em 1860, Luiz de Tolledo Piza acusou Antônio Ribeiro, agregado havia três anos nas terras de Domingos Leite da Silva, por receptação de açúcar e café furtados por escravos. Em sua defesa, o acusado alegou que “[...] diversos escravos tinham ido a sua venda tentar vender café ele porém jamais aceitou esse negócio”. Processo crime n. 582, 1860, Campinas, AESP. Citado em: MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 106.
- ⁴⁵ MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 108.
- ⁴⁶ SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Libano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 153. Podemos ter uma ideia do volume de grãos apropriados pelos africanos da região portuária do Rio comparando os cálculos apresentados por Ganan e Thomas Ewbank. Segundo Ewbank, o movimento dos carregadores de café em 1846 era contínuo, com um volume anual de exportação em torno de 1.849.833 sacas. Considerando 300 dias úteis, chegamos a uma média de 6.166 grandes sacas a exportar, por dia. Nos anos subsequentes, estes números continuaram crescendo. Em 1885, registrou-se a venda de 2.858.107 sacas, o que corresponde a uma média diária de 9.527 sacas. Decerto, em alguns dias, o volume de exportação podia exceder estes valores médios. Para o número de sacas exportadas, ver: EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Tradução de Homero Castro Jobim. v. 1. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 119-120; THE BRAZILIAN YEAR BOOK: issued under the patronage of the Brazilian Government. Rio de Janeiro: J. P. Wileman, 1909. p. 633, citados em CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 263.
- ⁴⁷ Não esquecer que o volume arrecadado – ou a renda obtida a partir de sua venda – era dividido entre aqueles que juntavam os grãos de café. Cf. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 263; RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905.
- ⁴⁸ RIO, João do. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905. Reis informa que, na Bahia, uma das estratégias de sobrevivência utilizadas pelos africanos era ocupar-se em mais de uma atividade de trabalho. Cf. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 210.
- ⁴⁹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 52.

- ⁵⁰ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 210. Reis destaca como essa trama simbólica podia fazer do capitão das tropas uma figura de grande poder, muitas vezes poder religioso. No romance oitocentista *O feiteiro*, de Xavier Marques, Elesbão acumulava as funções de “capitão do canto” e líder sacerdotal. apud REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 362.
- ⁵¹ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 362-363.
- ⁵² A autora destaca ainda que, a partir de meados do século XIX, com o alargamento das linhas férreas, o café transportado do Vale do Paraíba convergia para a estação terminal da Estrada de Ferro D. Pedro II, construída no Campo de Santana e inaugurada em 1858. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 264-266.
- ⁵³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 361.
- ⁵⁴ Não podemos descartar também a possibilidade de que entre esses africanos estivessem alguns dos escravos e libertos que, nas fazendas do sudeste escravista, se apropriavam dos grãos de café estocados, já que, com a proibição do tráfico na década de 1850, muitos deles se estabeleceram no mercado de trabalho portuário do Rio, vindos de outras províncias e das zonas rurais fluminenses. Ver: GRAHAN, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez?: o comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, 2002.
- ⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 107-157.
- ⁵⁶ AGCRJ, Códice 6-1-59: escravidão e escravos ao ganho: 1870 e 1880, p. 136.
- ⁵⁷ Trabalhamos com 3 Códices de “Ganhadores livres”/libertos (44-1-28; 44-1-29 e 44-1-30), do AGCRJ onde encontramos algumas poucas solicitações para homens livres.
- ⁵⁸ Em junho de 1850, João do Amaral, liberto de nação calabar, morador na rua do Saco do Alferes, pedia licença para andar ao ganho, apresentando como fiador José Bráulio de Mesquita. (AGCRJ, Códice 44-1-27, p. 168). Em 19 de agosto de 1858, é a vez de Matheus, preto forro mina, cujo pedido vem aiançado por Antônio José de Freitas, com negócio na rua do Sabão, 329. Há mais quatro solicitações encaminhadas por libertos minas antes da década de 1870. Cf. Códices 44-1-27, p. 16, 45-47; 39-1-30, p. 6.
- ⁵⁹ Não por coincidência, também a partir de 1879, os registros de prisão de libertos africanos na Casa de Detenção, até então muito fragmentados em livros isolados, se avolumam e passam a constituir séries completas. O aumento dos registros de prisão está diretamente relacionado a uma política de maior vigilância das ruas. Esta constatação é feita por Carlos Eugênio Soares que assinala que, a partir de 1879, os registros ficam mais organizados e compactados em séries completas. Ver: SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 145.
- ⁶⁰ Os ganhadores de Salvador não aceitaram de bom grado as resoluções impostas pela municipalidade em 1857. Além da obrigação de se registrarem na Câmara Municipal, deveriam pagar uma expressiva taxa anual, usar uma chapa metálica no pescoço com o número da matrícula e apresentar um fiador que abonasse o bom comportamento dos libertos. Contrários a estas novas resoluções, organizaram, em junho daquele ano, uma greve que recebeu adesão bem maior do que a revolta de

1835. O movimento se prolongou por mais de uma semana, praticamente parando os negócios de transporte da cidade, já que este trabalho era quase todo feito pelos ganhadores. REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia, p. 8-21. Em 5 de outubro de 1880, foi publicado um novo regulamento, bem como um livro de matrículas que acompanha o documento, no qual os capitães dos cantos registravam a matrícula dos ganhadores de seus cantos que são analisados em: REIS, João J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.
- ⁶¹ APERJ, Livro de Entrada na Casa de Detenção, 3969, citado e analisado em: SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Libano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 154.
- ⁶² Cf. AGCRJ, Códices 44-1-28; 44-1-29 e 44-1-30.
- ⁶³ Para uma discussão sobre o uso da categoria raça, ver: GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FUSP: Ed. 34, 1999. Especialmente, cap. 1 e 2.
- ⁶⁴ “Os portugueses eram o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro. Em 1872, 2/3 dos imigrantes do então Distrito Federal eram lusitanos, e o censo de 1890 mostrou que além de constituírem a mais antiga comunidade estrangeira da cidade, mais da metade de seus membros chegara há apenas dez anos”. RIBEIRO, Gladys. “*Cabras*” e “*pês-de-chumbo*”: os rolos do tempo: o antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.
- ⁶⁵ Reis destaca que, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde os imigrantes europeus foram, ao longo do século XIX, substituindo uma parte dos africanos e afro-brasileiros – embora isso não tenha sido verificado com tanta intensidade na região portuária – em Salvador, os europeus não participaram dessa transição. REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000. p. 218. João do Rio, em uma visita rápida pela cidade de Salvador em 1909, descreveria deslumbrado as ruas estreitas da Cidade Baixa e seus personagens: “negros feitos de músculos d’ébano, mulatinhas adolescentes com a carnação das mangas maduras, rapazes desempenados, velhas africanas, mulatos sacudidos, soldados, a turba brasileira, a antiga turba brasileira que desaparece do Rio e se estrangeira nas avenidas mas que ainda domina na Bahia, a turba mixta de portugueses e africanos, em que há ingleses e brasileiros mas onde domina o gosto da pimenta, a mastigação do orobó, e o temor macabro dos deuses bárbaros”. RIO, João do. São Salvador à noite. *A Notícia*, p. 3, 2 jan.1909.
- ⁶⁶ Destacam-se como focos de emigração para o Brasil: em Portugal, o Minho, Douro e Trás-os-Montes; na Espanha, a Galícia; e as províncias meridionais da Itália, como Cozenza, Salerno e Potenza. (MENEZES, Lená Medeiros. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 03-16, jul./dez. 1997).
- ⁶⁷ MENEZES, Lená Medeiros. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 03-16, jul./dez. 1997.
- ⁶⁸ Luiz Felipe de Alencastro assinala que a concentração desses imigrantes pobres nas cidades deixava evidente uma realidade social cujos termos eram até então contraditórios: “a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de ganho e do eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros”, em: ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p. 310.

- ⁶⁹ O conflito é apresentado por Cruz. Cf.: *Jornal do Commercio*, 3 de maio de 1872, p. 3; *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de maio de 1872; em CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 268.
- ⁷⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000. p. 268.
- ⁷¹ Ficaram de fora dessa amostra os africanos indicados como: “africanos de nação” (5); de “nação africana”(1); “africanos livres” (7); e simplesmente como “africanos”(12).
- ⁷² São nove os pedidos de licença para minas entre 1870-1880. Cf. AGCRJ, Códice 6-1-52; e Códice 44-1-28.
- ⁷³ AGCRJ, Códice 44-1-28, p. 199.
- ⁷⁴ AGCRJ, Códice 44-1-28, p. 474-476.
- ⁷⁵ AGCRJ, Códice 44-1-29, p. 97, 194, 195.
- ⁷⁶ AGCRJ, Códice 44-1-28, p. 255, 265.
- ⁷⁷ AGCRJ, Códices 44-1-29, p. 73; 6-1-59, p. 128.
- ⁷⁸ Sobre os africanos livres no Rio de Janeiro, especialmente os minas, ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000. A autora analisa petições de emancipação de africanos minas. Entre eles estava Cyro, um nagô de 32 anos, que, em 1850, tinha Dionísio Peçanha, oficial na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, como seu concessionário. Cyro conseguiu permissão para morar longe de Peçanha e pagar-lhe 480 réis por mês. Como muitos de seus companheiros de “nação”, trabalhava como carregador de café. Ele era casado com uma africana mina liberta, chamada Luiza, e tinha dois filhos (p. 85).
- ⁷⁹ Nos registros desses sete africanos livres, não há qualquer menção a sua procedência ou nação.
- ⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 6/10/1857 em: ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil-Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 297.
- ⁸¹ Decreto-lei n. 528, de 28 de junho de 1890, artigo 1º. Ver: LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001. p. 28.
- ⁸² Entre eles, estavam os minas Emanuel Ojô, que era tido como “chefe de uma espécie de maçonaria geral dos negros”, o “consultor técnico dos pretos” do Rio, e Abubaca Caolho, que também nascera em Lagos, e que, com auxílio de Ojô, firmara-se como “feiteiro” na capital carioca. Em princípios de 1904, chegava à cidade o africano mina Tio Sanin, que logo se instalou na casa de seu conterrâneo Ojô. Para outros detalhes sobre as trajetórias desses africanos, ver: FARIAS, Juliana Barreto. Vivendo entre “parentes de nação”: trajetórias, identidades e religiosidades (1904-1915). In: ————. *Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 67-116.
- ⁸³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 216.
- ⁸⁴ AGCRJ, Códice 39-1-30, p. 6
- ⁸⁵ AGCRJ, Códice 39-1-30, p. 185 (tabela 29). No grupo dos quitandeiros, temos ainda os angolas, com apenas dez registros (12%); os benguela, com nove (10,5%); e os moçambiques, com oito (9,6%).

- ⁸⁶ SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 143.
- ⁸⁷ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 384.
- ⁸⁸ Carlos Eugênio Soares destaca que o maior motivo isolado de prisão de africanos era a “vagabundagem”. Comparando dados de africanos libertos com o conjunto dos presos, no ano de 1881, vê-se que sua prisão por “vagabundagem” era idêntica ao quadro global da população detida na Casa de Detenção: 17% dos presos o foram por “vagabundos”. SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 168.
- ⁸⁹ Para Soares, isso talvez ocorresse porque aqueles que transportavam cargas pelas ruas tinham mais mobilidade que os que se colocavam ao ganho, tornando os primeiros mais suscetíveis aos estigmas policiais. SOARES, Carlos E. L. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 168.
- ⁹⁰ Sheila de Castro Faria aponta a questão, indicando que ela própria incorrera no erro. Dos trabalhos que seguem essa perspectiva, citados por Faria, destacamos: MATTO-SO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. A própria autora, em trabalho anterior, também adotava essa argumentação. Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ⁹¹ Segundo Reis, “o sistema de ganho evidenciava para o escravo a exploração escravista, e trabalhar ao lado dos libertos esclarecia ainda mais as coisas. Enquanto estes embolsavam tudo que recebiam para transportar passageiros, carregar caixas de açúcar e barris, os parceiros escravos eram obrigados a entregar o grosso da fêria do dia ao senhor. Isso representava o elo fraco da escravidão urbana, um ponto de alta tensão nas relações senhor-escravo”. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 383. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ⁹² AGCRJ, Códice 6-1-46, p. 141. Livro de Registros de Irmãos na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (Arquivo da Irmandade, documento sem catalogação), 1843-1930.
- ⁹³ AGCRJ, Códice 6-1-49, p. 73 (23/03/1855).
- ⁹⁴ AGCRJ, Códice 6-1-46, p. 47, 95. Nesse mesmo dia (09/05/1855), Marcolino Pedro Paraíso – cuja nacionalidade desconhecemos –, residente no mesmo endereço que a africana de nação mina-tapa, Laurianna Maria de Santa Ana, na rua da Alfândega, número 304, também solicitava licença para o escravo Manoel, mina-nagô.
- ⁹⁵ RIO, João do. “Negros ricos”. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905. Segundo o alufá, nessa época, apenas um africano fazia garbo de ser rico: “tio Aly, da Prainha. Anda sempre bem vestido, de chapéu de manilha, roupas, meias de seda e é o negro mais alto do Rio de Janeiro”.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1906.

ADEDIRAN, Biodun. Yoruba Ethnic Groups or a Yoruba Ethnic Group?: a review of the problem of ethnic identification. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, v. 7, p. 57-70, 1984.

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 68-69.

AGBANON II, Fio. *Histoire de Petit-Popo et du Royaume Guin (1934)*. Lomé: N. L. Gayibor, 1991.

AKINJOGBIN, Isaac A. *Dahomey and its neighbours 1708-1818*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos. CEBRAP*, São Paulo, n. 21, jul. 1988.

_____; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo de escravidão urbana: Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARAÚJO, Luiz Antonio. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745 – 1765)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v. 50. São Paulo: Arquivo Estadual de São Paulo, 1929.

BALLONG-WEN-MENUDA, J. B. Le commerce portugais des esclaves entre la Côte de l'actuel Nigeria et celle du Ghana moderne au XVe et XVIe siècles. In: DAGET, Serge (Ed.). *De la traite à l'esclavage: actes du colloque international sur la Traite de noirs*, Nantes 1985. Paris: [s.n.], 1988. v. 1, p. 131-45.

BARBOT, Jean. *A description of the Coasts of North and South Guinea*. London: [s.n.], 1732.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

_____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organizado por Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

BASCOM, William R. The esusu: a credit institution of the Yoruba. *Journal of Royal Anthropological Institute*, London, v. 82, n.1, p. 63-69, jan./jun. 1952.

BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel: EDUSP, 1974.

_____. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1975.

BAY, Edna G. *Wives of the Leopard: gender, politics, and culture in the Kingdom of Dahomey*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.

BECKLES, Hilary McD. *Natural rebels: a social history of enslaved black women in Barbados*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1700)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERGÉ, J. A. M. A. R. Étude sur le pays Mahi. *Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'A O F II*, [S.l.], 1928.

BERLIN, Ira. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana na América do Norte Continental. *Estudo Afro-Asiáticos*, [S.l.], ano 26, n. 2, p. 231-258, 2004.

BERTHO, Jacques. La parente des Yoruba aux peuplades de Dahomey et Togo. *Africa: Journal of the International African Institute*, [S.l.], v 19, n. 2, p. 121-132, apr. 1949.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Org.). *História da expansão portuguesa*. v. 1-3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BIARD, François. *Dois anos no Brasil*. Trad. de Mário Sete. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1725)*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5. ed. Tradução de Maria Manuel e Rui Gracio. Lisboa: Publicações Europa América, [19-].(Coleção Saber, 59)

BLUTEAU, D. R. *Vocabulário português e latino*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

BOSMAN, William. *A new and accurate description of the Coast of Guinea: divided into the gold, the slave, and the ivory coasts*. New York: [s.n.], 1967.

BOWEN, H. V. *Elites, enterprise and the making of the british overseas empire, 1688-1775*. London: Palgrave Macmillan, 1996.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969.

_____. Brazilian gold and british traders in the first half of the eighteenth century. *HAHR*, Maryland, v. 49, n. 3, p. 454-472, Aug. 1969.

_____. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, [19-].

_____. *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Tradução de Elice Munerato. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BRANDÃO, João. Majestade e grandeza de Lisboa em 1552. *Arquivo Historico Portuguez*, [S.l.], v. 11, p.8-24, 1917.

BRASIO, António. *Monumenta missionaria africana*. 1st series. 14 v. Lisbon: [s.n.], 1952-85.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Tomo II: o jogo das trocas. Lisboa: Teorema, [19-]. p. 329-382. (Série Especial)

BURGER, Wilson; CANDLER, John. *Narrative of a recent visit to Brazil to present an address on the slave trade and slavery issued by the Religious Society Friends*. Londres: E. Newmann Printer, 1853.

BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society, 1650-1838*. Londres: [s.n.], 1990.

_____. The family tree is not cut: women and cultural resistance in slave family life in the British Caribbean. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, Caribbean and Afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 117-131.

_____. Towards emancipation: slave women and resistance to coercitive labour regimes in the British West Indian Colonies, 1790-1838. In: RICHARSON, David. *Abolition and its aftermath: the historical context, 1790-1916*. Frank Cass: University of Hull, 1985. p.29-31.

CAIN, J. P.; HOPKINS, A.G. Gentlemanly capitalism and British expansion overseas I: the old colonial system, 1688-1850. *The Economic History Review*, [S.l.], 2nd ser., v. 39, n. 4, p. 501-525, 1986.

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Tese (Doutorado) – PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 7 v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. v. 3.

CAMPOS, Adalgisa Arantes *et al.* O banco de dados relativo ao acervo da freguesia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto: registros paroquiais e as possibilidades de pesquisa. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 2003.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros, 1693-1737*. Tese (Doutorado) – FFCLCH, Universidade de São Paulo, 2002.

CÂNDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CAPO, H. B. C. *A comparative phonology of Gbe*. Berlin: Foris & Garome; Bénin: Labo Gbe 1991.

CARNEIRO, Edison. *Religiões negras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (1. ed. 1963)

CARON, Peter. *Of a nation wich the others do not Undestand: Bambara Slaves and African Ethnicity in Colonial Lousiana, 1718-1760*. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 1, p. 98-121, 1997.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.

CARVALHO, Marcos de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo: Recife, 1822 - 1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19-].

_____. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. (1. ed. 1963)

CASTRO, Yeda Pessoa de (Ed.). *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Minas Gerais: FAPEMIG: Fundação João Pinheiro, 2002.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMBERS, Douglas B. *My own nation: igbo exiles in the Diaspora. Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 1, p. 73-97, 1997.

CHAUNU, Pierre. *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*. 12 v. Paris: S.E.V.P.E.N, 1955-1960.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CLAPPERTON, Hugh. *Journal of a second expedition into the interior of Africa from the bight of Benin to Soccato*. Londres: Frank Cass, 1966.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CONRAD, Robert. Os emancipados: nem escravos nem libertos. In: _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Magestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. (1. ed. Lisboa, 1719; Coimbra, 1720).

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (Org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CORNEVIN, Robert. *Histoire du Dahomey avec 10 cartes, 1 croquis et 35 photographies*. Paris: Éditions Berger-Levrault, 1962.

_____. *Histoire du Togo*. Préface de M. le Gouverneur Hubert Deschamps avec 16 cartes et 45 photographies. Paris. Editions Berger-Levrault, 1962.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 5 t. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952.

COSTA, Antônio Rodrigues da. Relaçam dos sucessos e gloriosas açoens militares obradas no Estado da Índia ordenadas e dirigidas pelo vice-rei, e capitam general do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes em o ano passado de 1713. Lisboa: Officina de António Pedrozo Galram. In: MACHADO, Barbosa Inácio. *Notícias militares da Índia oriental*. fol. n. 25, p. 258-269. (1. ed. 1715).

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. Difel: São Paulo, 1966.

COSTA, Wilma P. Do domínio à Nação: os impasses da fiscalidade na época da independência. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2001. p. 143-193.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

_____. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: EDUSP, 1986.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin, 1969.

CURTO, José C.; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004

DABADIE, F. *A travers L'Amérique du Sud, Rio de Janeiro et environs: les esclaves au Brésil*. Paris: Ferdinand Sartoriuns, 1859.

DAVID, Barry Gaspar; HINE, Darlene Clark (Org.). *More than Chattel: black women and slavery in the Americas*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins , 1940. (1. ed. entre 1834 e 1839)

DEBRET, Jean- Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Miliet. São Paulo: Martins Fontes, 1954.

_____. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 4 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 1989.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGOS, Fernanda Pinheiro. *Tráfico Atlântico, diáspora africana e escravidão: os Couranos em Vila do Carmo, Minas Gerais, século XVIII*. Trabalho de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Historio, Universidade Federal Fluminense, Niterói, [19-]. Manuscrito.

DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the Mercantile House of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*. (Ph. Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990.

DU CASSE. Relation du voyage de Guynée fait en 1687 sur la frégate “La Tempeste” par le Sr Du Casse. In: ROUSSIER, Paul (Ed.). *L'établissement d'issiny 1687-1702*. Paris: [s.n.], 1935.

GUAL-TROUIN, René du. *O corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro*. Tradução de Carlos André Nougé. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1972.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

EDWARDS, Bryan. *The history, civil and commercial, of the british west indies*. 5.ed. London: [s.n.], 1819.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1989.

ELLIS, A.B. *The ewe-speaking peoples of the Slave Coast of West Africa*. London: [sn.], 1890.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1969.

_____. Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 24, 1982.

_____. *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: FFCL, 1955.

ELLISON, Mary. Resistance to oppression: black women's response to slavery in the United States. *Slavery & Abolition*, London, v. 4, n. 1, p. 56-63, maio 1983.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987.

_____. Fluctuations in the age and sex ratios of slaves in the nineteenth-century transatlantic slave traffic. *Slavery & Abolition*, [S.l.], v. 7, n. 3, 1986.

_____. The Diaspora of Yoruba Speakers, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D. (Ed.). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

_____. *The rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ELTIS, David. The Yoruba Diaspora, 1650-1865: dimensions and implications. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D. (Ed.). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

_____.; ENGERMAN, Stanley. Fluctuations in sex and age ratios in the Transatlantic Slave Trade, 1663-1864. *Economic History Review*, [S.l.], v. 46, p. 308-23, 1993.

_____. Was the Slave Trade dominated by men? *Journal of Interdisciplinary History*, [S.l.], v. 23, p. 237-57, 1992.

_____. *et al.* A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 48-49, 2000.

_____. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a database on CD-Rom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____.; LOVEJOY, Paul E.; RICHARDSON, David. Ports of the Slave Trade: an Atlantic-Wide Perspective, 1676-1832. In: LAW, Robin; STRICKRODT, Silke (Ed.). *Ports of the Slave Trade: bights of Benin and Biafra*. Stirling: Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999.

_____. Slave-trading ports: an Atlantic-wide perspective. In: LAW, Robin; STRICKRODT, Silke (Ed.). *Ports of the Slave Trade: bights of Benin and Biafra*. Stirling: Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999.

ELWES, Robert. *A sketcher's tour round the world*. Londres: [s.n], 1854. p. 25-26.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESCOREL, Sílvia. *Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII)*. Dissertação (Mestrado) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

_____. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Tradução de Homero Castro Jobim. v. 1. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

EXPILY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: E. Denu, 1862.

_____. *Mulheres e costumes do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1977.

FAGE, J. D. *An Atlas of African History*. London: Edward Arnold, .

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

_____. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H. M.; FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1780-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. p. 289-329.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Monografia apresentada ao concurso de professor titular junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FARIAS, Clara. *As nações minas em Pernambuco*. Trabalho de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

FARIAS, Juliana Barreto. *Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Vivendo entre “parentes de nação”: trajetórias, identidades e religiosidades (1904-1915). In: _____. *Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 67-116.

_____; GOMES, Flávio S. Descobrimos mapas dos minas: trabalho urbano, alforrias e identidades, 1800-1915. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional 2003.

_____. Descobrimos mapas dos minas: trabalho urbano, alforrias e identidades, 1800-1915. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional 2003. No prelo.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. Dinâmica do comércio intracolônia: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p.9-44, 1998-1999.

_____. O relatório alcoforado. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 219-29, out. 1995.

_____. *Transforming Atlantic Slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. (Ph. Thesis) – University of California, Los Angeles, 2003.

FERREZ Gilberto. *O Rio de Janeiro do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918*. Rio de Janeiro: João Fortes Eng.: Ex Libris, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORI, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: UNESP, 1997. p. 141-188.

_____. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Brasília, DF: EdUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes; um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, p. 50-61, 1985.

_____. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2002.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790- c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian Merchants and Planters in the seventeenth and early eighteenth centuries. *HAHR*, Maryland, v. 58, n. 4, p. 571-594, 1978.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Strategies and forms of resistance: focus on slave women in the United States. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, caribbean and afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 147-152.

FRAGOSO, João Luis R. Afogando em nomes. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 51-60, 2002.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, 2000.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas

notas de pesquisa. *Tempo*: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11 – 35, 2003.

_____. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1780-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Homens de Grossa Aventura: 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. texto inédito.

_____. Um mercado dominado por “bandos”: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João Luis Ribeiro (Org.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e governabilidade no império. *Penélope*: Revista de História e Ciências Sociais, Lisboa, n. 23, p. 67-88, nov. 2000.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo econômico-social cubano do açúcar*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1888-89. v. 1-3. (1. ed. 1978, espanhol)

FRANCO, Francisco de A. Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Recife: Companhia Ed. de Pernambuco, 1970.

_____. *Casa-grande e senzala: as origens da família patriarcal brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987. (1. ed. 1933).

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 2. ed. ^{aum}. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In:_____. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p 81-126.

FYFE, Christopher. *A history of Sierra Leone*. London: Oxford University Press, 1962.

GAYIBOR, Nicoué Lodjou. *Histoire des Togolais*. v. 1: *des origines a 1884*. Lomé: Presses de l'Université du Benin, 1997.

GBÉTO, Flavien. *Le Maxi du Centre-Bénin et du Centre-Togo: unapproche autosegmentale et dialectologique d'un parler gbe de la section fon*. Köln: Köppe, 1997.

GEGGUS, David. Sex ratio, age and ethnicity in the atlantic, slave trade: data from french shipping and plantation records. *Journal of African History*, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 32, 1989.

_____. Sugar and coffee cultivation in Saint Domingue and the shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. (Ed.). *Cultivation and culture: labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

_____. The demographic composition of the French Caribbean Slave Trade. In: MEETINGS OF THE FRENCH COLONIAL HISTORY SOCIETY, 13-14., 1990, Lanham. *Proceedings...* Lanham, MD.: [s.n.], 1990. p. 14-29.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.

_____. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1979.

_____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas*. Rio de Janeiro – séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

GOMES, Flávio dos Santos. Reiventando as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888”. In: FARIAS, J. B.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 2, p. 1-44, 2001.

_____. “Dizem as quitadeiras”...: ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002.

_____. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). *Lócus: Revista de História*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 9-28, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos et al. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GOMÉZ, Michael. *Exchanging our country marks: the transformation of african identities in the colonial and Antebelum south*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas (1786)*. Rio de Janeiro: MEC, INL, 1958.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. 3. ed. rev. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões Imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola, c. 1688-1738*. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2003. Texto inédito.

_____. *Instruments de connaissance et pratiques administratives dans l'Atlantique Sud Portugais XVIIe-XVIIIe siècle: connaissance et pouvoir*. Nanterre. No prelo.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português, 1645-1808. In: FRAGOSO, João; FÁTIMA, Maria de S. Gouvêa; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.

GRADEN, Dale T. Uma lei... até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos

para o Brasil (1835-1856). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 113-150, dez. 1996.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990. (1. ed. inglesa, 1824).

_____. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres: [s.n.], 1924.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio inter-provincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, 2002.

GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998.

GREENE, Sandra E. *Gender, ethnicity and social change on the upper slave coast: a history of the Anlo-Ewe*. London: [s.n.], 1995.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FUSP: Ed. 34, 1999.

GURAN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HAIR, Paul E.H. *The founding of the Castelo de São Jorge da Mina: an analysis of the sources*. [S.l.]: African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, 1994.

_____; JONES, Adam; LAW, Robin (Ed.). *Barbot on Guinea: the writings of Jean Barbot on West Africa, 1678-1712*. London: Hakluyt Society, 1992.

HALL, Gwendolyn Midlo. African ethnicities and the meanings of "Mina". In: LOVEJOY, Paul E.; TROTMAN; David R. (Ed.). *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the African Diaspora*. London: Continuum, 2004.

_____. *Africans in colonial: the development of Afro-Creole culture in the eighteenth century*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992.

_____. (Ed.). *Databases for the study of Louisiana history and genealogy 1719-1820: information from original manuscript sources*. Baton Rouge: [s.n.], 2000. 1 CD.

_____. *Slavery and african ethnicities in the Americas: restoring the links*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2005.

HAMAISTER, Martha. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes, c. 1727- c. 1763*. Dissertação (Mestrado) – PPGH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HANCOK, David. *Citizens of the world: London merchants and the integration of the British Atlantic Community, 1735-1785*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HARDING, Rachel E. A. *Refuge in thunder: candomblé and alternative spaces of blackness*. Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

HESPANHA, Antônio M. (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, Antônio M.; XAVIER, Angela. Redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio M. (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HEYWOOD, Linda M. The Angolan-afro-brazilian cultural connections. In: FREY, Sylvia R.; WOOD, Bety (Org.). *From slavery to emancipation in the Atlantic World*. London: Portland, Frank Cass, 1999. p. 9-23.

HIGMAN, Barry W. African and creole slave family patterns in Trinidad. *Journal of Family History*, [S.l.], v. 3, p. 163-80, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (1. ed. 1956).

_____. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

_____. Sobre uma doença infantil da Historiografia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, suplemento literário, 24 jun, 1973.

HOUSE-MIDAMBA, Bessie; EKICH, Félix K. *African market women and economic power: the role of women in African economic development*. [S.l.: s.n.], 1995.

HUNWICK, John; HARRAK, Fatima. *Mi'raj al-Su'ud: Ahmad Baba's replies on slavery*. Tradução e comentários de John Hunwick e Fatima Harrak. Rabat: Institute of African Studies, 2000.

INIKORI, J. E. Forced migration: the impact of the export slave trade on african societies. *The History Teacher*, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 624-625, Aug. 1984.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L. Overture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOHNSON, Samuel. *The history of Yorubas*. Londres: Routledge: Kegan Paul, 1921.

JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*. Aquarelas. Introdução histórica

e catálogo descritivo por Lygia da Fonseca Fernandes Cunha. Edição comemorativa do quinto centenário do Infante D. Henrique. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

KARASCH, Mary Catherine. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Minha nação: identidades escravas no fim do Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil, colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Slave Life in Rio de Janeiro – 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. *The Brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851*. Tese (Mestrado) – University of Wisconsin, Wisconsin, 1967.

KENNEDY, John Norman. Bahian Elites. *HAHR*, Maryland, v. 53, p. 415-439, Aug. 1973.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Sul)*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins: EDUSP, 1972.

KIERNAN, James. Baptism and manumission in Brazil: Paraty, 1789-1822. *Social Science History*, Pittsburgh, v. 3, n. 1, p. 56-71, 1978.

_____. *The manumission of slaves in colonial Brasil: Paraty, 1789-1822*. Tese (Doutorado em História) – New York University, New York, 1976.

KLEIN, Herbert. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O fim do comércio de escravos. In: _____. *O comércio atlântico de escravos: quatro séculos de comércio escravagista*. Lisboa: Repliação, 2002.

KOLAPO, Femi James. Military turbulence, population displacement and commerce on a slaving frontier of the Sokoto Caliphate: Nupe c. 1810-1857. (Ph.D. thesis) – NewYork University, Toronto, 1999.

LABAT, Jean-Baptiste. *Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée, is-les voisines et à Cayenne, fait en 1725, 1726 et 1727*. (2. ed., Amsterdam, 1731).

LAHON, Didier. *Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Regime (1441-1830)*. 2001. 1 Cd-rom.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governos dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 81-109.

_____. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, p. 205-225, 2002.

_____. (Org.). *Ordenações Filipinas*. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Significados cruzados: um reinado de Congos na Bahia. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002. p. 71-100.

_____. The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750-1815. *Colonial Latin American Review*, London, v. 6, n. 2, p. 205-224, 1997.

LAW, Robin. A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849). *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 9-39, mar. 2001.

_____. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 41-77, 2002.

_____. Ethnicity and the Slave Trade: “Lucumi” and “Nago” as ethnonyms in West Africa. *History in Africa*, [S.l.], v. 24, p. 205-19, 1997.

LAW, Robin. Etnias africanas na diáspora: novas considerações sobre o significado do termo “mina”. *Tempo*: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 20, v. 10, p. 109-131, jan./jul. 2006.

_____. (Ed.). *From slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in nineteenth-century West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, [19-].

_____. *Ouidah: the social history of a West African slaving “port”, 1727-1892*. Oxford: James Currey, 2004.

_____. *The Kingdom of Allada*. Leiden: Research School CNWS, 1997.

_____. *The Oyo Empire c. 1600- c. 1836: a West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade*. Oxford: Clarendon Press, 1977.

_____. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

_____. (Ed.). *The English in West Africa 1681-1683: the local correspondence of the Royal African Company of England 1681-1699. Part 1*. London: [s.n.], 1997.

_____. *The English in West Africa 1685-1688: the local correspondence of the Royal African Company of England 1681-1699. Part 2*. London: [s.n.], 2001.

_____; LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his passage from slavery to freedom in Africa and América*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2001.

LEITE, Mirian L. Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1984.

_____. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.

LEME, Pedro T. Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil (1804-5)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969.

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. 5 v. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 1973.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A mesa do bem comum ou mesa do espírito santo dos homens de negócio e o consulado em Portugal. In: _____. *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961.

_____. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII. Separata da *Revista de História*, n. 101, São Paulo, 1975.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Biography as source material: towards a biographical archive of enslaved africans. In: LAW, Robin (Ed.). *Source material for studying the slave trade and the African Diaspora*. Stirling: Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1997.

_____. *Caravans of Kola: the Hausa Kola Trade 1700-1900*. Zaria: Ahmadu Bello University Press, 1980.

_____. *Ecology and ethnography of the Muslim trade in West Africa*. New Jersey: África World Press, 2005.

_____. Identidade e a miragem da etnicidade. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 9-39, 2002.

LOVEJOY, Paul E. Identifying enslaved africans in the African Diaspora. In: _____. (Ed). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 1-29.

_____. Islam, slavery, and political transformation in West Africa: constraints on the trans-Atlantic Slave Trade. *Revue française d'histoire d' outre-mer*, Saint-Denis, 2002.

_____. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos de Bahia. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-44, 2000.

_____. Mercadores e carregadores das caravanas do Sudão Central. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, Niterói n. 20, v 10, p. 61-82, jan./jul. 2006.

_____. The context of enslavement in West Africa: Ahmad Baba and the ethics of slavery. In: LANDERS, Jane (Ed.). *Slaves, subjects, and subversives: blacks in Colonial Latin America*. No prelo.

_____. *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Transformations in slavery: a history of slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____; FALOLA Toyin (Ed.). *Pawnship, slavery and colonialism in Africa*. Trenton, NJ: Africa World Press, 2003.

_____.; RICHARDSON, David. Competing markets for male and female slaves: slave prices in the interior of West Africa. *Journal of Economic History*, [S.l.], v. 28, p. 261-93, 1995.

_____.; TROTMAN, David (Ed.). *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the african diaspora*. London: Continuum Press, 2003.

LUGAR, Catherine. *The mercant community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. (Ph. Thesis) – The State University of New York, Stony Brook, 1980.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750-1834*. Lisboa: Estampa, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim R. (Coord.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. T. 3. Lisboa: Estampa. 1993.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa vila colonial (Mariana, 1715-1750)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976. 2v.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.

_____. Showing “what a Mina is capable of”: ethnicity and resistance among liberated africans in Brazil. *Enslaving connections: Africa and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Toronto, 2000.

_____. *To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. Tese (Doutorado em História) – University of Waterloo, Waterloo, 2002.

MANN, Kristin. Shifting Paradigms in the Study of the African Diaspora and of Atlantic History and Culture. *Slavery & Abolition*, London, v. 22, n. 1, p. 3-21, apr. 2001.

_____. *Slave exports from Lagos, c. 1760-1851*. Montreal: Canadian Association of African Studies, 1996.

_____. *Slavery, colonialism, and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge: [s.n.], 1982.

MANNING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. *Novos Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1988.

_____. *Slavery, colonialism, and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge: [s.n.], 1982.

MANNING, Patrick. The slave trade in the bight of Benin, 1640-1890. In: GEMERY, Henry A.; HOGENDORN, Jan S. (Ed.). *The uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic Slave Trade*. New York: [s.n.], 1979.

MATORY, J. Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, p. 57-80, abr. 1999.

_____. The English professors of Brazil: on the diasporic roots of the Yorubá Nation. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 41, n. 1, p. 72-103, 1999.

_____. *The trans-atlantic nation: reconsidering nations and transnationalism*. Paper presented at the conference on “Rethinking the African Diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil”, Emory University, Atlanta, April 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Monografia apresentada em concurso para Professor Titular de História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos: ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistência e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social, Salvador, BA (1850-1888)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, 2000.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). In: PELAEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea (Org.). *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, Assis, v. 4, p. 23-52, 1972.

_____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. siècle 1570-1670*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1960.

_____. *Nova História e Novo Mundo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. 2 v. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MENEZES, Lená Medeiros. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 03-16, jul./dez. 1997.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MILLER, Joseph C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 19-20, p. 9-36, 1997.

_____. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Wisconsin: the University of Wisconsin Press, 1988.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-American Past: a caribbean perspective*. Filadélfia: ISHI, 1976.

MONTEIRO, Ana Rita de Amaro. *Legislação e atos de posse do Conselho Ultramarino (1642-1830)*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

MORGAN, Philip D. The cultural implications of the Atlantic Slave: african regional origins, american destinations and new world developments. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n.1, 1997.

MORTON-WILLIAMS, Peter. The Oyo Yoruba and the Atlantic Slave Trade, 1670-1830. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 25-45, 1964.

MOTT, Luiz R. B. Acontundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: _____. *Escravidão, homossexualismo e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. Cautelas de alforria de duas escravas na província do Pará (1829-1846). *Revista de História*, São Paulo, v. 47, n. 95, p. 263-8, 1973.

_____. De escravas a senhoras. *Jornal Mulherio*, São Paulo, 1987.

_____. O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do Instituto de Arte e Cultura*, Ouro Preto, v. 10, n. 171, p. 128-130, 1994.

_____. Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 18, p. 7-37, 1976.

_____. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 39-50.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil 1637-1899*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGI, 1994.

MULIRA, Jessie Gaston. *A history of the Mahi peoples from 1774-1920: a dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in History*. [S.l.]: University of California, 1984.

MULLIN, Michael. *Africa in America: slave acculturation and Resistance in the America South and the British Caribbean, 1736-1831*. [S.l.]: University of Illinois Press, 1992.

MULVEY, Patricia Ann. *The black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history*. (PhD. Dissertation) – University of New York, Xerox University Microfilms, Ann Arbor, Michigan, 1976.

NISHIDA, Mieko. Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888. *Hispanic American Historical Review*, [S.l.], v. 73, n. 3, p. 361-91, 1993.

OBEYEMI, Ade. The Sokoto Jihad and the *O-kun* Yoruba: a review. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 61-87, 1978.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

_____. *Os santos pretos carmelitas: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil colônia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890*. Salvador: Corrupio, 1988.

_____. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 37-73, n.19-20, 1997.

_____. *Retrouver une identité: jeux sociaux des Africains de Bahia: (vers 1750 - vers 1890)*. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), Paris, 1992.

_____. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do Século XIX. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 174-193, dez.1995/fev.1996.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. Batismo de escravos adultos e o parentesco espiritual nas Minas setecentistas. In: JORNADA SETECENTISTA 5., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba, [s.n.], 2003.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante. *Negócios da trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. Tese (Doutorado) – FFCLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Edição “fac-simile” da edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, com nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. (1. ed. 1603).

ORTIZ, Fernando. Los cabildos afrocubanos. In: _____. *Los cabildos y la fiesta afrocubanos del Día de Reyes*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1992. p. 1-24. Publicado originalmente em 1921.

_____. *Los negros esclavos*. Havana: [s.n.], 1987.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado) – PGHS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PAIVA, Eduardo França. Celebrando a alforria: amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2001. v. 2, p. 505-520.

PANTOJA Selma. A dimensão atlântica das quitadeiras. In: FURTADO Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 45-68.

_____. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

PARÉS, Luis Nicolau. The nagôization process in Bahian Candomblé. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D. (Ed.). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

PARRINDER, G. Yoruba-speaking peoples in Dahomey. *Africa: Journal of the International African Institute* 17, [S.l.], v. 2, p. 122-23, 1947.

PEDREIRA, Jorge L. *Os homens de negócios da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEEL, J. D. Y. Peel. *Religious encounter and the making of the Yoruba*. Bloomington: [s.n.], 2000.

PEIXOTO, Antônio da Costa. *Obra nova de Lingoa g.^{al} de mina traduzida, ao nosso Igdioima por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Rn.^o*

de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgr.
as Que com curuzid.^e trabalho, e desvello, se expoz, em aprendella, p.^a
tembem a emsignar, a q.^m for curiozo, e tiver von.^{de} de a saber E.^o Nas
Minas Gerais, e Frig.^a de Barm.^{ou} Anno de 1741. Lisboa: Agência Geral
das Colônias, 1949.

PEREIRA, Nunes. *A Casa das Minas: contribuição ao estudo das sobrevivências do culto dos voduns, do panteão daomeano, no Estado do Maranhão, Brasil.* Petrópolis: [s.n.], 1979.

PETRONE, Maria T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.

_____. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência.* São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976.

PHILLIPS, Thomas. *A journal of a voyage made in the Hannibal of London.* In: CHURCHILL, Awnsham; CHURCHILL, John. *Collection of voyages and travels.* London: [s.n.], 1732.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820).* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PIOT, Charles. *Remotely global: village modernity in West Africa.* Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

PIRES, Ana Flavia Cicchelli. *Os africanos livres na Província do Rio de Janeiro.* Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. *Tráfico ilegal de escravos: os caminhos que levam a Cabinda.* 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PITA, Rocha Sebastião. *História da América Portuguesa.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. (1. ed. 1730).

PORTER, Robert. European activity on the Gold Coast, 1620-1667. (D.Litt. et Phil. Thesis) – University of South Africa, South Africa, 1974.

POVOLIDE, Conde de (Tristão da Cunha de Ataíde). *Memórias históricas do Conde de Povolide*. Lisboa: Chaves Ferreira, 1990.

PRÉVOST (Abbé). *Histoire générale des voyages*. Paris: Didot, 1744-1759.

PRICE, Richard. The miracle of creolization: a retrospective. *New West Indian Guide*, [S.l.], v. 75, p. 35-64, 2000.

PRIORE, Mary del (Org.). *A mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Ao sul da história do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília, DF: EdUnB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

QUADROS, Antonio. *Poesia e filosofia do mito sebastianista*. Lisboa: Guimarães Editores, 1982.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942.

_____. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1979.

_____. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

RAPOSO, Luciano. *Marcas de escravos: listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841)*. Texto analítico de Luciano Raposo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: CNPq, 1990.

RAU, Virgínia. *Estudos sobre História Econômica e Social do Antigo Regime*. Introdução e Organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Presença, 1984.

_____. Um mercador luso-brasileiro do século XVIII. In: _____. *Estudos sobre História Econômica e Social do Antigo Regime*. Introdução e Organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Ed. Presença, 1984.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, v. 18, p. 8-21, 1993.

_____. A invasão do Candomblé do Açú. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

_____. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997.

_____. Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu no Pasto de Cachoeira, 1785. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-81, mar./ago. 1988.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 100-126, 1992.

_____. São Salvador à noite. *A Notícia*, p. 3, 2 jan. 1909.

_____. *Slave rebellion in Brazil: the muslim uprising of 1835 in Bahia*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

_____. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e*

outras f(r)estas: ensaios de história cultural. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2002.

_____; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História* [da UFMG], Belo Horizonte, n. 8, 1989.

RESTALL, Matthew. Conquistadores negros: africanos armados en la temprana hispanoamericana. In: SERNA HERRERA, Juan Manuel de la. (Coord.). *Pautas de convivencia étnica en la América Latina colonial: índios, negros, mulatos, pardos y esclavos*. México, DC: Universidad Autónoma de México, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos: Gobierno del Estado de Guanajuato, 2005. p. 19-72.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

RIBEIRO, Gladys. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo: o antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Tradução de Gastão Penalva. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

_____. Negros ricos. *Gazeta de Notícias*, p. 3, 13 maio 1905.

_____. No mundo do feitiço: os feiticeiros. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 9 mar. 1904.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Fundação Ed. Nacional, 1977.

_____. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF: Ed. da UnB, 1988.

ROSENTHAL, Paul-André. Construir o “macro pelo micro”: Fredrik Barth e a microstoria. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravidão e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília, DF: UNB, 1981.

_____. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. New York: St. Martin's Press, 1982.

RUY, Afonso. *História política e administrativa da cidade de Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SALES, Alberto Jaqueri de. *Diccionario Universal de Commercio*. Tradução e adaptação manuscrita do Dictionnaire Universel de Commerce, de Jacques Savary de Brulons. 3 v., 1813.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Antônio Carlos Juca. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social, estratégias de classe na produção*

da exclusão (Rio de Janeiro (c.1650-c1750). Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

SANDOVAL, Alonso de. *Naturaleza, policia sagrada i profana, costumbres i ritos, dsciplina i catehcismo evangelico de todos Etiopies*. Seville: [s.n.], 1627.

_____. *Un tratado sobre la esclavitud*. Madrid: Alianza, 1987

SANSON, Maria Lúcia David; AIZEN, Mário; VASQUEZ, Pedro Karp. *O Rio de Janeiro do fotógrafo Leuzinger*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1998.

SANTOS, Marilia Nogueira. *Parentes-clientes ou somente parentes?: notas para uma reflexão sobre parentesco e redes clientelares no Atlântico sul português, séculos XVII e XVIII*. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2003.

SAUNDERS, A. C. de M. *A social history of black slaves and freedom in Portugal, 1411-1555*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SAUNDERS, Gail. The liberated africans. Disponível em: <http://www.thenassauguardian.com/social_community/292447452164802.php>. Acesso em:

SCARANO, Julita. Roupas de escravos e de forros. *Resgate: Revista de Cultura*, São Paulo, n. 4, 1992.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil Colonial, 1684-1745. *Anais de História*, Assis, v. 6, p. 71-114, 1974.

_____. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haus-sás – Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 373-406.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. The manumission of slave in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. *HAHR*, Maryland, v. 54, n. 4, p. 603-635, nov. 1974.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. [S.l.: s.n.], 1991. mimeo.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. São Paulo: Paz e Terra: Unicamp, 1991. (1. ed. 1985, inglês).

SHAW, L. M. E. *The anglo portuguese alliance and the english merchants in Portugal, 1654-1810*. UK/Aldershot: Ashgate, 1998.

SHIELDS, Francine. Biographical data on enslaved Yoruba. [S.l.: s.n.], 1997.

SIDBURY, James. *Ploughshares into swords: race, rebellion; and identify in Gabriel'S Virginia, 1730-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

_____. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. da UFRJ, 2003.

_____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

_____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. Ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1945.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D' África: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão urbana*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 166-197.

SLENES, Robert W. As provações de Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, SP, n. 2, p. 271-294, 1995-1996.

_____. Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil. *Redescobrir os descobrimentos: as descobertas do Brasil*, São Paulo, n. 12, dez.1991/ fev. 1992.

_____. *Na senzala, uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SNELGRAVE. *A new account of some parts of Guinea and the slave-trade*. London: Frank Cass & Co., 1971.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: CECULT, UNICAMP, 2001.

_____. Comércio, nação e gênero: as negras minas quitadeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900. In: FRAGOSO, J.; MATTOS, H. M.; SILVA, F. C. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001. p. 401-415.

_____. Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade, 1860-1900. In: FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-72, 1996.

_____. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramerim, 1853. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 133-142, dez. 1992.

SOARES, Luís Carlos. Escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar./ago. 1988.

_____. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 107-142, 1988.

_____. *Urban slavery in nineteenth century: 1808-1888*: Rio de Janeiro. (PhD Dissertation) – University College, Londres, 1988.

SOARES, Márcio de Souza. *A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na Corte imperial*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império

português século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 303-331, maio/ago. 2004.

_____. Apreço e imitação no diálogo do gentio convertido. *Ipotesi: Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora*, v. 4 - n. 1, p. 111 – 123, jan./jun. 2000.

_____. Can women guide or govern men? Gender and power among African Catholics in Colonial Brazil. In: CAMPBELL, Gwyn; MIERS, Suzanne; MILLER, Joseph C. (Ed.). *Women and Slavery II: The New World of Atlantic Commercial Integration*. Ohio University Press, 2007. No prelo.

_____. Descobrendo a Guiné no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, p. 71-94, abr./jun. 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. From Gbe to Yoruba: ethnic changes within the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (Org.). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. p. 231-247.

_____. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Identidade étnica, religiosidade e escravidão: os “pretos minas” no Rio de Janeiro (século XVIII). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

_____. Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Brasil setecentista. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói*, v. 3, n. 6, p. 73-93, dez. 1998.

_____. O Império de Santo Eslebão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 59-83, 2002.

_____. O Manuscrito Mahi e outros documentos da Igreja de Santo Eslebão e Santa Efigênia. Introdução e notas de Mariza de Carvalho Soares. Rio de Janeiro: [s.n.], [200-]. Manuscrito.

_____. The Mahi-Mina in Rio de Janeiro in the 18th Century. Harriet Tubman Seminar, Unpublished, York University, 2001.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: CEEA/UCAM; Amsterdã: SEPHIS, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. As devassas eclesiásticas da Diocese de Mariana: fonte primária para a história das mentalidades. In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: o Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPRIGGE, R. G. S. Eweland's Adangbe: an enquiry into oral tradition. *Transactions of the Historical Society of Ghana*, [S.l.], v. 10, p. 87-128, 1969.

STOLKE, Verena. *Racismo y sexualidad en la Cuba Colonial*. Madrid: Alianza América, 1992.

STRICKRODT, Silke. *Afro-European Trade Relations on the Western Slave Coast, 16th to 19th centuries*. (PhD Dissertation) – University of Stirling, UK, 2003.

SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlánticos: mercadores, banqueiros y el estado en el Perú virreinal, 1600-1700*. México: FCE ; Lima: IFEA, 2001.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

SWEET, James. Manumission in Rio de Janeiro, 1749-54: an African Perspective. *Slavery and Abolition*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 54-70, April 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. Rio de Janeiro: Ática, [19-].

TATI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGDI, 1995. (Biblioteca Carioca).

TERNORG-PENN, Rosalyn. Black women in resistance: a cross-cultural perspective. In: OKIHIRO, Gary Y. *Resistance: studies in African, caribbean and afro-american history*. Boston: The University of Massachusetts Press, 1986. p. 188-209.

THE BRAZILIAN YEAR BOOK: issued under the patronage of the Brazilian Government. Rio de Janeiro: J. P. Wileman, 1909.

THOMAZ, Luís. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2003.

_____. *Africa and africans in the making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. *Africa and africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. La Nation Anglaise en Amérique, son identité en Afrique et en Amérique. *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, [S.l.], n. 2, p. 241-255, 2000.

VASCONCELLOS, Luiz de. Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [S.l.], t. 47, parte 1, 1884.

VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*. Paris: Mouton, 1968.

_____. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 4. ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002.

_____. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992.

_____. *Trade relations between the Bight of Benin and Bahia from the 17th to 19th*. Ibadan: [s.n.], 1976.

VIEIRA, Antonio. *Cartas*. Rio de Janeiro: Novais Teixeira: W. M. Jackson, [19-]. v. 14.

VILAR, Enriqueta Vila (Ed). *Un tratado sobre la esclavitud*. Madrid: Alianza, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. v. 1. Porto: Afrontamento, [19-].

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

WARNER-LEWIS, Maureen. *Trinidad Yoruba: from mother tongue to memory*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1996.

_____. Trinidad Yoruba: notes on survivals. *Caribbean Quarterly*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 40-49, 1971.

WASHINGTON LUÍS. *Capitania de São Paulo: Governo de Rodrigo César de Menezes*. São Paulo: [s.n.], 1918.

WEBER, Max. *História geral da Economia*. Tradução de Calógeras A. Pajuaba. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WILSON, S. Aperçu historique sur les peuples et cultures dans le Golfe de Bénin: le cas des "Mina" d'Anécho'. In: MEDEIROS, François de (Ed.). *Peuples du Golfe du Benin: Aja-Ewe (Colloque de Cotonou)*. Paris: [s.n.], 1984.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888*. São Paulo: Hucitec, 1993.

YAI, Olabiyi. Texts of enslavement: fon and yoruba vocabularies from eighteenth-and-nineteenth-century Brazil. In: LOVEJOY, Paul E. (Ed.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000. p. 102-112.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1990.

Sobre os autores

Ana Flávia Cicchelli Pires

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense, preparando tese em História da África sobre a história de Cabinda nos séculos XVIII e XIX.

Carlos Eugênio Líbano Soares

Professor adjunto de História na Universidade Federal da Bahia.

Principais publicações: *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1994; *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro 1808–1850*. Campinas: EdUnicamp. 2001; e *No labirinto das nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX* (em coautoria com Flávio dos Santos Gomes e Juliana Barreto Farias). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

Carlos Gabriel Guimarães

Professor adjunto de História na Universidade Federal Fluminense.

Principais publicações: organizou o Dossiê Negócio e Riqueza da revista *Tempo* 15 (2003) e publicou vários artigos em revistas e capítulos de livros.

Flávio dos Santos Gomes

Professor adjunto de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Principais publicações: *A hydra e os pântanos: mocambos e quilombos no Brasil, séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Unesp. 2005; *Experiências atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2003; *No labirinto das nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005 (em coautoria com Carlos Eugênio Líbano Soares e Juliana Barreto Farias); e *Histórias de*

quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas. Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Juliana Barreto Farias

Doutoranda em História pela Universidade de São Paulo, preparando tese sobre africanos minas no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Biblioteca Nacional, 2007.

Principais publicações: *No labirinto das nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX* (em coautoria com Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005; e *Cidades Negras, Africanos no espaço urbano no Brasil escravista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2006. (em coautoria com Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eduardo Moreira).

Luiz Mott

Professor titular de Antropologia na Universidade Federal da Bahia.

Principais publicações: *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ed. Icone. 1988; *A inquisição em Sergipe*. Aracaju: Fundesc. 1989; *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. Campinas: Ed. Papirus. 1989; *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand-Brasil. 1993; e *Candomblés da Bahia: Catálogo de 500 casas de culto afro-brasileiro de Salvador*, (em coautoria com Marcelo F. Cerqueira). Salvador: Ed. CBAA/Ministério da Saúde. 1998.

Mariza de Carvalho Soares

Professor associado de História na Universidade Federal Fluminense; Network Professor do Harriet Tubman Centre on the African Diaspora na York University/Canadá.

Principais publicações: *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000; e *Episódios da história afro-brasileira* (em coautoria com Ricardo Henrique Salles). 2005.

Sheila de Castro Faria

Professor titular de História na Universidade Federal Fluminense.

Principais publicações: *A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998; e *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas-minas no sudeste do Brasil* (a sair).

ANEXO

Descrição dos portos, vilas e aldeias da Costa da Mina (c. 1786)

Mariza de Carvalho Soares

Apresentação

O documento aqui apresentado é um trecho de um manuscrito de um total de 90 páginas,¹ composto sob a forma de um diálogo, escrito por Francisco Alves de Souza, um escravo alforriado, segundo suas próprias palavras “preto e natural do Reino de Makim”, e destacado membro da Congregação Maki,² instalada na cidade do Rio de Janeiro em 1762. A congregação está sediada na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no Rio de Janeiro, e pertence à irmandade de homens pretos do mesmo nome, controlada por um grupo de “pretos-minas” traficados pelos portos da Baía do Benim para o Brasil, ao longo do século XVIII. O diálogo tem como interlocutores Francisco Alves de Sousa e Gonçalo Cordeiro. Francisco foi eleito rei dos Mahi em 1786. Gonçalo é seu secretário e quem incentiva Francisco a escrever. O documento é composto por dois diálogos, cada um deles dividido em capítulos. O primeiro diálogo narra a disputa sucessória entre Francisco e a viúva do falecido rei pelo controle da congregação,³ e o segundo é uma descrição da então chamada Costa da Mina.⁴ O trecho abaixo transcrito corresponde a partes dos capítulos terceiro e quarto do segundo diálogo.

O documento como um todo não está datado, mas o primeiro diálogo inclui a transcrição de um estatuto datado de 1786. Um documento posterior, datado de 1888, faz menção aos acontecimentos narrados do primeiro diálogo, o que permite estimar que este tenha sido escrito entre 1786 e 1788.⁵ O segundo diálogo foi escrito, segundo o

autor, com informações obtidas de um amigo piloto. Não há qualquer informação adicional sobre o piloto ou à época em que as informações foram recolhidas, muito menos sobre a época em que o piloto viajou pela costa africana.

O manuscrito consultado é uma cópia de época, prática usual, e se encontra na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, sob o título “Regra ou estatutos pormodo de hũm dialogo onde, sedá noticias das Caridades e Sufragaçoens das Almas que uzam osprettos Minnas, comseus Nancionaes no Estado do Brazil, expecialmente no Rio de Janeiro, por onde se hao de regerem egõver-narem fora detodo oabuzo gentilico e supersticiozo; composto por Françisco Alvês de Souza pretto enatural do Reino deMakim, hũm dos mais exçelentes e potentados daquêla ôriunda Costa daMinna”, clas-sificado como BN(MA) 9,3,11 (Antiga 5,3,12). A Biblioteca Nacional não dispõe de mais informações que permitam datar a entrada e esclarecer a origem do documento. A primeira referência disponível é sua inclusão no catálogo da Exposição de História do Brasil, durante a qual foi exposto.⁶ A transcrição da íntegra do documento está em fase de edição, devendo ser divulgada com texto de apresentação e notas.⁷

A versão aqui apresentada teve ortografia e pontuação atualizadas. Tal opção resultou da extrema dificuldade de leitura do texto em sua forma original. Foi mantida a grafia original apenas nos casos em que não foi possível asseverar o significado da palavra ou sua correspondência na grafia contemporânea. Foram acrescentadas também notas explicativas, sempre que informações adicionais importantes para uma melhor compreensão do texto estavam disponíveis.

Transcrição do documento

Capítulo 3º: Das descrições das Costas da Mina, Acara,⁸ Adra e Benin,⁹ entre o Cabo das Três Pontas e o Rio Formoso.

Do Cabo das 3 pontas até o adigue,¹⁰ que é uma fortaleza dos ingleses, haverá três léguas, e adiante cousa de uma légua, está uma aldeia de pretos chamados Butry ou Boutrú,¹¹ adiante cousa de outra légua, está um banco de pedra chamado de Anta, e meia légua ao nordeste quarta do norte, do banco de Anta é uma baía pequena, (fl. 56) com uma aldeia, chamada Tacoary,¹² do banco de Anta 5 léguas ao nordeste está aldeia de Sama junto do Rio de São João e a lesueste

tem um pequeno forte que ali tem os holandeses; e sudoeste quarta do sul fica uma grande pedra que se vê bem distante da terra; de Sama corre a costa a les nordeste, quatro léguas, até as barreiras de Suma,¹³ que é um Monte redondo, sobre a borda do mar; com três árvores grandes com um oiteiro¹⁴ pequeno da banda de leste a modo de uma ilha pequena na qual há malhas brancas;

Cousa de uma légua, para leste do dito monte redondo, ou barreira de Suma, está uma aldeia de pretos chamados Pequeno Comendo e outra légua adiante está outra chamada Grã Comendo, e para banda de leste se verão logo, o Castelo da Mina branquejar.¹⁵

São Jorge da Mina

Cousa de duas léguas para leste do Grã Comendo está umas terras grossa com um monte redondo sobre si chamada Monte de Futo e da banda do sul do dito monte, bota uma ponta delgada, e nela está o famoso Castelo de São Jorge da Mina, mandado edificar por El Rei; Dom João o 2º de Portugal.

Deste porto da Mina para leste quarta do nordeste, esta o Cabo Corso, sem arvoredos, e a do porto da Mina a ele 3 Léguas, por costa, no Cabo Corso, têm os ingleses a sua principal fortaleza, cabeça de todos as que tem nesta costa; e mais abaixo uma légua a les-nordeste têm os holandeses, um forte chamado de Nassau junto de uma aldeia de pretos que se chama Murea légua desta aldeia, se vê um monte chamado Monte de [Ferro], coberto de arvoredos muito aprazível, e daí uma légua tem os ingleses outro forte junto de uma aldeia, chamada (fl. 57) Anambo,¹⁶ e daí légua e meia têm os holandeses outro forte, chamado de Amsterdã, junto das Aldeias de Cormantim,¹⁷ aonde se vêem dois montes pela terra dentro a que chamam os Frades, e daí oito léguas tem outro perto de um monte muito alto chamado Monte do Diabo, que é muito conhecido dos marcantes¹⁸ por se ver muitos dias, [areyô] quando o vento é contrários e por esta costa adiante estão outros fortes das quais o último é dos dinamarqueses, chamado Christiamburg, na Costa de Acara;¹⁹

Do cabo Corso, até o dito Monte do Diabo que os antigos chamavam Monte de Beriqui, ou cabo das redes há 13 léguas e um cabo com outro, se correm, les-nordeste, o e sudoeste e a terra ao longo da costa, do cabo a cabo, é razoavelmente alta e montanhosa. Do Monte do Diabo até Berkú corre a costa 4 léguas e a les-nordeste; e de Berkú

e Carã são outras quatro léguas também a les-nordeste; passada a terra, alta em que está o Monte do Diabo. E daí em diante, se faz uma terra, muito baixa, ao longo do mar, até o Rio das Voltas e haverá desde Acará até o Rio das voltas, 23 ou 24 léguas a les-nordeste, um pouco, mais para leste;²⁰

Rio das Voltas

Este rio é muito largo na entrada mas corre com tanta força que se conhece a sua corrente estando 3 léguas do mar, traz tantas árvores de dentro do sertão arrancadas, que se detendo e embarçando-se umas com outras; causam na boca do rio, grandes [ariciros], de sorte que se ano pode, passar em uma canoa, mas que duas vezes no ano que é ordinariamente desde o mês de abril, até o de novembro, mas deste mês, por diante, em que começam as chuvas cresce muito o rio; e corre muita fúria; quem partir da Mina para o Rio das Voltas ponha-se 3 ou 4 léguas do mar; e faça o caminho de les-nordeste, e irá dar na aldeia [fl. 58] deste rio haverá na de rota quarenta e seis léguas pouco mais ou menos;

Cabo de São Paulo;

Do Rio da Volta ao Cabo de Mondego, a quatro léguas a les quarta de nordeste, e nestas 4 léguas, a costa é baixa, com algumas matas pequenas de arvoredo, e daí a 10 léguas, ao mesmo rumo está o Cabo de São Paulo. A terra deste cabo é muito baixa e faz uma ponte de areia que sai muito ao mar, a leste deste cabo se vem quatro montes; pequenos e compridos juntos, uns dos outros;

Popos

Do Cabo de São Paulo ao Popo Pequeno²¹ haverá 14 léguas e daí ao Grã Popo²² 4 mas adiante 5 ou 6 léguas para a banda de leste, está o porto de Ardra chamado Fida ou Ajudã.²³ Este porto é muito perigoso, principalmente nos meses de abril, maio, junho e julho; por andar então o mar tão grosso que será arriscar, visivelmente um navio, o querer entrar nele e se tem visto ali, muitas desgraças; adiante 5 léguas está o porto de Jequem²⁴ onde se faz muito negócio de pretos;

Rio da Lagoa

Do porto de Ardra ao Rio da Lagoa haverá 16 léguas ao nordeste, quarta de leste, e a les-nordeste, é terra toda baixa e praia ao longo do mar com algumas aldeias; este rio da lagoa tem uma boca, pequena, e de preamar não tem mais que 2 braças; a entrada é mui perigosa, com baixos de areia em que arrebenta o mar; o mais do tempo e não aparece o canal nem podem entrar nele senão navios de 30 e 40 toneladas, e entrando dentro se faz logo, uma grande lagoa, que tem 2 ou 3 léguas de largo e outras tantas de comprido, por este rio acima a 12 Léguas está uma cidade a que chamam Jabûm²⁵ muito grande cercada com uma cava, em [roça], Aqui se faz negócio de escravos, e muito marfim. (fl. 59) Está este rio em 7 graus do norte;

Rio Primeiro

Do Rio da Lagoa ao Rio Primeiro se corre a costa a sueste e há na de rota 25 léguas, este rio tem a boca um pouco grande que tem meia légua de largo, da parte do sueste; tem um arvoredado grosso; deste rio a 4 léguas; estão 3 esteiros,²⁶ e a costa destes esteiros ao longo do mar; tem vaza, e areia, dali por diante 10 léguas, toda terra é cortada, por dentro, com outros rios de maneira que se fazem muitas ilhas; e no mês de agosto, setembro, há por aqui muitas chuvas;²⁷

***Rio Fermoza*²⁸**

Distante deste Rio Primeiro está o Rio Fermoza ou Rio de Benim, distante 5 léguas ao sueste, rio dito tem uma grande boca, de largura de uma légua, mas de preamar não tem mais de 18 palmos de água vaza, solta e este parcel, corre ao mar, quase 2 léguas; o rio forma dentro, grandes quantidades de braços, dos quais algum é tão largos, que se lhe pode dar nome de rios.

Indo por este rio acima, da parte da mão esquerda uma légua, estão dois braços; subindo pelo 2º braço cousa de 12 léguas; está uma vila, a que chamam Agûna; Este é o Rio grande de Cidade de Benim, a qual é do tamanho de uma légua, sem muros; mas está cercada de uma grande cava, e podem ir por este rio acima naus de 50 toneladas;

Benim é um grande reino e tem por capital uma bela e grandiosa cidade do mesmo nome, em África, e no [fl. 60] Golfo de Guiné. O

seu rei, é mui poderoso chama-se pelos naturais, *Bâ Benin*;²⁹ e o que presentemente está governando, chama-se pelos naturais *Dallicâ*, e pode por [em] pouco tempo um exército de cem mil homens; tem contínua guerra, com seus vizinhos e cativam muitos escravos que vendem a troco de manilhas³⁰ e outras cousas;³¹

Capítulo 4º: em que se prossegue as notícias da Fortaleza de São Jorge da Mina, Acara, Ardra e Benim; entre o Cabo das 3 Pontas e o Rio Fermoço; com seus graus e minutos de latitude e longitude; com outras explicações curiosas;

Do Cabo das 3 pontas, tem de latitude 4 graus e 28 minutos; ao norte e de longitude 18 graus e 35 minutos Portuguesa. De Boutry ou Boutru tem de latitude 4 graus e 32 minutos ao norte de longitude 18 graus e 50 minutos. De Sama tem de latitude 4 graus e 45 minutos ao norte de longitude 19 graus e 4 minutos. Comendo tem de latitude 4 graus e 50 minutos ao norte de longitude 19 graus e 20 minutos. São Jorge da Mina é o famoso Castelo; edificada nas costa de África, em Guiné; mandado por El Rei Dom João 2º de Portugal, no de 1482 tem de latitude 4 graus e 55 minutos. A norte e de longitude 19 graus e 30 minutos. Cabo Corso é em Guiné nas Costas do Ouro, em África, com uma vila do mesmo nome, cercada esta a maior e principal (f.63) fortaleza dos ingleses depois da de São Jorge da Mina; e tem de latitude 4 graus e 57 minutos ao norte e de longitude 19 graus e 40 minutos. Murea, é um pequeno reino, e por outro nome [Sabou]³² fica sobre a Costa do Ouro, em Guiné, e é muito fértil produz grãos e várias frutas, e tem muitas vilas, e entre as quais é a principal [Sabou], aonde os holandeses, tem o forte chamado Nassau e tem de latitude 5 graus e de longitude 19 graus e 44 minutos. Ao norte Cormantim³³ é um país com uma vila, do mesmo nome em a Costa do Ouro, em Guiné, com dois fortes que pertenciam aos ingleses, porém os deitou dali o almirante Ruitter no ano de 1665, e tem nela os holandeses um forte com boa guarnição, chamado Amsterdã, e tem de latitude 5 graus e 4 minutos ao norte e de longitude 19 graus e 54 minutos. Monte do Diabo é muito conhecido dos navegantes, como já disse, e tem de latitude 5 graus e 12 minutos ao norte, e de longitude 20 graus e 18 minutos. Berkû³⁴ tem de latitude 5 graus e 17 minutos ao norte e de longitude 20 graus e 30 minutos. Acara³⁵ um país com uma vila do

Reino de Agambû,³⁶ sobre a Costa de Guiné, têm ali os holandeses, digo os Ingleses; uma vila, com um forte, o mesmo têm os holandeses e dinamarqueses; e este país é o melhor de todos os da costa e mui útil, aos pretos pelo, seu comércio. Tem de latitude 5 graus e 22 minutos ao norte e de longitude 20 graus e 42 minutos. Rio das Voltas (veja na descrição da folha 37 aonde já se disse) tem de latitude 5 graus e 44 minutos ao norte e de longitude 21 graus e 55 minutos; Cabo de São Paulo (veja a descrição folha 38) e tem de latitude (f. 44)³⁷ 5 graus e 53 minutos ao norte de longitude 22 graus e 40 minutos. Popo tem de latitude 6 graus e 15 minutos ao norte e de longitude 23 graus e 15 minutos. Ajudã ou Fida, porto de Adra, tem de latitude 6 graus e 15 minutos ao norte e de longitude 23 graus e 20 minutos. Rio da Lagoa tem de latitude 6 graus e 55 minutos ao norte e de longitude 24 graus e 30 minutos. Rio Feroso ou Rio de Benin, tem de latitude 6 graus e 20 minutos ao norte e de longitude 26 graus.

Cordeiro: Já Vossa Mercê acabou a narração da Costa da Mina.

Souza: Entendo que sim, senão, houver alguma dúvida que encontre o que tenho dito;

Cordeiro: Não há nenhuma e nem pode haver segundo o que colijo pelo que lhe fico, muito obrigado; portanto trabalho, o quanto tem tido por meu respeito que Deus lhe dará o pago. Eu estava para lhe pedir uma cousa; mas tenho vergonha de o fazer porque o tenho importunado muito e porque também o vejo ainda mui cansado; e fadigado; da compendiosa história dos portos da Costa da Mina; pois ainda falta o dizer-me;

Souza: Esta boa história; dizer-me o que;

Cordeiro: Sim o dizer-me, Se o Castelo de São Jorge da Costa da Mina assim como os portugueses tiveram todo o trabalho; em descobrir, e edificar se hoje ainda é dos portugueses;

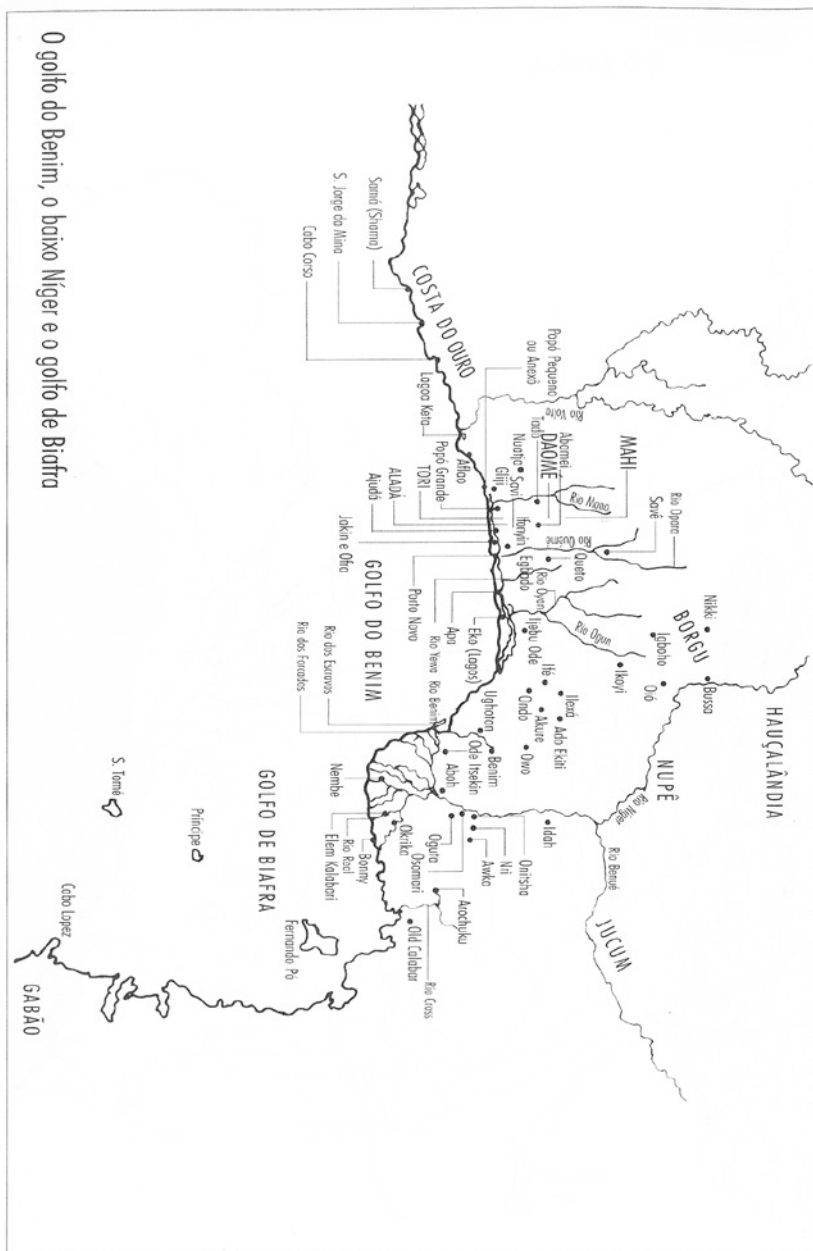
Souza: Pois para isso é preciso estar a gaguejar; a mais de uma hora; não sei que Paixões têm Vossa Mercê com esse Castelo que sempre me está a perseguir com perguntas; sim Senhor o satisfarei; (f. 45)

Notas

- ¹ Há um erro na numeração das folhas a partir da folha 64 que é erradamente numerada como 44. Portanto, ao total de 70 folhas numeradas, devem ser acrescentadas mais 20 folhas. Agradeço a Luciana Gandelman e Eduardo Cavalcanti, então alunos do curso de graduação em História da UFF, a transcrição e revisão do documento.
- ² A palavra “mahi” tem várias grafias diferentes, dependendo da época e língua em que é escrita (Maki, Makii, Makim, Maqui, Mahee ou Mahi). No documento aqui transcrito, aparecem várias grafias (Maki, Makim, Makii), mas optei por fazer uso da ortografia mais corrente na literatura africanista atual: mahi. O texto recebeu uma atualização ortográfica e também uma nova pontuação sempre que a alteração foi considerada necessária para facilitar a compreensão do sentido do texto. Uma versão integral do documento está sendo editada: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *O Manuscrito Mahi e outros documentos da Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia*. Introdução e notas de Mariza de Carvalho Soares. Rio de Janeiro: [s.n.], [200-]. Manuscrito.
- ³ O primeiro diálogo tem início na folha 1 com o título “Regra ou estatutos pormodo de hũm dialogo onde, sedá notícias das Caridades e Sufragaçoens das Almas que uzam osprettos Minnas, comseus Nancionaes no Estado do Brazil, expecialmente noRio de Janeiro, por onde se hao de regerem egôvernarem fora detodo oabuzo gentilico e supersticioso; composto por Françisco Álvês de Souza pretto enatural do Reino deMakim, hũm dos mais exelentes e potentedos daquêla oriunda Costa da Minna”. Este primeiro título foi usado pela BN para identificar o conjunto do documento.
- ⁴ O segundo diálogo tem início na folha 47 sob o título: “Dialogo segundo em que se dá notícias da fundaçam da grandioza fortaleza de S. Jorge da Costa da Mina edificadas nas costas de Africa em Guinnê e dos seus portos hẽ o reino de Benin, e outras notícias curiosas, por francisco Alves de Sousa, preto e natural do reino de Makii hum dos mais exelentes e potentedos daquela oriunda costa da Minna”.
- ⁵ “Estatuto da Irmandade de N. S. dos Remédios” AHU/CU-cód. 1300. Trata-se de uma nova proposta de estatuto elaborada no interior da mesma congregação e enviada a D. Maria I, então rainha de Portugal, no ano de 1788.
- ⁶ *CATÁLOGO da Exposição de História do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1881. p. 1007. O manuscrito consta também do *GUIA brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*. Rio de Janeiro-Sergipe. v. 2. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1988. p. 728.
- ⁷ Para maiores informações sobre o manuscrito, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. Apreço e imitação no diálogo do gentio convertido. *Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, v. 4 - n. 1, p. 111 – 123, jan./jun. 2000.
- ⁸ Acara, Acará é o mesmo que Accra e Acra.
- ⁹ Na grafia contemporânea, escreve-se Benin (inglês e francês) e Benim (português).
- ¹⁰ Palavra e local não identificados.
- ¹¹ Atual Boutry.
- ¹² Atual Tacorari.
- ¹³ Provavelmente Sama.
- ¹⁴ “Oiteiro” é a grafia arcaica de outeiro, pequeno monte.
- ¹⁵ O Castelo da Mina foi construído em pedra e cal pelos portugueses em 1482. Posteriormente, passou por várias reformas até chegar ao que é hoje, tendo sido declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco.

- ¹⁶ Atual Anamabo.
- ¹⁷ Atual Coromantim.
- ¹⁸ Deve ser mercantes.
- ¹⁹ Forte Christiamnborg na costa de Acra, atual capital de Gana.
- ²⁰ Carã e Acarã correspondem a Acra.
- ²¹ Atualmente conhecido como Petit Popo.
- ²² Atualmente denominado Grand Popo.
- ²³ Ardra ou Aladá correspondem ao reino de Aladá, localizado a oeste de Ajudá (que por sua vez também aparece grafado como Ouidah, Fida, Uidá e Whydah). Ajudá é um porto localizado no reino de Hueda, tomado pelos daomeanos em 1727. É interessante notar o desconhecimento de Francisco Alves de Souza, autoidentificado como Mahi e autor do roteiro, da diferença entre Aladá e Ajudá. Certamente, trata-se de uma confusão sua e não do piloto que lhe passou a derrota. Esse desconhecimento pode indicar que ele não teria sido traficado por nenhum desses portos o que, provavelmente, o levaria para o tráfico realizado em Popo, Jaquim ou Epe.
- ²⁴ Jaquim (Jaquem), atual Godomey, no Benim.
- ²⁵ Provavelmente, trata-se de Ijebu. Também aparece na literatura como Jabum, labu, Gabu, Jabboe. Sandoval indica essa localidade entre Aladá e Benim, nas lagoas de Lagos. Segundo ele, é uma cidade murada, circundada por um fosso (Instauranda, p. 78). Também Dapper fala sobre ela. Tais descrições combinam com a indicação de que a cidade é cercada por uma “cava”.
- ²⁶ Esteiro é um braço pequeno de rio ou mar. BLUTEAU, D. R. *Vocabulário portuguez e latino*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.
- ²⁷ Não há no documento menção a três portos importantes: Epe (destruído pelo Daomé em 1782); Badagri (destruído pelo Daomé em 1784) e Onin (Lagos).
- ²⁸ Rio Formoso.
- ²⁹ Bá, ou Oba, soberano do antigo reino do Benim
- ³⁰ São braceletes de metal usados usualmente no comércio e no tráfico de escravos.
- ³¹ Outras descrições da cidade do Benim muito se assemelham a aqui apresentada. Já no século XVI, Duarte Pacheco Pereira informa: “O reino do Beni será de oitenta léguas de comprido e quarenta de largo. E o mais do tempo faz guerra aos vizinhos, onde toma muitos cativos que nós compramos a doze e quinze manilhas de latão ou cobre, que eles mais estimam.” Já o Dapper (1668) informa ser, em seu tempo, a cidade rodeada de um lado por “uma muralha de dez pés de altura, feita de uma paliçada [...]” e de outro por um pântano, tendo várias portas de madeira maciça. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (Org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 1981. p 86-88.
- ³² Local não identificado.
- ³³ Atual Koromantin.
- ³⁴ Local não identificado.
- ³⁵ Acra.
- ³⁶ Reino não identificado.
- ³⁷ Aqui há um erro na numeração das folhas do documento, correspondendo à folha 64 e não à 44.

O golfo do Benim, o baixo Níger e o golfo de Biafra



Coleção Biblioteca EdUFF

O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)

Norberto Osvaldo Ferreras

Em busca da boa sociedade

Selene Herculano

História do anarquismo no Brasil - V. 1

Rafael Borges Deminicis e Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.).

O poder de domar do fraco: construção de autoridade
e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional

Jair de Souza Ramos

Cruéis paisagens

Ângela Maria Dias de Brito Gomes

Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória

Marialva Carlos Barbosa

Literalmente falando: sentido literal e metáfora na metalinguagem

Solange Coelho Vereza

Terras lusas: a questão agrária em Portugal

Márcia Maria Menendes Motta (Org.)



Conselho Brasileiro
de Manejo Florestal
FSC Brasil



PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA (www.prima.org.br)
após a implementação de um Programa Socioambiental
com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes
à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



www.editora.ufb.br

Este livro foi composto na fonte ITC Cheltenham Std, corpo 11.
Impresso na Globalprint Gráfica e Editora,
em Papel Polén Soft 80g gramas (miolo) e Cartão Supremo 250 gramas (capa)
produzido em harmonia com o meio ambiente.
Esta edição foi impressa em junho de 2011.